



**Brasília,
uma construção
literária** (1956-61)

Chico Monteiro

Francisco Rafael Monteiro de Rezende

Brasília, uma construção literária (1956-61)

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, História e Crítica

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Fernanda Derntl

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Email: chicociccone@gmail.com

Projeto Gráfico e diagramação: Chico Monteiro.

Fotos das aberturas de seções:

Foto da capa - Peter Scheier / Instituto Moreira Salles

Introdução - Marcel Gautherot / Instituto Moreira Salles

Capítulo 1 - Peter Scheier / Instituto Moreira Salles

Capítulo 2 - Thomaz Farkas / Instituto Moreira Salles

Capítulo 3 - Marcel Gautherot / Instituto Moreira Salles

Capítulo 4 - Peter Scheier / Instituto Moreira Salles

Considerações finais - Peter Scheier / Instituto Moreira Salles

Referências bibliográficas - Peter Scheier / Instituto Moreira Salles

Quarta capa - Peter Scheier / Instituto Moreira Salles

MM775b Monteiro, Chico
Brasília, uma construção literária / Chico Monteiro;
orientador Maria Fernanda Derntl. -- Brasília, 2023.
343 p.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. Brasília. 2. História. 3. Literatura. 4. Cidade. 5.
Arquitetura. I. Derntl, Maria Fernanda, orient. II. Título.

Francisco Rafael Monteiro de Rezende

Brasília, uma construção literária (1956-61)

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Banca examinadora

Prof.^a Dra. Maria Fernanda Derntl
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU-UnB
Presidente

Sylvia Ficher
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU-UnB
Membro interno

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU-USP
Membro externo

Carlos Henrique Magalhães de Lima
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU-UnB
Suplente

Agradecimentos

À professora Maria Fernanda Derntl pela orientação primorosa, leituras rigorosas do trabalho e pela incrível parceria ao longo dessa jornada. A Luiz Eduardo Sarmiento por todo o incentivo, colaboração, parceria inabalável, opiniões, sugestões e consultas mil. A Laísa Marra pela imensa ajuda no projeto e no desenvolvimento desta pesquisa, por ter feito crescer em mim o interesse pela literatura, pelas leituras compartilhadas, pela amizade e pela inspiração como intelectual e como musa de tantos retratos.

À professora Sylvia Ficher por tudo que representa para os estudos de Brasília, por ter despertado em mim o interesse em estudar a cidade, pelas conversas sempre instigantes e divertidíssimas e pela participação nas bancas de qualificação e de defesa. À professora Ana Castro pela leitura acurada deste trabalho e pelas contribuições valiosíssimas nas bancas de qualificação e de defesa.

Em nome da querida amiga e colega de grupo de pesquisa, Laila Loddi, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, em especial a Elane Ribeiro, Ana Flávia Magalhães Pinto, Danilo Matoso, Anna Raíssa, Matheus Rosa, Amilcar Torrão Filho, Viviane Ceballos, Raisal Pina, Renata Almendra, José Gomes do Nascimento, Isabelle Salgado, Daniela Barbosa, Rodrigo Braz, Rogério Rezende, Ismália Afonso, Marília Ferreira, Luiz Gustavo Fernandez, Diego Gomes e Lais Petra.

Resumo

Este trabalho aborda Brasília não como construção material de monumentos e edifícios, como é mais usual, mas como construção literária formada por uma imensa variedade de textos produzidos entre 1956 e 1961, a respeito da então polêmica iniciativa de erguer uma nova capital. Ao tomar crônicas, poemas, diários e livros como fonte de pesquisa histórica, busca-se analisar de que maneira um imaginário social da cidade vai sendo elaborado, bem como examinar sensibilidades ali reveladas de modo peculiar e distinto daquele expresso em documentos tradicionais. A pesquisa baseia-se numa seleção de fontes literárias daquele período, analisadas segundo três vertentes ou perspectivas – a de autoridades, políticos e seus apoiadores, a de viajantes estrangeiros e a de moradores de áreas pobres – além de lidar com alguns tópicos recorrentes da crítica à capital, tal como o de uma cidade hostil a pedestres. A partir do entrecruzamento das fontes selecionadas com textos historiográficos e obras acadêmicas do campo dos estudos urbanos sobre Brasília, percebemos que a literatura nos permite conhecer melhor o cotidiano e as vivências de indivíduos e grupos diversos. Além disso, expressa um imaginário de feições livres e fluidas, que não se reduzem a enquadramentos disciplinares ou à análise da chamada “cidade modernista”.

Palavras-chave: Brasília; história; literatura; espaço urbano; arquitetura; urbanismo; história cultural urbana; representações; imaginário.

Abstract

This work addresses Brasilia not as a material construction of monuments and buildings, as is more usual, but as a literary construction formed by an immense variety of texts produced between 1956 and 1961, regarding the then controversial initiative to build a new capital. By taking chronicles, poems, diaries and books as a source of historical research, we seek to analyze how a social imaginary of the city is being elaborated, as well as to examine sensibilities revealed there in a peculiar and distinct way from that expressed in traditional documents. The research is based on a selection of literary sources of that period, analyzed according to three aspects or perspectives of authorities, politicians and their supporters, that of foreign travelers and residents of poor areas as well as dealing with some recurring topics of criticism of the capital, such as that of a city hostile to pedestrians. From the intersection of the selected sources with historiographical texts and academic works from the field of urban studies on Brasilia, we realize that literature allows us to better know the daily life and experiences of individuals and diverse groups. In addition, it expresses an imaginary of free and fluid features, which are not reduced to disciplinary frameworks or to the analysis of the so-called “modernist city”.

Keywords: Brasilia; history; literature; urban space; architecture; urbanism; urban cultural history; representations; imaginary.


Lista de Figuras

| | |
|---|-----|
| Figura 1. Fundação Oscar Niemeyer. | 15 |
| Figura 2. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América Limitada, janeiro 1959. | 46 |
| Figura 3. Jader Neves, 1960. Fonte: Instituto Antonio Carlos Jobim. | 66 |
| Figura 4. Brasília Sinfonia da Alvorada. Reprodução / Columbia do Brasil. | 68 |
| Figura 5. Brasília: suítes de marchas para orquestra sinfônica. Odeon Records. | 72 |
| Figura 6. F. Fadul. Revista Brasília, v. 1, n. 41, p. 21, maio 1960. | 77 |
| Figura 7. Bandeira e brasão do Distrito Federal. www.df.gov.br . | 83 |
| Figura 8. James Holston. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 26. | 84 |
| Figura 9. Revista Brasília, v. 1, n. 25, jan 1959, p. 17. | 97 |
| Figura 10. Última Hora, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1960. | 105 |
| Figura 11. bahia.ba/bahia.ba/entretenimento/humberto-miranda-colecionador-de-colecoes-abre-seu-portal-de-reliquias | 105 |
| Figura 12. Poeira engarrafada. Instagram/2021. | 105 |
| Figura 13. Clemente Luz, Invenção da Cidade. Brasília: Ebrasa, 1968. | 117 |
| Figura 14. Capa de Tia Margarida vai a Brasília: História para alguém contar às crianças. Rio de Janeiro: Edições Buriti, 1959. | 128 |
| Figura 15. Brasília, coração do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América Limitada, janeiro 1959. | 140 |
| Figura 16. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1959. 2º Caderno, Cinemas e Teatros. | 143 |
| Figura 17. Revista Brasília, vol. 1, n. 41, maio de 1960. | 150 |
| Figura 18. Revista Brasília, vol. 1, n. 10, outubro de 1957. | 154 |
| Figura 19. Raymundo Brito, Brasília Pioneiros e Candangos. Brasília: Pongetti, 1961 | 156 |
| Figura 20. Angelo Raimundo, Brasília: paralelo 15'. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960. | 164 |

| | |
|---|-----|
| Figura 21. VIDESOTT, 2009, p. 47. | 169 |
| Figura 22. John dos Passos, Brasil em movimento. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013. | 196 |
| Figura 23. Simone de Beauvoir, Sob o signo da história. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965. | 207 |
| Figura 24. Bioy Casares, Unos días de Brasil. Buenos Aires: La Compañía de los Libros, 2010. | 219 |
| Figura 25. Bioy Casares, Unos días de Brasil. Buenos Aires: La Compañía de los Libros, 2010. | 221 |
| Figura 26. José Marques da Silva, Diário de um Candango. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1963. | 226 |
| Figura 27. Oswaldo Di La Fuente. BRANDÃO, 1957, p. 170. | 237 |
| Figura 28. Oswaldo Di La Fuente. BRANDÃO, 1957, p. 170. | 237 |
| Figura 29. Leitura: arte e literatura, política e economia. Rio de Janeiro. Nov / Dez 1963. | 241 |
| Figura 30. Leitura: arte e literatura, política e economia. Rio de Janeiro. Nov / Dez 1963. | 242 |
| Figura 31. Arquivo Público do Distrito Federal. | 277 |
| Figura 32. Coleção EH - Agência Nacional / Arquivo Nacional. | 294 |
| Figura 33. Revista Brasília, vol. 1, n. 23, novembro de 1958. | 296 |

Sumário

| | |
|---|-----|
| Introdução | 12 |
| Cidade história e literatura | 28 |
| “A gente escreve o que ouve, nunca o que houve” | 33 |
| História versus literatura | 38 |
| Brasília: literatura como história (e história como literatura) | 49 |
| | |
| Literatura consonante ao mito | 58 |
| O alvorecer da poesia | 64 |
| O poema fundacional e a expressão de um bandeirismo renovado | 77 |
| Literatura a serviço da Novacap: a poesia na revista Brasília | 90 |
| Nelson Rodrigues, Drummond e o embate entre “fiquistas” e “mudancistas” | 99 |
| A cidade inventada por Clemente Luz | 117 |
| Brasília para crianças: romance, teatro e história em quadrinhos | 128 |
| “Brasília: a nova capital do Brasil. Alguns contra — muitos a favor.” | 154 |
| | |
| O olhar do viajante estrangeiro | 179 |
| O olhar de Elizabeth Bishop | 185 |
| O olhar de John Dos Passos | 196 |
| O olhar de Simone de Beauvoir | 206 |
| O olhar de Bioy Casares | 219 |
| | |
| O narrador favelado | 225 |
| O candango | 235 |
| A Vila Planalto | 240 |
| O diário | 245 |
| | |
| Cidade e arquitetura | 260 |
| Urbanismo rodoviário | 269 |
| Arquitetura moderna | 281 |
| | |
| Considerações finais | 305 |
| | |
| Referências bibliográficas | 317 |



Introdução

Um dia não muito remoto — veremos, certamente, as planuras, hoje, ermas do Brasil Central pontilhadas de núcleos e de campos de cultura, onde, lado a lado, e, irmanados no mesmo afã de criar, de produzir, brasileiros e estrangeiros estarão escrevendo a epopéia da civilização, em pleno coração da América. Então se dará o encontro do buriti perdido, com que sonhou o saudoso Afonso Arinos nos delicados voos de sua privilegiada inteligência.

*Manoel José de Almeida,
revista Brasília, março de
1959*

Tal qual maquetes, mapas, croquis e outros documentos históricos, a literatura é uma privilegiada fonte para os estudos urbanos, capaz de revelar sensibilidades que outras fontes “convencionais” por vezes não conseguem alcançar. Deste modo, pensando em Brasília, em sua fase de construção, período que nos interessa nesta pesquisa, indagamos: como a capital aparece representada na literatura e de que maneira essas representações podem nos abrir caminhos para estudar a cidade?

Neste trabalho, pretendemos tratar de Brasília não apenas como construção arquitetônica ou realização urbanística, como é mais usual, mas como construção literária. Essa perspectiva nos permitirá entender como a literatura amplia um imaginário construído acerca da nova capital a partir do início de suas obras até seus momentos inaugurais.

Deste modo, ao cotejar as fontes entre si e buscar ampliar a compreensão de Brasília por meio da interpretação do imaginário construído e ampliado pela literatura, nossos objetivos foram verificar

o modo como as fontes literárias podem contribuir para o estudo da cidade; observar como operam as conexões e as fronteiras entre literatura e história de Brasília; identificar como a literatura foi mobilizada nos discursos e ações para legitimar a nova capital; bem como analisar os modos pelos quais os textos literários se apropriaram de tópicos de discursos em circulação à época, sempre destacando suas especificidades e diferenças em relação às narrativas políticas ou historiográficas.

Podemos observar durante a construção de Brasília e nos processos necessários à transferência da capital, diversos episódios em que a literatura se faz presente. Há ligações discursivas, empréstimos retóricos, mobilização de textos literários em ações de legitimação ou mesmo atos inspirados em conteúdos literários.

O poema em prosa, *Buriti Perdido*, escrito por Afonso Arinos em 1898 ganharia novo sentido com a construção de Brasília. Tomado por alguns como uma espécie de profecia literária, o texto menciona a edificação, no futuro, de “uma grande cidade” aos pés da palmeira que é uma das mais típicas do Cerrado brasileiro: “Se algum dia a civilização ganhar essa paragem longínqua, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de soco, velho Buriti Perdido.”¹ Em artigo publicado na revista *brasília*, em que aponta a nova capital como uma “renovação política, social e econômica”² do país, o deputado Manoel José de Almeida (PSD-MG 1959-1963) faz alusão ao poema de Afonso Arinos ao proclamar que Brasília seria responsável por, no futuro, transformar um grande território “inaproveitado” e desabitado em um Brasil Central pontilhado “de núcleos e de campos de cultura”. Aí então se daria “o encontro do buriti perdido”³, concretizando-se a prosperidade sonhada pelo poeta.

No trecho final do poema, Afonso Arinos menciona um monumento erigido em homenagem à palmeira: “Então, talvez, uma alma amante das lendas primevas, uma alma que tenhas movido ao amor e à poesia, não permitindo a tua destruição, fará com que figures em larga praça, como um monumento às gerações extintas”.⁴ Sabemos que foi, portanto, inspirado

1 ARINOS, Afonso. *Buriti Perdido*. In: *Pelo Sertão*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967, p. 83.

2 ALMEIDA, Manoel José de. O encontro do buriti perdido. *Revista brasília*, v. 1, n. 27, mar 1959, p. 1.

3 Idem.

4 ARINOS, Afonso. *Op. Cit.*, p. 84.

nesse texto literário que o então presidente da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), Israel Pinheiro, ordenou, em 1959, que um buriti fosse plantado na então chamada Praça da Municipalidade, onde seria construída a sede do governo local do Distrito Federal. Materializada a “profecia” do poema, o local ganhou o nome de Praça do Buriti, e uma placa com o trecho do poema⁵.

Outra profecia que teria previsto um futuro esplendoroso para Brasília, e que também está relacionado à literatura, é um dos mitos de origem da nova capital que ficou conhecido como Sonho de Dom Bosco. Em seu livro memorialístico — pertencente, portanto, ao gênero literário — o padre italiano registra que teria sonhado em 1883 com uma grande civilização, entre os paralelos 15 e 20, à beira de um lago. Uma terra onde jorraria leite e mel. Ainda que publicado apenas em 1935, o registro seria atribuído ao contexto da transferência da capital em 1957 e mobilizado por governistas como mais um evento do século XIX que integraria uma longa série de fatos históricos que teriam pavimentado um longo caminho para a interiorização da capital do Brasil.⁶

Lembramos ainda da força poética do texto de Lucio Costa para o relatório da proposta que submeteu ao concurso que escolheu o plano urbanístico de Brasília. Tal caráter literário teria contribuído para o convencimento dos jurados, segundo apontou um deles, William Holford, para quem “a versão original mostrava-se de imediato lírica e impactante.”⁷ James Holston acrescenta que “havia ali uma poesia adequada à tarefa épica de fundar a capital de um país.”⁸ Texto visto em primeira mão por Carlos Drummond de Andrade, colega de Lucio Costa no então Sphan (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), segundo o próprio poeta relatou em crônica *Lucio Costa e o papel mágico*⁹, publicada em 1982.

5 MARTINS, Simone Spíndola. A valorização do patrimônio de 'pedra-e-cal' em Brasília e o possível reflexo no incremento do turismo. 2015. 138 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

6 VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

7 HOLFORD, Willian. 1957. “Brasília: A new capital city for Brazil”. *Architectural Review* 122: 394-402. Apud HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 70.

8 HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 70.

9 DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Lucio Costa e o papel mágico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de março de 1982.

E se essa é uma das relações possíveis entre a literatura e o projeto apresentado pelo urbanista para Brasília, também há a possibilidade de encontrarmos uma relação semelhante no trabalho de Oscar Niemeyer para a capital. Nesse caso, poderíamos apontar os croquis para a Praça dos Três Poderes encontrados recentemente em uma edição francesa de *Guerra e Paz*, de Tolstói, que pertencia à biblioteca pessoal do arquiteto. O romance histórico escrito pelo autor russo serviu de suporte para três esboços realizados por Niemeyer em março de 1957¹⁰, nos quais podemos ver uma versão diferente da configuração da praça que foi construída, incluindo o desenho de uma grande igreja excluída do projeto definitivo para tal espaço cívico da capital. Além disso, dois engenheiros escritores trabalharam para tirar do papel os desenhos de Niemeyer para a Praça dos Três Poderes: o contista Samuel Rawet, que foi responsável pelos cálculos do palácio do Congresso Nacional¹¹, colaborando com o grande poeta Joaquim Cardozo, este responsável também pelos cálculos de diversos palácios de Brasília¹².



Figura 1. Em croqui da Praça dos Três Poderes feito por Niemeyer em edição de *Guerra e Paz*, de Tolstói, vemos feições distintas dos edifícios que seriam construídos no local. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer.

10 FRAJNDLICH, Rafael Augusto Urano de Carvalho; BENOIT, Alexandre. Guerra e Paz. Os debates sobre a construção do centro cívico em Brasília. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, [S. l.], v. 19, p. 1-20, 2021.

11 KIRSCHBAUM, Saul. Samuel Rawet: profeta da alteridade. 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2000. doi:10.11606/D.8.2000.tde-02052002-160552. Acesso em: 2023-05-22.

12 SILVA, Elcio Gomes da. Os palácios originais de Brasília. 2012. 597 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

E foi assim, estabelecendo livremente essas relações entre Brasília e a literatura, e percebendo o modo como Brasília se tornou também uma construção literária, que o tema nos ocorreu como uma possibilidade de pesquisa acadêmica. Iniciamos, então, nossa pesquisa, que foi realizada no âmbito do grupo Capital e Periferia (CNPq / UnB), do qual fazemos parte pesquisadores interessados em novas possibilidades de interpretação e análise de variadas fontes, como a literatura, a fotografia, o cinema, o grafite, entre outros, em busca das representações da cidade vivida e experimentada em seu amplo e complexo território, pretendendo, portanto, pensar Brasília além dos limites do Plano Piloto.

Nesse momento, já tínhamos em mãos, como primeiras fontes, o *Diário de um Candango*¹³, de José Marques da Silva, e a indicação de alguns relatos de viagem mencionados por Hugo Segawa em artigo para a revista Urbana¹⁴, ao qual acrescentamos o texto de Elizabeth Bishop, resultado da passagem da escritora por Brasília em 1958. Com as primeiras fontes, objetivos e problemática, faltava-nos uma abordagem que pudesse diferenciar nosso trabalho dos diversos outros que já haviam sido produzidos articulando história urbana e literatura no estudo de Brasília.

Vimos que, sobretudo a partir dos anos 1990, numerosos artigos, capítulos de livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado não apenas consideraram textos literários como fonte para a história de Brasília, mas trataram especificamente da relação entre a cidade e a literatura. Este é, inclusive, o título do livro da edição nº 132 da Revista Tempo Brasileiro, organizada pela socióloga e professora emérita da UnB, Barbara Freitag¹⁵. A capital é abordada em dois artigos: *Paralelas e paradoxos: São Petersburgo - Brasília, Leningrado - São Paulo*¹⁶, da radialista e doutora em teoria literária Ellen Spielmann; e O

13 SILVA, José Marques da. *Diário de um Candango*. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1963.

14 SEGAWA, Hugo. Brasília: a pátina do futuro. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*. Campinas, v. 10, n. 3 [19], p. 430-474, 2018.

15 FREITAG, Barbara (org.). *Cidade e Literatura*. Revista Tempo Brasileiro n. 132, jan.-mar., 1998. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1998.

16 SPIELMANN, Ellen. *Paralelas e paradoxos: São Petersburgo - Brasília, Leningrado - São Paulo*. In: FREITAG, Barbara (org.). *Cidade e Literatura*. Revista Tempo Brasileiro n. 132, jan.-mar., 1998. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1998.

mito da megalópole na literatura brasileira, da própria Barbara Freitag. No paralelo que traça entre Brasília e São Petersburgo, Spielmann as considera dois exemplos de “utopia do moderno”, relacionando a capital brasileira a fatores como “euforia técnica, funcionalismo e fé absoluta no progresso”.¹⁷ Evocando *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*, do antropólogo James Holston¹⁸, ela também sustenta que Brasília seria resultado da ideia de que a construção de um projeto moderno seria capaz de forjar uma nova sociedade¹⁹. Sobre Brasília na literatura, apenas menciona rapidamente um conto chamado *Brasília 15 Graus*, de Angelo Raimundo, mas não o inclui entre as referências bibliográficas do texto, o que levanta a dúvida se ela o teria confundido com a romance *Brasília: Paralelo 15'*²⁰, do mesmo autor, também publicado em 1960, ano a que ela atribui a publicação do conto. Como não revela nome de personagens e sua descrição da obra é bastante sucinta, não fornecendo mais pistas, a confirmação da informação se torna ainda mais difícil, sobretudo por não termos encontrado outras referências a um conto intitulado *Brasília 15 Graus*.

Por sua vez, Barbara Freitag realiza em seu artigo uma detalhada descrição da trama do romance *Samba-enredo*, publicado em 1994 pelo diplomata e escritor João Almino²¹. A autora o apresenta ao lado de outros dois romances — *Não verás país nenhum*, de Ignácio de Loyola Brandão²² e *A hora da estrela*, publicado em 1977 por Clarice Lispector²³ — sendo Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, o espaço ficcional em que se passa cada um dos enredos. Baseada no filósofo alemão Ernst Cassirer, para quem há um tempo implícito no conceito de mito, ela associa as cidades a mitos do passado, presente e futuro. A Brasília no romance de Almino caberia o mito do presente. O enredo se passa durante um carnaval na década de 1990 quando o presidente da República é sequestrado por

17 SPIELMANN, Ellen. Op. Cit., p. 109.

18 HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

19 SPIELMANN, Ellen. Op. Cit.

20 RAIMUNDO, Angelo. *Brasília: Paralelo 15'*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

21 ALMINO, João. *Samba-enredo*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

22 BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Não verás país nenhum*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

23 LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

engano e, por isso, acaba morto pelos sequestradores. Na interpretação de Freitag, esse desfecho representaria simbolicamente que

Nem mesmo Brasília, a cidade planejada e simbolizada em forma do avião, consegue reverter esse quadro da mediocridade do personagem central. A nova Capital procura sua identidade no presente, no carnaval, na farsa e no deboche da política do dia-a-dia. A cidade construída por urbanistas e arquitetos não tem, por si só, força para construir uma nova sociedade.²⁴

Se não há como construir essa nova sociedade, a análise de Freitag também sugere, entretanto, a frustração ou o fim do que Ellen Spielmann, baseada em Holston, denominou “utopia do moderno”.

O próprio João Almino também discorreu sobre o mito e a utopia de Brasília no artigo *O mito de Brasília e a literatura*²⁵. Para o autor de *Samba-enredo*, poucas cidades têm uma carga simbólica como a capital brasileira, fruto de um projeto de nação e forjada por um mito que não se destrói facilmente, ainda que a realidade tenha ou não negado seus paradigmas utópicos modernistas (ALMINO, 2007). Sendo assim, acredita o autor que a literatura sobre Brasília poderia “se beneficiar não apenas de sua história e de sua geografia, mas também de sua dimensão mítica, o mito entendido como uma narrativa de significação simbólica.”(ALMINO, 2007, p. 299) Machado de Assis, que escreveu sobre as tratativas de interiorização da capital no século XIX²⁶, André Malraux, escritor, poeta e ministro da cultura francês que forjou o epíteto “Capital da Esperança”²⁷, e Clarice Lispector, que ressaltou de forma tão contundente a artificialidade de Brasília²⁸, são alguns dos literatos citados por Almino cujos textos se relacionam com o mito, com a carga simbólica e com a utopia que envolvem a cidade.

As mesmas crônicas de Clarice Lispector sobre Brasília e

24 FREITAG, Barbara (org.). Cidade e Literatura. Revista Tempo Brasileiro n. 132, jan.-mar., 1998. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1998, p. 154.

25 ALMINO, João. O mito de Brasília e a literatura. Estudos Avançados, [S. l.], v. 21, n. 59, p. 299-308, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10224>. Acesso em: 26 abr. 2022.

26 ASSIS, Machado. A Semana I. São Paulo: Globo, 1997, p. 53-55.

27 MALRAUX, André. Brasília, Capital da Esperança. In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (Org.). Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 53-57.

28 LISPECTOR, Clarice. Brasília. In: Para não esquecer. São Paulo: Círculo do Livro, 1980, p. 80-107.

romances de João Almino estão entre as fontes selecionadas por Eloísa Pereira Barroso, que trabalhou com semelhante campo temático, em sua tese de doutorado em Sociologia, orientada por Barbara Freitag: *Brasília: as controvérsias da utopia modernista na cidade das palavras*²⁹. Com um corpus literário de gêneros variados (romance, conto, crônica, poemas e letras de música) em um longo recorte temporal que abarca produções desde a década de 1960 aos primeiros anos do século XXI, Barroso acredita que, por meio dessas fontes, “é possível perceber a negação constante da utopia desenvolvimentista do projeto original [de Brasília]. Portanto, na junção entre a sociologia e a literatura, talvez seja possível desvelar a dimensão da cidade real para seus habitantes na “cidade das palavras”³⁰. Nessa abordagem, ela também analisa como essa relação entre a percepção dos moradores, literatura e os aspectos míticos-utópicos vão se transfigurando ao longo do processo de metropolização da cidade.

Metropolização essa que também alterou a dinâmica da produção e da cantoria da poesia de cordel em Brasília. Ao longo dos anos, estes foram sendo empurrados para as periferias cada vez mais distante do centro da cidade, a partir da remoção de favelas e assentamentos não permitidos nas proximidades do Plano Piloto. Esses são alguns dos aspectos abordados por Maria Helenice Barroso em *Os cordelista do DF: dedilhando a viola, contando a história*³¹. Na pesquisa, a historiadora também analisa como a literatura de cordel produzida em Brasília, sobretudo a partir da chegada de imigrantes nordestinos, revela memórias, histórias, práticas sociais e o cotidiano dessa população desde os primeiros anos da construção da capital às décadas seguintes, quando essa expressão popular também se tornou instrumento de reivindicação de valorização de sua cultura e de reconhecimento social. Nos cordéis, observa a autora, ora Brasília é representada de forma mais consonante aos discursos propagandeados por seus protagonistas e veículos oficiais como

29 BARROSO, Eloísa Pereira. Brasília: as controvérsias da utopia modernista na cidade das palavras. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

30 Idem. p. 75.

31 BARROSO, Maria Helenice. Os cordelistas no D.F.: dedilhando a viola, contando a história. Brasília: 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de Brasília.

cidade do futuro e de melhores condições de vida, ora como local de sofrimento, violência e vida dura. Essas reflexões de Maria Helenice Barroso em sua dissertação também resultaram em um capítulo do livro *Brasília: diferentes olhares sobre a cidade*³², publicado pela Editora UnB em 2015.

Tal como os cordéis tornaram-se populares na periferia do DF, a poesia de Nicolas Behr, poeta cuiabano radicado em Brasília, ganhou significativo reconhecimento dos brasilienses, sobretudo dos moradores do Plano Piloto. Sua obra é objeto de estudo de Gilda Furiati³³, que a divide em três fases, analisando como o amadurecimento do autor, inicialmente identificado com a poesia marginal da chamada geração do mimeógrafo, e as leituras críticas que ele realizou sobre a cidade foram responsáveis por uma transformação de sua produção literária. A autora conclui que se na primeira fase o autor se rebela, com bom humor, contra o modernismo de Niemeyer e Lucio Costa materializado na cidade, na segunda, as imagens arquitetônicas e urbanísticas dão espaço a personagens citadinos, em um ponto de vista mais social. A terceira fase, conclui Furiati, incorporaria críticas mais contundentes à visão mítica e idealizada da cidade e uma busca de desconstrução dos discursos dos protagonistas correntes na época da fundação de Brasília que ainda ecoam nos dias de hoje.

Com abordagem distinta, a poesia de Behr também é objeto da dissertação da arquiteta e urbanista Anna Albano³⁴, que se detém na obra do poeta escrita entre as décadas de 1970 e 2000, analisando as representações de Brasília que emergem dos poemas, em busca do que ela chama de versão do imaginário social da cidade. Com um método baseado em Robert Jauss, sua análise relaciona a obra de Behr a outros textos que tratam Brasília de forma poética, ao mesmo tempo que traça um panorama do contexto histórico e literário em que foram produzidos. Albano também cartografa um percurso biográfico

32 BARROSO, Maria Helenice. O cordel: a literatura migrante na nova capital. In: COSTA, Cleria Botelho da; BARROSO, Eloísa Pereira (orgs). Brasília: diferentes olhares sobre a cidade. Brasília: Editora UnB, 2015.

33 FURIATI, Gilda Maria Queiroz. Brasília na poesia de Nicolas Behr: idealização, utopia e crítica. 2007. 95 f. Dissertação (Mestrado em Literatura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

34 ALBANO, Anna Luísa Portela de Deus. Entre a cidade de Concreto e a cidade narrada: o imaginário de Brasília na poesia de Nicolas Behr. 2018. 232 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

do autor e seus trânsitos por Brasília, destacando os equipamentos culturais da cidade frequentados por ele e a cena cultural que se estabeleceu ao longo dos anos que o poeta vive na capital. Tal como Furiati, a análise de Albano revela como a abordagem poética de Behr da cidade mudou no decorrer do desenvolvimento de sua obra, partindo da visão mítica e romantizada, chegando a um tratamento mais crítico dos tópicos abordados em sua obra. A pesquisa da arquiteta também resultou no artigo *Representações de Brasília em poemas de Nicolas Behr*³⁵ escrito em coautoria com a professora Elane Peixoto e publicado em 2021.

Os poemas de Behr são também as principais fontes do artigo *A arte de andar nas ruas de Brasília*, da doutora em estudos brasileiros e portugueses e professora da University of Minnesota, Sophia Beal³⁶. A poesia do cuiabano-brasiliense e outros textos literários são tomados por Beal como representações da teoria de Michel de Certeau de que o pedestre, ao caminhar pela cidade, atribui novos sentidos ao espaço urbano³⁷. No caso de Brasília, uma cidade cujo plano urbanístico privilegiou o deslocamento rodoviário em detrimento do pedestre, tanto a obra de Behr quanto as de outros poetas, músicos e escritores locais selecionados pela autora, ora com bom humor, ora com uma crítica mais ácida, “viram de cabeça para baixo as origens e a organização hierárquica de Brasília, sugerindo que os moradores atuais – à medida que andam pela cidade em suas vidas cotidianas – estão criando e transformando a capital de formas significativas”³⁸.

Sophia Beal também volta seu olhar sobre a capital no capítulo *Brasília: a cidade real e a prometida na literatura brasileira dos anos 1960*, de seu livro *Brasil em construção: as obras públicas na literatura do século XX*³⁹. A análise de obras de escritores como Guimarães

35 PEIXOTO, Elane Ribeiro; ALBANO, Anna Luísa. Representações de Brasília em poemas de Nicolas Behr (1977-1980): uma perspectiva metodológica a partir de Hans Robert Jauss. OCULUM ENSAIOS, v. 19, p. 1-19, 2021.

36 BEAL, Sophia. A arte de andar nas ruas de Brasília. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, [S. l.], n. 45, p. 65–83, 2015. DOI: 10.1590/2316-4018454. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10006>. Acesso em: 26 abr. 2022.

37 CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Tradução de Ephram Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

38 BEAL, Sophia. Op. Cit., p. 79.

39 BEAL, Sophia. Brasil em construção: as obras públicas na literatura do século XX. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

Rosa⁴⁰, Clarice Lispector⁴¹ e José Geraldo Vieira⁴², focada na maneira como as pessoas reagem à Brasília em construção em seus primeiros anos, revela à autora a dualidade entre a novidade estética do projeto modernista da cidade e o fracasso da utopia de seu projeto que almejou uma sociedade igualitária.

Essa cidade ainda em consolidação e seu cotidiano, entre o início da construção na década de 1950 e a primeira metade dos anos 1960, também são o foco da dissertação de José Gomes do Nascimento⁴³, que analisa, nas crônicas de Clemente Luz, memórias e representações sociais de Brasília. A vivência dos trabalhadores, tanto nos canteiros de obras quanto nas experiências do dia a dia com suas família, bem como a vida do próprio escritor, são o principal foco temático da pesquisa realizada no departamento de História da UnB e orientada pela professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UnB) Maria Fernanda Derntl.

Abordagem semelhante, por meio da análise de práticas sociais e das representações do espaço ficcional de Brasília, aparece na tese de doutorado de Ana Carolina Canuto Streltcki⁴⁴, que tem como principais fontes dois romances de João Almino: *As cinco estações do amor*⁴⁵, publicado em 2001, e *Cidade Livre*⁴⁶, publicado em 2010. Em busca de memórias e outros elementos que ampliem a compreensão do meio social brasiliense, a abordagem da autora parte tanto do campo da arquitetura e urbanismo e seus métodos de análise quanto dos estudos literários, baseado sobretudo em Robert Jauss, como principal referencial teórico-metodológico para sua leitura e interpretação dos textos literários tomados como fonte do trabalho.

Ao olharmos para esses trabalhos acadêmicos em conjunto,

40 GUIMARÃES ROSA, João. *As margens da Alegria*. In: *Primeiras Estórias*. 38ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988 [1962].

41 LISPECTOR, Clarice. *Brasília*. In: *Para não esquecer*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980, p. 80-107.

42 VIEIRA, José Geraldo. *Paralelo 16: Brasília*. São Paulo: Martins, 1966.

43 NASCIMENTO, José Gomes do. *Memórias, representações e cotidiano: Clemente Luz e suas crônicas em/ de Brasília*. 2020. 226 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

44 STRELETCKI, Ana Carolina Canuto. *Brasília: espaço, patrimônio e narrativas nas obras de João Almino*. 2021. 284 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

45 ALMINO, João. *As Cinco Estações de Amor*. 2ªED ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

46 ALMINO, João. *Cidade Livre*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

percebemos que a abordagem mais recorrente é a relação entre a utopia do projeto de Brasília e a cidade vivida e experimentada por seus habitantes ao longo das décadas após a sua fundação, quase sempre com ênfase nas suas contradições. Parte considerável deles optou por estudar apenas um autor ou gênero literário, sobretudo a poesia, destacando-se o cordel e a obra de Nicolas Behr, um dos autores cuja obra é mais analisada. Vimos que pouco explorada é a análise dos textos literários produzidos nos primeiros momentos da cidade.

Assim, trabalhar uma gama de variados autores, muitos deles ainda pouco conhecidos, cotejando-os entre si e analisando-os com pertinente bibliografia especializada pareceu-nos um caminho interessante a seguir em nossa pesquisa. À procura daquelas sensibilidades que, por vezes, as fontes tradicionais não conseguem alcançar, partimos em busca de verificar de que maneira a literatura permite a ampliação de um imaginário mais livre, que incorpore também aspectos oníricos, poéticos e subjetivos, ajudando-nos a acessar nuances de uma capital tão complexa e multifacetada como Brasília, contemplando nosso especial interesse em questões relacionadas à história, ao espaço urbano e ao cotidiano da cidade.

Durante a construção do nosso corpus, vimos que a fundação de cidades sempre foi de maior interesse e serviu de matéria literária para poetas, cronistas e outros narradores que fizeram desse tema o centro de suas obras. Brasília, que já nasceu envolta no mito de capital da modernidade, confirma essa tradição e também teve voltada sobre si a atenção de literatos brasileiros e estrangeiros. Poetas e narradores que se ocuparam não só da fundação, como do cotidiano da cidade em seus primeiros momentos e da maneira como eram percebidas e experimentadas as suas características peculiares, resultado dos paradigmas urbanísticos correntes sob os quais foi construída. Tanto esse clima de novidade proporcionado pelo o projeto modernista de uma cidade com tal escala, e ainda com a função de capital, quanto a dimensão da empreitada para a realização de um projeto de tamanha envergadura — com a mobilização de milhares de trabalhadores para uma região com baixíssima densidade e distante do centro econômico do País — podem ser mencionados como alguns dos fatores que atraíram a atenção desses primeiros literatos que desde cedo contribuíram para construção de um imaginário em torno da cidade. Alguns detiveram seus olhares nas questões simbólicas, históricas,

míticas e identitárias, enquanto outros se voltaram às contradições, adversidades e problemas sociais da construção e da configuração da cidade, bem como à crítica à urbe nascente.

Diante de um conjunto tão numeroso de fontes, optamos por trabalhar com aquelas escritas entre 1956 e 1961. O ponto de partida é o lançamento do concurso que definiu o plano urbanístico de Brasília, uma vez que o modelo de cidade que resultou dessa escolha teve grande impacto tanto para atração do interesse dos literatos quanto no modo como eles representaram a cidade em suas obras. O marco final representa o ano em que Juscelino Kubitschek deixa a Presidência da República, significando uma desaceleração das obras de construção da cidade, bem como o declínio do esforço oficial em fazer circular discursos com a finalidade de legitimar a construção e a transferência da capital. Essa forma apologética de representar a cidade será de grande interesse da nossa pesquisa e, por isso, é relevante para definir o recorte temporal das fontes que pretendemos analisar.

Importante frisar que jamais tivemos a pretensão de realizar um levantamento exaustivo das obras que surgiram nesse período. Partimos de algumas narrativas literárias que já conhecíamos, e elas nos sugeriram outras e assim sucessivamente. A revista *brasília*, publicada pela Novacap, também foi uma fonte importante de pesquisa, não apenas pela publicação de textos literários em si, como pela menção a outras obras lançadas à época. Também optamos por não trabalhar com alguns gêneros, como é o caso da poesia de cordel, que chegou a Brasília com os primeiros operários da construção. A dificuldade de acesso aos cordéis produzidos durante o nosso recorte temporal e a existência dos já mencionados trabalhos específicos realizados sobre esse tema são alguns dos motivos que justificam tal ausência na pesquisa.

Outra opção que fizemos foi trabalhar com fontes menos conhecidas ou menos estudadas em outros trabalhos de natureza similar. Isso significou tanto a pesquisa de autores não consagrados pela crítica literária, quanto obras menos conhecidas de autores canônicos da literatura brasileira ou mesmo estrangeiros, como Guilherme de Almeida, Carlos Drummond de Andrade, Nelson Rodrigues, Elizabeth Bishop, Simone de Beauvoir e Bioy Casares. Essas decisões resultaram, conseqüentemente, em um rol de obras também pouco analisadas em outros trabalhos que estudaram a

história urbana de Brasília por meio da literatura.

Decidimos organizar as obras em três vertentes de fontes, agrupadas segundo a perspectiva de seus focos narrativos ou de seus eu-líricos. A primeira delas, objeto do primeiro capítulo, contemplou aquelas que ecoaram de alguma maneira os discursos apologéticos propagados, sobretudo, por figuras que ficaram conhecidas como os protagonistas da fundação da cidade, isto é, o grupo político em torno de JK. Tal posicionamento em relação ao tema era chamado de “mudancismo” ou “mudancista”, ou seja, a favor da mudança da capital para o Planalto Central. Parte dessas obras foi escrita sob encomenda e parte apropriou-se espontaneamente dos discursos em circulação à época. Esse capítulo engloba numerosas obras, escritas em prosa, verso, texto dramático e até mesmo história em quadrinhos, dirigidos para o mais variado público, de todas as idades.

Uma outra vertente de fontes será analisada no segundo capítulo, dedicado à literatura de viagem. Nosso foco serão os relatos de quatro autores estrangeiros que passaram por Brasília entre 1958 e 1960, durante a construção e nos momentos inaugurais da capital. Perceberemos como as peculiaridades desse gênero macro — que pode ser expressado por meio de diversos gêneros, como diário, memórias e relatos de viagem — impactam a maneira como esses escritores vão representar a cidade. Além disso, podemos observar a diferença na abordagem de diversos temas, que certamente resulta de uma liberdade maior em discorrer sobre eles e da ausência de um compromisso ou intenção apologética.

O terceiro capítulo se ocupará da análise de apenas uma obra, que sozinha contempla nossa terceira vertente de fontes. Nele, Brasília é vista a partir da periferia, ainda que esse espaço periférico fosse bastante próximo da área monumental da capital: a Vila Planalto. Trata-se do livro *Diário de um Candango*⁴⁷, escrito por José Marques da Silva, morador de uma grande favela, que era, à época, o precário assentamento formado por operários da construção da cidade. O autor produz uma complexa narrativa que registra o cotidiano e a visão de mundo de uma comunidade de “favelados” em Brasília em 1961, em que podemos perceber mais do que a representação de vítimas do projeto mudancista, mas a agência histórica dos trabalhadores,

47 SILVA, José Marques da. *Diário de um Candango*. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1963.

que tampouco são heroicizados, como é comum na historiografia tradicional de Brasília.

No quarto capítulo, a análise será realizada por tópicos específicos, reunindo obras das três vertentes de fontes. Elegemos três temas relacionados ao espaço urbano de Brasília: a representação da configuração espacial da cidade, do urbanismo rodoviarista e da arquitetura moderna. A intenção foi estabelecer paralelos, observar aproximações, distanciamentos, recorrências e as singularidades que as fontes literárias conseguem captar a respeito desses temas que se tornaram fundamentais em escritos sobre Brasília, quando as comparamos com outros textos, especialmente a produção posterior de uma crítica especializada.

As análises realizadas nos quatro capítulos serão amparadas por bibliografia de obras acadêmicas, sobretudo dos campos da história e dos estudos urbanos. Encontramos nossos principais referenciais teóricos no campo da história cultural urbana, sobre o qual passamos a discorrer no item a seguir. Além de uma breve definição do campo da História Cultural do Urbano, apresentaremos o modo como entendemos o conceito de representação, discutimos as fronteiras e sobreposições entre literatura e história. Também revisaremos algumas obras de caráter historiográfico sobre Brasília que de alguma maneira usaram algum tipo de fonte literária.

Cidade, história e literatura

Não se separavam bem as pessoas e as coisas: o que se via era aquele ajuntamento, aquela aglomeração, que lá do alto parecia ser uma existência, uma vida, feita de muitas vidas e muitas existências. Não era o palacete ou o cortiço, não era o patrão ou o criado, não era o teatro ou o cemitério, não era o capitalista ou o mendigo; era a cidade, a grande cidade, a soma de trabalho, de riqueza, de miséria, de dores, de crimes de quase quatro séculos contados.

Lima Barreto, Numa e a Ninfa, 1915

Essa imagem em tons poéticos elaborada por Lima Barreto em *Numa e a Ninfa*⁴⁸, romance publicado em 1915, mostra como a concisa e expressiva definição de cidade formulada pelo autor se aproxima do modo coevo de definir a urbe em estudos de início do século XX. Fica claro na acepção do escritor carioca que a cidade não pode ser identificada apenas por seu aspecto material de pedra ou tijolo, unidades básicas da constituição de sua arquitetura, seu aspecto mais perene. Ele a concebe como uma soma de elementos amalgamados que formam a complexidade do assentamento urbano no qual as “pessoas e as coisas” não podem ser separadas. Nesse ponto, seu pensamento se conecta ao do historiador Lewis Mumford, segundo o qual as cidades, produto do tempo e da ação humana sobre o ambiente natural,

48 BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 [1915].

são os moldes dentro dos quais a existência dos homens se resfria e condensa, dando forma duradoura, por via da arte, a momentos que, de outra forma, findariam com os vivos e não deixariam atrás de si meios de renovação e de participação mais ampla.⁴⁹

Tal como Barreto, Mumford destaca a simbiose entre o material e o imaterial, este representado pela cultura, na composição da cidade, que em outros momentos, como mostra José D'Assunção de Barros⁵⁰, foi estudada com ênfase na sua forma urbana, ou pelos seus aspectos econômicos ou sociais, entre outras preocupações de seus observadores⁵¹.

Em outro de seus romances mais conhecidos, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*⁵², Lima Barreto reforça essa sua maneira de enxergar a cidade. Para tanto, ele lança mão de uma metáfora da biologia, recurso que, como mostram tanto Barros⁵³ como Philip Gunn e Telma de Barros Correia⁵⁴, não é exclusiva de poetas e escritores, mas de utilização bastante recorrente por cientistas sociais para definir a cidade, suas partes e seus problemas, sobretudo no século XX. O escritor postula que “a cidade é como um esqueleto, faltam-lhe as carnes, que são a agitação, o movimento de carros, de carroças e gente.”⁵⁵ Enunciado que encontra consonância nas palavras do urbanista Kevin Lynch, para quem “os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espetáculo, mas sim uma parte ativa dele”⁵⁶. Parte ativa esta que conglomera uma diversidade de atores e sujeitos, com suas singularidades e subjetividades, que também criam a cidade por meio de suas manifestações culturais, memórias, construções de significados e representações sociais.

49 MUMFORD, Lewis. A cultura das cidades. São Paulo: Itatiaia, 1961 [1938], p. 14.

50 BARROS, José D'Assunção de. A imaginação da cidade na história e nas ciências sociais: da leitura institucional às abordagens complexas. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 213–240, 2012.

51 Idem.

52 BARRETO, Lima. Triste fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1911].

53 BARROS, José D'Assunção de. Op. Cit.

54 GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: Bresciani, Maria Stella (Org.). Palavras da cidade. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

55 BARRETO, Lima. Op. Cit., p. 164.

56 LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1982, p. 11-12.

Esse paralelo entre o pensamento do literato e dos cientistas sociais evidencia a pertinência e a relevância da literatura para a reflexão sobre a cidade, entre os chamados discursos não especializados, tomando emprestado o termo do urbanista Arturo Almandoz⁵⁷. O próprio Mumford, em seus clássicos *A cultura das cidades*⁵⁸ e *A cidade na história*⁵⁹, lança mão de citações do romance *Tempos Difíceis*⁶⁰, de Charles Dickens, tomando Coketown, cidade fictícia criada pelo escritor britânico, como modelo da cidade industrial inglesa do século XIX⁶¹. Exemplo da incorporação de uma diversidade de documentos e discursos como fontes para se estudar a cidade que se intensificou ao longo do século XX, sobretudo após a consolidação do campo da História Cultural do Urbano. Abordagem que busca na interdisciplinaridade, somando contribuições das ciências humanas e da filosofia, um modo de alcançar um fenômeno tão complexo como a cidade. Esta analisada não apenas em seu aspecto concreto e tangível, como também em sua dimensão imaginária, a qual não necessariamente se desassocia da realidade, já que é fruto de uma construção coletiva de sentidos de quem nela vive ou observa.

Uma das principais referências da história cultural do urbano no Brasil, Sandra Pesavento⁶² destaca que ao estudar a cidade sob a perspectiva desse campo, a urbe deixa de ser considerada apenas um cenário privilegiado de fenômenos que interessam à história e passa ser ela mesmo “um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais.”⁶³ A investigação passa, portanto, a buscar também outros aspectos, como a dimensão do sensível, ou a cidade pensada, “urbes

57 ALMANDOZ, Arturo. Notas sobre historia cultural urbana: una perspectiva latinoamericana. *Perspectivas urbanas/Urban Perspectives*, Barcelona, ETSAV, v. 1, n.1, p. 29-39, 2002.

58 MUMFORD, Lewis. Op. cit.

59 MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1961].

60 DICKENS, Charles. *Tempos difíceis*. São Paulo: Clube do livro, 1969 [1854].

61 BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Literatura e cidade*. In: CARDOSO, Selma Passos; PINHEIRO, Eloísa Petti; CORRÊA, Elyane Lins (orgs.). *Arte e cidade. Imagens, discursos e representações*. Salvador: Editora UFBA, 2ed. 2015.

62 PESAVENTO, Sandra Jathay. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, jun. 2007.

63 Idem, p. 13.

que são capazes de se apresentarem mais 'reais' à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto.”⁶⁴

Nesse contexto de novos enfoques, as narrativas literárias ganharam espaço enquanto fonte de pesquisa histórica, em virtude de seu potencial de alcançar essa dimensão do sensível relacionada ao imaginário, representando um passo além da mera apreensão de sua feição material. Para a professora, arquiteta e urbanista Ana Claudia Veiga de Castro⁶⁵, como a realidade da cidade engloba essas dimensões múltiplas, “elas escapam às definições unívocas, não podendo ser compreendidas apenas pela sua dimensão morfológica - a literatura revelando-se aqui outra importante porta de acesso aos espaços e à vida vivida neles.”⁶⁶ Tal porta de acesso mencionada por Veiga de Castro se faz primordial, na visão de Arturo Almandoz, quando se toma a urbe como objeto de estudo e mais que “investigar as origens da urbanização em sua dimensão demográfica ou do urbanismo em seu sentido técnico, procura-se indagar a formação da cultura urbana e o despertar da consciência sobre a cidade em uma sociedade em particular.”⁶⁷

Por acessar esses matizes no âmbito da cultura a que se refere Almandoz que o historiador Antônio Celso Ferreira define a literatura como “fonte fecunda”, que possibilita “múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo”⁶⁸. Assim, enquanto é qualificada como fecunda por Ferreira, para Pesavento a literatura é “fonte privilegiada”, capaz de captar o que ela chama de “sintonia fina” de uma época, isto é, “as características essenciais que estariam na raiz dos modos de pensar, sentir, agir e, sobretudo, de representar o mundo.”⁶⁹ A historiadora também ressalta as

64 Idem, p. 15.

65 CASTRO, Ana Claudia Veiga De . Figurações da cidade: um olhar para a literatura como fonte da história urbana. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material , v. 24, p. 99-120, 2016.

66 Idem, p. 110.

67 ALMANDOZ, Arturo. Op. Cit., p. 32.

68 FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2020, p. 61..

69 PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro. Porto Alegre : Ed. Universidade UFRGS, 2002, p. 13.

particularidades das narrativas literárias em relação a outros documentos disponíveis ao pesquisador. Segundo ela, “a literatura não pode ser entendida como uma ‘fonte a mais’, mas justamente como a fonte que pode dar aquele “algo mais” que os documentos comumente usados pela história não fornecem.”⁷⁰

Ao refletir sobre essas especificidades apontadas por Pesavento e sobre as qualidades das fontes literárias para os estudos urbanos, a arquiteta e professora titular da Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Marta Llorente Díaz, por sua vez, ressalta a versatilidade e o alto potencial de representação dessas narrativas, classificando-as como

a forma mais acessível ao significado de todas as representações possíveis: aquela que é capaz de expressar tanto a imagem da realidade como a nossa forma de a perceber, o mundo objetivo que delimita as figuras dos espaços e os sentimentos que suscita. A literatura torna a esfera afetiva e a esfera objetiva simultâneas, pode narrar acontecimentos enquanto atende às impressões que se abrem em nós, pode estabelecer diferentes ângulos de visão através dos diferentes temas cuja linguagem encarna. Face à cidade, o texto literário tem sido possivelmente a forma mais complexa e completa da sua representação.⁷¹

É por essa complexidade, a que se refere a professora espanhola, que ela considera a literatura, entre as demais formas de se representar o meio urbano, a que “oferece o discurso mais incisivo, capaz de penetrar na relação crítica do sujeito com o espaço”⁷². Segundo ela, esse seria um poder inquestionável que “pertence ao pleno domínio da linguagem, embora também outros meios de representação possam iluminar e completar os argumentos críticos que são próprios da literatura, na medida em que compartilham muitos dos seus recursos”⁷³. Por ser essa ideia de representação mencionada por Díaz, e anteriormente por outros autores, um conceito chave ao se tomar a literatura como fonte, consideramos oportuno nos determos brevemente sobre ele.

70 Idem.

71 DÍAZ, Marta Llorente. Arte, literatura y ciudad: la palabra literaria frente al espacio habitado. In: CARDOSO, Selma Passos; PINHEIRO, Eloísa Petti; CORRÊA, Elyane Lins (orgs.). Arte e cidade. Imagens, discursos e representações. Salvador: Editora UFBA, 2ed. 2015, p. 10.

72 Idem, p. 15.

73 Idem

“A gente escreve o que ouve — nunca o que houve”

Essa famosa frase de Oswald de Andrade, que aparece no prefácio de seu romance *Serafim Ponte Grande*⁷⁴, pode ser tomada como um alerta sobre como analisar e interpretar as representações que emergem de um texto literário, ou sobre a maneira como a literatura deve ser apropriada em pesquisas históricas e historiográficas. Isto é, o pesquisador deve estar ciente de que, como outros documentos tomados como fonte, as narrativas literárias não revelam uma realidade absoluta, a qual não existe, mas criam representações que são parte da realidade. Como define Pesavento, representações são processos mentais que nos possibilitam construir sentidos e forjar uma realidade tanto do passado como do futuro⁷⁵. Baseando-se em Jacques Le Goff, a historiadora também explica o conceito como construção mental de uma realidade exterior relacionada à capacidade de abstração, sendo as representações manifestadas por meio de discursos e imagens com pretensão à realidade⁷⁶. No entanto, a autora faz a importante ressalva de que

imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real ou, em outras palavras, não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho. Há um décalage entre a concretude das condições objetivas e a representação que dela se faz. Como afirma Bourdieu, as representações mentais envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural. As representações objetivas são, expressas em coisas ou atos, são produto de estratégias de interesse e manipulação.⁷⁷

Destacamos essa idiosincrasia apontada pela historiadora na

74 ANDRADE, Oswald de. *Serafim Ponte Grande*. São Paulo: Editora Globo, 1990 [1933], p. 34.

75 PESAVENTO, Sandra Jathay. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, jun. 2007.

76 PESAVENTO, Sandra Jathay. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. *Representações: Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol.15, nº 29, 1995a.

77 Idem, p. 15.

maneira como a visão de mundo e as experiências acumuladas por cada indivíduo sugestionam a forma que ele expressa suas representações sobre algo ou alguém. Por isso, buscar conhecer fatores que circunscrevem a experiência do autor é determinante no momento da apreciação, por parte do pesquisador, das representações que emergem de um texto.

Ainda sobre as representações, a professora Sandra Makowiecky baseia-se em Roger Chartier⁷⁸ para aprofundar a discussão sobre a relação delas com a literatura e com a realidade. Ao enunciar que a representação é resultado de diversas práticas, ela exemplifica que a literatura

é representação, porque é o produto de uma prática simbólica que se transforma em outras representações. O mesmo serve para as artes plásticas, que é representação porque é produto de uma prática simbólica. Então, um fato nunca é o fato. Seja qual for o discurso ou o meio, o que temos é a representação do fato. A representação é uma referência e temos que nos aproximar dela, para nos aproximarmos do fato. A representação do real, ou o imaginário é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo.⁷⁹

Enquanto Makowiecky, conforme trecho acima, sustenta que as representações são produto de práticas simbólicas, Pesavento, ao defini-las no âmbito da história cultural do urbano, afirma que elas também são geradoras de práticas sociais, “porque demonstram um esforço de revelação/ocultamento dado tanto pelas imagens reais (cenários, paisagens de rua, arquitetura) como pelas imagens metafóricas (da literatura, pintura, poesia, discurso técnico e higienista etc.)”⁸⁰.

Makowiecky também leva a discussão para o contexto do urbano, ao tomar uma cidade para exemplificar que no processo de representação há um representante que poderá tomar o lugar do que representa, em algum contexto limitado:

Assim, uma cena da cidade de Florianópolis em uma

78 CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: Estudos Avançados, Rio de Janeiro, n.11(5), 1991.

79 MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. Caderno de Pesquisa Interdisciplinar Em Ciências Humanas, Florianópolis, v. 57, p. 1-30, 2003, p. 4.

80 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290.

obra plástica que evoca Florianópolis, por exemplo, tomará o lugar da cidade, naquele contexto limitado. Os significados da obra tomam o lugar da cidade, não de forma idêntica, porém análoga, através das atribuições de significados.⁸¹

Deste modo, diante de todas essas particularidades da representação em relação ao real, é mister recordar do alerta da historiadora Stella Bresciani sobre a “necessária mediação” do pesquisador ao utilizar textos literários como fonte, para não incorrer no erro de, em uma afetação naturalista, entendê-los como registro fiel e verossímil dos fatos, espelho ou “retratos de época da sociedade”⁸². Sobre essa mediação do historiador do urbano em relação às fontes literárias, Sandra Pesavento lembra que

é o historiador da cultura de hoje que vai se voltar, expost, para um tempo já transcorrido e do qual ele recolhe as representações literárias e urbanísticas para construir a sua representação. Nesse caso, a escrita da literatura não contemporânea ao tempo de narrativa do historiador opera — para ele — como fonte para a criação da sua versão. Ou seja, o historiador, que trabalha com um tempo que “corre” por fora da experiência do vivido, vai representar o já representado, re-imaginar o já imaginado. Nessa medida, imagens e textos são — para ele — fontes sobre as quais vai colocar suas questões.⁸³

Além de trabalhar nesse tempo que “corre por fora da experiência do vivido” e das implicações que isso acarreta, considerando a história também como representação, o pesquisador, ao tomar a literatura como fonte, precisa estar consciente de por quê e como fazê-lo. Ainda que, como sustenta Antonio Celso Ferreira, não haja métodos historiográficos específicos para lidar com esse tipo de fonte, há procedimentos que podem ajudar o historiador. O primeiro a ser feito é delimitar claramente o problema que será investigado e refletir

81 MAKOWIECKY, Sandra. Op. Cit., p. 4.

82 BRESCIANI, Maria Stella Martins. Literatura e cidade. In: CARDOSO, Selma Passos; PINHEIRO, Eloísa Petti; CORRÊA, Elyane Lins (orgs.). Arte e cidade. Imagens, discursos e representações. Salvador: Editora UFBA, 2ed. 2015, p. 78.

83 PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002, p. 11.

sobre a pertinência das fontes literárias para estudá-lo.⁸⁴

Outro dos cuidados mais básicos e importantes é estar a par do contexto em que a fonte literária foi produzida. Sobre esse aspecto, Sandra Pesavento aponta que é necessário saber a que questões ela respondeu, já que segundo a historiadora não há texto que não seja resposta a uma problematização. Conhecer essas questões é importante, portanto, para situar o autor espacial e culturalmente, compreender suas referências, o público a quem se destina o texto e a recepção que ele encontrou em seu tempo e ao longo dos anos.⁸⁵

Com o mesmo objetivo de chegar a essas informações fundamentais para interpretar e compreender as narrativas literárias, Antonio Celso Ferreira sugere algumas perguntas que devem ser feitas sobre as fontes e seus autores. Eis algumas delas:

Em que realidade social, econômica, política e cultural eles viviam, como e por que se lançaram à criação ficcional? Dentre as disponíveis em seu tempo, a que formas de construção narrativa recorrem e por que? Que significados atribuíram à literatura e que significados históricos podem ser lidos em suas obras? Que representações do mundo social eles criaram? Que desejos, angústias, utopias ou frustrações expressaram e o que isso tinha a ver com a vida coletiva da época? Que funções seus livros desempenharam na sociedade, como circularam, foram lidos ou apropriados?⁸⁶

Além dessas perguntas sugeridas por Ferreira, cujas respostas nos ajudam a delimitar uma problemática em relação às fontes, julgamos imprescindível concentrarmo-nos também nas escolhas que fazem os autores em relação à linguagem literária de seus textos. Como nos lembra o historiador Valdeci Rezende Borges⁸⁷, devemos prestar atenção na pluralidade do texto a fim de ver emergir seus distintos significados, uma vez que a obra não possui um sentido único. Isso nos parece ainda mais pertinente quando se trata de interpretar poesia ou outros gêneros essencialmente líricos e metafóricos. Borges

84 FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2020.

85 PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

86 FERREIRA, Antônio Celso. Op. Cit., p. 80.

87 BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. *rth* |, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 94–109, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em: 14 fev. 2022.

ressalta também que

é fundamental evitar o caminho da crítica e da história literária tradicional, que buscava o sentido do texto em si e se distanciava da prática sócio-histórica. A ideia de um texto não fechado, da instabilidade de sentido, da pluralidade interna da linguagem, aponta que há textos abertos a reapropriações múltiplas, que permitem construções diversas de sentido.⁸⁸

Havendo essa multiplicidade de sentidos a que se refere Borges, parece-nos pacificado, portanto, que a literatura não deve ser tomada apenas como fonte de conteúdo, ainda que este possa ser confrontado com a realidade. No entanto, mesmo nessa situação, ou em se tratando de um texto não-ficcional, a realidade mantém com a literatura e com a história uma relação complexa e ambígua sobre a qual passamos agora a uma breve reflexão, tendo Brasília como referência.

88 Idem, p. 105.

História versus Literatura

Não é apenas a narração em primeira pessoa que aproxima estilisticamente este primeiro parágrafo do livro *Brasília: uma realização em marcha*, de Moisés Gicovate, a um texto literário:

Tive vontade de conhecer Brasília em sua fase de formação. Dia 22 de abril de 1959. Sete horas da manhã na capital bandeirante. Os motores do avião imprimem o máximo de força e o Viscount desliza na pista do Aeroporto de Congonhas. Em poucos minutos o aparelho ganha altura e a metrópole paulista se apresenta a nossos olhos em toda a sua plenitude.⁸⁹

Vemos que a retórica, o estilo narrativo, o ritmo, o lirismo e a escolha lexical também nos remetem à literatura. No entanto, o volume em questão, publicado em 1959, pode ser atribuído a um grupo de obras produzidas à época que ficou conhecido como historiografia tradicional de Brasília. Trabalhos que, como definiram os arquitetos Luiz Gustavo Sobral Fernandes e Carlos Alberto Ferreira Martins⁹⁰, estão comprometidos com o discurso heroico, apologético e desenvolvimentista de JK e seu grupo político. Tal como a cidade é exaltada e representada como grande realização, com alto potencial de transformação do país, o presidente também é celebrado nesses textos “como um ‘político pleno’, ‘homem de visão estratégica’ e profundamente envolvido com o ‘desenvolvimento nacional’”⁹¹. Característica que a historiadora Viviana Ceballos⁹² chama de “simbiose” entre Juscelino Kubitschek e a história de Brasília ou a impossibilidade que eles encontram de falar sobre um sem mencionar o outro. Ao mesmo tempo que historiciza a nova capital por meio

89 GICOVATE, Moisés. *Brasília: uma realização em marcha*. São Paulo: Melhoramentos, 1959, p. 13.

90 FERNANDES, Luiz Gustavo Sobral; MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. Interpretando a historiografia da Arquitetura Moderna Brasileira: Brasília e monografias entre 1959 e 1973. *Revista Docomomo*, v. 3, n. 4, 2018.

91 Idem, p. 51.

92 CEBALLOS, Viviane Gomes. “E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília. Dissertação (mestrado em História). Campinas: 2005.

de uma longa sucessão de grandes personagens e antecedentes históricos que começa no século XVIII, JK é representado como o estadista audaz e destemido, o homem genial que finalmente tiraria do papel o sonho por tanto tempo acalentado pelos brasileiros de construir uma nova cidade para a qual a capital seria transferida, no interior do país⁹³. Simbiose que não ficou restrita a narrativas de caráter histórico, mas reforçada também na literatura, como nos mostra a própria Ceballos ao apresentar como exemplo de sua tese o trecho de uma crônica de Clemente Luz⁹⁴, considerado um dos primeiros cronistas e escritores da cidade: “Brasília e JK eram dois nomes entrelaçados de tal maneira, como nomes de namorados traçados num tronco – só se separariam pela ação da fatalidade, com o corte criminoso do tronco ou a sua derrubada pelo raio imprevisível”⁹⁵. Em outro trecho, este não mencionado pela autora, o cronista busca estabelecer esse entrelaçamento entre Brasília e JK de maneira ainda mais clara:

quando a alegria explodia, em risos e lágrimas, nas faces de chefes e operários, à hora da cumeeira... então, ninguém fazia distinção entre a Cidade, que se construía, chamada Brasília, e o homem chamado Juscelino, que decidiu construí-la, no tempo do desafio, contra toda a expectativa do derrotismo.⁹⁶

Neutralizar isso que Clemente Luz chama de “expectativa do derrotismo” seria, portanto, a estratégia por trás dessa forma de historiar a cidade, como sustenta o historiador Laurent Vidal⁹⁷. Isto é, evocar grandes figuras e fatos históricos a fim de blindar Brasília de críticas ou, em suas palavras, envolver “a construção da nova capital em casulo mitológico que a torna impermeável a qualquer ataque e que faz dela o ponto de convergência de todas as esperanças brasileiras e de todas as aspirações nacionais”⁹⁸. Conclusão semelhante à do escritor Jorge Amado em conversa com Simone de Beauvoir durante visita a capital em 1960: “Amado reconhecia que Brasília era um mito: reconhecia, porém, que Kubitschek só obtivera adesões, créditos,

93 Idem.

94 LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*. Brasília: Ebrasa, 1968.

95 Idem, p. 18.

96 Idem.

97 VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

98 Idem, p. 243.

sacrifícios, porque se apoiara em um mito; a nação os teria recusado a empresa mais racionais e menos fascinantes.”⁹⁹

Mas além de lançarem mão desses “antecedentes históricos” e de reforçarem essa “simbiose” entre Brasília e JK, o que também nos leva a crer que tais textos historiográficos estariam comprometidos com os protagonistas da fundação da nova capital? A arquiteta e urbanista Maria Fernanda Derntl¹⁰⁰ atenta para a relação dos autores com os protagonistas que, não raro, eram os próprios autores dessas narrativas. Muitos deles eram próximos de JK, ou trabalhavam no governo, fato que tornava recorrente que se colocassem em papel de destaque nas narrativas históricas que escreviam

Seja em discursos amplamente divulgados à época ou em memórias publicadas posteriormente, tais registros legitimavam-se na autoridade daqueles que teriam testemunhado fatos de perto e buscavam afirmar seu próprio papel nos acontecimentos. Ao lado desses protagonistas, também simpatizantes e apoiadores diversos – jornalistas, diplomatas, funcionários da Novacap – escreveram textos acerca da história de Brasília, muitas vezes precedidos por uma breve apresentação do próprio JK, que vinha dar chancela à obra.¹⁰¹

É o caso do já mencionado livro de Clemente Luz, *Invenção da Cidade*, publicado em 1968, que traz uma apresentação de JK, na forma de reprodução fotográfica de um texto escrito a próprio punho por Kubitschek. O mesmo ocorre com *A nova capital: Por que, para onde e como mudar a capital federal*¹⁰², de Peixoto da Silveira, publicado em 1957, e *Quando mudam as capitais*¹⁰³, de José Oswaldo Meira Penna, cujas edições posteriores a *Por que construí Brasília*¹⁰⁴

99 BEAUVOIR, Simone de. Sob o signo da história. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, p. 284.

100 DERNTL, Maria Fernanda. Vertentes da historiografia e da crítica de Brasília. ARQUITEXTOS (SÃO PAULO), v. n. 249.06, p. s.p., 2021. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.249/8010>> Acessado em 11/04/2022.

101 Idem.

102 SILVEIRA, Peixoto da. A nova capital: Por que, para onde e como mudar a capital federal. Rio de Janeiro: Pongetti, 2ª Edição, 1959.

103 PENNA, José Oswaldo Meira. Quando mudam as capitais. Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 2002.

104 OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Por que construí Brasília. Brasília: Senado Federal, 2000.

— livro de memórias de JK publicado em 1974, apresentam trechos do texto memorialístico de Kubitschek como apresentação. *Brasília: uma realização em marcha*, de Moisés Gicovate, não conta com texto assinado por JK em suas páginas introdutórias, mas é dedicado a ele que “compreendendo haver chegado o momento oportuno para acelerar a marcha para o Oeste, faz surgir, com ímpeto e coragem, no coração do Brasil, a nova capital”¹⁰⁵. E o que mais, além de fazer apologia a Brasília, esses títulos têm em comum? Todos eles, com exceção do de Clemente Luz, que ainda não havia sido lançado, foram enviados pela Divisão de Divulgação da Novacap a postos de representação diplomática do Brasil no exterior, em um esforço de divulgar Brasília internacionalmente, conforme registra uma nota da revista *brasília* de janeiro de 1961¹⁰⁶. O registro ainda menciona, entre outros, *Brasil, capital Brasília*¹⁰⁷, obra historiográfica do diplomata, escritor e poeta Osvaldo Orico, e *Tia Margarida vai a Brasília*¹⁰⁸, romance de Jayme Martins impresso pelo IBGE. Além de conferir certo caráter oficial às narrativas das obras mencionadas, a nota publicada na revista *brasília* — periódico editado pela Novacap também com o intuito de defender a nova capital e seus paradigmas modernistas — ainda demonstra como a literatura foi mobilizada por órgãos oficiais com o intuito de legitimar a cidade. Outro exemplo que faz parte desse mesmo esforço é a inclusão de narrativas literárias, como crônicas de Machado de Assis e Olavo Bilac, compiladas pelo Serviço de Documentação da Presidência da República entre o rol de documentos da *Coleção Brasília*¹⁰⁹, conjunto de 18 volumes que buscava “oferecer aos estudiosos os elementos documentais relativos à interiorização da capital do Brasil, tanto de seu aspecto histórico quanto do político, social e econômico”¹¹⁰. A incorporação dessas crônicas demonstra que o próprio Serviço de Documentação da Presidência da República reconhecia, naquela época, a pertinência de tais narrativas literárias

105 GICOVATE, Moisés. *Brasília: uma realização em marcha*. São Paulo: Melhoramentos, 1959, p. 3.

106 BRASÍLIA, v.1, n. 49, p. 14, jan. 1961.

107 ORICO, Osvaldo. *Brasil, capital Brasília*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1958.

108 MARTINS, Jayme. *Tia Margarida vai a Brasília: História para alguém contar às crianças*. Rio de Janeiro: Edições Buriti, 1959.

109 BRASIL. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Antecedentes históricos. Coleção Brasília*. Rio de Janeiro, v. 1, 1960.

110 Idem, p. 9.

como fontes históricas.

Voltemos agora ao nosso exemplo inicial, *Brasília: uma realização em marcha*, de Moisés Gicovate, para frisar o quanto as obras dessa fase da historiografia de Brasília tomam empréstimos de linguagem e de retórica da literatura. Todo o primeiro capítulo segue o mesmo tom do trecho que apresentamos na abertura deste tópico. Inclusive o título, *Instantâneos de Brasília*, carrega em si uma metáfora relacionada à fotografia, e essa figura de linguagem reforça nossa percepção de similaridade com o gênero literário, que é acentuada também pelo ritmo dos períodos e parágrafos curtos. Já o capítulo X, *Brasília: a pioneira do oeste*, não é narrado em primeira pessoa, mas é marcado por outros recursos literários:

Brasília faz com que o Brasil se volte para si mesmo. Olhe para si mesmo, voltado para dentro. É o toque de despertar das próprias energias. A alvorada de um Brasil melhor. É a tomada de consciência de um povo. Um hino de louvores de si mesmo.

Brasília representa a reparação dos erros do passado. Trampolim para o futuro, Brasília é a expressão da força do presente e da pujança do porvir.

Brasília é o símbolo da marcha da civilização para os sertões imensos, e, assim, da consolidação da unidade territorial, ou da própria nacionalidade. É o coração da pátria, porque, “dentro do coração do país, a capital pode ser mesmo o seu coração o seu cérebro”.

Brasília impõe-se por si mesma. Todos os brasileiros conscientes devem desejá-la ardentemente. Ela será a guardiã do espírito de tradição, indispensável a um povo que queira manter a sua identidade e que queira manter-se unido.¹¹¹

Selecionamos apenas esses quatro parágrafos, mas ao todo são onze deles iniciados pelo autor com a palavra Brasília grafada em itálico. Podemos dizer que, nessa sequência, Gicovate lança mão da anáfora, isto é, repetição da mesma palavra ou grupo de palavras no princípio de frases ou versos consecutivos, figura de linguagem bastante utilizada na poesia. Nesse caso, o autor parece utilizá-la para enfatizar a força da capital como agente transformador da realidade brasileira. No trecho em destaque, também notamos o uso de outras figuras de linguagem, como a prosopopeia e a metáfora — inclusive metáforas ligadas à biologia, como vimos, muito comum para

representar as cidades — o que também reforça o aspecto literário do texto nesse momento do livro.

Por também ter sido escritor e poeta, parece natural que seu “historiográfico” *Brasil, capital Brasília* apresente linguagem mais poética. Porém, há alguns momentos em que esse hibridismo aparece de forma mais evidente:

Tendo sido o sonho de um Sábio, foi Brasília, também, a visão de um Santo. Sua história está misturada com o ideal da Independência e com a poesia dos Missionários. Despiu o manto de seu mistério para entremostrear-se, quase corpórea, à contemplação profética de São João Bosco.¹¹²

É possível perceber de forma clara o lirismo da escrita de Orico nesse trecho em que relaciona a história da capital à poesia, bem como às literárias memórias de Dom Bosco as quais conteriam a profecia do surgimento de Brasília. Notemos como ele escreve “Sábio”, ao se referir a JK, com letra maiúscula tal qual “Santo” em referência ao padre italiano canonizado pelo Vaticano.

Embora as aproximações e distanciamentos não ocorram apenas no âmbito da linguagem e da retórica, partimos desses exemplos para refletir sobre as relações sobre a história e a literatura, suas diferenças, conexões e fronteiras, estas muitas vezes diluídas ou embaçadas. Por isso, quando tomamos a literatura como fonte histórica, julgamos ser fundamental estar conscientes dessas sobreposições para que, nas palavras de Sandra Pesavento, a “dualidade verdade/ficção ou a suposta oposição real/não-real, ciência ou arte”¹¹³ não seja tratada de forma estanque, ingênua ou mesmo equivocada. Também é preciso frisar que não tomaremos aqui a literatura como sinônimo de ficção, conforme é tratada em considerável parte das discussões entre sua relação com a história, e as implicações sobre conceitos como realidade, objetividade e imparcialidade de ambas as narrativas.

Nesse aspecto, ao tratar da relação história *versus* literatura, Antoine Compagnon lembra que a “história dos historiadores” não é mais vista como uma narrativa única e imparcial, mas são compostas de diversas “histórias parciais, de cronologias heterogêneas e de relatos

112 ORICO, Osvaldo. Op. Cit., p. 231.

113 PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). História & Literatura: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 14.

contraditórios”¹¹⁴. Sendo assim, não tem um sentido único nem absoluto:

A história é uma construção, um relato que, como tal, põe em cena tanto o presente como o passado; seu texto faz parte da literatura. A objetividade ou a transcendência da história é uma miragem, pois o historiador está engajado nos discursos através dos quais ele constrói o objeto histórico.¹¹⁵

Deste modo, enquanto para Compagnon a objetividade da história é uma ilusão, para Roger Chartier não é mais aceitável pensar que há uma distinção nítida entre a ficção e o discurso histórico, tampouco uma oposição entre as maneiras que eles representam o real. Entre os motivos que o historiador elenca para defender o ofuscamento dessa distinção é a “a evidenciação da força das representações do passado proposta pela literatura”, sendo que “algumas obras literárias moldaram, mais poderosamente que os escritos dos historiadores, as representações coletivas do passado”¹¹⁶. Além disso, outro motivo que dilui as fronteiras entre a história e a literatura é que esta

se apodera não só do passado, mas também dos documentos e das técnicas encarregados de manifestar a condição de conhecimento da disciplina histórica. Entre os dispositivos da ficção que minam a intenção ou a pretensão de verdade da história, capturando suas técnicas de prova, deve-se colocar o “efeito da realidade” definido por Roland Barthes ([1968] 1984) como uma das principais modalidades da “ilusão referencial”.¹¹⁷

Esse “efeito da realidade” definido por Barthes e mencionado por Chartier também está próximo do que Sandra Pesavento¹¹⁸ caracteriza como versões da experiência do vivido, que são elaboradas pelos historiadores. Segundo ela, seria impossível repetir o que já se passou e, por isso, o tempo não seria o passado, tampouco o presente, mas um tempo histórico que é recontado pela narrativa. Tais versões

114 COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: literatura e senso comum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 219.

115 Idem.

116 CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 25.

117 Idem, p. 27.

118 PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). História & Literatura: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006.

não seriam, portanto, a reconstituição dos fatos, mas aproximações possíveis e plausíveis. Nessa linha de raciocínio, o que o pesquisador consegue atingir é a “verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto.”¹¹⁹

Ao tomar parte nessa discussão, o Antonio Celso Ferreira¹²⁰ aponta o historiador Hayden White — identificado com o grupo do chamado *linguistic turn*, que coloca em dúvida as delimitações entre ciências e disciplinas — como um dos mais radicais pensadores que assumem a postura de mover fronteiras e tomar a literatura e história como matérias que se sobrepõem. De fato, White chega a sugerir certa equivalência entre os dois tipos de narrativas, no que toca às noções de realidade e ficção. Para o historiador, haveria

uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências.¹²¹

White chama de relutância e critica aqueles que preferem não tomar as narrativas históricas como ficções verbais. Antonio Celso Ferreira, por sua vez, define como radicalismo essa postura de White, ponderando que na atualidade interpretações extremistas como essa tendem a perder força diante da postura de historiadores que preferem a existência de traços comuns entre ambos os tipos de narrativas, sem deixar de reconhecer as especificidades da História que fazem dela uma disciplina, ou seja, a “construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso do conhecimento e seu objeto”¹²². Esta é, precisamente, a postura que Sandra Pesavento assume diante de tal comparação. Para ela, se a história não reflete

119 Idem, p. 16.

120 FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2020.

121 WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 98.

122 FERREIRA, Antônio Celso. Op. Cit., p. 77.

veridicamente o passado, mas o recria por meio de uma versão, esta seria uma “ficção controlada”, e tal controle seria exercido por meio de “rigores do método - testagem, comparação e cruzamento -, na sua busca de reconstituir uma temporalidade que se passou por fora da experiência do vivido.”¹²³ Por outro lado, a historiadora destaca que a literatura também apresenta suas especificidades que lhe dão um caráter próprio. Nesse sentido, o texto literário

é enriquecido pela propriedade de ser o campo por excelência da metáfora. Esta figura de linguagem, pela qual se fala de coisas que apontam para outras coisas, é uma forma da interpretação do mundo que se revela cifrada. Mas, talvez aí, esteja a forma mais desafiadora de expressão das sensibilidades diante do real, porque encerra aquelas coisas “não-tangíveis” que passam pela ironia, pelo humor, pelo desdém, pelo desejo e sonhos, pela utopia, pelos medos e angústias, pelas normas e regras, por um lado, e pelas suas infrações, por outro.¹²⁴

Tais atributos mencionados por Pesavento, como as figuras de linguagem e o humor, que enriquecem o texto literário e o relacionam a sensibilidades não tangíveis, nem sempre podem ser identificados claramente ou por vezes sequer aparecem em algumas narrativas identificadas como literatura. Por vezes, outras características são predominantes. É o caso da edição especial dedicada a Brasília da revista em quadrinhos *Epopéia*¹²⁵, na qual o caráter historiográfico se sobressai em relação ao literário. Editada pela Ebal (Editora Brasil América Limitada) a partir de 1952, a publicação adaptava para a linguagem de quadrinhos narrativas históricas e mitológicas, buscando envolver os leitores ao agregar elementos de narrativas de herói e aventura¹²⁶. No entanto, no caso da edição que trata de Brasília, nota-se justamente a ausência dessas características envolventes que são típicas da literatura e das histórias em quadrinhos. Assim, se iniciamos essa discussão com um exemplo de texto historiográfico fortemente

123 PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). História & Literatura: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 19.

124 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit., p. 21.

125 BRASÍLIA, coração do Brasil. *Epopéia*, Rio de Janeiro, jan. 1959. Edição especial.

126 CHINEN, Nobu; VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. Literatura em quadrinhos no Brasil: uma área em expansão. In: RAMOS, Paulo; VERGUEIRO, Waldomiro; FIGUEIRA, Diego (orgs). Quadrinhos e literatura: diálogos possíveis. São Paulo: Criativo, 2014.



Figura 2. Trecho da revista em quadrinhos *Brasília, coração do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América Limitada, janeiro 1959.

marcado pela literatura, vejamos agora o contrário, com um trecho de *Epopeia*¹²⁷:

Esse pequeno recorte é representativo de toda a revista e mostra que, ao contrário do que é comum às histórias em quadrinhos, a narrativa da edição especial de *Epopeia* não se desenvolve predominantemente por meio de balões de diálogo e imagens que representam a ação, mas por caixas com longos textos de caráter historiográfico. Aliás, há pouca ação e não se vê nitidamente um conflito que se resolva ao longo do fio narrativo que atraia a atenção do leitor. O que vemos é uma sucessão de personagens e momentos históricos dispostos cronologicamente, com poucas e burocráticas falas de alguns personagens, resultando em um ritmo enfadonho e sem clímax. Em síntese, uma narrativa em que a história predomina sobre a literatura, no sentido de não haver a preocupação

127 BRASÍLIA, coração do Brasil. *Epopeia*, Rio de Janeiro, jan. 1959. Edição especial, p. 8.

com um encantamento estético. Poderíamos chamar de história ilustrada, embora a essência do gênero escolhido para narrá-la seja eminentemente literária. Tal constatação não pode ser justificada pela temática histórica da publicação, uma vez que outras produções, como *Cai o Império! República Vou Ver*¹²⁸ e *D. João Carioca: A corte portuguesa chega ao Brasil*¹²⁹, ambos escritos por Lilia Moritz Schwarcz, são exemplos de histórias quadrinhos de temas históricos, mas com a linguagem tipicamente literária como se espera desse gênero. Por falar nesse gênero, diante da acalorada discussão se as histórias em quadrinhos são ou não literatura, tendemos a concordar com os autores que a consideram linguagens distintas e autônomas a despeito dos múltiplos possíveis diálogos que estabelecem entre si.¹³⁰ Ou como explica a jornalista e pesquisadora Sônia Luyten, apesar de os quadrinhos se nutrirem da literatura, o resultado final é uma nova modalidade artística, tal qual o cinema, cuja literatura predomina no roteiro, mas não se confunde com o produto final audiovisual¹³¹. Porém, ainda que não seja literatura em sentido estrito, incluímos a revista *Epopéia* entre o nosso rol de fontes, tal como nos sentimos à vontade de incluir letras de canções, como o poema sinfônico *Sinfonia da Alvorada*, de Antônio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes, do qual analisaremos isoladamente apenas o texto da peça musical.

128 SCHWARCZ, Lilia; ANGELI, Arnaldo. *Cai o Império! República Vou Ver!*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

129 SCHWARCZ, Lilia; SPACCA, João. *D. João Carioca: A corte portuguesa chega ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

130 CHINEN, Nobu; VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. Op. Cit.

131 BIBE-LUYTEN, Sônia M. *O que é história em quadrinhos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Brasília: literatura como história (e história como literatura)

Como vimos, desde Mumford, o estudo da cidade com a contribuição de textos literários não é uma prática nova. No caso de Brasília, que já nasceu sob o signo da literatura, como abordamos no início desta introdução, a escrita de sua história também contou com esse diálogo, muitas vezes ambíguo, desde as pioneiras obras que tiveram a capital como objeto. Neste tópico, levantamos algumas obras que lançaram mão desse recurso, e em alguns casos em que as fronteiras entre literatura e história aparecem de modo tênue. Também compilamos relevantes trabalhos acadêmicos, que possuem Brasília como objeto, e cujas fontes principais são textos literários. Longe de pretender realizar um panorama exaustivo da historiografia de Brasília que empregaram textos literários como fonte ou que trataram especificamente da relação entre a cidade a literatura, nossa intenção com esse levantamento foi alcançar uma melhor definição de nossos próprios objetivos de pesquisa, em busca de caminhos pouco ou ainda não trilhados. Além disso, o vemos como um desdobramento da reflexão sobre a pertinência da literatura como fonte de investigações da cidade e como método de identificação do potencial corpus literário do nosso próprio trabalho aqui proposto.

Antes mesmo de o Serviço de Documentação da Presidência da República editar em 1960 a *Coleção Brasília* que, como já mencionamos, incluiu crônicas de Machado de Assis e Olavo Bilac entre as fontes documentais dos chamados “antecedentes históricos” da cidade, alguns títulos já haviam feito o mesmo ao contar a história da capital. Do mesmo Francisco Manoel Brandão — autor de *Brasília e o Buritizeiro*¹³², no qual sugere o plantio de um buriti como monumento da capital inspirado no poema em prosa de Afonso Arinos — *Brasília: Folclore e Turismo*¹³³ também recorre à literatura como fonte. Resultado da tese apresentada pelo autor no V Congresso Brasileiro de Turismo

132 BRANDÃO, Francisco Manoel. Brasília e o buritizeiro. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1958.

133 BRANDÃO, Francisco Manoel. Brasília Folclore e Turismo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1998.

realizado no ano da publicação, em 1957, na cidade Caxambu (MG), o objetivo do livro é claramente mostrar como Brasília já nasceria com rica e diversificada cultura popular presente nas cidades goianas do Entorno, com grande potencial para o turismo. Não por acaso, as duas obras do autor que mencionamos também integram a lista de obras enviadas pela Novacap ao exterior a fim de divulgar a construção de Brasília. Entre as diversas manifestações culturais da região do Planalto Central apresentadas no livro, o tópico *Brasília em moda de viola* reproduz os versos de uma canção do gênero que o autor teria recolhido de cozinheiras de uma pensão situada no “caminho da capital”, cuja localização exata não é informada. Brasília é citada na estrofe final:

Campo Limpo vale um conto
E Brazlândia um conto e cem
A Brasília vale tudo
Pelo moreno que tem.¹³⁴

Não parece haver outro motivo para a inclusão da cantiga a não ser mostrar que a ideia da construção da cidade já havia sido assimilada pelo povo, e aprovada, já que não é representada de forma negativa. Ela já faria parte do imaginário popular, ou nas palavras do autor, “já está incorporada ao folclore”¹³⁵.

No apologético historiográfico *Brasil, capital Brasília*, de 1958, Osvaldo Orico também lança mão de letras de canções para argumentar que “uma das tarefas mais difíceis do atual governo é familiarizar a burocracia comodamente instalada no Rio de Janeiro com a mudança da sede do governo”¹³⁶. Ao afirmar que o carioca exprimia seu “despeito” por meio da música popular porque temia perder “regalias”, ele cita o exemplo da sempre lembrada canção *Não vou a Brasília*, composta por Billy Blanco. No entanto, passa a apresentar, em seguida, uma série de outras canções e um longo poema, de caráter cordelista, que dispõem em contrário. Interessante notar que em todos os exemplos transcritos pelo autor, Juscelino Kubitschek também é celebrado ao lado da nova capital. Seu nome

134 Idem, p. 198.

135 Idem, p. 197.

136 ORICO, Osvaldo. *Brasil, capital Brasília*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1958, p. 173.

é evocado tanto como autor de uma grande obra, quanto como uma figura popular que exerce grande poder de convencimento sobre o povo que o obedece com gosto ao ser convocado a habitar a cidade. É o caso de *Adeus Mangueira*, de Herivelto Martins, cantado por Grande Otelo: “Juscelino está chamando, / eu vou morrê de saudade, mas vou”¹³⁷. Ou do samba *Vamos pra Brasília*, de Sebastião Gomes, Átila Bezerra e Valdir Ribeiro, sucesso de Carnaval na voz de Jorge Veiga: “A ideia não é má / nasceu de JK / então vamos pra lá / que vai ser um chuí, oi..”¹³⁸. O que Orico parece sugerir é que se havia resistência à mudança da capital, e isso estava expresso em uma canção, por outro lado havia diversas outras manifestações da cultura popular que expressavam o contrário e consagravam Brasília como grande feito do governo JK. Porém, sabemos que havia numerosas outras canções, crônicas e charges que demonstravam descontentamento em relação a Brasília. Essa leva de músicas populares sobre Brasília foi abordada em diversos estudos entre os quais podemos destacar *As lágrimas do Rio*, de Laurent Vidal¹³⁹, *Brasília: pátina do futuro*, de Hugo Segawa¹⁴⁰ e “*Eu vou pra Maracangalha, eu vou...*”: JK e a Distopia Brasília na música popular e nas charges da revista *Careta* (1956-1960), de Wagner da Costa¹⁴¹.

Outra obra identificada com a historiografia escrita por protagonistas da construção da capital, *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*, do médico e diretor da Novacap, Ernesto Silva¹⁴², publicada em 1971, também dedica uma seção de seu livro à literatura. Após à clássica cronologia de fatos

137 Idem, p. 175.

138 ORICO, Osvaldo. Op. Cit., p. 178.

139 VIDAL, Laurent. *As lágrimas do Rio: o último dia de uma capital*: 20 de abril de 1960. São Paulo: Martins Fontes - selo martins, 2012.

140 SEGAWA, Hugo Massaki. Brasília: pátina do futuro. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 10, n. 3, p. 430–474, 2019. DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8654756. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8654756>. Acesso em: 18 abr. 2022.

141 COSTA, Wagner Cabral da. "Eu vou pra Maracangalha, eu vou...": JK e a Distopia Brasília na música popular e nas charges da revista *Careta* (1956-1960). *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 303-332, Apr. 2013. Available from <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000100014&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Apr. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000100014>.

142 SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília, Linha Gráfica Editorial, 1999.

e personagens históricos iniciada com Tiradentes e a Inconfidência Mineira, passando por fatos já ocorridos durante o governo JK, como o concurso que escolheu o plano urbanístico da cidade, a chamada Primeira Missa de Brasília, e outros planos elaborados para Brasília, como o educacional e o de assistência social, Silva apresenta o capítulo *Brasília - Inspiração de poetas*. Trata-se de uma compilação de poemas panegíricos, em sua maioria apresentados anteriormente na revista *brasília*, da Novacap, representando a capital de forma grandiosa, heroica e mítica, com linguagem rebuscada e formas pré-modernas como sonetos e odes. O autor destaca que os textos líricos foram escritos não somente em português, como em inglês e em francês, cuja intenção parece ser afirmar que a capital conquistara tanto o interesse de artistas internacionais como de poetas pouco conhecidos do grande público.

Já a poesia de cordel é fonte para o livro de Geraldo Irinêo Joffily, *Brasília e sua ideologia*¹⁴³. Joffily foi um dos primeiros juizes de Brasília, nomeado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) em maio de 1960, preso e colocado à disposição pela Ditadura Militar em 1964 e reintegrado ao cargo somente após a anistia de 1979. Viviane Ceballos destaca que esse livro de Joffily é um dos primeiros a abordar o violento episódio que ficou conhecido como Massacre da Pacheco Fernandes, em que os paramilitares da Guarda Especial de Brasília (GEB) mataram dezenas de operários da construtora Pacheco Fernandes após uma revolta dos trabalhadores contra precárias condições de trabalho. No capítulo em que biografava Bernardo Sayão — um dos diretores da Novacap até a data de sua morte em 1959 e figura heroicizada tanto pelos protagonistas quanto pelos anônimos da construção de Brasília — o autor traça um interessante paralelo entre a morte do engenheiro e o conto *A vingança da Peroba*, de Monteiro Lobato¹⁴⁴. O texto ficcional fala da árvore que se vinga de quem a acerta com um machado, matando o “desgraçado” estrepado ou com a queda de um galho seco sobre sua cabeça. Joffily cita a “exata coincidência” entre o conto e a vida real, já que Sayão, cuja façanha mais admirada à época da construção da nova

143 JOFFILY, Geraldo Irinêo. *Brasília e sua Ideologia*. Brasília: Thesaurus, 1977.

144 LOBATO, Monteiro. *Urupês, Outros Contos e Coisas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

capital foi cortar a floresta amazônica para a construção da rodovia Belém-Brasília. Durante a empreitada, morreu em atingido por uma árvore derrubada na obra. Sem mencionar o livro *Bernardo Sayão: Bandeirante Moderno*¹⁴⁵, editado pelo Serviço de Documentação da Presidência da República em 1959, que reúne grande parte das obras que Joffily cita indiretamente, o autor acrescenta que a morte de Sayão serviu de inspiração a diversos textos literários. Ele ainda transcreve parte do poema do tipo ABC, do cordel *Dr. Sayão*, escrito pelo poeta e cordelista paraibano, radicado em Anápolis (GO), Paulo Nunes Batista. Joffily justifica a escolha do gênero do texto literário transcrito em seu livro como uma maneira de comprovar a popularidade do finado diretor da Novacap.

Como se depreende pelo título e pelo texto de apresentação da quarta capa, há uma clara pretensão historiográfica em *Deste Planalto Central... o histórico e o pitoresco*¹⁴⁶, publicado em 1978 pelo jurista e membro da Academia de Letras e Artes do Planalto, José Dilermando Meireles. No entanto, também podemos considerá-la uma obra de caráter literário. Entusiasta da construção de Brasília, o autor colaborou com o processo de desapropriação de terras do quadrilátero do Distrito Federal, sobretudo na região de sua cidade natal, Luziânia (GO). É desse ponto de vista que ele escreve as crônicas que aparecem no livro. Apesar da pretensão historiográfica e de narrar fatos reais, o autor não tem compromisso com os métodos da história, e tanto a linguagem como as escolhas temáticas aproximam a obra mais da literatura do que da história, o que também não diminui sua relevância para a historiografia de Brasília e dos municípios vizinhos ao DF. *Deste Planalto Central... o histórico e o pitoresco* é, por exemplo, uma das diversas obras literárias sobre as cidades do Entorno do DF analisadas por Andréa Borghi Jacinto¹⁴⁷ em sua tese de doutorado em Antropologia na Universidade de Brasília.

145 BRASIL. Bernardo Sayão: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

146 MEIRELES, José Dilermando. *Deste Planalto Central... o histórico e o pitoresco*. Luziânia: Jorluz Editora, 1978.

147 JACINTO, Andréa Borghi. *Margens Escritas: versões da capital antes de Brasília*. Brasília: 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Brasília (UnB), 2003.

José Dilermando Meireles também é o organizador do livro *Apologia de Brasília*¹⁴⁸, cujo título já explicita o teor e o tom de seu conteúdo. Entretanto, apesar de ser tributário da tese historiográfica que busca no Brasil Colônia o início da história da nova capital, o organizador optou por iniciar o volume pelo lançamento da Pedra Fundamental de Planaltina, então município goiano escolhido para receber o monumento em 1922. Esta opção denota uma valorização do Estado de Goiás que se explica por ser a obra, como afirma Meireles na dedicatória, uma homenagem a Brasília do povo do município goiano de Luziânia. Nessa mesma seção introdutória, ele também discorre sobre a diluição das fronteiras entre história e ficção:

Este livro, cuja elaboração foi confiada a uma equipe de destacados intelectuais luzianos, contém muito de história, cujas origens remontam mais de duzentos anos, onde os fatos matizam-se do encanto das lendas e se confundem com elas para formarem um misto delicioso de verdade e fantasia, com que se tingem as coisas do passado. (MEIRELES, 1960, p. 9)

Interessante reflexão do organizador que não faz menção direta à literatura, mas usa o poético termo “misto delicioso de verdade e fantasia”. Autenticamente literário é o capítulo *Poema de Ouro*, em que Meireles descreve Brasília como “crepúsculo risonho de uma nova era”¹⁴⁹, poetizando diversos tópicos dos discursos apologéticos dos protagonistas da fundação da cidade derivados do ideário desenvolvimentista que considerava a capital como agente de integração nacional e um centro irradiador de desenvolvimento que inauguraria uma nova fase da história do país, superando seus arcaísmos e o subdesenvolvimento. Para ele, a cidade representa

sobretudo, a argamassa de uma ideia diferente sobre as nossas coisas e a nossa gente; a tradução material de um novo ponto de vista sobre a nossa economia; o canto primeiro do grande poema da civilização do futuro; o movimento mais positivo a caminho de um nacionalismo real e presente; a única maneira prática de integrar a hinterlândia no concerto do progresso nacional.¹⁵⁰

148 MEIRELES, José Dilermando (org.) *Apologia de Brasília*. Luziânia: Prefeitura Municipal, 1960.

149 MEIRELES, José Dilermando (org.) *Apologia de Brasília*. Luziânia: Prefeitura Municipal, 1960, p. 9.

150 Idem, p. 25.

Como se vê, o autor emprega um léxico bastante recorrente em tais discursos, como “civilização do futuro”, “nacionalismo”, “hinterlândia” e “progresso nacional” e chega a defender que o então bastante condenado e denunciado custo de Brasília “tão chorado por certos brasileiros” seria “irrisório” perante o “valor das inovações oportunas”¹⁵¹.

Na orelha de *A mudança da capital*, de Adirson Vasconcelos¹⁵², o autor é descrito por Gilberto Freyre como “um constante apologista de Brasília... nele há alguma coisa daqueles ‘cantadores’ do Nordeste”. De fato, a obra de Vasconcelos pode ser incluída na chamada historiografia apologética de Brasília, mas se Freyre se refere à poesia dos cantadores do nordeste, essa característica literária não é percebida no estilo do texto nesse volume. A literatura aparece com a menção a Machado de Assis no capítulo *Florianópolis quase muda a Capital*. Sem qualquer referência à *Coleção Brasília* que havia incluído duas crônicas do escritor carioca entre os documentos do volume de antecedentes históricos da cidade¹⁵³, o autor menciona um total de cinco textos sobre a mudança da capital publicados por Machado de Assis entre 1892 e 1896 na coluna dominical que o literato escrevia na *Gazeta de Notícias*. Um ponto que carece de exatidão, uma vez que Adirson Vasconcelos não as referencia, contribuindo pouco para ampliar o conhecimento sobre essa incursão de Machado de Assis no tema. Ao tratar do teor das crônicas, também só se atém às já que já haviam sido compiladas pelo Serviço de Documentação da Presidência da República. O que ele apresenta de informação nova, mas sem citar a fonte, é que o romancista teria redigido “para o ministro Antonio Olyntho, da Viação, as instruções para a Missão Cruls fazer o levantamento da via férrea Catalão-Cuiabá, visando permitir a interligação do litoral à região demarcada por Luiz Cruls”.¹⁵⁴

Interessante panorama historiográfico, sem pretensão de exaurir o tema, é *Brasília, capital da utopia: visão e revisão*¹⁵⁵, publicado em 1985 pelo poeta, bibliotecário e professor da Universidade de

151 Idem.

152 VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Brasília, do autor, 1978.

153 BRASIL. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Antecedentes históricos*. Coleção Brasília. Rio de Janeiro, v. 1, 1960

154 VASCONCELOS, Adirson. *Op. Cit.*, p. 197.

155 MIRANDA, Antônio. *Brasília, capital da utopia: visão e revisão*. Brasília: Thesaurus, 1985.

Brasília, Antonio Miranda. Na ampla revisão de obras sobre Brasília — que parte de *A questão da capital: marítima ou no interior*, de Francisco Varnhagen¹⁵⁶, e chega à tese da professora egiptóloga Iara Kern, *De Aknaton a JK: das pirâmides a Brasília*¹⁵⁷ — o autor procura construir uma visão particular da cidade, e assim revelar o que ele chama de “tese (subliminar) da Utopia brasiliense”¹⁵⁸. Nesse conjunto de obras, no qual os testemunhos são privilegiados, textos literários também são incorporados sem uma hierarquia de valor em relação aos demais gêneros. Ao discorrer sobre suas opções metodológicas, Miranda justifica que os “literatos e os poetas nos impelem à órbita multifacetada da realidade enquanto os cientistas sociais nos incitam à síntese e à presumível explicação dos fenômenos.”¹⁵⁹ Aproximando-se do pensamento de historiadores culturais, postula que

Seria inútil e banal tentar reconstruir os fatos históricos através da versão torta, vesga, enviesada e até apócrifa do ficcionista. Mas é ele que nos dá clima, nos reconstitui o ambiente, nos conduz ao subconsciente do universo humano, com todos os seus conflitos e contradições, com suas angústias e suas indagações, seus arrebatamentos e suas esperanças.¹⁶⁰

Essas nuances a que Antonio Miranda se refere podem, segundo ele, ser acessadas por meio de obras literárias indicadas por ele como *Brasília - Paralelo 15'*, de Angelo Raimundo¹⁶¹, *Brasília, pioneiros e candangos*, de Raymundo Brito¹⁶², *Superquadra 308: apontamentos de um candango*, de Metzner Leone¹⁶³, entre outras.

A reconstituição do ambiente por meio de textos literários mencionada por Miranda é o que busca o economista e historiador Paulo Bertran (2000) em *História da terra e do homem no Planalto*

156 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A questão da capital: marítima ou no interior?*. Brasília: Thesaurus, 1978.

157 KERN, Iara. *De Aknaton a JK: das Pirâmides a Brasília* (tese de doutorado). Brasília: 1984.

158 MIRANDA, Antônio. Op. Cit., p. 14.

159 Idem, p. 86.

160 Idem.

161 RAIMUNDO, Angelo. *Brasília - Paralelo 15'*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

162 BRITO, Raymundo. *Brasília - Pioneiros e candangos*. Brasília: Pongetti, 1961.

163 LEONE, Metzner. *Superquadra 308: apontamentos de um candango*. Rio de Janeiro: Record, 1960.

*Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*¹⁶⁴, publicado pela primeira vez em 1994. Para tanto, mobiliza a literatura de viagem escrita por cientistas e viajantes que passaram pelo Planalto Central no século XIX, comparando os relatos do médico austríaco Johann Emanuel Pohl, do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire e do militar e historiador português Raymundo José da Cunha Mattos sobre aspectos geográficos e culturais de cidades como Paracatu (MG), Cristalina (GO), Luziânia (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO), Corumbá (GO) e Pirenópolis (GO). No trabalho, notamos pouquíssima mediação de Bertran em relação aos registros dos viajantes. O autor apenas alerta seus leitores que os em decorrência da visão europeia fruto da vivência em um mundo já industrializado, o que os fazia criticar as precariedades e arcaísmos do Brasil oitocentista. Não há, por parte do historiador, qualquer outra problematização da literatura de viagem dos europeus enquanto fonte para o seu trabalho historiográfico.

Também sem qualquer consideração ou distinção em relação às outras fontes, Viviane Ceballos inclui obras literárias em sua exaustiva análise historiográfica "*E a história se fez cidade... " : a construção histórica e historiográfica de Brasília*, apresentada como dissertação de mestrado em história na Universidade de Campinas em 2005¹⁶⁵. As já mencionadas crônicas de Clemente Luz são evocadas não apenas para comprovar sua tese da simbiose entre JK e a história de Brasília, como para exemplificar a memória dos tempos iniciais da construção da cidade que elas registram. A autora ressalta apenas que apesar de conter algumas críticas, o tom positivo predomina na obra de Clemente Luz. O mesmo pode ser dito de *Meu testemunho de Brasília*, lançado em 1979 pelo jornalista Manuel Mendes¹⁶⁶, em que narra o que presenciou do mesmo período da cidade, a partir de 1957, quando chegou à capital para trabalhar como almoxarife. Ceballos cita a obra de Mendes como registro da precariedade do sítio onde se erguia Brasília, marcado pela poeira e pela paisagem de um amplo Cerrado desabitado. Ambiente

164 BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000 [1994].

165 CEBALLOS, Viviane Gomes de. "*E a história se fez cidade... " : a construção histórica e historiográfica de Brasília*. 2005. 167p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

166 MENDES, Manuel. *Meu testemunho de Brasília*. 2 ed. Brasília: Thesaurus, 1997.



**Literatura
consonante
ao mito**

Em uma tarde de junho de 1960, o telefone tocou na casa do poeta e diplomata Vinicius de Moraes, no Rio de Janeiro:

“—— O presidente pede que você venha imediatamente a Brasília. É muito urgente. Há um avião para você às 2 da tarde.”¹

O presidente era Juscelino Kubitschek, que gostaria que o poeta fosse à capital tratar dos trâmites de uma apresentação na Praça dos Três Poderes do poema sinfônico *Sinfonia da Alvorada*, à época com o processo de composição pausado, uma vez que seu parceiro Antônio Carlos Jobim havia perdido um pouco do interesse na empreitada após ouvir comentários de que a sinfonia seria composta sob encomenda do governo JK². Superado o intuito inicial de que a estreia fizesse parte das cerimônias de inauguração de Brasília, a ideia naquele momento era apresentar a peça no feriado de 7 de setembro, em um espetáculo com iluminação especial dos palácios e esculturas da praça, à maneira que estava em voga à época na França. Gripado, o poeta comunicou que não poderia atender o pedido de JK de viajar à capital para tratar da apresentação. Além disso, a obra sequer estava finalizada. Por fim, segundo o biógrafo Sérgio Cabral, o concerto no feriado nacional acabou descartado devido a altos custos da tal iluminação especial e à inusitada acusação de que se trataria de um espetáculo comunista³.

Naquele mesmo dia do telefonema da parte de JK, Vinicius recebeu outra ligação com igual objetivo, dessa vez de Oscar Niemeyer, amigo com quem havia trabalhado na peça Orfeu da Conceição (1956), outra parceria com Tom Jobim, tendo o arquiteto ficado encarregado de produzir o cenário do espetáculo. Ainda 1958, Niemeyer foi quem primeiro havia aventado a possibilidade de uma obra de Tom e Vinicius em homenagem à nova capital em construção. Naquela tarde, ele também não conseguiu convencer Vinicius a viajar a Brasília para as tratativas do concerto que acabou não se realizando, mas contribuiu para a retomada da ideia, e posteriormente esteve presente na estadia da dupla de compositores no Catetinho, em setembro de 1960, na qual finalmente concluíram o poema sinfônico.

1 MORAES, Vinicius de. Brasília: o nascimento de uma cidade ou como se faz um poema sinfônico. In: Samba falado: crônicas musicais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008 [1961], p. 80.

2 Idem.

3 CABRAL, Sérgio. Antônio Carlos Jobim: Uma Biografia. Rio de Janeiro: Lumiar, 1997.

O arquiteto já estava familiarizado com o local, afinal, além de ser o diretor do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da Novacap, ele mesmo havia projetado tal pavilhão em 1956, que serviu como primeira residência da presidência em Brasília. Inicialmente chamado de Palácio das Tábuas, por ter sido construído em madeira, ganhou o nome de Catetinho, em referência ao Palácio do Catete no Rio de Janeiro, do violonista e compositor Dilermando Pinheiro⁴, que participou da construção da edificação, ao mesmo tempo que compôs a canção *Canto da Nova Capital*, com letra de Bastos Tigre⁵. Mais tarde ele ainda comporia *Sob o Céu de Brasília*, lançada em 1962⁶.

Para chegar ao Catetinho, a fim de compor a peça sinfônica, Tom e Vinicius pegaram um voo de um avião da FAB (Força Aérea Brasileira) com a promessa da Novacap de que seriam remunerados pelo trabalho, o que nunca teria ocorrido, segundo Sérgio Cabral⁷, ainda que seja possível encontrar relatos, sem uma fonte mais consistente, de que os compositores não teriam feito a obra sob encomenda, contrariando diversas evidências e registros que mencionamos até aqui. O acordo de uma remuneração pelo trabalho é um dos principais indícios de que embora Tom Jobim se incomodasse com a ideia, o poema sinfônico *Sinfonia do Alvorada* foi, de fato, produzido a partir da provocação de pessoas que integravam o governo JK e contou com apoio oficial para a sua realização.

E esse não é o único exemplo de obras literárias criadas em circunstâncias semelhantes, isto é, feitas para exaltar o surgimento de Brasília. Em diversos contextos, elas foram produzidas ora de maneira espontânea, pela vontade própria dos artistas, ora por encomenda ou influência direta dos fundadores da nova capital. O que guardam em comum é uma certa consonância com os chamados discursos mudancistas, ou com a forma mítica e apologética, por

4 ARAUJO, Raphael Ferreira de. Catetinho: patrimônio esquecido de Brasília. 2009. 102 f. Monografia (Especialização em Formação de Professores e Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009, p. 57.

5 KUBITSCHEK, Juscelino. Por que construí Brasília. Brasília: Senado Federal, 2000 [1975], p. 59.

6 Para entender melhor a presença de Dilermando Reis e sua relação com JK, ver MEDEIROS, Alan Rafael de. Não só de Bossa vive um Presidente: a relação entre Dilermando Reis e Juscelino Kubitschek. IV Seminário de Pesquisa em Artes da FAP, Curitiba, 2009.

7 CABRAL, op. cit.

vezes romantizada, que os fundadores, protagonistas políticos ou outros entusiastas da cidade, costumavam representá-la em suas manifestações. Não obstante, é necessário ressaltar que, por seu caráter subjetivo e por apresentarem múltiplas nuances, como são características nas narrativas literárias, não é possível afirmar que uma obra seja tão-somente apologética em relação à capital em construção, isto é, ao longo de seu desenrolar aparecem certos elementos que contradizem a intuição inicial de representá-la de maneira estritamente positiva. Em alguns casos, a intenção da obra não é empreender uma exaltação à Brasília, com fins políticos ou de convencimento das qualidades da cidade e das vantagens da transferência da capital, mas finda por fazê-lo ao tomar para si o modo como a história da cidade é contada tal qual seus fundadores ou ao celebrar os mesmos aspectos da capital que eram estratégica e recorrentemente enaltecidos por tais protagonistas políticos.

Como vimos, essa estratégia tinha como objetivo legitimar a construção da nova capital e blindá-la de críticas de seus opositores. Nesse contexto, como nos mostra a historiadora Georgete Medleg Rodrigues, foi montado um sólido aparato de propaganda oficial para explicitar como o seu projeto nacional-desenvolvimentista coincidia com a construção de Brasília⁸. Assim, “podemos identificar no governo Kubitschek um ‘núcleo’ de elaboração, sistematização e divulgação da ideologia, que se localizava no Ministério da Educação, seguindo uma tradição que vinha desde o governo Vargas.”⁹ Tal órgão era vinculado ao desenvolvimentista ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Ainda de acordo com a historiadora, essa mobilização da opinião pública contou com quatro principais frentes: o patrocínio de conferências e palestras em todo o país e no exterior; o convite ao maior número de pessoas possíveis para visitar o canteiro de obras da cidade, sobretudo figuras ilustres brasileiras e estrangeiras; a utilização de todos os meios de comunicação existentes à época, por meio de publicidade e de matérias e reportagens pagas; e ainda os pronunciamentos do próprio presidente. Tudo isso era realizado simultaneamente e sempre mobilizando tópicos valorizados pelo ideário nacional-desenvolvimentista¹⁰.

8 RODRIGUES, Georgete Medleg. Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília. 1990, 257 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 1990.

9 Idem, p. 36.

10 Idem.

Além dessa robusta propaganda, também foi incentivada a produção de obras artísticas nas mais distintas expressões e modos de difusão, como música popular e erudita, peças de teatro, filmes, história em quadrinhos, e numerosas obras literárias de diversos gêneros, sobretudo a poesia. Nossa intenção aqui neste primeiro tópico do capítulo é analisar não somente tais obras escritas por meio de incentivo direto do Estado e das figuras que orbitavam o governo JK, como também as produzidas espontaneamente por escritores que compartilhavam da mesma visão em relação à capital e que, tal qual as primeiras, acabam por reproduzir ou reforçar os discursos mitificantes, apologéticos, utópicos ou que celebram a figura de Juscelino Kubitschek, propagados pelos protagonistas da fundação da cidade. Importante salientar, entretanto, que, concomitantemente, numerosas obras literárias, sobretudo crônicas publicadas em jornais, opuseram críticas contundentes à construção da capital. Elas, no entanto, não compõem nosso foco de pesquisa, uma vez que nosso interesse é verificar de que maneira a literatura ecoou os discursos mudancistas que circulavam à época e o que esses textos, enquanto fontes históricas, podem acrescentar ao rol de numerosas pesquisas já realizadas acerca do esforço oficial para legitimar Brasília, seja no campo histórico, cultural e no imaginário social. Além disso, é comum que as oposições apareçam nessas obras de caráter mudancistas, geralmente para serem negadas ou desqualificadas. Mas ainda assim, elas nos deixam cientes da existência de uma enorme reação contrária à construção e mudança da capital.

Desvencilhando-nos também da pretensão de realizar aqui uma exegese literária dos textos, concentrando-nos nesses aspectos mencionados acima, ou seja, nas questões relativas à história e ao espaço urbano de Brasília. O que pretendemos fazer é apresentar, a seguir, uma série de textos literários que foram escritos concomitantemente à construção da nova capital, valendo-se de discursos políticos e publicitários, além de outros textos de caráter historiográfico, com o fim de construir um imaginário sobre a cidade calcado ora em princípios relacionados à razão, técnica, ciência, industrialização, ora em aspectos de ordem metafísica como a fé católica e o sonho de Dom Bosco, por exemplo. O ideário nacional desenvolvimentista está sempre presente, e Brasília seria justamente o elemento que materializaria tanto o desenvolvimento econômico quanto a construção de uma nacionalidade que homogeneizaria

todos os brasileiros, ou seja, conferiria a todos uma mesma identidade nacional. Por isso, nesse ponto de vista que aparece nesses textos literários que veremos a seguir, a capital seria um ponto de inflexão, um fator de redenção de toda a nação, que a partir daquele momento veria um futuro de glória, progresso e felicidade. Diferentemente da propaganda explícita, tais textos literários podiam operar de modo distinto no convencimento do público acerca desses valores associados à nova capital, tocando as pessoas não exclusivamente de modo racional, mas atingindo também seu lado emocional e suas subjetividades, sendo, por vezes, até mais eficiente em seus fins persuasivos do que o panfleto.

Perceberemos também que embora haja também nesses textos a intenção de mostrar que Brasília já era uma realidade, uma cidade que já contava com sua vida própria como qualquer outra cidade consolidada, a literatura nos revela detalhes interessantes do cotidiano urbano que outras fontes nem sempre alcançam. Entre diversos outros exemplos, podemos citar o dia a dia dos moradores nos primeiros anos da capital que enfrentavam ou reclamam da falta de produtos ou serviços básicos, como certos itens alimentícios ou de lavanderias. O que transtornava sobretudo os funcionários públicos da classe média acostumados com a vida e sua rotina no Rio de Janeiro.

O alvorecer da poesia

Na *Sinfonia da Alvorada*, o poema escrito por Vinicius é dividido em seis partes que formam uma narrativa cronológica da história do Planalto Central e da construção de Brasília: *I O Planalto Deserto; II O Homem; III A Chegada dos Candangos; IV O Trabalho e a Construção; V Coral, e parte VI, sem título*. A primeira parte trata de uma ideia bastante recorrente nos discursos mudancistas da época de que o sítio do Distrito Federal seria uma região deserta, desabitada, tomada apenas pelo Cerrado e por algumas espécies de aves.

No princípio era o ermo
Eram antigas solidões sem mágoa.
O altiplano, o infinito descampado
No princípio era o agreste:
O céu azul, a terra vermelho-pungente
E o verde triste do cerrado.
Eram antigas solidões banhadas
De mansos rios inocentes
Por entre as matas recortadas.
Não havia ninguém. A solidão
Mais parecia um povo inexistente
Dizendo coisas sobre nada.¹¹

Vinicius de Moraes lança mão, como podemos ver, de diversos termos para caracterizar o que seria uma área deserta, isto é, o sítio escolhido para Brasília antes da construção da cidade. Além de parafrasear a passagem bíblica que abre o Evangelho de João, “no princípio era o verbo”, trocando a palavra “verbo” por “ermo”, também toma de empréstimo a ideia de solidão, consagrada no célebre discurso de JK, redigido pelo poeta Augusto Frederico Schmidt, registrado no *Livro de Ouro de Brasília*¹², no dia 2 de outubro de 1956, por ocasião da primeira visita do presidente ao sítio onde a capital seria construída:

Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.

11 MORAES, Vinicius de; JOBIM, Antonio Carlos. Brasília Sinfonia da Alvorada. Rio de Janeiro: CBS Especial, 1983. 1 LP (34 min).

12 KUBITSCHEK, op. cit.

Tais palavras de JK — que inclusive são citadas na íntegra mais ao final do poema de Vinicius de Moraes, confirmando o alinhamento do discurso poético ao discurso político sobre Brasília — não são as únicas proferidas pelo presidente para caracterizar a área escolhida para a construção da cidade como um local deserto. Em seu livro de memórias, *Por que construí Brasília*, publicado em 1975, ele afirma que “só existia mesmo naquela região a planura do deserto e, comunicando certa vida à paisagem de desolação, estendia-se até os sem-fins do horizonte o Cerrado — um mar de árvores raquíticas, retorcidas e quase órfãs de folhas”¹³. De maneira semelhante, em texto que se tornou clássico ao longo dos anos, Lucio Costa afirmou que “a verdade é que Brasília existe onde há poucos anos só havia deserto e solidão; a verdade é que a cidade já é acessível dos pontos extremos do país; a verdade é que a vida brota e a atividade se articula ao longo dessas novas vias”.¹⁴

A nós, e a diversos outros autores, como James Holston¹⁵ e Laurent Vidal¹⁶, parece que a intenção dessa ideia de deserto ou solidão, tão recorrente nos discursos mudancistas era, além acentuar a ideia de uma empreitada ciclópica, enfatizar que a capital representaria, finalmente, a colonização daquela região vazia, sendo responsável pelo seu “progresso” e integração ao resto do Brasil, cujo enorme território seria desigualmente desenvolvido, sobretudo se comparados sertão e litoral. Ou seja, além da grandiosidade da obra, busca afirmar um certo ideal de vida civilizada, a da modernidade, o único que esse discurso considera legítimo. No entanto, essa perspectiva acarreta também um apagamento, ou silenciamento, para usar o termo de Paola Berenstein e Dilton Lopes¹⁷, de povos indígenas, quilombos e outras populações que há muito habitavam o local.

Um dos primeiros estudos a chamar a atenção para isso foi

13 KUBITSCHEK, op. cit., p. 50.

14 COSTA, Lucio. O urbanista defende a sua cidade (1967). In: COSTA, Lucio. Registro de uma vivência. São Paulo: SESC, Editora 34, 2018 [1995], p. 301.

15 HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

16 VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

17 JACQUES, Paola Berenstein; LOPES, Dilton. A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. In: Encontro de História da Arte, 12., 2017, Campinas. Atas... Campinas: UNICAMP, 2018. p. 469-495.

empreendido pelo economista e historiador Paulo Bertran¹⁸, que chamou atenção para uma ocupação humana da região do Distrito Federal há aproximadamente 10 mil anos, com registros arqueológicos nos sítios do Gama (DF), Taguatinga (DF), Formosa (GO), Unaí (MG), Vão do Paranã (GO) e Brasilinha, atual Planaltina de Goiás (GO). Já o antropólogo Levi-Strauss, a respeito da década de 1950, registra que

a transferência da capital federal para o coração do Brasil, a construção de estradas e aeródromos em regiões recônditas do país revelaram a existência de pequenas tribos isoladas exatamente onde se acreditava na ausência de toda e qualquer vida indígena.¹⁹

No entanto, provar se havia ou não “vida indígena”, nos termos de Levi-Strauss, na região onde Brasília foi construída não é nossa intenção. Mas é importante destacar que os primeiros textos historiográficos e literários não consideraram, ou ignoraram, a existência dessas populações. Outro exemplo é a presença de comunidades quilombolas, tal qual o Quilombo Mesquita, que existe há quase 300 anos na Cidade Ocidental (GO), no entorno do DF. Comunidade que teve sua participação na construção da capital reconhecida por pesquisadores do Arquivo Público do DF, uma vez que colaborou com o

fornecimento de alimentos para as levadas de trabalhadores que chegavam de diversas regiões do país e na construção das primeiras obras da Nova Capital, conhecidas como “Brasília de madeira”: Palácio do Catetinho, as cantinas na Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante) e o antigo hospital de Brasília na “Vila IAPI” (atual Museu Vivo da Memória Candanga).²⁰

A narrativa poética de Vinicius de Moraes, no entanto, tal qual os discursos mudancistas e a historiografia produzida à época, despreza essa agência histórica da população negra, assim como a presença indígena, que já vivia no Planalto muito antes da escolha do local para a construção de Brasília.

18 BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

19 LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural dois. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976, p. 60.

20 OLIVEIRA, Wesley da Silva. Educação popular: uma experiência em pesquisa-ação existencial no Quilombo Mesquita - Cidade Ocidental/GO. 2015. xvi, 145 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p. 56-57.



Figura 3. Tom Jobim e Vinicius de Moraes no Catetinho, onde cumpuseram a *Sinfonia da Alvorada*. Foto: Jader Neves, 1960. Fonte: Instituto Antonio Carlos Jobim.

A arquiteta e pesquisadora Maria Fernanda Derntl explica que essa ideia de uma cidade erguida “no nada” e “do nada” por vezes segue sendo reiterada ainda hoje em textos de caráter historiográfico. No entanto, segundo ela,

estudos sobre o processo de formação dos territórios da região central, o desenvolvimento do Plano Piloto e a sua construção vem mostrando um panorama mais complexo. A nova capital foi construída em região escassamente povoada, mas onde havia se desenvolvido, pelo menos desde o século 18, uma lógica específica de formação territorial. No local onde se ergueu Brasília, havia uma ocupação por fazendas agrícolas e de pecuária, pousos e povoados, num território marcado pela subdivisão em grandes propriedades²¹.

Ainda que fosse “escassamente povoada”, o poema parece ignorar deliberadamente essa ocupação já existente na região, mencionando apenas que tanto “velhas tribos malferidas”, quanto bandeirantes haviam passado pelo local, mas que ambos os grupos haviam abandonado a região. Essa ideia de abandono por parte dos

21 DERNTL, Maria Fernanda. Alegorias de Brasília: narrativas históricas sobre as capitais brasileiras. Paranoá, [S. l.], n. 25, p. 94–106, 2020, p. 103. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n25.2020.07. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/29248>. Acesso em: 26 jan. 2023.

bandeirantes nos faz recordar da reedição de *Quando mudam as capitais*, um dos primeiros volumes historiográficos sobre Brasília, em que o diplomata e escritor José Oswaldo de Meira Penna forja uma metáfora a partir da literatura espanhola o associar o bandeirismo ao que ele chama de “Domjuanismo”. Para o autor, o bandeirante seria “um Dom Juan das Terras, sempre infiel e abandonando o sítio descoberto, sem nele se fixar em matrimônio fértil.”²²

Superando esse estado de “abandono”, na versão da narrativa poética de Vinicius de Moraes, a ocupação definitiva pelo “homem” ocorreria apenas com a chegada do fundador da cidade, Juscelino Kubitschek, este também associado à figura do bandeirante, porém com a ressalva de que suas intenções eram outras, que não a busca por ouro e pedras preciosas. Em um trecho próximo ao encerramento desse segundo bloco, *O Homem*, Vinicius de Moraes transcreve diversas citações diretas de Oscar Niemeyer e Lucio Costa acerca de Brasília. Do arquiteto, cita, entre outras frases, que Brasília é “uma cidade erguida em plena solidão do descampado”, “como uma mensagem permanente de graça e poesia”, “uma cidade que de dia trabalhasse alegremente”, “numa atmosfera de digna monumentalidade”²³. Do urbanista, transcreve que a capital nasceu “do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos que se cruzam em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.”²⁴ Citações que outra vez reforçam e deixam ainda mais claro o alinhamento discursivo com os consagrados protagonistas da fundação da cidade.

O bloco seguinte aborda a *Chegada dos candangos*, no qual o autor descreve a migração de trabalhadores de todo o País em busca de melhores oportunidades de vida. A seguir, em *O trabalho e a construção*, poetiza o labor dos candangos de maneira romântica, o que parece natural em uma obra de exaltação à nova capital feita sob encomenda. Por isso, obviamente, não há menção a conflitos, às mazelas e à violência laboral vividas pelos trabalhadores que, no máximo, sofrem de saudade de suas esposas. O arquiteto e pesquisador Paulo Bicca, mostra como é “cruel fazer da construção

22 PENNA, José Oswaldo Meira. *Quando mudam as capitais*. Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 2002 [1958], p. 326..

23 MORAES, Vinicius de; JOBIM, Antonio Carlos. *Brasília Sinfonia da Alvorada*. Rio de Janeiro: CBS Especial, 1983. 1 LP (34 min).

24 Idem.

de Brasília nas suas origens um fato poético.” Para ele, pela forma como o trabalho era realizado nos canteiros de obras, tratar o tema dessa forma “não é apenas ridículo, é sobretudo estetizar a violência, é o mesmo que procurar nos fazer esquecer que ‘se entrava em Buchenwald [campo de concentração nazista] ao som de violinos’”²⁵. Na poética narrativa de Vinicius de Moraes, essas contradições não aparecem. O que predomina é a esperança em um futuro promissor e de glória da nação, que é enfatizado pela conclusão do bloco com o já mencionado discurso de Juscelino Kubitschek: “Deste planalto central, desta solidão...”.

O otimismo também toma conta dos dois últimos blocos do poema. O texto é então triunfalmente finalizado com o prognóstico de uma “Terra-esperança, promessa/ De um mundo de paz e de amor” e “Terra que um dia encontrou seu coração”.

Enfim concluída, a *Sinfonia da Alvorada* foi gravada no Rio de Janeiro em novembro de 1960 e prensada em LP com capa desenhada por Oscar Niemeyer. Entretanto, a obra só seria apresentada ao vivo ao público pela primeira vez em 1966, em uma apresentação na TV Excelsior, em São Paulo. Já a ideia inicial de um concerto na Praça dos Três Poderes só ocorreria em 1986, com Radamés Gnattali ao piano e os versos recitados por Tom Jobim e Suzana de Moraes, filha de Vinicius.

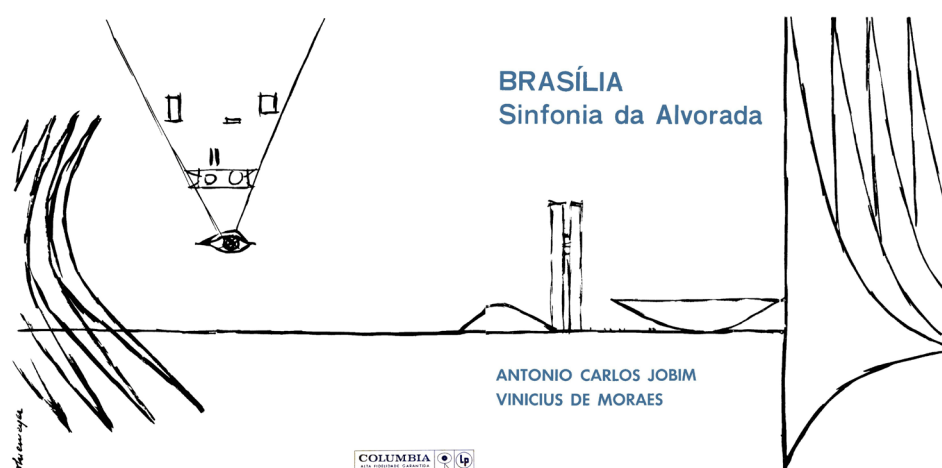


Figura 4. Contracapa e capa desenhadas por Oscar Niemeyer para o LP de *Sinfonia da Alvorada*. Em vez das icônicas colunas para o palácio que levou o mesmo nome da sinfonia, o arquiteto preferiu representar elementos arquitetônicos de seus desenhos para a Catedral e para a Praça dos Três Poderes. Fonte: Reprodução / Columbia do Brasil.

25 BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo. (org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985, p. 130.

Seja pelo atraso do lançamento em relação à inauguração de Brasília, seja pela sua natureza erudita, com longa récita do poema de Vinicius de Moraes em vez de uma letra cantada, a *Sinfonia da Alvorada* — apesar de ter se tornado uma obra clássica dentre as que primeiro abordaram a nova capital — não chegou a ser amplamente conhecida pelo grande público.

Outra obra tematicamente bastante semelhante é *Brasília Capital da Esperança*, com letra de Capitão Furtado e música de Simão Neto. Reiteramos que, como enunciado na introdução deste trabalho, consideramos aqui letra de música como poesia, uma vez que o próprio gênero lírico era inicialmente cantado na antiguidade clássica. O próprio nome deriva de lira, um instrumento musical. Escreveu Jean-Jacques Rousseau: “Segundo Estrabão, outrora dizer e cantar eram o mesmo, o que mostra, acrescenta ele, que a poesia é a fonte da eloquência.’ Seria melhor dizer que tanto uma quanto outra tiveram a mesma fonte e a princípio foram uma única coisa.”²⁶ No Brasil, em que grandes poetas — tal qual Vinicius de Moraes, Ferreira Gullar, Antonio Cicero, Augusto de Campos, entre tantos outros — são também compositores de música popular, essa não divisão entre poesia e letra de música se mostra ainda mais evidente e sem sentido. Em 2016, o cantor e compositor Bob Dylan recebeu o Prêmio Nobel de Literatura, pelo conjunto de sua obra composta eminentemente de canções, contribuindo para pacificar ainda mais essa discussão.

De tão tocada, antes mesmo da inauguração de Brasília, *Brasília Capital da Esperança* acabou se tornando um hino oficial da cidade e hoje consta no site oficial do Governo do Distrito Federal como um dos hinos da capital. Não se sabe, ou pelo menos não há registros, de que Vinicius de Moraes tenha se inspirado nos versos da canção para compor o seu poema sinfônico, mas observamos diversas aproximações temáticas entre elas. A canção nos possibilita constatar que alguns tópicos dos discursos dos protagonistas políticos, que aparecem em ambas as obras, eram, com efeito, assimilados pela cultura popular:

Em meio à terra virgem desbravada
na mais esplendorosa alvorada
feliz como um sorriso de criança

²⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Ensaio sobre a origem das línguas. In: Os Pensadores, v. 24. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 304.

um sonho transformou-se em realidade
surgiu a mais fantástica cidade
“Brasília, capital da esperança”
Desperta o gigante brasileiro
desperta e proclama ao mundo inteiro
num brado de orgulho e confiança:
nasceu a linda Brasília
a “capital da esperança”
A fibra dos heroicos bandeirantes
persiste nos humildes e gigantes
que provam com ardor sua pujança,
nesta obra de arrojo que é Brasília.
Nós temos a oitava maravilha
“Brasília, capital da esperança.”²⁷

Como vemos, tal qual Vinicius de Moraes, o autor da canção descreve uma capital que é fruto da ação desbravadora de um sítio “virgem”, onde surge uma “fantástica cidade”, herança do espírito heroico dos bandeirantes. Ou seja, aqueles mesmos temas que tanto aparecem nos discursos “oficiais” ou oficiosos. “Brasília, capital da esperança” aparece entre aspas por se tratar de um termo cunhado pelo escritor, poeta e então ministro da Cultura francês, André Malraux, em discurso proferido em 1959, durante o lançamento da pedra fundamental da Aliança Francesa, na nova capital. Kubitschek gostou tanto da fala de Malraux que escreveu em suas memórias que tal discurso ficou conhecido como *Oração a Brasília*. Ele diz: “Pronunciou uma primorosa oração que, além de admirável obra literária, iria tornar-se histórica por haver feito a mais lúcida análise do significado de Brasília, (...) fator determinante de abertura de uma nova fronteira na História do Brasil.”²⁸. Por essas palavras de JK, podemos perceber o quanto o discurso de Malraux e sua expressão “Brasília Capital da Esperança” se tornaram caros à construção mitológica que seu grupo político erigia em torno da nova capital, uma vez que corroboram aquela construção de que a cidade representaria um ponto de inflexão na história do país, superando o atraso e o subdesenvolvimento.

Também anterior à *Sinfonia da Alvorada* e ainda menos conhecida do grande público, outra obra articulou poesia e música erudita em exaltação à nova capital. Trata-se de *Brasília: suíte de*

27 FURTADO, Capitão; NETO, Simão. Hino Brasília Capital da Esperança. Disponível em <www.df.gov.br/simbolos/>. Acessado em 6 Fev 2023.

28 KUBITSCHEK, Op. Cit. p. 242.

*marchas para orquestra sinfônica*²⁹, com poema de Martha Dutra e música de Hekel Tavares, gravada em LP e lançada em 1959. Com estrutura semelhante ao poema sinfônico de Tom e Vinicius, a peça é dividida em quatro partes: I. *Salve Presidente*; II. *Marcha dos Três Poderes*; III. *Na Rota de Brasília*; e IV. *Clarins no Planalto*. Uma diferença é que os versos não são recitados, mas cantados, tendo, na gravação original, como voz principal, Murillo Araújo, acompanhado de um coro masculino e outro infantil do Ginásio Brasileiro de Almeida, além do Coro de Câmara Ars Antiqua. Em nota publicada em sua edição de dezembro de 1959, a revista *brasília* noticia a circulação da peça sinfônica e registra que as composições se baseiam “no que há de mais autêntico na alma de nosso povo”. Com muitos elogios, a publicação assegura que a obra foi toda inspirada no “arrojo com que se constrói a futura capital brasileira” e que a “suíte revela, de fato, uma legítima concepção melódica de vigorosa hela sinfônica”. Sendo assim, “a redação de ‘brasília’, nesse registro, parabeniza o excelso maestro patrício, por mais esta joia musical”³⁰.

A primeira parte, que saúda Juscelino Kubitschek, parafraseia *Peixe Vivo*, a canção folclórica de Diamantina que se tornou seu prefixo, para usar um termo radiofônico. Isto é, música reconhecida como marca pessoal do presidente, sendo exaustivamente tocada em sua presença, e até mesmo cantada espontaneamente por populares em suas aparições públicas. No entanto, mais do que se dedicar à celebração de JK, os versos profetizam uma Brasília que suscitará novos tempos para o País que, sem ela, seria um “Brasil virgem”. A nova capital representaria, portanto, a esperança do desenvolvimento de uma nova nação, que finalmente estaria pronta para gerar os bons frutos dos quais teria grande potencial, sendo “eterna flor da luz, da paz, do bem, do amor!”

A segunda parte, *Marcha dos Três Poderes*, também aspira um futuro glorioso para Brasília, representando-a como um espaço ideal para o florescimento da democracia e de equilíbrio entre os três poderes que deverão funcionar em plena harmonia. Antes da última estrofe desse bloco do poema, o autor, tal como Vinicius de Moraes posteriormente faria igual na Sinfonia da Alvorada, cita o célebre

29 DUTRA, Martha; TAVARES, Hekel. Brasília: suíte de marchas para orquestra sinfônica. Rio de Janeiro: 1959. LP (18 min).

30 Revista brasília, n. 36, dez. 1959, p. 18. Seção Noticiário.



Figura 5. Pela capa do LP de *Brasília: suítes de marchas para orquestra sinfônica*, podemos perceber o caráter marcial da obra dedicada à nova capital. Fonte: Odeon Records.

discurso de JK (“Deste planalto central, desta solidão...”). Mas na gravação apresentada no LP, não é o cantor principal que o recita, mas o próprio Juscelino, o que confere um caráter ainda mais institucional à peça sinfônica.

O título da terceira parte da suíte, *Na Rota de Brasília*, é uma referência à principal obra relacionada com o projeto de integração territorial a partir de Brasília tocada pelo diretor da Novacap, Bernardo Sayão, isto é, a construção de um dos símbolos da política desenvolvimentista do governo JK: a rodovia Belém-Brasília, que seria um dos principais fatores responsáveis por transformar a capital em ponto focal do desenvolvimento do País e ao mesmo uma força centrífuga de integração nacional. Sayão havia morrido em janeiro daquele ano de 1959, vítima de uma árvore que caiu sobre ele durante as obras da estrada, e, por isso, é homenageado nesse bloco da suíte. Uma nota no *Correio da Manhã*, de 10 de novembro de mesmo ano,

registra que consta na contracapa do LP que “Hekel Tavares evitou, na peça, a sombria tonalidade das marchas fúnebres, preferindo ver no heroico episódio menos a morte de um homem que a eternidade de um exemplo.” Essencialmente instrumental, esse momento da obra apresenta uma melodia suave de violoncelo acompanhado de uma harpa e um coro de vozes femininas que “traduz o adormecimento final das nobres consciências. E um clarim cristalino encerra a marcha com o evocativo toque de silêncio.”³¹ Sem récita nesse momento da obra, a intenção de emocionar o ouvinte é percebida pelo tom épico consonante ao esforço de heroicizar o desaparecimento de Sayão, forjado como grande mártir da construção de Brasília pelos discursos políticos. Expediente reforçado pela comoção social causada por sua morte e pela historiografia pioneira acerca da nova capital.

O bloco derradeiro, *Clarins no Planalto*, conta com a participação de um coro de crianças, cuja inserção provavelmente foi pensada para simbolizar o futuro prodigioso que a nova capital representaria para a nação, reforçando nessa linguagem não verbal a ideia central dos versos das últimas estrofes: Brasília seria a cidade da esperança.

Se traçamos antes um paralelo entre a *Sinfonia da Alvorada* e o oficioso *Hino Brasília Capital da Esperança*, o mesmo podemos fazer com *Brasília: suite de marchas para orquestra sinfônica* e o oficial *Hino do Distrito Federal*³², cuja letra foi escrita pelo poeta capixaba, ex-combatente da Marinha Mercante e diretor da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro em Niterói, Geir Campos, e a música composta pela pianista fluminense radicada em Brasília, Neusa França³³. Repetem-se em ambas certas, ideias e temas, além da coincidência de escolhas lexicais:

Todo o Brasil vibrou
e nova luz brilhou
quando Brasília fez maior a sua glória
com esperança e fé
era o gigante em pé
vendo raiar outra alvorada em sua História.

Com Brasília no coração

31 HEKEL TAVARES - BRASÍLIA. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1959. Seção Esquina Sonora.

32 Oficializado pelo Decreto nº 51.000, de 19 de julho de 1961.

33 TOFFANO, Jaci e FRANCISS, Dib. Neusa França: um hino de amor a Brasília. Brasília: Thesaurus, 2011.

epopeia surgir do chão
o candango sorri feliz
símbolo da força de um país!

Capital de um Brasil audaz
bom na luta e melhor na paz
salve o povo que assim te quis
símbolo da força de um país!³⁴

Luz, paz, esperança e glória são alguns termos presentes em ambos e colaboram para o tom épico que paira nas duas obras. A construção dessa aura de epopeia é ainda mais acentuada no hino, uma vez que, como é típico em obras dessa natureza, o ritmo escolhido para embalar as palavras se aproxima bastante ao de uma marcha militar. Interessante observar na letra do hino a ênfase de que a construção da capital seria fruto de um desejo unânime de toda a nação “que assim te quis” e que “Todo o Brasil vibrou” com o advento de Brasília, a despeito de todas as críticas e ferrenha oposição que ainda havia em relação à cidade à época em que a música foi composta. A historiadora Vânia Moreira mostra, entretanto, que, naquele momento, “Brasília estava longe de ser uma questão consensual”³⁵. Registra ainda que, em 1958, o clima de oposição à cidade (58,6%) era maior do que o de aceitação da mudança da capital (47,1%), de acordo com pesquisa realizada pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre e Salvador³⁶. É preciso ressaltar, no entanto, que a tal oposição arrefeceu-se com o avançar da construção da cidade e do governo JK. Em março de 1960, por exemplo, 73% da população do Rio de Janeiro aprovava a mudança da capital, também de acordo com pesquisa do Ibope³⁷. Números que mostram como parece ter sido acertada a aposta de Juscelino Kubitschek “no poder de Brasília transmitir sua mensagem desenvolvimentista, a qual preconizava a possibilidade de o Brasil, em cinco anos, fazer o que, de outra maneira, levaria cinquenta.”³⁸

Apesar de ter sido oficializado por decreto, o *Hino do Distrito*

34 CAMPOS, Geir; ALMEIDA, Neusa Pinho França. Hino do Distrito Federal. Disponível em <<https://www.df.gov.br/simbolos/>>. Acessado em 6 Feb 2023.

35 MOREIRA, Vânia. Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins. Vitória, Edufes. 1998, p.72.

36 Idem, p. 69-70.

37 Idem, p. 85.

38 Idem, p. 89.

Federal jamais chegou a conquistar o mesmo sucesso do oficioso *Hino Brasília Capital da Esperança*. Até os dias de hoje segue menos conhecido da população do DF, apesar de portarias no âmbito administrativo do Governo do Distrito Federal determinarem que ele seja executado em solenidades oficiais e nas escolas públicas da cidade. Para Jaci Toffano e Dib Franciss, autores do livro *Neusa França: um hino de amor a Brasília*, uma explicação para esse desconhecimento em relação ao hino seria a Ditadura Militar que “sufocou movimentos culturais e intelectuais do Brasil, à época”, e poderia “ter sido responsável pelo apagamento e esquecimento do Hino até 1986”³⁹, quando a peça ganhou seu primeiro registro em fita cassete, com participação da autora Neusa França. A gravação foi realizada com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional de Brasília, regida por Cláudio Santoro, fundador da orquestra e que hoje dá nome ao teatro e à própria orquestra⁴⁰.

O conjunto dos poemas de que tratamos até agora nos leva a crer que a poesia associada à música erudita e à música popular se ocuparam de temas afins, com intenções igualmente semelhantes. Embora com retórica e recursos linguísticos distintos, vemos quase sempre a predominância de termos acessíveis e não rebuscados, contribuindo para o alcance de um público mais amplo e para corroborar os discursos mudancistas. Podemos afirmar que os autores as escreveram com o mesmo objetivo de celebrar a nova capital em construção, mas escamoteiam conflitos e violências inerentes a esse processo, ao mesmo tempo que se volta a um passado visto como puro e glorioso para forjar uma história e uma identidade para a cidade que é sempre apresentada como uma consensual esperança de todos os brasileiros. Nos itens a seguir, veremos como poemas com formas ainda mais tradicionais acrescentam novos temas e sentidos a esse imaginário que se criava em paralelo à construção material do espaço urbano da nova capital.

39 TOFFANO, Jaci e FRANCISS, Dib. Op. Cit. p. 98.

40 Idem.

O poema fundacional e a expressão de um bandeirismo renovado

Tal qual Virgílio forjou em *Eneida* uma epopeia fundacional do Império Romano, por encomenda do imperador Augusto — sendo ele próprio glorificado no poema por meio da construção da figura do herói Eneias⁴¹ —, Brasília também contou com uma obra poética para celebrar sua fundação, escrita por encomenda da Presidência da República.

Por volta das 13h de 21 de abril de 1960, Guilherme de Almeida esteve à frente de um dos muitos ritos de inauguração de Brasília, que contou com extensa programação. Na Praça dos Três Poderes, ele leu a *Prece Natalícia a Brasília*, poema de sua autoria feito especialmente para a cerimônia. Fato que levou outro poeta, o integralista Plínio Salgado, a escrever em suas memórias — nas quais se refere a Almeida como mestre da heráldica e criador do brasão e da bandeira de Brasília — que “a cidade magnífica erguida no Planalto Central, nasceu e tem vivido ao sopro da Poesia”⁴². Juscelino Kubitschek, também em suas memórias, descreveu o momento como um dos pontos altos da solenidade: “Enquanto o poeta lia o seu poema, o povo, rompendo os cordões de isolamento, tumultuava a festa. O entusiasmo popular era, de fato, incontrolável.”⁴³ Embora aparentemente satisfeito com a reação popular, não deixa de ser expressivo que ele fale em povo “tumultuando” a festa, insinuando que a participação popular só seria admitida em moldes bem estreitos, isto é, de modo comportado. Também nos causa dúvida que a leitura do poema tenha causado tanta euforia, pois como veremos a seguir, trata-se de uma obra longa, rebuscada, com termos e construções de difícil compreensão, sobretudo para um ouvinte e não um leitor, que não nos parece muito empolgante, ainda mais em um momento de sol a pino na árida Praça dos Três Poderes.

41 ROSÁRIO, Nilcileia da Silva. Entre a literatura e a arte: o mito de fundação de Roma no olhar de Virgílio e Bernini. In: ATAS do IV Encontro de História da Arte - A Arte e a História da Arte entre a Produção e a Reflexão. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2008/ROSARIO,%20Nilcileia%20da%20Silva%20-%20IVEHA.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

42 SALGADO, Plínio. 13 anos em Brasília. Brasília: Horizonte, 1973, p. 141.

43 KUBITSCHEK, 2000. Op. cit. p. 383.



(página anterior) Figura 6. Guilherme de Almeida declama o poema *Prece Natalícia a Brasília*, de sua autoria, durante a cerimônia de inauguração de Brasília. Foto: F. Fadul. Fonte: Revista *brasília*, v. 1, n. 41, p. 21, maio 1960.

Típico de obras dessa natureza, no longo poema *Prece Natalícia a Brasília*, Guilherme de Almeida tece uma pungente apologia à nova capital. Celebra marcos históricos nacionais e os associa a Brasília, como forma de demonstrar a importância da construção da cidade para a história do Brasil, equiparando-os aos relevantes eventos anteriores. Tais marcos, caracterizados por ele como “ciclos de ação”, são a Independência, a integração territorial, a “descoberta” do Brasil, hoje também vista como uma invasão, em um processo de ressignificação histórica, e o bandeirismo, que também passaria a ser historicamente revisto a partir dos anos seguintes.

Mas apesar de evocar esse passado grandioso de marcantes acontecimentos históricos, há trechos do poema que também miram o futuro, enfatizando o caráter inovador e esperançoso da cidade que, como já mencionamos, era vista como fator de superação do atraso e do subdesenvolvimento do Brasil. A passagem a seguir evidencia alguns desses aspectos:

Aí estás Brasília do olhar de menina! Menina-dos-olhos
olhando' sem mágoa o Passado e sem medo o Futuro,
sem ver horizontes na terra e no céu porque eles recuam
ao impacto impetuoso das tuas pupilas;
com teu meridiano que foi Tordesilhas:
corda torcida que os teus ancestrais distenderam
para que aos quatro ventos soltasse agora o teu gesto de
setas
- és tu, juvenília, “non urbs sed civitas”,
o centro da Cruz Tempo-Espaço,
plantada no teu Quadrilátero,
com suas quatro hastes que são quatro séculos,
e são quatro pontos cardiais,
e são quatro ciclos de ação :
o da Descoberta, o do Bandeirismo,
o da Independência e o da Integração.
Feita do fluxo e refluxo das forças que dão o poder,
centrípeta para tornar-se centrífuga,
Brasília, é a tua Cruz da Quarta Dimensão, e Tetragrama
do Milagre Novíssimo que és tu;
a que dirá “Presente!”, impávida, ao chamado
elo fasto e elo nefasto; a que é o Marco Zero
das vias todas, da mais ínvia à mais viável;
o ímã para a limalha de aço do Trabalho;⁴⁴

44 ALMEIDA, Guilherme de. *Prece Natalícia a Brasília*. In: *Revista brasília*, v. 1, n. 41, maio 1960, p. 20.

Vemos que o poema reúne diversos elementos que sintetizam o que Laurent Vidal denominou princípios estruturantes do mito de Brasília: a celebração de um passado glorioso da nação, racionalidade científica e a fé católica⁴⁵. Esta última, bastante evidente, destaca-se tanto no título como em todo o corpo do texto lírico. Além disso, é interessante observar a maneira como o bandeirismo é articulado com nacional desenvolvimentismo, cujos principais expoentes também frequentemente evocavam a figura dos bandeirantes para defender seu projeto para o país ou para se referirem aos protagonistas de Brasília. Estes também costumavam lançar mão desse expediente para se referirem a si mesmos. No poema, vemos que tais “heróis” emanados da Paulistânia colonial aparecem como responsáveis por “distenderem” a linha do Tratado de Tordesilhas, ampliando as fronteiras do Brasil, uma forma bastante comum de serem representados pela historiografia corrente na época⁴⁶. Em *Por que construí Brasília*, Kubitschek corrobora essa ideia de expansão territorial para o oeste. JK escreve que, após reler a história dos bandeirantes, anotou “os roteiros desses desbravadores que, arrostando perigos e privações, haviam levado as fronteiras do Brasil até o mais recuado oeste. Foi uma saga de heroísmo, expressa na demarcação de um país, grande como um continente.”⁴⁷ Afirmação que expõe de forma clara aquilo que Laurent Vidal⁴⁸ e James Holston⁴⁹ apontaram sobre a apropriação do bandeirismo por parte dos protagonistas da fundação de Brasília.

Recentemente essa análise foi corroborada pelo arquiteto Paulo Tavares⁵⁰ em ensaio sobre aspectos coloniais de Brasília: JK, ainda mais que Getúlio Vargas e sua Marcha para o Oeste, “mobilizou o mito da fronteira” e modelou “sua própria persona presidencial na imagem de um bandeirante moderno”⁵¹. Esse apreço do presidente pelos bandeirantes aparece inclusive na ficção produzida na época da

45 VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

46 ABUD, Katia Maria. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

47 KUBITSCHEK, Juscelino. Por que construí Brasília. Brasília: Senado Federal, 2000 [1975], p. 83.

48 VIDAL, Laurent. Op. Cit.

49 HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

50 TAVARES, Paulo. Des-Habitat. São Paulo: N-1 edições, 2021.

51 Idem, p. 31.

construção inicial de Brasília. Em um romance voltado para o público infanto-juvenil editado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1959, *Tia Margarida vai a Brasília*, de Jayme Martins, do qual trataremos mais adiante, a ideia é apresentada em um discurso de Juscelino proferido na capital durante a viagem da protagonista à cidade ainda em construção. “Estamos dando realidade física à velha linha do Tratado de Tordesilhas e convocando todos os brasileiros para reviver, conosco, as epopeias e os sacrifícios de Raposo Tavares, Fernão Dias e Bartolomeu Bueno”, proclama, no romance, o personagem do presidente, que prossegue dizendo que o objetivo dessas figuras — cujos nomes hoje evocam imediatamente as violências que praticaram — foi “entregar ao Brasil uma situação econômica correspondente à nossa grandeza territorial e histórica.”⁵²

Além do bandeirismo e de outros aspectos do contexto colonial brasileiro, podemos observar uma renovada valorização da ideologia da Marcha do Oeste e do nacional desenvolvimentismo. Este, segundo Luiz Sérgio Duarte da Silva, ainda “retoma temas da ortodoxia positivista republicana, recorrendo a referências de um iluminismo periférico (Pombal, inconfidentes, Bonifácio), desdobrando-se no nacional-primitivismo do modernismo de Cassiano Ricardo e Plínio Salgado”⁵³. Isso fica claro pela ampla circulação de textos e opiniões, ou mesmo citações desses autores modernistas, muitos deles da geração da Semana de Arte de 1922, em publicações sobre a nova capital no final da década de 1950 e início dos anos 1960. É Menotti Del Picchia, por exemplo, que abre a mesma edição de maio de 1960 que publica, na íntegra, a *Prece Natalícia a Brasília*. Em seu texto, o poeta também defende ideias e princípios similares aos que estão presentes no poema fundacional de Guilherme de Almeida. Em artigo intitulado *são paulo e brasília*, Del Picchia se diz convencido de que a nova capital seria “um ponto de partida para uma urgente revisão de todos os valores da vida nacional”⁵⁴. Ademais, para o poeta, com a construção de Brasília, a Marcha do Oeste, “o sonho dos revolucionários da Semana de Arte Moderna de 22” seria realizado

52 MARTINS, Jayme. *Tia Margarida vai a Brasília: História para alguém contar às crianças*. Rio de Janeiro: Edições Buriti, 1959, p. 146.

53 SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora da UFG, 1997. p. 38.

54 DEL PICCHIA, Menotti. *são paulo e brasília*. Revista brasília, vol. 1, n. 41, p. 1, maio 1960.

“numa real tomada de posse do país, quer fisicamente por uma violenta expansão geográfica, quer pela ação de uma mentalidade autenticamente nacionalista”⁵⁵. E acrescenta ainda que o dinamismo nacional pelo qual a cidade seria responsável representaria “o espírito das bandeiras que ressurgem em toda a sua plenitude.”⁵⁶

Como se vê, aspectos da colonialidade se fazem bastante presentes nesses textos e é recorrente a valorização do tal “espírito das bandeiras”, como menciona Del Picchia, relacionando-o a Brasília. Também procede dessa maneira o poeta Cassiano Ricardo que, ao lado de Plínio Salgado, Cândido de Motta Filho e do próprio Del Picchia, fundou o *Verde-amarelismo*, movimento nacionalista de inclinação fascista “cheio de apelos à Terra, à Raça e ao Sangue”⁵⁷. Ricardo também é autor de *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil* e compartilhava com grupos ultranacionalistas de ideais fascistas “a visão de que a modernização do país estava associada à ‘conquista do oeste’”⁵⁸. Não é de se surpreender, portanto, que o poeta recorra a esse tema no poema *Toada para se ir a Brasília*, publicado pouco antes da inauguração da cidade, em março de 1960:

Vou-me embora pra Brasília,
por determinação celeste.
Pouco me importa a distância,
lá encontrarei minha infância.

(Não foi lá que meu avô,
pra encantar crianças grandes,
num misto de magia e mágoa,
um dia pôs fogo na água?)⁵⁹

Nesse trecho, que começa com uma possível alusão ao poema *Vou-me embora pra Pasárgada*, de Manuel Bandeira, o eu-lírico recupera a história do mito fundador de Goiás, a partir do episódio em que Bartolomeu Bueno teria botado fogo em uma cuia de aguardente

55 Idem.

56 DEL PICCHIA, Menotti. São Paulo e Brasília. Revista Brasília, vol. 1, n. 41, p. 1, maio 1960.

57 BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 385.

58 TAVARES, Paulo. Des-Habitat. São Paulo: N-1 edições, 2021, p. 24.

59 RICARDO, Cassiano. Toada para se ir a Brasília [1960]. In: OLIVEIRA, Joanyr de. Brasília na poesia brasileira. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982, p. 57.

para ameaçar os indígenas com seus supostos poderes mágicos que seriam usados para incendiar os rios da região caso eles não revelassem a localização das jazidas de ouro que o bandeirante buscava. Segundo o mito, teria sido nessa ocasião que os indígenas deram ao bandeirante a alcunha de Anhanguera, o mesmo que diabo velho⁶⁰. Anhanguera, por sua vez, aparece também na já analisada *Brasília Sinfonia da Alvorada*, de Vinicius de Moraes:

Das grandes extensões, dos fundões crepusculares
Nem parecia mais ouvir os passos
Dos velhos bandeirantes, os rudes pioneiros
Que, em busca de ouro e diamantes,
Ecoando as quebradas com o tiro de suas armas,
A tristeza de seus gritos e o tropel
De sua violência contra o índio, estendiam
As fronteiras da pátria muito além do limite dos tratados.
- Fernão Dias, Anhanguera, Borba Gato,
Vós fostes os heróis das primeiras marchas para o oeste,
Da conquista do agreste
E da grande planície ensimesmada!⁶¹

Ainda que também represente os bandeirantes como heróis, chegando a citá-los nominalmente, entre eles o Anhanguera, Vinicius de Moraes não celebra a violência contra os indígenas, como o fez Guilherme de Almeida, na *Prece Natalícia a Brasília*. No entanto, em uma certa postura utilitarista, atribui ao genocídio dos povos originários pelos bandeirantes a possibilidade de expansão das fronteiras nacionais. Esse é outro ponto que aproxima os dois poemas, uma que nos versos de Almeida, Brasília é descrita como corolário da ampliação do território nacional, cuja proeza também é caracterizada como obra das bandeiras.

Nessa perspectiva, com a construção da capital, chegara o momento “para que aos quatro ventos soltasse agora o teu gesto de setas”⁶², tema que ele usaria na criação do brasão e da bandeira do Distrito Federal que seriam oficializados, respectivamente, por decretos

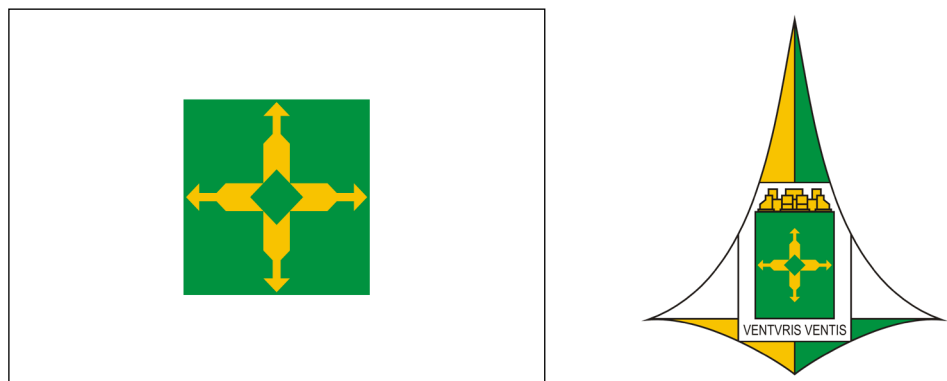
60 QUADROS, Eduardo. Anhanguera: Mito Fundador de Goiás. Revista *Temporis[ação]* (ISSN 2317-5516), v. 9, n. 1, p. 177-189, 9 mar. 2017.

61 MORAES, Vinicius de; JOBIM, Antonio Carlos. *Brasília Sinfonia da Alvorada*. Rio de Janeiro: CBS Especial, 1983. 1 LP (34 min).

62 ALMEIDA, Guilherme de. *Prece Natalícia a Brasília*. In: *Revista Brasília*, v. 1, n. 41, maio 1960.

em 1960⁶³ e em 1961⁶⁴. Ao descrever essa imagem das setas, o autor parece também aludir a um diagrama que tanto circulou, à época, do mapa do Brasil com a marcação do quadrilátero do Distrito Federal, de onde se irradiam diversas retas com pontas circulares, que aludem a setas, nas demais capitais do País. O propósito da ilustração é mostrar uma certa equidistância em relação às outras capitais, além de representar Brasília como epicentro de desenvolvimento e grande propulsora da integração nacional. A nova capital seria, por si só, um fator de desenvolvimento de todas as regiões do país e resolveria finalmente o problema do “caranguejismo”, termo cuja origem remonta ao século XVII a partir da constatação de Frei Vicente do Salvador, popularizada por Sérgio Buarque de Holanda⁶⁵, de uma desigual concentração de desenvolvimento apenas no litoral do Brasil.

Figura 7. Bandeira e brasão do Distrito Federal criados pelo poeta e heraldista Guilherme de Almeida. Fonte: Site do Governo do Distrito Federal.



Uma aparente reiteração do diagrama e da ideia de integração nacional — “Hoje todos os caminhos conduzem a Brasília”⁶⁶ — é a frase que abre a *O Caminho das Caravanas*, de Clemente Luz, cuja obra analisaremos mais adiante. Na crônica em questão, o escritor trata do evento que ficou conhecido como Caravanas de Integração, realizadas em janeiro de 1960, envolvendo a partida de comboios das cinco regiões do Brasil rumo ao Planalto Central, com encontro marcado para o dia 31 daquele mês nas colunas da Catedral ainda em construção, na Esplanada dos Ministérios. Clemente Luz remete ao ideário do plano de governo de JK ao denominar a reunião final

63 Decreto n.º 11, de 12 de setembro de 1960.

64 Decreto nº 1090, de 25 de agosto de 1969.

65 HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras 2014 [1936].

66 LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*. Brasília: Ebrasa, 1968, p. 211.



Figura 8. Mapa do Brasil com diagrama que representa as distâncias entre Brasília e as capitais dos estados brasileiros. Fonte: HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 26.

das caravanas “encontro das metas”, além de ressaltar que todos os veículos que participaram da empreitada nas estradas recém-abertas seriam de marcas nacionais, endossando a ideia de um o projeto de industrialização voltado para a indústria automobilística brasileira. Numa nova referência ao tópico do bandeirismo, O autor descreve o evento como uma “nova Bandeira montada sobre rodas” e escreve que as “partidas foram preparadas e festejadas como nos velhos e heroicos tempos dos Bandeirantes”⁶⁷.

Tal como nesse texto de Clemente Luz, o famoso plano de metas de JK também se faz presente na Prece Natalícia a Brasília, de Guilherme de Almeida, na qual a capital é referenciada como “Meta das metas”. A alusão é feita no final do poema, que ganha um tom quase épico e um ritmo acelerado, tal qual o trabalho dos canteiros de obras da cidade, eternizado como “Ritmo Brasília”. Conforme Holston, “a ideologia do trabalho duro estava tão arraigada nos acampamentos que esse regime tornou-se a marca do progresso para todo o Programa de Metas de Kubitschek: ficou conhecido por todo o Brasil como ‘ritmo de Brasília’”. Ainda segundo o antropólogo, era “definido como ‘36 horas de trabalho por dia — doze durante o dia, doze de noite,

doze pelo entusiasmo”⁶⁸. Há ainda outro termo para idealizar essa extenuante jornada de trabalho: “Brasília em marcha”, que aparece com frequência em outros textos de protagonistas da fundação da cidade ou em narrativas literárias mudancistas, nas quais jamais vêm à tona conflitos, a violência laboral e nem a super exploração da mão-de-obra características dessa tal marcha em alta velocidade.

Aliás, essa postura de atenuar violências e conflitos ou colocá-los como parte de uma epopeia heroica também é compartilhada por Guilherme de Almeida neste trecho da *Prece Natalícia*:

Crucifixo foi a arma que, nas selvas,
contra as flechas ervadas empunharam
—ad maiorem Dei Gloriamll as missões.
Signo heroico daqueles que partiam do
cruzeiro dos adros aos sertões, foi o gesto,
na gesta das Bandeiras do que elevou
a mão para benzer-se e levou-a depois à cruz da espada.
Presidiu o ansioso cruzamento
dos três sangues que as redes e
as esteiras conchegaram nas ocas e senzalas.⁶⁹

Como podemos ver, apesar de buscar representar as bandeiras como ato de heroísmo civilizatório, ainda aparece de maneira explícita no poema a violência dos bandeirantes contra os indígenas que buscavam resistir ao apresamento praticado pelos cruéis aventureiros paulistas. Concomitante a essa construção narrativa, notamos um endosso do falacioso mito das três raças, isto é, o suposto harmônico “cruzamento dos três sangues” de pessoas brancas, negras e indígenas que teria resultado na formação do povo brasileiro. Miscigenação que é tratada acriticamente e positivamente, possivelmente um reflexo do amplamente propagado, à época, mito da democracia racial, que começou a ganhar força no chamado pensamento social brasileiro ainda no século XIX⁷⁰ e atingiu o ápice de aceitação na década de 1930 com a publicação de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre. Até o símbolo da cruz — que também é descrita como arma ou escudo contra os indígenas — é mobilizado

68 HOLSTON, James. Op. Cit., p. 214.

69 ALMEIDA, Guilherme de. Prece Natalícia a Brasília. In: Revista Brasília, v. 1, n. 41, maio 1960.

70 DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem em São Paulo no pós-abolição (1889-1930). Tempos Históricos, [S. l.], v. 5, p. p. 275–292, 2013. DOI: 10.36449/rth.v5i0.8019.

nesse trecho para abençoar o que hoje vemos como violência sexual dos colonizadores contra as mulheres negras e indígenas. Sabemos que o estupro dessas mulheres pelos colonizadores brancos é um fator importante a ser considerado, bem como é parte relevante da gênese da miscigenação⁷¹. Mas, no poema, essa prática é romantizada e descrita liricamente como “cruzamento dos três sangues que as redes e as esteiras conchegaram nas ocas e senzalas”.

Ainda que representados dessa forma problemática, a menção aos indígenas no poema de Guilherme Almeida foi a maneira que os indígenas se fizeram lembrados na cerimônia de inauguração da capital, já que lá não estiveram presentes. Se, como salienta o historiador Laurent Vidal⁷², eles tiveram papel de destaque em outro rito fundacional, quando foram recrutados para reencenar na capital, em 1957, a Primeira Missa do Brasil — buscando imagética e simbolicamente se aproximar ao máximo da representação da pintura histórica de Victor Meirelles⁷³ — para cerimônia de 1960 sequer foram convidados. Isso porque, como enfatiza Vidal, se na missa “sua presença era necessária para fundar a cidade num espírito de conciliação com os habitantes míticos do lugar”, agora na inauguração, “ela não é mais desejada para lançar as bases de uma mentalidade nova, desejosa de eliminar os estigmas de um país atrasado e arcaico.”⁷⁴

Essa mentalidade nova a que Vidal se refere também se relaciona a outro trecho do poema em que a imagem da cruz é mobilizada por Guilherme de Almeida, mas dessa vez relacionada à prancheta de Lucio Costa, onde foram traçados os croquis que o arquiteto submeteu ao concurso que escolheu o plano urbanístico da cidade. O poeta cita parte do relatório do urbanista no qual o símbolo da fé católica se faz presente, mas omite o aceno ao passado colonial brasileiro, quando Lucio Costa se refere à capital como um território de que se toma posse:

71 SANTOS, Gyne Gessyka Pereira; SALES, Sandra Regina. A Mulher Negra Brasileira, Miscigenação e o Estupro Colonial: O mito da democracia racial e o reforço de estereótipos racistas e sexistas. *Caderno Espaço Feminino*, [S. l.], v. 31, n. 1, 2018. DOI: 10.14393/CEF-v31n1-2018-3. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/41554>. Acesso em: 25 set. 2022.

72 VIDAL, Laurent. Op. Cit.

73 MEIRELLES, Victor. Primeira Missa no Brasil. 1861 Tinta óleo sobre tela, 268x356cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

74 VIDAL, Laurent. Op. Cit., p. 263.

E, um dia augural, num alvo papel pregado à prancheta
a cruz sempiterna pousou sua sombra e –
um traço, outro traço – “do gesto primário
de quem assinala um lugar” dois riscos
cortando-se em ângulo reto, e, pois, de uma cruz nascente,
Brasília!
E, sublimação do “gesto primário”,
ponto de encontro das fundas raízes do
Tempo e do Espaço, emergentes da Terra em forma de
cruz.⁷⁵

O poeta parece acrescentar novos sentidos à vertente interpretativa de que o cruzamento enunciado por Lucio Costa seria uma referência ao plano cartesiano e cita parte do relatório do urbanista reforçando ali a presença do símbolo da fé católica. Além disso, também enfatiza as palavras de Costa que, ao lado da menção à cruz, hoje podem ser interpretadas como um aceno ao passado colonial brasileiro: “do gesto primário de quem assinala um lugar”, sucedido no texto na íntegra por “ou dele toma posse”. O que o urbanista quis dizer, e o poeta corroborou, é que, tal qual a chegada dos portugueses em 1500, o surgimento de Brasília seria a redenção de uma região arcaica, isolada e pouco habitada, da qual seria necessário se apossar.

A quase onipresença do símbolo da cruz reforça ainda o quão forte é esse elemento cristão na construção imagética da cidade. Recorrência que confirma a tese de James Holston⁷⁶ de que a intenção de Costa em relacionar a fundação de Brasília a símbolos sagrados foi um “fato amplamente percebido por urbanistas, arquitetos, poetas, historiadores e jornalistas”. Para o antropólogo, isso reforça a “ideia de um sítio sagrado para a cidade de Brasília e uma bênção divina para a fundação da capital, em uma evocação baseada na associação convencional no mundo cristão entre cruces e coisas sagradas.”⁷⁷ Com a mesma intenção, soma-se o mitológico sonho do padre italiano João Bosco, canonizado como Dom Bosco, que teria profetizado, em 1883, o surgimento de uma grande civilização entre os paralelos 15 e 20, à beira de um lago. Uma terra prometida de onde jorrariam leite e mel. A profecia foi publicada em 1935 em um dos volumes de memórias do religioso, mas, como demonstrou Vidal, tal sítio a que se refere só foi

75 ALMEIDA, 1960, op. cit.

76 Op. Cit.

77 Op. Cit. p.77.

atribuído a Brasília a partir de 1957, quando um assessor de JK tomou conhecimento da profecia por um apoiador do presidente. A partir de então, a profecia passou a ser mobilizada como mais um fator de legitimação da construção da cidade⁷⁸. Um argumento de forte apelo popular por forjar, em um país eminentemente católico, mais um mito de origem à cidade, agora relacionada a uma anunciação divina feita por um santo.

De modo geral, ao nos determos hoje no texto de Almeida, salta à vista que, a despeito da radical modernidade que envolvia Brasília, tenha sido escolhido para a inauguração da capital um poema de feições tão tradicionais, considerando sua linguagem, sua retórica e os temas abordados. Características que o crítico literário Alfredo Bosi chama de aspecto “passadista” na produção do poeta, na qual seria possível perceber uma rancidez pouco moderna e “um natural pendor pelo heráldico, traço que seria pura e belamente romântico se não fosse a pátina parnasiana de que jamais conseguiria libertar-se”⁷⁹. Na *Prece Natalícia*, poderíamos verificar, essa “pátina parnasiana” se levássemos em conta o tom épico, as citações em latim e a linguagem rebuscada. Esse descompasso, ou contraste com a linguagem moderna propagada em outras manifestações associadas à nova capital, parece-nos um dos motivos plausíveis pelos quais, ao contrário de *Eneida*, de Virgílio, a *Prece Natalícia a Brasília*, não tenha se notabilizado como um texto clássico da literatura brasileira e tampouco se consagrado no repertório de textos literários sobre a cidade ainda hoje lembrados. Ou seja, ainda que Brasília tenha ensejado manifestações que não eram modernistas *stricto sensu*, elas acabaram sendo pouco consideradas ou negligenciadas pela historiografia que preferiu reiterar mais os elementos de caráter novo da capital do que as expressões do que poderia ser considerado antigo ou tradicional.

78 Op. Cit.

79 BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 420.

Literatura a serviço da Novacap: a poesia na revista *brasília*

Diversas vezes já citada anteriormente, por ter se tornado uma importante fonte de pesquisa sobre a história da nova capital, a revista *brasília*, editada pela Novacap a partir de janeiro de 1957, surgiu por exigência do artigo 19 da Lei nº 2.874, de 1956, que instituiu a companhia. Tal dispositivo legal obrigava o órgão a publicizar mensalmente seus atos administrativos e os contratos celebrados para construção de Brasília. No entanto, em uma sagaz jogada publicitária, a empresa decidiu acrescentar a esse boletim “algumas páginas iniciais, com a forma usual e comum de revista, estampando-se nestas um noticiário, principalmente fotográfico, sobre a marcha da construção da nova Capital”. O objetivo alegado seria “manter o público sempre ao par do que se estão realizando e do que se pretende fazer.”⁸⁰ De fato, a despeito do grande valor documental, chama a atenção a qualidade tanto do conteúdo fotográfico quanto do projeto gráfico da publicação. Colaboraram com o *design* os arquitetos Artur Lício Pontual, Hermano Gomes Montenegro e Armando Ivo de Carvalho Abreu⁸¹. De acordo com a historiadora Georgete Medleg Rodrigues, Montenegro contava com consultoria de Oscar Niemeyer na diagramação, e mostrava ao arquiteto “a capa da revista para ele dar o approve.”⁸² Já as fotografias, em sua maioria, ficavam a cargo de Mario Fontenelle, fotógrafo oficial e amigo de Juscelino Kubitschek.

A Divisão de Divulgação da Novacap publicou a revista mensalmente até agosto de 1960. A partir dessa data, até 1967, houve irregularidade na periodicidade, com alguns números condensados em uma única edição. Após a interrupção de mais de 20 anos, voltaria a ser publicada na gestão do governador José Aparecido, mas apenas dois números foram editados, em 1988.

80 Revista *brasília*, v. 1, n. 1, jan. 1957, p. 1.

81 CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. A revista *brasília* na construção da Nova Capital: Brasília (1957-1962). *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (Online), [S. l.], n. 11, p. 43-57, 2010. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i11p43-57. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44791>. Acesso em: 26 fev. 2023.

82 RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. Cit. p. 82.

Com uma equipe de repórteres da própria companhia e a colaboração de ilustres jornalistas, escritores, políticos, arquitetos, entre outros nomes de relevância nacional, mais do que apenas informar, o foco principal da publicação era defender a pertinência da construção e da transferência da capital, bem como fazer apologia a seus paradigmas urbanísticos e arquitetônicos. Nesse contexto, uma das principais preocupações era mostrar que Brasília já era uma realidade, em avançada “marcha de construção” e que a cidade já ganhara vida. Artigos, colunas, noticiário, crônicas, entrevistas, cartas, apresentação de projetos, maquetes e obras, entre outros formatos, cumpriam esse objetivo, em seções que se tornavam fixas por alguns momentos e depois deixavam de ser publicados.

Entre essa diversidade de conteúdos, a literatura sempre esteve presente desde os primeiros números por meio de crônicas, mas sobretudo de poemas dos mais variados autores: alguns consagrados e muitos desconhecidos, ou cuja obra não resistiu ao tempo, chegando aos dias de hoje sem o reconhecimento de um público mais amplo. Além de prestígio para a publicação e de um verniz cultural que a poesia poderia conferir à revista, podemos supor que uma das estratégias por trás da inserção dos textos literários seria mostrar que a cidade já fazia parte da cultura e do universo artístico brasileiro, sendo matéria-prima para escritores e poetas, integrando-se ao imaginário não apenas da população em geral que acompanhava o dia a dia do surgimento da capital, como também dos artistas nacionais e até mesmo estrangeiros.

Aqui, concentraremos nossa atenção nos trinta e oito poemas publicados entre abril de 1957 a abril de 1961, sem a pretensão, evidentemente, de analisar todos individualmente. O objetivo central é ver de que maneira Brasília aparece neles representada, e como a publicação desses textos literários pode ter colaborado com os fins da revista: divulgar, defender e legitimar a fundação e transferência da nova capital, bem como os paradigmas da cidade modernista. Como já mencionamos, a maioria dos autores que assinam esses textos líricos são hoje desconhecidos de um público mais amplo, porém, à época, eram escritores, jornalistas, advogados, professores, homens das letras, como se dizia, de certo prestígio na intelectualidade brasileira. Há entre eles, alguns nomes reincidentes em trabalhos dedicados a celebrar a nova capital, como Martha Dutra, autora do poema de

*Brasília: suíte de marchas para orquestra sinfônica*⁸³; Donatilla Dantas, que publicou, em 1959, o livro de poemas intitulado *Candango*⁸⁴; o geógrafo Moisés Gicovate, autor de *Brasília: uma realização em marcha*⁸⁵; e Francisco Manoel Brandão, autor de *Brasília: Folclore e Turismo*⁸⁶ e *Brasília e o Buritizeiro*⁸⁷.

A maior parte dos poemas analisados aparece em uma seção fixa, mas não regular nas edições da revista, intitulada ora *Brasília na literatura*, ora somente *na literatura*. A partir dessa coluna, podemos inferir, portanto, o que o corpo editorial da publicação entendia como literatura: a poesia. Afinal, apenas poemas eram publicados naquele espaço. Talvez por ser um gênero incontestavelmente literário e uma das formas mais clássicas da literatura. Além disso, o caráter canônico do gênero combinaria com a sofisticação que se deveria associar à Brasília; sua natureza metafórica também poderia ser favorável à exaltação, e ao tom épico, muitas vezes presente, totalmente aderente à ideia de empreitada ciclópica, ou epopeia, termos frequentemente utilizados para descrever a construção da capital.

E se havia uma recorrência, ou mesmo um esforço de envolver a cidade em uma cápsula de modernidade, novidade, inovação e originalidade, sobretudo no que diz respeito à sua arquitetura e sua conformação urbana, parece haver ainda outro esforço no sentido de conferir a Brasília feições clássicas e universais, com lastro histórico. A consagração, ou sucesso maior, desse esforço chegaria em 1987 quando Brasília recebeu da Unesco o título de patrimônio mundial, “o que a pôs no nível, por exemplo, da Muralha da China, de Veneza, na Itália, e de Havana Velha, em Cuba, como referência universal de civilização.”⁸⁸

Essa tradição universal é o que parece querer nos mostrar os poemas selecionados para exaltar a capital na revista *brasília*. Neles, vemos a tradicional observância a rigores formais e estilísticos como

83 DUTRA, Martha; TAVARES, Hekel. Brasília: suíte de marchas para orquestra sinfônica. Rio de Janeiro: 1959. LP (18 min).

84 DANTAS, Donatilla. Candango. Rio de Janeiro, Minerva, 1959.

85 GICOVATE, Moisés. Brasília: uma realização em marcha. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

86 BRANDÃO, Francisco Manoel. Brasília: Folclore e Turismo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ouvidor, [1957] 1998.

87 BRANDÃO, Francisco Manoel. Brasília e o buritizeiro. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1958.

88 KATINSKY, Júlio. Brasília em três tempos: a arquitetura de Oscar Niemeyer na Capital. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 7.

rima e métrica, uma certa austeridade em relação aos temas e a celebração de um passado glorioso do Brasil. Também não é incomum aparecerem poemas de formas fixas como a ode e o soneto. Não é que o modernismo literário tenha abolido de todo esse modo de fazer poesia, Vinicius de Moraes, por exemplo, tem entre suas obras mais conhecidas o *Soneto de Fidelidade*. Mas uma liberdade e mesmo uma desobrigação em relação à métrica, à rima e ao ritmo dos poemas são algumas das principais inovações adotadas pela poesia brasileira moderna, sobretudo após a Semana de Arte de 1922. No periódico, vemos também a publicação de poemas em outras línguas⁸⁹, na maioria das vezes sem tradução, em francês e inglês, por exemplo, o que mostra a dedução dos editores de que tão tradicional quanto esses sonetos publicados em língua estrangeira era o público leitor da revista, que não encontraria problema em apreciar as obras sem a necessidade de serem traduzidas do original.

Vemos, portanto, o convívio dessas expressões da tradição poética, nas páginas da revista *brasília*, com fotografias dos edifícios modernistas construídos em Brasília, que em muitos casos servem de inspiração para os próprios poemas. É o caso do soneto *Brasília Brasiliae Cor*⁹⁰, cujo autor é o Padre Pedro Luís, em texto disposto acima de uma foto das icônicas colunas que Niemeyer desenhou para o Palácio da Alvorada. Junção entre tradição e modernidade que nos recorda a afirmação de André Malraux após visitar o Palácio: “São as colunas mais bonitas que vi depois das colunas gregas.”⁹¹ Há, no entanto, um contraste entre o título em latim, que aparentemente denota um certo arcaísmo, e a intenção dos versos de celebrar uma nova e contemporânea cidade, lançando mão de um campo lexical relacionado a elementos de cidades modernas, como aço, estradas, aviação, entre outros:

A rota do Porvir é Oeste. Aflora
No mármore Brasília, esbelta e bela.
Nela o granito, que o buril cinzela,

89 LANTEUIL, Henri de. Brasília. In: Revista *brasília*, v. 1, n. 10, out 1957, p. 21; METROPOLIS, Harry de. Brasília. In: Revista *brasília*, v. 1, n. 39, mar 1959, p. 17; GRAÇA, Lélío. The dream city. In: Revista *brasília*, v. 1, n. 44, ago 1960, p. 9; HOURS, Geniviéve. Juscelino le Grand. In: Revista *brasília*, v. 1, n. 45 a 48, set a dez 1960, p. 10.

90 Revista *brasília*, v. 1, n. 25, jan 1959, p. 17.

91 MALRAUX, André. In: NIEMEYER, Oscar. Minha arquitetura. Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 39.

Contornos de arte ousada atinge agora.

Sol, hinos de aço, aviação sonora,
Trama ele estradas, forja, arado, cela,
Estrondo de mancais - tudo revela
A andada para a Glória, nesta aurora.

É a Nova Civilização da Raça
No Planalto Central, abrindo à gente
Missão colonizante, que Deus traça.

Deixando a falsa - tanga de índio a esmo -
O Brasil se reencontra, finalmente,
E ingressa na Grandeza de si mesmo.⁹²

Vemos aí então uma síntese, ou um ótimo exemplo, do que mencionamos sobre Brasília ser representada tanto como elemento da modernidade e da tradição, vide o soneto com título em latim, cujos versos a colocam como ponto máximo de glória e elemento que leva o Brasil uma nova civilização que deixa para trás a “tanga de índio” para se inserir no rol universal da arte e da cultura universal.⁹³ Impossível não comentar também a colonialidade que aparece de forma tão aberta e evidente, sobretudo na terceira estrofe, pela qual podemos entender a “missão colonizante”, traçada por Deus, empreendida pela construção de Brasília, que também seria responsável por uma “Nova Civilização da Raça”. Elementos que deixam clara a valorização de um passado colonial e, por isso, apontamos a colonialidade que é entendida aqui como a “ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante”⁹⁴.

Se na edição 25 da revista aparece esse soneto, no número seguinte, a seção *Brasília na literatura* apresenta uma ode. Do mesmo autor do livro *Sonetos Jurídicos: Aprenda Direito Lendo*

92 Revista *brasília*, v. 1, n. 25, jan 1959, p. 17.

93 Sobre como essa ideia esteve presente na política patrimonial brasileira conduzida por Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco, ver CHUVA, Marcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 4, n.7, jul.-dez.2003, p. 313-333.

94 TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. Rev. Psicol. UNESP, Assis, v. 16, n. 1, p. 18-26, jun. 2017, p. 19. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442017000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 mar. 2023.

Sonetos, Alberto Bonfim, *Ode a Brasília* reúne em um só poema tanto a exaltação à arquitetura e ao urbanismo moderno da cidade quanto a ratificação da então tradicional maneira de contar a história da nova capital, representando-a como o secular e unânime sonho do povo brasileiro que apenas Juscelino pôde realizar:

ergue-se uma cidade pioneira,
de arquitetura nova, sem igual,
no mundo, nesses moldes, a primeira,
urbanisticamente original.

Gigantesco avião junto de um lago,
de proa ao rumo do nascer do sol,
provém dos cérebros de um mestre e um mago,
puro engenho de artistas de alto escol.

(...)

Há mais de um século o Brasil espera
cumprir mais esse grande seu destino,
e, veio realizar essa Quimera
o bravo pioneiro diamantino.

Se alguma queixa cabe nesta hora
contra a grande empreitada de Brasília,
que seja, então, de que somente agora
se constrói essa Oitava Maravilha!⁹⁵

Como também aparece de forma evidente, há ainda uma tentativa de desqualificação de críticas e oposições a cidade, sendo a única queixa aceita pelo eu-lírico a de que Brasília, “essa Oitava Maravilha”, tenha demorado tanto tempo, “mais de um século”, para sair do papel.

Outro poema de conteúdo semelhante é *As metas do Presidente*, de Alarico da Cunha. Como o próprio título já antecipa, trata-se de uma celebração da figura de Kubitschek e dos feitos de seu governo, tendo, obviamente, Brasília como “meta-síntese” e ápice de suas proezas. Forjado inteiramente em quadras e rimas consoantes alternadas, um ritmo popular que lembra a poesia de cordel, o teor do poema e maneira como enumera as realizações dos anos JK poderiam torná-lo, perfeitamente, uma peça publicitária de campanha eleitoral:

O imortal Juscelino, o patriota integral,
Dia e noite a lutar, numa eterna vigília,
Em quatro anos somente, esse novo Cabral,
Descobriu, aplainou e edificou Brasília.

(...)

Furnas e Três Marias não de ficar na História
Da indústria nacional e o seu poder motriz,
E ouviremos, assim, numa expansão de glória,
Paulo Afonso acordando e agitando o País!

(...)

A meta de Brasília, em suma analisada,
Só merece elogio, ovações e louvores,
Pois transforma o Brasil em Nação respeitada,
Sem viver mendigando ou pedindo favores.

E o Brasil batizado há quase meio milênio,
Sendo Vaz de Caminha o autor da Certidão,
Vai agora crismado, a mercê desse gênio,
Que faz da Novacap uma consagração!⁹⁶

Além da indústria nacional como motriz do crescimento econômico brasileiro, um dos princípios fundamentais da política nacional-desenvolvimentista de JK, vemos ainda a menção a grandes obras de infraestrutura, como as usinas hidrelétricas de Paulo Afonso e Três Marias, dois dos principais projetos para a execução da Meta 1, do Plano de Metas. Brasília, a meta-síntese, é descrita no poema como grande expoente e motora de todo esse “progresso” do país, transformando o “Brasil em Nação respeitada”. E além da exaltação às obras do governo, novamente nossa atenção recai sobre a maneira como Brasília e Juscelino Kubitschek, o “patriota integral” são representados e contextualizados na história do Brasil. Lembramos outra vez do expediente, apontado por Georgete Medleg Rodrigues, de pintar a construção da nova capital como uma segunda descoberta do Brasil, quando vemos a representação de JK como um “novo Cabral” que “descobriu, aplainou e edificou Brasília”. A fé católica também se faz presente por meio da metáfora de um país “batizado há quase meio milênio”, ou seja, no momento da chegada dos portugueses em 1500. Com o advento de Brasília, obra do “gênio” JK, chegara então o momento de sua crisma — sacramento celebrado em época de maior

amadurecimento de um indivíduo — resultando assim na consagração da nação brasileira. Pero Vaz de Caminha também é citado, assim como Camões, em outra estrofe, e o já mencionado Cabral, o que amplia o rol de grandes personagens históricos no qual JK é inserido, em pé de igualdade de importância e relevância de seus feitos.

De modo geral, a exaltação à natureza “virgem” do Cerrado do Planalto Central, o fim da solidão ou do abandono do Brasil central e sertanejo, o anúncio de uma nova era de paz, felicidade e progresso, símbolos de futuro e de esperança, alusões à Marcha para o Oeste, graça divina, patriotismo, exaltação a JK e celebração da arquitetura e do urbanismo modernistas são os temas que mais aparecem nos poemas publicados pela revista. A celebração romantizada do trabalho dos candangos na construção da cidade também aparece com frequência. O operário trabalha à exaustão, mas tudo pelo bem do “progresso”, como rima Silva Guimarães em *Fiat Brasília*:

É o meu Brasil de coração opresso
Que rasga o peito às ânsias do progresso!...
E o vibrar de milhões de brasileiros
A proclamar em brados altaneiros:
Custe trabalho e noite de vigília
Mas, pelo Brasil, faça-se Brasília⁹⁷

Esse é apenas um dos tantos exemplos de como é representado nos poemas o trabalho do candango, que nas obras vai “suando”, mas “na paz trabalhando”⁹⁸.

Como pretendemos demonstrar até aqui, enquanto os poemas elaborados para música buscaram representar Brasília de maneira eloquentemente gloriosa, romantizando seu processo de construção, e como o início de uma nova e promissora era da história do Brasil, os poemas publicados na revista *brasília* também o fizeram, mas nos parece que de modo mais ingênuo ou simplista. Formal e tematicamente mais tradicionais, além da busca de matéria prima poética em grandes eventos históricos, eles também enfocam ainda mais os temas do ideário nacional-desenvolvimentista. No entanto, ao contrário do como eram mobilizados pelos protagonistas da fundação da cidade, percebemos que a literatura o faz de modo menos literal e professoral, adicionando novas camadas de sentido, operando na

97 Revista *brasília*, v. 1, n. 11, nov 1957, p. 19.

98 RIBEIRO, J. Freire. Cântico. Revista *brasília*, v. 1, n. 17, maio 1958, p. 18.

sutileza do convencimento do leitor. Além de um verniz de erudição, a opção por formas poéticas tradicionais também pode significar a busca por mais credibilidade aos seus trabalhos na poesia desses autores que não era eminentemente reconhecidos por suas obras literárias, mas como políticos, professores, advogados, geógrafos e economistas.

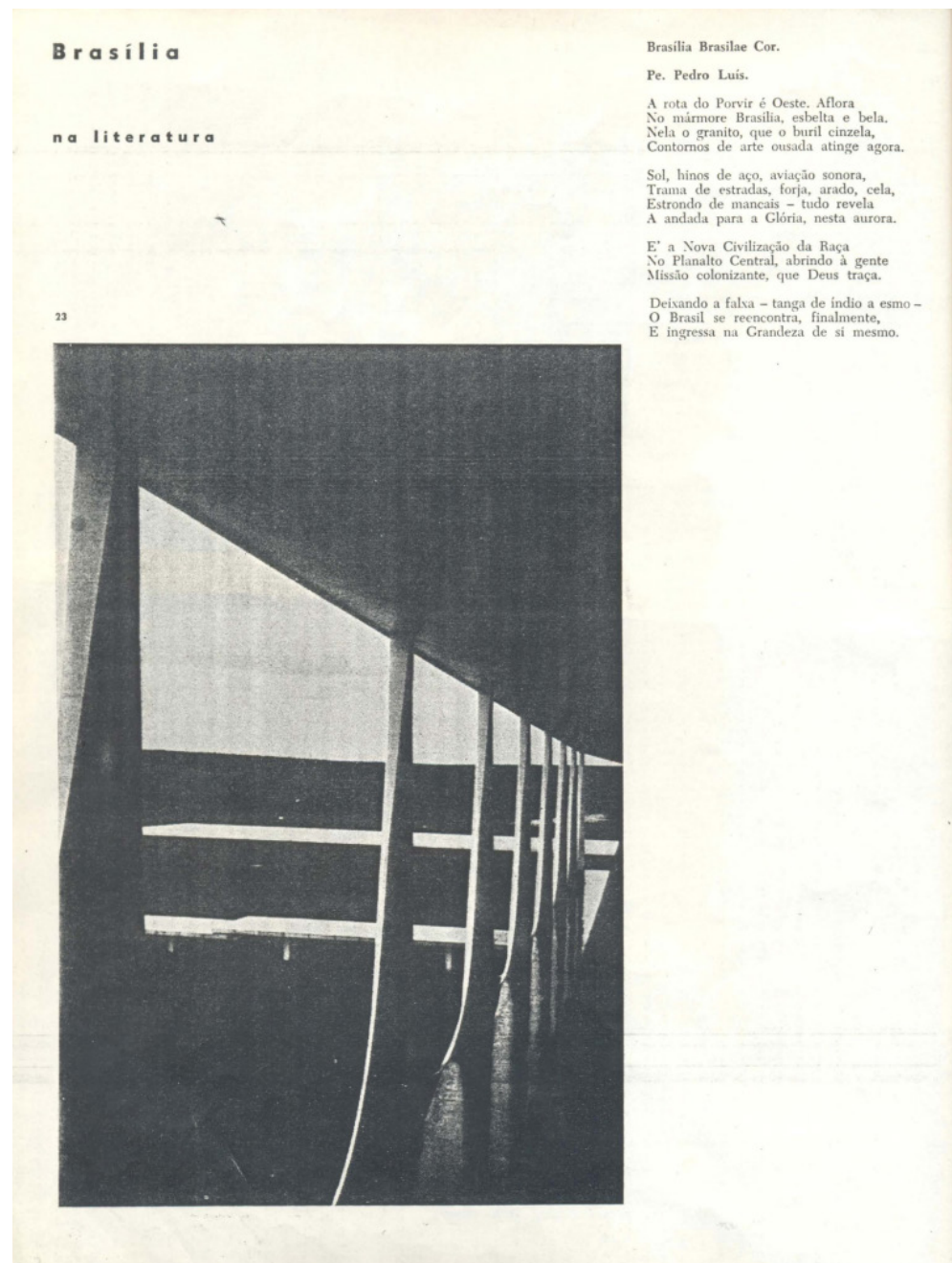


Figura 9. Tradição e modernidade: em arrojado projeto gráfico, soneto aparece ao lado de fotografia de inovadora obra de Oscar Niemeyer para Brasília. Fonte: Revista Brasília, v. 1, n. 25, jan 1959, p. 17.

Nelson Rodrigues, Drummond e o embate entre “fiquistas” e “mudancistas”

Testemunha ocular da cerimônia, Nelson Rodrigues escreveu sobre a inauguração de Brasília:

Ir a Brasília é voltar mais brasileiro. Se o Coração estivesse lá à meia-noite, de vinte e um, na Praça dos Três Poderes, havia de arrancar do fundo de sua acidez de magro e de lívido a confissão total: — “Esta sim é a Primeira Missa do Brasil!”⁹⁹

A veemência dessas palavras representa bem o tom colossal da crônica que o teatrólogo, escritor e jornalista publicou, com destaque na capa, no jornal *Última Hora*, em 22 de abril de 1960, dia seguinte à inauguração de Brasília. Para escrever *A derrota dos cretinos*, ele esteve presente nas solenidades inaugurais, o que atesta seu apreço por Juscelino Kubitschek, não apenas por ter sido o presidente um amigo próximo de seus pais¹⁰⁰, como também por ter merecido uma das raríssimas saídas do Rio de Janeiro por parte do escritor que considerava viajar “um sacrifício hediondo” e para quem a partir do Méier já sentia “uma aguda e desesperada saudade”¹⁰¹ da cidade onde morou quase a vida inteira.

Conforme relata Ruy Castro, foi enfrentando essa enorme resistência a viajar que Nelson Rodrigues partiu do Rio de Janeiro, em caravana de três ônibus fretados pela CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), encarando 20 horas de estrada rumo à nova capital. Na cidade, sua estadia foi custeada

99 RODRIGUES, Nelson. *A derrota dos cretinos*. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 1960.

100 FRANCISCO, Severino e VIEIRA, José Carlos. *O Candango Nelson Rodrigues*. *Correio Braziliense*, Brasília, 23 de agosto de 2012. Disponível em: <correio braziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/selecao-vestibular/2012/08/23/Selecao_Interna,318714/o-candango-nelson-rodrigues.shtml>. Acesso em 1º fev. 2023.

101 RODRIGUES, Nelson. O mais carioca dos times. In: *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 127. Frase semelhante intitula a crônica *A partir do Méier, o brasileiro começa a ter saudade do Brasil*. In: RODRIGUES, Nelson. *Brasil em campo*. Org Sonia Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 91-92.

pelo jornalista Samuel Wainer, dono do governista *Última Hora*, como pagamento de uma crônica redigida *in loco*¹⁰².

E apesar da repulsa a viagens, Nelson Rodrigues relata uma prazerosa experiência do percurso de mais de quase 1,2 mil quilômetros entre a antiga e a nova capital, principalmente no trecho que abrange a “coisa comovente que é a Estrada Belo Horizonte-Brasília que não para, não cansa, que assombra com seu asfalto interminável e épico.”¹⁰³ Na sequência, diverte-se com a presença de moças à beira da rodovia. Típico em seu estilo e no seu universo temático, há uma descrição que hoje certamente seria questionada pelo seu caráter abjeto, mas à época era considerada apenas imoral ou despuorada:

Mas como eu ia dizendo: à medida que o comboio se aproximava de Brasília, começamos a ver carros parados na estrada. Sempre meninas fugindo docemente para o mato e fazendo de um arbusto o biombo do pudor. Era lindo. Digo “lindo” e já acrescento: - Inédito. De fato, o “pipi na estrada” (feminino) foi o detalhe novo da inauguração de Brasília. Não me lembro, em toda a minha experiência rodoviária, de ter visto nada parecido. Homens, sim. Nunca mocinhas e muito menos com tamanha constância.¹⁰⁴

Sem julgamento ético ou moral do texto destacado acima, o que também podemos ver nele é o relato incomum de um aspecto da inauguração de Brasília, que dificilmente aparece na apreciação de outro autor ou de outra testemunha daquele momento histórico. Isto é, o registro do que parece ser um grande fluxo de veículos acessando a cidade pelo sistema viário, revelando a atração de milhares de famílias que, por adesão espontânea ou estimulada pelo governo, deslocaram-se para participar do ato fundacional da nova capital.

Em outro momento da crônica, vemos de maneira evidente a exaltação e uma defesa apaixonada que Rodrigues faz de Brasília e de suas peculiares características estéticas e formais:

Foi bom que os rapazes do CPOR andassem pelo Planalto. Eles conversaram com os candangos, morderam o pó sagrado de Brasília. E, sobretudo, viram a mais bela cidade do mundo. Eu sei que, segundo os inimigos de Brasília, a beleza passou a ser indignidade. Diante do belo,

102 CASTRO, Ruy. O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

103 RODRIGUES, 1960. Op. Cit.

104 Idem.

o simplesmente belo, rosnam: - “Fascismo! Fascismo!”
E, no entanto, o paralelepípedo mais analfabeto teria vontade de chorar lágrimas de esguicho ante a beleza de Brasília. Na Praça dos Três Poderes, o brasileiro que não viajou nada, que não passou do Méier, é atravessado pela certeza fanática: - A Praça de São Marcos não chega aos pés da nossa.¹⁰⁵

A representação hiperbólica da capital fica mais do que clara pela escolha lexical do autor, sobretudo quando a denomina de “mais bela cidade do mundo”, diante da qual até um “paralelepípedo mais analfabeto teria vontade de chorar lágrimas de esguicho” por sua beleza. E completa de forma eloquentemente categórica que a “Praça de São Marcos não chega aos pés da nossa”. O mais interessante é que esses elogios tão contundentes são uma resposta a um grupo específico de detratores, dos quais debocha: “Eu sei que, segundo os inimigos de Brasília, a beleza passou a ser indignidade. Diante do belo, o simplesmente belo, rosnam: - ‘Fascismo! Fascismo!’”. Nesse ponto, o autor parece se referir às críticas correntes à época, por vezes reiteradas nas décadas seguintes¹⁰⁶, de que o urbanismo moderno, empregado na capital, guardaria em si um caráter autoritário, ou autocrático, no termo usado pela historiadora de arquitetura alemã Sibyl Moholy-Nagy¹⁰⁷.

De modo geral, toda a crônica pode ser lida como resposta a determinadas críticas a Brasília. No entanto, uma delas chama atenção especial: o “contra-ataque” que Nelson Rodrigues desfere ao poeta Carlos Drummond de Andrade. “Contra-ataque”, entre aspas, porque tal gesto de Rodrigues partiu de sua interpretação de uma crônica de Drummond publicada no jornal *Correio da Manhã*, mencionada por diversos autores¹⁰⁸, cuja data e nem o título são revelados e que tampouco conseguimos identificar. Lendo o texto, Rodrigues supôs que o poeta estaria criticando a famigerada poeira vermelha de Brasília, praticamente onipresente nos relatos sobre a capital daquela época, causada pela supressão da vegetação e pela

105 Idem.

106 Alguns exemplos são BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo. (org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985, e HOLSTON, Op. Cit.

107 MOHOLY-NAGY, Sibyl. Brasília — Conceito majestoso ou monumento autocrático? [1959] In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (Org.). Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

108 Entre eles, os aqui já mencionados Ruy Castro, Severino Francisco e José Carlos Vieira

enorme movimentação de terra durante a construção da cidade.

Vejamos apenas alguns entre dezenas de casos que exemplificam essa onipresença da poeira nas impressões sobre a cidade. Em texto sobre a capital que tinha intenção de publicar nos Estados Unidos, a escritora e poeta norte americana Elizabeth Bishop registrou: “É verdade que estávamos nos últimos dias da época seca, mas no final do inverno de 1958 a primeira e última impressão de Brasília consistia em milhas e milhas e milhas de poeira vermelha”¹⁰⁹. Fruto de sua passagem pela capital em construção, também em 1958, o conterrâneo de Bishop, John Dos Passos, escreveu sobre o aeroporto: “As roupas, os rostos e as bagagens estão cobertas de poeira vermelha”¹¹⁰. Simone de Beauvoir, em sua passagem pela capital em 1960, anotou em seu livro de memórias sobre a Cidade Livre, ocupação pioneira de construções de madeira para dar suporte às obras: “a poeira avermelha nossos sapatos, entra em nossos ouvidos, irrita nossas narinas, arranha nossos olhos”¹¹¹. No romance *Luana*, escrito em 1960, Mario Garcia de Paiva também registra a presença do pó ao descrever a Cidade Livre: “Casinhas de pinho, tábuas e ripas, centenas de casinhas quadradas, retangulares, como caixotes emborcados na poeira”¹¹². Na novela *Pioneiros e Candangos*, de Raymundo Brito, uma personagem, que descreve a poeira como “a mais traiçoeira inimiga da interiorização nacional”, reclama: “Um manto de pó vermelho, finíssimo, cobre os edifícios e as pessoas, envolvendo a Cidade inteira como um singular e incômodo sudário. E tudo assume a coloração típica local, de um vermelho pardacento”¹¹³. Até mesmo Juscelino Kubitschek não deixou de maldizer a terrível poeira:

um elemento que, como erva daninha, desgastava os

109 BISHOP, Elizabeth. Uma nova capital, Aldous Huxley e alguns índios [1958]. In: FERREIRA, Armando Olivetti. Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, 2008, p. 350.

110 DOS PASSOS, John. O Brasil em movimento. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013 [1963], p. 115.

111 BEAUVOIR, Simone de. Sob o signo da história. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, p. 282.

112 PAIVA, Mário Garcia de. Luana. São Paulo: Edição do autor, 1962, p. 31.

113 BRITO, Raymundo. Brasília: Pioneiros e candangos. Brasília: Pongetti, 1961, p. 27.

nervos, intoxicava os pulmões, provocava inflamações nos olhos. Era a poeira - uma poeira, como só existia em Brasília - vermelha e fina, de extraordinária capacidade de impregnação, e sempre presente em tudo que se tocava. Estava na água que se bebia, no ar que se respirava, no travesseiro em que se reclinava a cabeça¹¹⁴.

No entanto, ao mesmo tempo que registra que a poeira importunava, ou “desgastava” os primeiros habitantes de Brasília, Kubitschek descreve, de maneira bastante poética, um fenômeno da natureza no qual o pó vermelho exercia papel de destaque: “E, quando o vento a atingia, cavalgava-o, enovelando-se por ele, para ganhar altura. Tinha lugar no céu, então, aquele show da natureza, uma das peculiaridades de Brasília: os redemoinhos”¹¹⁵. Redemoinhos que à época foram apelidados de Lacerdinhas, em alusão ao jornalista e político, deputado federal (1955–1960) e governador do estado da Guanabara (1960–1965), Carlos Lacerda, grande opositor da construção de Brasília e da transferência da capital. Tal denominação de redemoinho em Brasília perdurou por décadas e ainda hoje é reiterada por pioneiros ou em textos relacionados aos primeiros anos da cidade¹¹⁶. Há ainda o registro, na ficção, de que o fenômeno seria apelidado também de Saci-Pererê, como aparece na poética reclamação da mencionada personagem de *Pioneiros e Candangos*:

Em certos dias, o vento, em redemoinhos envolventes, forma colunas de pó que se erguem do chão e atingem alturas incríveis. Essas colunas turbilhonantes partem aos caprichos do vento, com a base rente ao solo. Marcham, assim, como gigantescos soldados em alucinantes formações. O povo apelidou-as de “sacis-pererês”. Surgem de repente, em qualquer ponto. Levantam-

114 KUBITSCHEK, Op. Cit. p. 111.

115 Idem.

116 Ver SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: Editora da UFG, 1997, p. 97; ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Brasília, 1959: a cidade em obras e o Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte. Arqtextos, São Paulo, ano 10, n. 111.03, Vitruvius, ago. 2009 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/10.111/34>>; TORELLY, Luiz Philippe. O Dia “D”. O desembarque de uma família no planalto central. Minha Cidade, São Paulo, ano 14, n. 166.04, Vitruvius, maio 2014 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.166/5166>>; HELIODORO, Afonso. Aniversário de 50 anos de Brasília: 'Dormi no Palácio da Alvorada antes mesmo de ele ficar pronto'. Extra, Rio de Janeiro, 20 de abril de 2010. Disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/aniversario-de-50-anos-de-brasilia-dormi-no-palacio-da-alvorada-antes-mesmo-de-ele-ficar-pronto-117261.html>>. Acessado em 2 fev 2023., entre outros.

se, girando, no ar. Ganham altura, mantendo sempre o contato com a terra. E seguem, numa ronda de esquisita beleza. (...) Rodopiam em sarabanda louca, na Praça, até se esbaterem contra os Ministérios, pulverizando-se, então, em nuvens esvoaçantes e caprichosas. Mas, logo adiante, novo redemoinho levanta outras colunas, como se o vento, trêfego e feliz, não quisesse desistir do seu brinquedo predileto.¹¹⁷

Interessante observar como distintos campos temáticos são acionados para representar literariamente o fenômeno da natureza. Do arquitetônico, quando se fala em coluna, ao da cultura popular quando a figura do Saci-Pererê é evocada para dar nome aos redemoinhos, e até mesmo o militar, quando diz que eles avançavam como marcha de soldados. Essas diversas associações sugeridas mostram o quanto a literatura acrescenta novos sentidos ao registro de certos eventos ou fenômenos, e a riqueza e complexidade de narrativas dessa natureza, sobretudo quando os tomamos como fonte ou objetos de pesquisa histórica.

E esse incômodo que a poeira causava na nova capital também aparece na imprensa alguns meses antes da inauguração oficial em 1960. Há diversos registros, por exemplo, no *Correio da Manhã*, o mesmo periódico em que Drummond publicou a crônica que irritou Nelson Rodrigues. Reportagem de 9 de fevereiro expõe que o senador Mem de Sá, após um fim de semana em Brasília, teria voltado para o Rio de Janeiro “verdadeiramente horrorizado com a ideia de vir a ser pioneiro, na qualidade de membro do Congresso”. Entre as queixas do parlamentar está o fato de que “se chove, a lama os persegue; se faz sol, é a poeira vermelha que os atormenta.”¹¹⁸ Dias depois, em 12 de fevereiro, na revista *Singra* que era publicada às sextas-feiras como suplemento do mesmo periódico, a coluna *Moda e Elegância*, assinada por Tereza de Biase, acata a sugestão de uma leitora e aborda o guarda-roupa ideal para mulher pioneira de Brasília. Mas não qualquer mulher, mas a “elegante da classe média”, que teria dificuldade de “manter o guarda-roupa atualizado lá no planalto”. Entre as dicas apresentadas pela colunista, aparece a de “triplicarem-se as roupas de trabalho”, uma vez que os noticiários dão conta de que a

117 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p. 27-28.

118 Tópicos e notícias: Canal Parlamentar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1960.

“ausência de lavanderias e a poeira são denominadores comuns” na capital. Como legenda de uma das fotos na coluna que apresenta duas mulheres de braços dados e lenços nos cabelos, vem a explicação: “Cabelos evidentemente protegidos contra a poeira pioneira”¹¹⁹. Na mesma edição do jornal, um anúncio na seção dos classificados oferece um “Automóvel para Brasília”. Entre seus atributos, evidencia que o carro é “conveniente” para rodar na capital por “poder circular hermeticamente fechado, evitando assim os incômodos da poeira local”¹²⁰. Isso para mostrar apenas alguns de diversos exemplos de registros de incômodo causado pela poeira, nesses casos de modo mais objetivo, aos primeiros moradores da cidade ainda em construção.

Essa breve digressão acerca do pó de Brasília é pertinente para mostrar o quanto esse elemento era recorrentemente evocado — predominantemente de modo negativo — quando se trata do período da construção da capital. Além disso, estava na ordem do dia às vésperas da inauguração, quando Drummond teria o mencionado em sua crônica. Nelson Rodrigues, contudo, opõe-se veementemente ao poeta, em uma reação que nos parece cômica e exagerada. Chega a dizer que o “pó cor de canela” seria fundamental para a cidade e que futuramente deveria ser artificialmente provocado. Afirmção que nos remete à ideia do pioneiro Lourivaldo Marques, dono de uma das primeiras bancas de jornal de Brasília, que ainda no início da década de 1960 começou a vender a poeira da construção em pequenas garrafas, por um dólar¹²¹. Uma nota no *Última Hora*, de 29 de outubro de 1960, com o título *Poeira é “Souvenir”*, informa que “a poeira de Brasília é o novo ‘souvenir’ da capital que está sendo vendido no aeroporto”. Explica que se trata de “poeira mesmo, em miniatura de garrafas, em caixas de doze unidades cada uma, no rótulo uma das famosas colunas do Palácio da Alvorada”¹²². Um desses exemplares ainda resiste na coleção de Humberto Miranda, na Bahia. Recentemente, já

119 BIASE, Tereza. *Moda e Elegância*. Revista Singra, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1960.

120 Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1960.

121 A primeira banca ninguém esquece. Correio Braziliense, Brasília, 11 de maio de 2010. Disponível em correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/11/interna_cidadesdf.191659/a-primeira-banca-ninguem-esquece.shtml> Acesso em 3 fev 2023.

122 Poeira é “Souvenir”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1960.

na década de 2020, a ideia foi reeditada pelo empresário e pesquisador João Vicente Costa, e a poeira engarrafada voltou à circulação, sendo vendida na tradicional Banquinha da Conceição, de propriedade da jornalista Conceição de Freitas, na quadra 308 da Asa Sul, a chamada



Figura 10. Anúncio no jornal Última Hora sobre a venda de poeira engarrafada de Brasília em 1960.

Figura 11. Poeira engarrafada vendida nos anos inaugurais de Brasília. Fonte: Site bahia.ba

Figura 12. Poeira engarrafada vendida em Brasília em 2021. Fonte: Instagram.



Quadra Modelo, o que mostra a permanência nos dias de hoje desse típico corrente à época da fundação.

Quatro dias depois da inauguração da cidade, Nelson Rodrigues voltou a exaltar a poeira de Brasília na crônica *Meia-noite em Brasília*, publicada na sua coluna *A vida como ela é*, no *Última Hora*. O enredo do texto trata do encontro de um casal de ex-namorados, Fernando e Clarinha, que se encontram em uma esquina da capital — interessante a representação desse espaço geralmente não associado à cidade —, quando a moça relata que havia rompido o noivado com um terceiro rapaz. O motivo: ele não gostava de Brasília. O personagem da crônica passa então a exaltar a capital com o intuito de tentar reconquistar a ex-namorada. Em um desses momentos, Nelson Rodrigues descreve

um diálogo entre o casal em que o rapaz faz “uma apologia sincera e um pouco literária do pó de Brasília”. Ela, por sua vez, lamenta que “num futuro próximo, o asfalto pudesse sepultar essa poeira histórica. Clarinha excitada disse que era um dever entupir o pulmão daquele pó vermelho e ardente.”¹²³ Na mesma crônica, Rodrigues também retoma a exaltação à Praça dos Três Poderes, novamente comparando-a à Praça de São Marcos, em Veneza, por meio de uma cômica afirmação do personagem Fernando: “outro dia enfiei a mão em um sujeito e sabe por que. O cara teve a coragem de dizer que a Praça de São Marcos, vê se pode, que a Praça de São Marcos era mais bonita que a do Congresso.” Após ouvir um “— Nunca” de Clarinha, Fernando prossegue: “Só um cavalo de 28 patas pode negar Brasília”¹²⁴.

No dia seguinte à publicação de *Meia-noite em Brasília*, Nelson Rodrigues volta a abordar a capital na sua coluna diária *A vida como ela é*. Com o título *O fazedor de Brasil*, em clara referência a Juscelino Kubitschek, o enredo gira em torno da ideia de duas prostitutas, Clessy e Selminha, que decidem, um dia antes da inauguração, ir passar uma temporada em Brasília, encorajadas pelas informações do noticiário do Rio de Janeiro sobre os altos preços de produtos e serviços na nova capital e com a possibilidade de faturar alto com seus serviços. Mais uma vez, como pode ser percebido no decorrer do texto, a intenção de tocar nesse assunto parece ser rebater ou desqualificar as muitas críticas que circulavam na opinião pública da época relacionadas ao alto custo de vida em Brasília. E essa não é a única crítica rebatida. Há diversas outras respostas do autor a oposições à cidade que eram correntes à época. Concomitantemente, enaltece a figura de JK e de Israel Pinheiro, o presidente da Novacap, responsável pela coordenação geral da construção da cidade. Em determinado momento, aparece um terceiro personagem: Antoninho, amigo que as leva de carro para o Planalto, um grande entusiasta de Brasília e do que a nova capital representaria para o país. Durante a viagem diz às amigas: “— O Brasil não era Brasil. O Brasil era o pré-Brasil. Agora, vocês vão conhecer o verdadeiro Brasil.” Na sequência o narrador completa: “Ele queria crer que iam assistir à inauguração não só de

123 RODRIGUES, Nelson. *Meia-noite em Brasília*. Última Hora, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1960. *A vida como ela é*.

124 Idem.

Brasília, como também do próprio Brasil.”¹²⁵ Ou seja, o autor reafirma, nessa passagem, a ideia, tão reiterada pelos protagonistas políticos, de um novo Brasil que surgiria com o advento de Brasília, não mais o “pré-Brasil”, mas um país desenvolvido, livre do subdesenvolvimento e seu passado arcaico. Convicção em total consonância, por exemplo, com o discurso de JK por ocasião do aniversário de dois anos de seu governo, em que afirmou ser Brasília o

orgulho e a esperança de todos os brasileiros — um motivo de admiração para o mundo. Antes mesmo de instalar-se, estará ligada aos nossos centros urbanos mais adiantados, unificando o que ainda constitui, mais do que a Nação, o arquipélago brasileiro. Brasília é uma realidade. Não preciso insistir em que a transplantação da Capital para seu sítio próprio é o marco de uma nova era, de uma concepção mais realista e mais correta de todos os problemas da nacionalidade.¹²⁶

Em outro momento da crônica de Nelson Rodrigues, ao ser acusado por uma das prostitutas de que seu modo enfático de defender Brasília soava como um advogado, Antoninho retruca elogiosamente que “Juscelino não existe! É um monstro! — e repetia, numa espécie de ira dionisíaca: — É um monstro! E o Israel Pinheiro! Ah, o Israel Pinheiro!”. Em seguida, em mais uma referência do autor ao dia a dia dos noticiários cariocas da época, uma das prostitutas diz que um jornal havia “espinafrado” Israel Pinheiro. Após a resposta de que isso seria fruto de despeito da imprensa, vem um parágrafo inteiro em elogios ao político mineiro:

Parecia-lhe que a irritação contra Israel é a revolta da impotência. É fácil falar de um homem que faz tanto, enquanto os outros não fazem nada. Jurou para as pequenas: — O Israel nascera para fazer cidades fulminantes. Era uma espécie de mágico. Mas, em vez de tirar coelhinhos da cartola, ou dos bolsos, ele tirava cidades, cheias de trevos fabulosos. A cem quilômetros por hora, Antoninho reafirmava que o único homem capaz de acompanhar o Juscelino na vertigem de criações instantâneas era o ‘velho Israel’ (velho, uma ova!).¹²⁷

Aqui, a celebração é direcionada não apenas aos feitos de Kubitschek

125 RODRIGUES, Nelson. O fazedor de Brasil. Última Hora, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1960. A vida como ela é.

126 KUBITSCHEK, Juscelino. Revista Brasília, n. 14, fev. 1958, p. 2. Seção Noticiário.

127 Idem.

e de Pinheiro, como ao desenho da cidade e ao seu sistema viário concebido por Lucio Costa, visto pelos personagens como um avanço urbano que a cidade representaria. Mais adiante na crônica, essa característica da capital é novamente exaltada, quando entram na cidade em meio a um grande volume de automóveis que chegavam para a inauguração. Nesse momento, eles se surpreendem positivamente por não enfrentar problemas de trânsito ao encontrarem “todo o tráfego resolvido com a solução de rampas cruzadas e geniais.” Em seguida, com o que parece ser uma obsessão do autor, mais uma vez a italiana Praça de São Marcos é comparada com a Praça dos Três Poderes, em favor desta: “— A única vantagem que a Praça de São Marcos sobre a Três Poderes (sic), é a titica do pombo, que a nossa não tem! É só!”, ironiza o personagem. Na cidade, constatam que os preços exorbitantes de que haviam ouvido falar eram “um crime a mentira dos jornais cariocas”. Eles celebram ainda a figura dos denominados candangos e reagem a eles como se estivessem diante de uma figura mitológica quando os veem em um prédio em construção: “— Olha os candangos! O candango está fazendo o Brasil. E vociferava: — Não é no Sacha’s que se faz o Brasil! É aqui!”. O deboche fica evidente nessa menção à famosa boate do Rio de Janeiro, bem como o reforço a uma contra-crítica, bastante propagada pelos mudancistas, de que os políticos cariocas resistiam a se mudar para Brasília porque não queriam se afastar da agitada vida noturna da velha capital.

Também apresentando o que parecem ser respostas a tópicos da opinião pública contrária a Brasília, a crônica *Civismo*, publicada na mesma coluna em 23 de maio de 1960, contrapõe-se à “acusação” de falta de condições de habitabilidade da cidade, sobretudo por parte de altos funcionários públicos que resistiam à mudança. A crônica trata da divergência entre mudancistas e “fiquistas”, como eram chamados os partidários da transferência e da permanência da capital no Rio de Janeiro. Um dos argumentos contrários à mudança, e ironizado pelo autor, seria a suposta falta de lavadeiras na nova capital, fato que, como vimos, apareceu também na coluna sobre a moda ideal para a cidade no *Correio da Manhã*. O texto parece buscar mostrar a futilidade de argumentos dessa natureza diante da grandeza real e simbólica que a transferência da capital representaria para o País. Nesse sentido, o narrador lança mão de uma metáfora relacionada ao futebol, outro tema caro ao escritor: “O inimigo de Brasília parecia-lhe uma espécie de bandeirinha de futebol, um marginal dos acontecimentos, que

corria por fora, sem participar da jogada histórica.”¹²⁸ Há ainda a defesa de Juscelino Kubitschek, representado como uma figura por vezes incompreendida em seu projeto de modernização nacional, encarregado de uma luta ingrata contra a ignorância, ou “burrice”, dos que não reconheciam a grandeza da empreitada da construção de Brasília. Em certo momento, Paiva, o protagonista da crônica, afirma: “No dia em que Juscelino morrer, podiam botar no seu túmulo o seguinte epitáfio: — ‘Aqui jaz Juscelino Kubitschek de Oliveira, assassinado pelos imbecis’.”¹²⁹ Interessante a possibilidade de interpretar esse trecho como uma espécie de vaticínio da morte de JK, uma vez que nunca deixou de pairar a suspeita, baseada em fortes indícios, de que o acidente que o matou em 1976 teria sido provocado por agentes da Ditadura Militar motivados, obviamente, não por se oporem a Brasília — ao contrário, já que ao tomarem o poder, os militares encamparam a ideia da capital em Brasília, sepultando de vez uma possibilidade de devolução da capitalidade para o Rio de Janeiro —, mas pela imbecilidade de torturar e matar adversários políticos.

Saindo da ficção e voltando novamente à crônica escrita por ocasião da inauguração, em *Derrota dos Cretinos*, mais do que “canonizar” a poeira de Brasília e atacar Carlos Drummond de Andrade, Nelson Rodrigues sugere ainda que o poeta deveria “se encharcar do santo pó do Planalto — o pó que curou a asma do Oto Lara Rezende”¹³⁰. A provocação continua no parágrafo seguinte, quando insinua que o “horror granfino” ao pó de Brasília seria uma indisposição dos servidores públicos de se mudarem a Brasília — e Drummond era servidor do Sphan (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) —, já que a mudança contrariaria a vontade deles de manter o “sonho de uma confortabilíssima honestidade em Copacabana, sem risco, sem atropelo e com um imaculado anseio físico”. Rodrigues finaliza o texto escrevendo que quem ele gostaria de ver em Brasília, trabalhando duro, “dando rijas e sadias marteladas era o próprio Carlos Drummond”¹³¹.

128 RODRIGUES, Nelson. *Civismo. Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1960. A vida como ela é.

129 Idem.

130 RODRIGUES, Op. Cit.

131 Idem.

A implicância de Nelson Rodrigues com Drummond, nesse contexto de defesa apaixonada de Brasília, aparece ainda outra vez na crônica *Covardia*, também publicada em *A vida como ela é*, no Última Hora. É um cômico ataque ao poeta, de certa forma aleatória e sem contexto no enredo, que gira em torno de briga e traição. Em determinado momento, um dos personagens fala:

— A minha amiga tem lido o Drummond, o Carlos Drummond de Andrade! O poeta! Pois é. A gente vive aprendendo. O Drummond é contra Brasília. Mete o pau em Brasília. Acompanhe meu raciocínio. Se o Drummond não aceita Brasília, é um falso grande poeta. Não lhe parece? A senhora admitiria um Camões que não aceitasse o mar? Um Camões que, diante do mar, perguntasse: “Pra que tanta água?” Pois, minha senhora, creia. Recusando Brasília, o Carlos Drummond revela-se um Camões de piscina ou nem isso: um Camões de bacia.¹³²

Entretanto, se analisarmos a produção literária de Drummond em que Brasília é abordada, veremos que, ao contrário do que está presente no diálogo acima, o poeta não parecia ser categoricamente contrário à nova capital. Mais do que combater a construção da cidade ou a transferência do poder, o poeta se apega aos atributos do Rio de Janeiro que a seus olhos parecem ser insuperáveis e insubstituíveis. Uma postura parecida com a de Machado de Assis no fim do século XIX, em meio às discussões sobre a interiorização da capital, constitucionalizada em 1891. Para o chamado “Bruxo do Cosme Velho”, se consumada a mudança, a nova sede administrativa nasceria “decapitada”, uma vez que não contaria com certas qualidades cariocas, como a programação do Teatro Municipal. Em crônica em sua coluna *A Semana*, no jornal *Gazeta de Notícias*, Machado também vaticina, de certa forma, o trânsito dos parlamentares que ocorreria décadas depois entre o Rio de Janeiro e Brasília:

Cá virão os deputados, por turmas, ouvir as sumidades líricas. Se já então estiver resolvido o problema da navegação aérea (dizem os jornais que Edison está em vias de resolvê-lo) os deputados virão todos, depois de jantar, assistirão ao espetáculo, e voltarão no balão da madrugada

132 RODRIGUES, Nelson. *Covardia*. In: *A vida como ela é...Rio de Janeiro: Nova Fronteira*, 2012, p. 408-409.

para estarem presentes à sessão do meio-dia¹³³.

Mas enquanto Machado de Assis destaca as “sumidades líricas” que apenas o Rio de Janeiro poderia proporcionar aos brasileiros, sobretudo aos cariocas, Drummond ressalta as praias, morros, ruas, bairros, times de futebol e o Cristo Redentor, entre diversos outros atributos exclusivos da cidade tradicional, cuja capitalidade lhe pertencia há quase duzentos anos.

Ser a favor ou contra eram posicionamentos comuns na polarização que Brasília costumava causar entre as pessoas naqueles anos de sua construção. Polos aos quais Drummond nunca aderiu explicitamente, pelo menos não em tais termos, em sua produção literária que era publicada na imprensa. O fato é que apesar de sua amizade e admiração por Lucio Costa, de quem era colega no Sphan, o poeta jamais se comprometeu a fazer apologia a Brasília. Além disso, pelo fato de esses textos publicados no *Correio da Manhã* serem uma espécie de poemas-crônicas escritos em verso e refletirem um contexto do momento, há uma oscilação entre a maneira ora positiva ora negativa como o poeta representa a nova capital em construção.

Essa produção começou antes mesmo do anúncio do resultado do concurso que escolheu o plano urbanístico da cidade que seria construída no Planalto Central. Ainda em 1956, Drummond publicou *Destino: Brasília*. Nele, o eu-lírico afirma estar de partida para a nova capital, que é descrita em termos não urbanos, que tanto pode ser visto como uma ironia, uma vez que faz uma comparação positiva em relação ao Rio de Janeiro, quanto como um esperançoso contraponto à velha capital e seus problemas de grande cidade:

Sobe o imposto de consumo?
Ônibus mais caro, trem?
Lá, sem condução alguma,
sento no chão com meu bem.

Vou no rumo de Brasília,
para bem longe do mar.
A selva é meu domicílio,
tão mais fácil de habitar.

133 ASSIS, Machado de. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1894. A Semana. In: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO. Coleção Brasília Vol. 1. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1960, p. 81.

Adeus, fumaça, adeus, fila,
adeus, carro matador.
Prefiro orquestra de grilo
ao silêncio do censor.¹³⁴

Tal como nesse trecho destacado, todo o poema prossegue com essa comparação que, irônica ou não, representa a cidade como recomeço ou (re)fundação de um novo modelo de capital ou de civilização. Essa mesma lógica de oposição entre as duas cidades, e otimismo em relação a Brasília aparece em *À espera*, crônica publicada em 24 de março de 1957. Ao longo do texto, predomina um clima de languidez e melancolia na representação do Rio de Janeiro, enquanto a nova capital em construção, fruto da prancheta de Lucio Costa, simboliza a esperança de um espaço urbano melhor:

Se Brasília for construída com a mesma ciência e consciência que se fazem certos edifícios no Rio, não ouse nunca visitá-la, Maria. Há contudo a esperança – e a felicidade – de um partido de Lucio Costa, que a tornará humana, sadia, melodiosa, boa de morar. E qualquer que seja a sorte do projeto da nova Capital, tão dependente das variações políticas e do preço do café, que paga tudo, ficará pelo menos a lição de como fazer uma cidade, que mestre Lucio nos deu.¹³⁵

Se nessa crônica, a descrença em relação ao Rio chega ao ponto de o poeta desaconselhar, como no trecho acima, a visita a um local semelhante à velha capital, a cidade é representada de maneira bem distinta em *Canção do Fico*, poema publicado no mesmo periódico quase três anos depois, em fevereiro de 1960. Inversamente à opinião pública que se tornou mais favorável a Brasília com o avançar das obras, o entusiasmo de Drummond parece ter se arrefecido ao longo dos anos. Assim, em *Canção do Fico*, a situação se inverte em relação a *À espera*, e o eu-lírico agora manifesta contrariedade em se mudar para o Planalto, ressaltando as belezas e qualidades dos bairros, das paisagens e da arquitetura carioca tão criticada em *À espera*. Até as favelas, correntemente criticadas à época, são descritas, com uma ênfase em seus atributos visuais, como “portinarescas”. E assim, após uma longa exposição de encantos e virtudes do Rio de Janeiro, finaliza, fazendo pouco caso da perda da capitalidade:

134 DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Versiprosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 32-35.

135 DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *À espera*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 24 de março de 1957. Seção Imagens Cariocas.

pouco importa que te levem
o que, no fundo, é fumaça.
Rio antigo, Rio eterno,
Rio-oceano, Rio amigo,
o Governo vai-se? Vá-se!
Tu ficarás, e eu contigo.¹³⁶

Essa não foi a primeira vez em que a resistência de deixar o Rio de Janeiro apareceu na coluna de Drummond no *Correio da Manhã*. O tema já havia sido abordado em *Simbólico*, crônica em que ironiza a vertente do discurso mudancista que enfatizava não apenas o caráter prático ou objetivo da mudança da capital, como também o simbolismo da transferência enquanto uma nova era da história brasileira ou mesmo como símbolo da construção de uma nova identidade nacional a partir de uma ideia de “cidade do futuro”. Durante a narrativa que se passa no centro da cidade, o cronista recorre a uma prosopopeia, na qual documentos que estão sendo transportados do Senado Federal para Brasília choram por ter de deixar o Rio, o que embasa a tese de que ninguém estaria satisfeito com tal mudança. Em determinado momento, o narrador em primeira pessoa conclui:

E então cheguei à conclusão de que para Brasília não vai ninguém de dois pés. O que vai é papel. O material humano ficará mesmo em nossas praias, piscinas, morros, avenidas, cafés e escritórios, cumprindo o destino carioca normal, enquanto o material de expediente, coagido, segue para a capital teórica do Brasil.¹³⁷

Ao caracterizar Brasília dessa forma, como “capital teórica do Brasil”, o autor sinaliza a ideia de uma cidade burocrática, e que no imaginário popular, ou na esfera afetiva, a capitalidade continuaria no Rio de Janeiro. Título esse que já nem mais interessaria à cidade, segundo o eu-lírico de *Desfile*, outra crônica em verso publicada quase um ano depois no mesmo periódico, na qual Brasília é representada como uma cidade vazia, triste e desagradável de se viver:

Mas quem pode aguentar meia semana
em Brasília, onde a vida anda em recesso?
Se a Capital não volta para o Rio, pois nem o Rio a quer

136 DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Canção do Fico. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1960.

137 DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Simbólico*. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1960.

(Inês é morta),
e na praça tristonha os Três Poderes
semelham um deserto fundo de horta,
o jeito, Juscelino, é por decreto
extinguir-se o governo da República,
o que não faz lá muita diferença
e formalmente fica mais correto.¹³⁸

No entanto, se em *Desfile* a nova capital é caracterizada nesses termos, em *Lira pedestre*¹³⁹, de 1964, o tratamento que a cidade recebe é positivo, embora ainda burocrático, com alusão a siglas e outros elementos relacionados à sua função política e administrativa. No mesmo poema, há uma defesa da manutenção de Brasília como capital, reafirmando mais uma vez que esse título não mais interessaria ao Rio de Janeiro.

Duas décadas mais tarde, Brasília voltaria a aparecer na obra de Drummond, no poema *Favelário Nacional*¹⁴⁰, publicado no livro *Corpo*, em 1984, quando as favelas já haviam deixado de ser uma questão urbana associada apenas ao Rio de Janeiro e se tornado uma realidade em todo o país. O poema opõe a pobreza da “esquálida Ceilândia” à “suntuosa Brasília”, tocando numa ferida aberta na história urbana desses territórios ao abordar a criação daquela cidade-satélite a partir da remoção das populações pobres para longe do centro monumental criado, nas suas palavras, pelo “gênio brasileiro”. No texto de Drummond, esse contraste é representado pelas perguntas: “Que tem a dizer ou a esconder uma em face da outra? Que mágoas, que ressentimentos prestes a saltar da goela coletiva e não se exprimem?”. Como no DF as favelas sempre foram vistas com horror e jamais como “portinarescas”, podemos interpretar que o “ressentimento” de Brasília seria a própria presença desse tipo de assentamento em seu território, pois a cidade que nasceu da prancheta modernista de Lucio Costa, e cresceu sempre controlada pelo plano quase sacralizado do “gênio brasileiro”, nunca tolerou que sua paisagem planejada fosse maculada por “casebres” como os que o poeta descreve no território da Ceilândia. Já por parte da cidade-satélite, a mágoa poderia ser mais profunda, guardando lembranças doloridas de imagens de seu nascimento,

138 DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Versiprosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 93-94.

139 Idem, p. 105-106.

140 DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Corpo. Rio de Janeiro: 11ª ed., Record, 1987, p. 109-124.

quando milhares de famílias foram transportadas em caminhões e despejadas em terreno vazio, sem infraestrutura alguma, precisando recomeçar a vida do zero, contando apenas com seu poder de luta e com a solidariedade de seus pares.

Esse paralelo que vimos aqui entre a produção de Nelson Rodrigues e Drummond contribui para exemplificar que, tal como na opinião pública e nas discussões cotidianas da época, sobretudo no período que antecedeu a inauguração da nova capital, havia confronto de ideias e de posições entre literatos que se ocupavam de escrever sobre Brasília. Contraposição que mostra que o imaginário construído sobre a cidade pela literatura também estava longe de ser unissonante. Revela ainda que os escritores, como é o caso de Drummond, não mantinham uma posição fixa ou inflexível sobre o tema, o que fica evidente principalmente em um gênero como a crônica literária escrita para periódicos, que possuem entre suas características os temas relacionados a fatos do cotidiano, aparentemente prosaicos, ou fatos que estão da ordem do dia. O jornalista e mestre em literatura Paulo Paniago lembra que Machado de Assis, “por exemplo, numa crônica de 1876, escreve sobre a origem do gênero, que para ele surgiu da conversa entre duas vizinhas que se sentam para conversar sobre o que lhes aconteceu ao longo do dia”¹⁴¹. Ou seja, registram o calor do momento e, muitas vezes, a visão do autor naquele exato período. A exemplo disso, podemos citar outra crônica publicada em 1968, ano em que a polarização já não mais fazia sentido, e nem mais existiam as facções dos contrários e dos favoráveis a Brasília, na qual Nelson Rodrigues escreve algo em tom bem distinto de suas cegas contraposições às críticas direcionadas à cidade. No enredo, um personagem — que se gaba de ter se dado bem em Brasília às custas de empregos fantasmas — diz: “Em Brasília, somos todos inocentes e somos todos cúmplices”¹⁴², ironizando o modo de viver na capital e insinuando práticas relacionadas à corrupção, outro elemento que ao longo dos anos se tornaria bastante presente no imaginário social construído sobre a capital. O diálogo literário que estabelecemos aqui entre as obras de Rodrigues e Drummond nos apresenta, portanto, o clima bastante específico de uma época em que o antagonismo causado por Brasília se mostrava presente não apenas no campo político, como também no cultural do Brasil naqueles momentos inaugurais da nova capital.

141 PANIAGO, Paulo. *Literatura: no compasso das letras*. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2012, p. 95.

142 RODRIGUES, Nelson. “O falso defunto”. In: *A cabra vadia: novas confissões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 375.

A cidade inventada por Clemente Luz

Poucos escritores de Brasília que começaram sua obra durante a construção da cidade — período de certa forma inexato, que se inicia com a chegada de Juscelino Kubitschek ao poder e se estende a meados da década de 1960, ou seja, alguns anos após a inauguração — conseguiram ser reconhecidos por seu trabalho nessa época e manter o reconhecimento, ainda que irregular e relativamente, ao longo dos anos. Clemente Luz foi um desses casos. O mineiro, que antes de partir para a nova capital morava no Rio, tornou-se um nome conhecido em Brasília pouco tempo após sua chegada à cidade, em 1958, para trabalhar como redator da Rádio Nacional. No Planalto, viveu uma guinada em sua carreira ao ser escalado por Leoni Mesquita, diretor da rádio, para escrever crônicas radiofônicas sobre o dia a dia da cidade¹⁴³.

Por todas essas circunstâncias, isto é, por escrever em um gênero tão rico para representar fatos do cotidiano, que muitas vezes os textos de caráter historiográfico não alcançam, e ainda com esse foco narrativo peculiarmente interessante que transita entre o oficial e o trabalhador, que acreditamos que a apreciação da obra de Clemente Luz contribuirá para o trabalho que desenvolvemos aqui. Seus textos serão analisados, portanto, como literatura produzida a serviço do Estado e da propaganda que este pretendeu difundir sobre Brasília, mas sem ignorar todas as nuances que um autor que se considerava um representante da classe popular consegue imprimir em suas crônicas.

Podemos afirmar que Clemente Luz foi reconhecido por seu trabalho de escritor já nesse período em que suas crônicas eram lidas na Rádio Nacional. Além de podermos supor que dificilmente ele seria mantido nesse posto por anos se seu trabalho não agradasse também a audiência, seu nome aparece tanto em narrativas de caráter

143 NASCIMENTO, José Gomes do. Memórias, representações e cotidiano: Clemente Luz e suas crônicas em/ de Brasília. 2020. 226 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

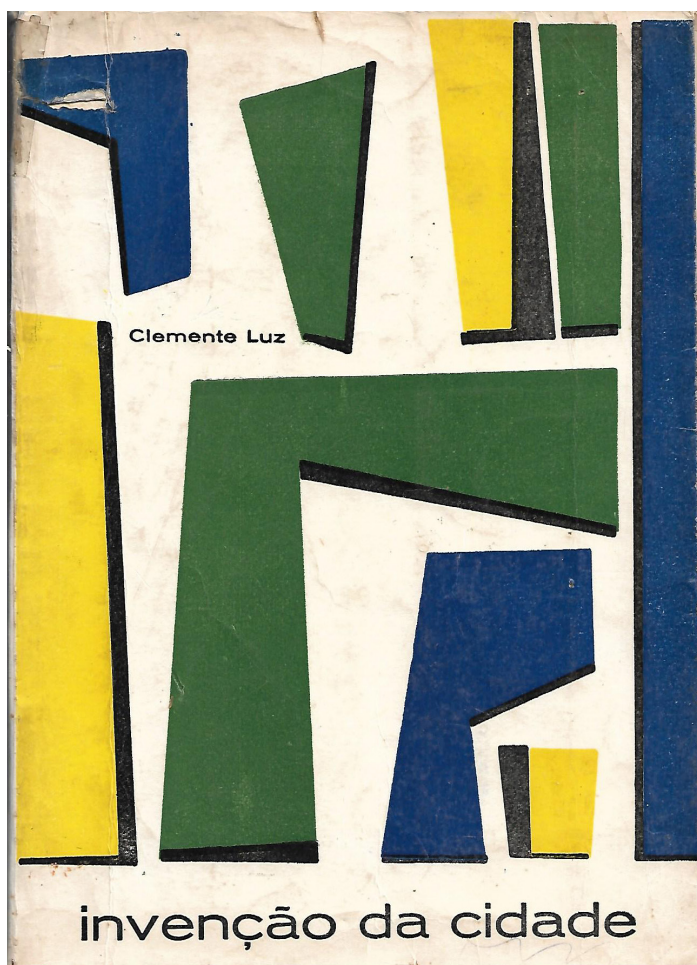


Figura 13. Capa do livro *Invenção da Cidade*, publicado por Clemente Luz em 1968.

historiográfico¹⁴⁴ quanto em outras produções literárias escritas à época¹⁴⁵ sobre Brasília, o que revela o reconhecimento de seu trabalho tanto pela literatura quanto pela história da cidade.

Embora ao longo das décadas seguintes não tenha mantido a popularidade entre um público mais amplo — tal qual o poeta Nicolas Behr goza hoje, sobretudo entre os habitantes do Plano Piloto — Clemente Luz figura como pioneiro e relevante escritor de Brasília em livros sobre a literatura brasiliense. Muitas vezes é referenciado,

144 Ver VALADARES, Napoleão. Dicionário de escritores de Brasília. Brasília: A. Quicé, 1994; PIRES, Ézio. Literatura na criação de Brasília. Brasília: Compukromus Editoração e Assessoria Gráfica, Brasília: 1999; HORTA, Anderson Braga. Sob o signo da poesia: literatura em Brasília. Brasília: Thesaurus, 2003; COSTA, Luiz Carlos Guimarães da. História da literatura brasiliense. Brasília: Thesaurus, 2005; PANIAGO, Paulo. Literatura: no compasso das letras. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2012.

145 Podemos citar como exemplos MARTINS, Jayme. Tia Margarida vai a Brasília: História para alguém contar às crianças. Rio de Janeiro: Edições Buriti, 1959; BRITO, Raymundo. Brasília: Pioneiros e candangos. Brasília: Pongetti, 1961; e DANTAS, Paulo. O lobo do Planalto. Brasília: Editora de Brasília, 1970.

inclusive, como “primeiro cronista de Brasília”, um título obviamente questionável, como a maioria dos pioneirismos absolutos atribuídos a pessoas seja lá pelo motivo que for. Mas longe de pretender desenvolver aqui essa discussão sobre sua suposta primazia, o que nos interessa são as crônicas escritas por ele entre 1958 e os primeiros anos após a inauguração da nova capital, e que foram posteriormente reunidas, em 1968, no livro *A invenção da cidade*. Um conjunto de textos que abordam o cotidiano da cidade nascente, com riqueza de personagens, dos mais humildes e anônimos aos figurões protagonistas políticos da cidade, e uma diversidade de histórias igualmente ricas em temas, transitando entre o cômico e o trágico. Luz publicou outros livros ao longo de sua carreira que tratam de Brasília, mas vamos nos concentrar apenas nesse volume, sobretudo em razão do recorte temporal de nossa pesquisa.

É comum que Clemente Luz também seja referenciado como um cronista que escreve sob o ponto de vista do candango, ou da classe trabalhadora dos canteiros de obra de Brasília. No entanto, vemos coexistir em sua obra outras nuances que revelam que, apesar de esses personagens serem recorrentes, é possível reconhecer a predominância de um foco narrativo mitificante, por vezes romantizado, em relação à construção da cidade. Perspectiva compreensível de ser emanada de um servidor federal que escrevia, a convite, para uma rádio estatal, com a chancela da administração pública que estava bastante atenta à difusão de informações sobre seu principal projeto de governo. E provavelmente uma atenção ainda maior nesse caso, pela particularidade de ser o público majoritariamente composto por habitantes da capital que trabalhavam como operários da construção. Por isso, não surpreende que muitas de suas obras sejam verdadeiras odes ao trabalho, ou ao chamado “ritmo de Brasília”, que podemos traduzir para longas, frenéticas e extenuantes jornadas de trabalho. O historiador José Gomes do Nascimento aponta que de acordo com

[Gustavo Lins] Ribeiro (2008, p. 162), “na construção de Brasília, o grande número de horas extras foi marcante e fez parte da lógica de exploração típica do grande projeto, na medida em que foi um dos artifícios que permitiu instalar o ritmo intenso de trabalho requerido para a execução, a tempo, da obra”. Em diálogo com Bicalho (1983), o estudioso afirma que a jornada de 10 horas na construção civil era normal na época, pois, juntamente com as 8 horas estabelecidas pela lei (veja Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, artigo 59), 2

horas extras eram acordadas. Assim, uma jornada de horas de trabalho mais extensa era permitida somente em casos especiais e com autorização especial das autoridades do trabalho.¹⁴⁶

Nascimento, ainda baseado no antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, registra que as longas e extenuantes jornadas de trabalho eram tão naturalizadas que “até o Presidente da República a considerava normal, tratando o cumprimento da legislação apenas como expediente burocrático”¹⁴⁷. Já para o operário, “a possibilidade de acrescentar ao seu salário os rendimentos advindos das horas extras torna-se o caminho que leva a submeter-se e mesmo desejar sempre além da jornada legal”¹⁴⁸.

Tal chancela ao trabalho do cronista fica evidente com a edição de *Invenção da Cidade*, que conta com apresentação de Juscelino Kubitschek e prefácio de Israel Pinheiro. Nas palavras de JK, “toda a poesia das longas noites de trabalho, toda a esperança das horas infatigáveis da construção estão contidas em suas páginas”. O presidente prossegue, afirmando, romanticamente, em 1968, ter saudade daquela época da construção, “quando a Nação inteira vibrou, cantando, no estribilho do martelo e do cimento, a glória dos candangos que realizaram o sonho bi-secular de rasgar no planalto o ‘amanhã de meu país’”.¹⁴⁹

Já no prefácio, Israel Pinheiro concede a Luz o título de primeiro “escritor e jornalista que ligou o exercício de sua profissão à edificação de Brasília” e o caracteriza como “candango da pena”. No texto, o presidente da Novacap também deixa clara a intenção do livro de “exaltação a Brasília, a grande capital edificada para o Brasil novo que se procura construir”.¹⁵⁰

Outro fator que mostra a aderência do conteúdo do livro de Clemente Luz ao casulo mitológico que envolvia a capital é a citação, na epígrafe que abre o volume, da “profecia” de Dom Bosco: “... Entre

146 NASCIMENTO, José Gomes. Op. Cit. p.159.

147 Idem.

148 RIBEIRO, Gustavo Lins, 2008 apud NASCIMENTO, José Gomes. Op. Cit. p. 159.

149 KUBITSCHKEK, Juscelino. Apresentação. In: LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*. Brasília: Ebrasa, 1968.

150 PINHEIRO, Israel. Prefácio. In: LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*. Brasília: Ebrasa, 1968.

os paralelos quinze e vinte, no lugar onde se formava um lago...”

Em texto que precede as crônicas compiladas no livro, o escritor busca afastar a intenção de exaltar a figura “alegre e comunicativa” de JK, que segundo ele seria uma perda de tempo, sem necessidade. Ao justificar que proceder de tal maneira seria algo como “chover no molhado”, incorre na vertente narrativa que a historiadora Viviane Ceballos caracteriza como “simbiose”¹⁵¹ entre JK e a história de Brasília. Isso fica evidente quando relata a alegria dos operários ao concluírem a cumeeira de um edifício, afirmando que “ninguém fazia distinção entre a Cidade, que se construía, chamada Brasília, e o homem chamado Juscelino, que decidiu construí-la, no tempo do desafio, contra toda a expectativa do derrotismo.” Acrescenta ainda que “Brasília e JK eram dois nomes entrelaçados de tal maneira, como nomes de namorados traçados num tronco”.¹⁵² Se na concepção desenvolvimentista, Brasília irradiaria o desenvolvimento para todo o País, para Clemente Luz, JK seria ele próprio um elemento irradiador de entusiasmo, otimismo e energia para o trabalho dos operários. Ademais, um homem bravo, trabalhador e destemido, que se misturava ao povo, passando-se por “irmão de candangos e engenheiros, de britadores e betoneiras, de colunas e lajes de cimento e ferro”. No mesmo texto, o cronista também lança mão da história como argumento, atribuindo a JK a missão secular de transferir a capital para o centro do País: “Brasília era edificada pela decisão de um homem, que inscrevera, em seu programa de governo, a mudança da capital da República, mudança secularmente decidida, secularmente planejada e secularmente adiada.”¹⁵³ Afirmações que antecipam o tom e o ponto de vista do autor que estarão presentes nas crônicas apresentadas a seguir. Não por acaso, cada uma das três primeiras delas se dedica a celebrar, respectivamente, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e JK, três dos mais destacados protagonistas da historiografia tradicional de Brasília.

Se Juscelino é representado assim de maneira tão gloriosa, como líder supremo, uma forma de representação que beira o divino,

151 CEBALLOS, Viviane Gomes de. "E a história se fez cidade...": a construção histórica e historiográfica de Brasília. 2005. 167p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1599007>. Acesso em: 11 fev. 2023.

152 LUZ, Clemente. *Ibid*, p. 18.

153 *Idem*.

Israel Pinheiro seria então seu discípulo maior. A crônica *O Homem* o descreve como sujeito de feições duras, sisudo e de poucas palavras, mas imbuído de uma tarefa que lhe pesa os ombros, tamanha importância e responsabilidade de tal missão recebida diretamente de JK, cuja ordem aparece em um discurso direto: “— Deixe de lado a carreira, sacrifique o corpo e a família, se for preciso, mas vá ao Planalto Central e faça uma cidade. Faça uma cidade em nome do povo!” Tal chamado ao sacrifício em prol do bem maior da nação é tão seriamente recebido por Israel Pinheiro, que este o transforma em uma “obsessão quase bíblica” e assim “... O homem pôs mãos à obra.”¹⁵⁴

Pelo título de outra crônica, *O Mito*, já é possível antever o tom do texto dedicado a Bernardo Sayão, um dos personagens mais mitificados na historiografia de Brasília. A lenda em torno de seu nome é corroborada ao representá-lo como peça fundamental para a garantia das condições básicas de vida e de urbanidade na Cidade Livre, uma vez que ele teria recrutado de Ceres (GO) — cidade fruto da colônia que havia “fundado” no governo Vargas — comerciantes que passariam a fornecer serviços e insumos básicos aos moradores do Núcleo Bandeirante. A propósito, bandeirante é uma das imagens mais comumente associadas à Sayão, que muito frequentemente é chamado de Bandeirante Moderno. No texto de Clemente Luz, são atribuídas ao diretor da Novacap características semelhantes às que a historiografia tradicional relaciona aos integrantes das bandeiras, tais como a vigorosa masculinidade e o porte físico avantajado: “Bernardo Sayão, cuja história é a própria história da conquista do planalto e cuja estatura máscula mais parecia uma coluna sustentando os blocos de cimento e ferro do primeiro edifício da cidade.”¹⁵⁵ O engenheiro também é apresentado como o herói da crônica Pau-de-arara, em que o autor afirma ser a narrativa uma história que teria ouvido há muitos anos. Em certa ocasião em que liberou o piloto de seu avião para visitar a família em Goiânia, Sayão teria voltado a Brasília em um caminhão pau-de-arara lotado de nordestinos com destino à nova capital e em busca de trabalho. Misturado aos candangos, só teria se apresentado como diretor da Novacap para permitir que todos entrassem na cidade, diante da tentativa da polícia de barrá-los, procedimento instituído pela

154 Idem, p. 29.

155 Idem, p. 34.

própria Novacap devido ao excesso de mão-de-obra que já havia nos canteiros de obra. Ou seja, é representado como homem do povo, que só teria dado a carteirada de autoridade em benefício dos candangos, aos quais teria garantido emprego a todos e, conseqüentemente, a chance de uma vida melhor.

Em *O Ritmo*, é a vez de JK ser mais uma vez humanizado e representado como um presidente do povo. A crônica narra um episódio em que ele assiste a um improvisado espetáculo de circo, cuja apresentação, tão simples como o ambiente em que é realizada, comove o político que se despe da austeridade que o cargo lhe confere para dar lugar ao “menino pobre de Diamantina”. Ao gritar palavras de espanto com a proeza do esforço de um trapezista para realizar o seu número, o presidente ouve de Israel Pinheiro que a culpa seria sua, já que o artista agiria daquela maneira por trabalhar no “ritmo de Brasília”, inspirado pelo próprio JK. A crônica termina com uma gargalhada do circense diante da reação do presidente. Riso esse que “entrou pelo coração adentro do povo, repercutindo nas ruas da Cidade Livre e caminhou até os novos edifícios, que anunciavam, na luz da manhã, a realidade de Brasília”¹⁵⁶. A reverberação cidade afora pode ser interpretada como uma metáfora da irradiação do entusiasmo de JK, uma apologia ao trabalho e ao “ritmo de Brasília”, bastante acelerado por sinal, que o presidente busca “inspirar” aos trabalhadores, evidenciando, assim, certo caráter motivacional da crônica perante os ouvintes, sobretudo os operários.

O labor é novamente abordado como tema central em *Canto Noturno*, na qual Luz romantiza as extenuantes jornadas de trabalho nos canteiros de obras, tal como Vinicius de Moraes na Sinfonia da Alvorada, buscando retratar de forma lúdica o canto dos trabalhadores do turno da madrugada, estratégia usada pelos operários para afastar o sono e a exaustão do serviço noturno. Mas no texto, tal expediente é representado de forma poética:

Nesse instante, a gente sente a grandeza da terra onde está sendo plantada a cidade. E a ternura, que vem do coração, é tão grande e tão profunda, como a que nasce, ao embalo das vozes cantando, durante a noite, para que os corpos não se dobrem ao peso do sono e os braços mantenham o ritmo do trabalho, desse trabalho tão indispensável a Brasília, como o sol e a água são indispensáveis à vida.¹⁵⁷

156 Idem, p. 37.

157 Idem, p. 64

O que à primeira vista é uma exaltação à virtude dos abnegados trabalhadores, pode ser visto também como um engrandecimento do “ritmo de trabalho” que deveria ser mantido de tal modo acelerado para que a inauguração fosse realizada dentro do apertado cronograma estabelecido pela Novacap. O arquiteto e pesquisador Paulo Bicca ressalta, no entanto, que apesar dessa tentativa de glorificar os trabalhadores, “o candango foi sempre o miserável a quem outra alternativa não era dada que não fosse a de ser candango, instrumento de desígnios e projetos que o submetem a um trabalho forçado”¹⁵⁸. Levando em conta o trabalho que eles realizavam antes da inauguração “que deveria ocorrer a qualquer preço, ainda no governo de Juscelino”, o autor chama atenção para a crueldade da “dominação e exploração intensiva da força de trabalho operária que, sem outras possibilidades, teve que se submeter ao ritmo despótico de um canteiro consumidor de muitas vidas.”¹⁵⁹ Isto é, o que o cronista chama literariamente de “ritmo de Brasília”, a visão crítica do arquiteto encara como “ritmo despótico” do violento e explorador canteiro de obras.

Mas apesar de predominar nas crônicas de *Invenção da Cidade* essa visão idealizada da construção de Brasília, há momentos em que Clemente Luz faz críticas ou ironiza certos aspectos da cidade. É o caso, por exemplo, de ter se tornado tema de suas crônicas a maneira como as diferenças de classe eram evidentes e impactavam a dinâmica social da capital. Em *Doutor Botinha*, o autor aborda um interessante apelido que recebiam aqueles das classes mais baixas que tentavam conquistar o mesmo status de funcionários mais graduados ao comprar e usar botas. Esse tipo de calçado não apenas era ideal para lidar com a poeira que aterrorizava a cidade, como também caracterizavam os engenheiros e arquitetos que chefiavam as obras. Para o historiador José Gomes do Nascimento, não se tratava “apenas de demonstrar poder aquisitivo para comprar as famosas botas, mas sim de instrução (diploma) para exercer os postos de trabalho que contribuía com a distinção social da época.” Sendo

158 BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo. (org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985, p. 130.

159 Idem, p. 131.

assim, de acordo com sua interpretação da crônica, “percebe-se que a busca por ‘ser alguma coisa a mais’ revela justamente a estratificação social da cidade que se expressava em privilégios aos doutores”.¹⁶⁰ Já o historiador Luiz Sérgio Duarte da Silva aponta que aquilo que ficou conhecido “espírito de Brasília (amálgama de entusiasmo, idealismo, amizade e confiança)” contribuiu para a formação de grupos sociais ou de pequenos círculos de pessoas que se agrupavam por afinidades não apenas de classe, como de função laboral. Assim, havia a

turma do Oscar (jovens arquitetos de esquerda que organizavam grupos de estudos sobre o marxismo e conviviam diariamente), a turma das instalações (os engenheiros de instalações prediais, grupo boêmio frequentador continuado da Cidade Livre), os empreiteiros (que se confundiam com os administradores na assiduidade aos jantares com políticos, bailes nos clubes de engenharia e tardes à beira da piscina), os mestres (que compunham um verdadeiro grupo de pressão, denunciando erros de engenharia e solucionando problemas práticos), o pessoal da Guarda Especial de Brasília — GEB (moradores da Velhacap e unidos pelo princípio corporativo) e os operários (nas vilas e invasões onde, apesar de toda resistência, reconstruíram seu cotidiano instalando suas famílias em barracos feitos de sacos de cimento e lona ou mesmo dentro dos acampamentos).¹⁶¹

A distinção social que esses grupos materializavam fica evidente na crônica *Figurinha Difícil*, em que Clemente Luz a representa hipotetizando um álbum de figurinha, do tipo daqueles que estavam na moda à época, em que as estampas seriam fotos coloridas de edifícios e personagens de Brasília. Haveria, assim, desde os “figurões” ou “maiorais” — como ele denomina os diretores da Novacap e seu entorno, que seriam figurinhas mais valiosas e difíceis de se encontrar nas livrarias e bancas de jornais —, ao “candango simples e tranquilo”. O escritor explicita, dessa maneira, a já evidente hierarquia social da cidade. Ironicamente, relações sociais baseadas nesse tipo de distinção eram justamente o que o ideário do plano urbanístico da cidade e até mesmo da arquitetura modernista nela implementada buscava alterar, sem luta de classes, tema sobre o qual discorrem

160 NASCIMENTO, José Gomes do. Op. Cit. p. 144.

161 SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: Editora da UFG, 1997, p. 79-80

o arquiteto Paulo Bicca¹⁶² e o antropólogo James Holston¹⁶³. Quando pensamos sobre essa distinção social e lembramos que o “candango simples e tranquilo” trabalhava na construção de monumentos, isto é, palácios e edifícios monumentais, não apenas por sua escala, como também pelo que simbolizavam para a nação, concordamos sobretudo com Bicca, quando o arquiteto aponta que

a existência do espaço monumental mostra, como nenhum outro, que há uma ruptura social entre aqueles indivíduos que, de um lado, personificam certas necessidades idealmente criadas, e aqueles indivíduos que, de outro lado, personificam o esforço (trabalho humano) que concorre para a produção daquilo que satisfaz essas necessidades, isto é: aqueles indivíduos que fazem do monumento uma necessidade não são os mesmos indivíduos que, com seu trabalho e consumo de seu tempo, constroem materialmente o monumento idealizado. Desde suas origens o monumento traz marcado em si esta divisão social do trabalho, sem a qual ele não existiria, pois não existe exemplo de monumento que tenha sido construído por um trabalho coletivo entre iguais, sem divisão entre quem controla e dirige e quem é controlado e dirigido.¹⁶⁴

Essa segregação apontada por Bicca entre os homens que conceberam as monumentais edificações de Brasília e os operários que nelas trabalharam está mais do que clara, portanto, nas crônicas de Clemente Luz que acabamos de analisar. E no caso de Brasília, segundo esses textos literários, a distinção entre as classes era também visual, não apenas pela qualidade, como também pelo tipo ou estilo de roupa que cada um vestia naquele ambiente. Um cenário bem diferente da tão propagada irmandade entre arquitetos, engenheiros, chefes das estatais e dos trabalhadores braçais, que aparecem nos relatos dos protagonistas da fundação, como Oscar Niemeyer¹⁶⁵ e o próprio presidente Juscelino Kubitschek¹⁶⁶.

162 BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo. (org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.

163 HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

164 BICCA, Paulo. Op. Cit. p. 127.

165 NIEMEYER, Oscar. Minha experiência em Brasília. Rio de Janeiro: Revan, 2006 [1961].

166 KUBITSCHKEK, Juscelino. Por que construí Brasília. Brasília: Senado Federal, 2000 [1975].

Ao analisarmos as crônicas de Clemente Luz publicadas em *A invenção da cidade*, vemos que apesar do alinhamento com os discursos mudancistas, em alguns momentos emergem as contradições inerentes à construção da capital. Ainda que ele não problematize enfaticamente questões como a distinção social ou o problema de habitação, ou mesmo escreva sobre elas em tom de denúncia, suas crônicas não deixam de registrá-las. Além disso, parece-nos inquestionável o valor dos registros dessas crônicas em relação ao cotidiano de Brasília naquela época, em especial da vida dos trabalhadores, ainda que, por vezes, representada de modo um tanto quanto romantizada.

Por outro lado, é importante salientar também como a produção de Clemente Luz abordou temas que à época passaram ao largo dos textos historiográficos e dos discursos dos apologistas. Embora a linguagem literária conduza o leitor por caminhos do humor, é valoroso o exemplo de registro da cruel desigualdade de condições materiais e de perspectivas sobre o futuro dos operários que lidavam com o aço importado dos Estados Unidos¹⁶⁷ e com a exuberante plasticidade do concreto armado para construir os palácios da “Capital da Esperança”, enquanto só lhes restavam construir suas próprias casas com sacos de cimento.

167 ALVES, Fabiana A; BONI, Paulo César. A Brasília de Marcel Gautherot: o deslizamento das fotografias sobre a construção da nova capital publicadas pela Veja. *Líbero* – São Paulo – v. 15, n. 30, p. 139-152, dez. de 2012.

Brasília para crianças: romance, teatro e história em quadrinhos

O esforço em divulgar e legitimar a interiorização da capital, a construção de Brasília, seus paradigmas modernistas e o impacto que a cidade representaria para o Brasil, além da difusão de outros tópicos do ideário nacional-desenvolvimentista também envolveu o convencimento ou educação do público infanto-juvenil. Nesse sentido, podemos citar pelo menos três obras, no campo da literatura, patrocinadas ou incentivadas pelo Estado, voltadas a crianças ou adolescentes: o romance *Tia Margarida vai a Brasília: história para alguém contar às crianças*¹⁶⁸, a peça teatral *Brasília, a caçulinha do Brasil: alegoria infantil*¹⁶⁹, e a história em quadrinhos *Brasília, coração do Brasil*¹⁷⁰. Em comum a todas elas, a maneira de contar a história da cidade baseada em naquela longa progressão evolutiva, linear e cronológica, pautada por grandes personagens históricos ou marcos constitucionais relacionados à mudança. A celebração à figura de Juscelino Kubitschek, à arquitetura e ao urbanismo de Brasília, ao programa desenvolvimentista do governo JK e projeções de um futuro próspero para o Brasil a partir da construção da cidade também estão presentes nas três narrativas.

Tia Margarida vai a Brasília: história para alguém contar às crianças foi publicada em 1959 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o que deixa claro o caráter oficial da obra. Esse livro, lembramos, estava entre as obras literárias e historiográficas enviadas pela Divisão de Divulgação da Novacap a postos diplomáticos do Brasil no exterior, conforme balanço publicado na edição de janeiro de 1961 da revista oficial da companhia.¹⁷¹ O autor é o educador, jornalista e escritor Jayme de Souza Martins, sobre o qual há pouquíssimas informações, como tampouco se encontram

168 MARTINS, Jayme. *Tia Margarida vai a Brasília: História para alguém contar às crianças*. Rio de Janeiro: Edições Buriti, 1959.

169 MAGALHÃES, Paulo de. *Brasília, a caçulinha do Brasil: alegoria infantil*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Teatro, 1959.

170 EPOPÉIA. *Brasília, coração do Brasil*. Revista mensal em quadrinhos, número especial, de Miranda da Rocha, Nair e Llampayas, Ramon. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América Limitada, janeiro 1959.

171 *Revista Brasília*, v.1, n. 49, jan. 1961, p. 14.



Figura 14. Capa do livro *Tia Margarida vai a Brasília: História para alguém contar às crianças*, de Jayme Martins.

registros do contexto em que surgiu a ideia de escrevê-lo, se partiu do próprio autor, ou se este recebeu um convite a fazê-lo. Os trabalhos identificados que abordam a obra também não informam se ela chegou a ser adotada como livro didático ou incorporada em bibliotecas de escolas públicas. Uma nota publicada na edição de março de 1959 da revista *brasília* limita-se a informar que o autor, “com seu estilo incomum, escreveu, contando toda a história da mudança da Capital desde os primeiros pronunciamentos até o presente, quando Brasília já se torna uma realidade.”¹⁷² Pelas poucas palavras que o texto usa para descrever o livro, já é possível apreender o teor da obra:

O prof. Jayme Martins escrevendo esta obra, a primeira no gênero, sobre a mudança da Capital, prestou um grande serviço, não só à Pátria, mas a toda juventude brasileira, e se incorporou aos escritores patrícios, como Monteiro Lobato, Humberto de Campos, Viriato Corrêa, Josué Montello, Franklin de Salle, Clemente Luz, e muitos outros, que dedicaram parte de sua vida, de seu afeto, contando histórias das belezas e grandezas de nossa terra, enaltecendo-a e exaltando os feitos heróicos daqueles que derramaram o seu sangue e o seu suor para que ela sempre sobrevivesse firme, bela e altaneira no coração de seus filhos.¹⁷³

172 Revista *brasília*, v. 1, n. 27, mar. 1959, p. 19.

173 *Idem*.

Interessante notar como o periódico, nesse texto não assinado, ao buscar inserir o nome do autor da obra em um rol de cânones da literatura brasileira, inclui Clemente Luz nessa lista de grandes e consagrados escritores, ao lado de Monteiro Lobato, entre outros, o que comprova o reconhecimento de Luz como literato, ou, por outro lado, o alto valor que a publicação da Novacap busca conferir àqueles que usaram a pena para enaltecer a capital em construção. Clemente Luz é, inclusive, citado por um dos personagens do livro: uma criança o reconhece durante um jantar de um grupo de pessoas com Juscelino Kubitschek e assim se refere a ele: “É o homem que escreveu os livros de *Bilino e Jaca*, *Infância Humilde de Grandes Homens* e *O caçador de Mosquitos*. Aqueles que eu tenho. Ele é o Clemente Luz, tia, e vende jornais aqui em Brasília”¹⁷⁴. O autor é representado, portanto, como um literato de sucesso, cuja figura, assim como sua obra, é reconhecida até por crianças da periferia do Rio de Janeiro.

Além da marca do IBGE estampada na contracapa, a dedicatória do livro também revela o compromisso com o grupo político que estava no poder e com seu modo de historicizar a capital. O volume é dedicado ao presidente da República, que “soube, num magnífico exemplo de tenacidade, abrir para si valiosa e esplêndida carreira, desvendando ao Brasil sua imensidão geográfica e econômica, há tantos séculos adormecida.”¹⁷⁵ Mais do que uma exaltação de JK, essa dedicatória é também uma síntese do que se trata o conteúdo apresentado a seguir, em uma articulação bastante peculiar entre literatura e história. Na análise que faz da obra infantil, o arquiteto e pesquisador Igor Gonçalves Queiroz afirma que, a partir desse modo singular de mobilizar a história, na narrativa de Jayme Martins seria possível

entender que a história oficial (a História) – a das grandes civilizações, das grandes batalhas, dos reis e imperadores e, por que não, a das nossas cidades e da própria Brasília de Jayme Martins (e do IBGE) – é aprendida por meio da fabulação, pela faculdade de acreditar em seres imaginários e de criar personagens fictícios, heróis e vilões que ajudem a compor uma realidade abstrata. A aprendizagem e interpretação sustenta-se nessa brincadeira, não somente do aprendido, mas do que é recriado.¹⁷⁶

174 LUZ, Clemente. Op. Cit. p. 147.

175 MARTINS, Jayme. Tia Margarida vai a Brasília: História para alguém contar às crianças. Rio de Janeiro: Edições Buriti, 1959, p. 3.

176 QUEIROZ, Igor Gonçalves. . Tia Margarida vai a Brasília: história para alguém contar às crianças. In: II Seminário Internacional Espaços Narrados, 2019, São Paulo-SP. II Seminário Internacional Espaços Narrados: as línguas na construção dos territórios ibero-americanos.. São Paulo: FAU/USP, 2019. p. 236.

O conflito da trama se desenvolve a partir do clássico embate entre o “mudancismo” e o “fiquismo”. Margarida, a protagonista, é uma idosa, como bem destaca Igor Queiroz, descrita como uma figura antiquada, do tipo que “ainda usa coque na cabeça”, mas totalmente a favor da mudança da capital e entusiasta em relação ao que Brasília representaria para a modernização e para o desenvolvimento do País. Ela vive com seu cunhado viúvo, que era casado com sua falecida irmã, e cuida dos sobrinhos como se fossem filhos, em uma relação que mais se assemelha a de uma avó. Seu cunhado, Altamirando, é um funcionário público que resiste em deixar o Rio de Janeiro rumo ao Planalto Central e, por isso, é também um grande detrator da nova capital.

Envolvida nesse embate, Margarida tem um sonho, no qual estão presentes muitos dos personagens históricos frequentemente evocados naquele modo ideologizado, segundo Vânia Moreira¹⁷⁷, de contar a história de Brasília. A protagonista sonha que Juscelino Kubitschek, por querer transferir a capital para o Planalto, é réu em um julgamento em que seu cunhado Altamirando é o acusador principal e Tiradentes é o juiz. Ao lado do mártir da Inconfidência Mineira, que costuma ser o marco inicial dessa vertente historiográfica, estão “Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e os outros Inconfidentes, incluindo os cinco padres que faziam parte da conjura.”¹⁷⁸ Também estão presentes os mineiros e contemporâneos de JK Israel Pinheiro e o engenheiro, professor e político, Lucas Lopes, bem como o patrono da Independência José Bonifácios, o diplomata e historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, os presidentes do Brasil da chamada República Velha, Marechal Deodoro, Floriano Peixoto, Afonso Pena, Artur Bernardes, Washington Luiz, Epiácio Pessoa, Wenceslau Brás, além de Getúlio Vargas e do Marechal Dutra. Soma-se a esse grupo de ex-presidentes a mítica figura de Dom Bosco, o santo que teria profetizado a existência de Brasília entre os paralelos 15 e 16, segundo interpretação do governo JK.

Em um esforço de relacionar o padre italiano a Tiradentes, Tia Margarida faz um certo contorcionismo de raciocínio para chegar à

177 MOREIRA, Vânia. Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins. Vitória, Edufes. 1998.

178 MARTINS, Jayme. Op. Cit. p.34.

conclusão de que Dom Bosco, “como Santo que é, lhe poderia valer junto de Deus, e, como figura do sonho, havia de ter qualquer coisa que o ligasse a Tiradentes.” A idosa lembra-se então de que “D. Bosco fora também revolucionário, vivera entre revolucionários, fora professor de revolucionários e servira-se de revolucionários para sua obra de apóstolo.”¹⁷⁹ Podemos pensar que não é tão surpreendente esse artifício de relacionar Tiradentes a algo divino, uma vez que o inconfiante é frequentemente representado como uma figura quase santa. De acordo com a historiadora Karla Guilherme Carloni, a figura de Tiradentes passou por uma “metamorfose, deixou de representar o militar envolvido na trama libertária mineira e foi associada à religiosidade cristã, à pacificação e à ideia de união em torno de um ideal”¹⁸⁰. Podemos observar tal associação mencionada por Carloni inclusive nas artes plásticas, nas quais não é incomum ver a imagem de Tiradentes retratada à semelhança de Cristo. É o caso do famoso quadro de Pedro Américo no qual está representada a cena da exposição de seu corpo esquartejado em consequência da condenação à morte, como punição de sua atuação na Inconfidência Mineira.

E após o sonho com tantos personagens ilustres da história do Brasil relacionados pela protagonista do romance à história de Brasília, Tia Margarida decide, tal qual Clemente Luz havia hipotetizado em *Figurinha Difícil*, montar com Afonso, um de seus sobrinhos, um álbum de figurinhas para organizar essa narrativa histórica. No entanto, se Clemente Luz imaginou um álbum que contrastasse figuras de distintas classes sociais, no álbum de Tia Margarida o contraste ocorre entre pessoas do passado e do presente. Ao longo do livro, o álbum vai ganhando novas peças, quando aparece um questionamento de Afonso, bastante coerente a uma criança: “se o álbum era de Brasília porque havia tantas pessoas de antigamente”? Fato que aguça ainda mais a curiosidade do menino que “queria saber como era essa história de Brasília mesmo, sem esse pessoal todo que está juntando no álbum.”¹⁸¹

A narrativa segue intercalando então cenas do sonho de Margarida — no qual são figuras históricas como José Bonifácio e

179 Ibid. p. 64.

180 CARLONI, Karla Guilherme. Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas. Tese (doutorado em História Social) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ. 2010, p. 17.

181 Idem, p. 88.

Varnhagen que contam a sequência de ideias e argumentos da interiorização da capital ao longo de quase dois séculos de história — e diálogos sobre capital em construção, em que são criados contextos para que os personagens exponham as vantagens políticas, econômicas e sociais do advento de Brasília. Em muitos casos, são abordados em minúcias assuntos dessa natureza, que nos parecem de pouco interesse ou pouca compreensão para o público a quem se destina, ou seja, as crianças. Um desses casos é o momento em que durante uma conversa sobre economia do Brasil entre Altamirando e o médico da família, o Dr. Motinha, este fala sobre a importância da substituição do cultivo do café pela atividade industrial no País. Em seguida, após elogiar a atuação de JK como presidente e lembrar que ele também era médico de formação, o Dr. Motinha lança mão de uma metáfora baseada na medicina para defender o programa de governo do presidente e a necessidade da mudança da capital, que seria o coração do País, para o centro do território brasileiro, que seria o corpo, resultando assim em um melhor funcionamento do organismo, isto é, do Brasil:

— Todos os atos do Presidente demonstram o seu cuidado em preparar o Brasil para a grande intervenção cirúrgica.

— Que intervenção, doutor? apressou-se a perguntar Aristeu.

— É melhor dizer primeiro a doença, continuou pacientemente o médico. O Brasil está sofrendo, durante séculos, de coração caído, coração deslocado, fora do seu lugar natural. Muita gente compreendeu isso, nacionais e estrangeiros tiveram pena da anormalidade perigosa, mas ninguém teve coragem de operar. Foi preciso que aparecesse o médico. Ele tem previsto tudo, inclusive o choque que pode ocorrer depois da operação.¹⁸²

Dessa forma metafórica, o médico está reafirmando a tão recorrente necessidade expressa pelos adeptos do desenvolvimentismo de reorientação do centro econômico para o centro territorial do País, que resolveria o problema da concentração de desenvolvimento no litoral, sobretudo no eixo Rio-São Paulo. Nesse sentido, o que JK estaria fazendo era colocar o “coração do Brasil no seu lugar certo. Fazê-lo trabalhar sem sobrecargas e sem desfalecimentos. Mudar a Capital é corrigir uma anormalidade no organismo do País.”¹⁸³ Aqui

182 MARTINS, Jayme. Op. Cit. p.75.

183 Idem, p. 76.

observamos novamente a analogia ao corpo humano e à necessidade de intervenção, recurso que, como mostram tanto Barros¹⁸⁴ como Philip Gunn e Telma de Barros Correia¹⁸⁵, não é exclusiva de poetas e escritores, mas foi também de frequente utilização por cientistas sociais para representar problemas e soluções para centros urbanos, sobretudo no século XX. Em outro momento dessa mesma discussão, Margarida incentiva o médico a falar sobre a ascensão de uma nova classe consumidora e produtiva que, no prognóstico econômico do Dr. Motinha, emergiria após a efetivação das políticas do plano de governo de JK:

— Mas, doutor, o senhor estava falando no grupo que ainda vai surgir e para o qual o Governo está trabalhando, interrompeu Tia Margarida.

— Exatamente, minha senhora. São aqueles que vão poder comprar a produção industrial que agora começa. São os que vão produzir novas formas de riqueza. É preciso dar uma oportunidade nova, num país novo, a um novo agrupamento humano. É isso que o Governo está realizando com a abertura de estradas, reaparelhamento de portos e estradas de ferro, assistência ao Nordeste e construção de Brasília. Brasília é apenas o ponto de assistência ao movimento que se vai iniciar com as estradas abertas desde Porto Alegre, de Santos, do Rio, de Vitória, de Belo Horizonte, para Belém do Pará, para Cuiabá, para Porto Velho, para Manaus, para Salvador, Recife e Teresina. Entregar mais de cinco milhões de quilômetros quadrados ao povo do Brasil vale mais que qualquer guerra de conquista bem-sucedida! Qual é a Nação que já pôde abrir uma perspectiva tão ampla ao seu povo, por um preço tão irrisório?¹⁸⁶

A fala do médico é uma clara apologia ao planejamento rodoviário de desenvolvimento, preconizado no plano de metas de Kubitschek, em termos que beiram uma retórica eleitoral, ao falar em “milhões de quilômetros quadrados” como unidade de mensuração de benefícios entregues ao povo brasileiro. O final de sua fala, quando diz que tudo seria feito “por um preço tão irrisório”, também pode ser interpretada

184 BARROS, José D’Assunção de. A imaginação da cidade na história e nas ciências sociais: da leitura institucional às abordagens complexas. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 213–240, 2012.

185 Ver GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: Bresciani, Maria Stella (Org.). Palavras da cidade. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

186 MARTINS, Jayme. Op. Cit. p.76.

como uma resposta à tão recorrente crítica que havia ao “custo Brasília”, muito alardeado pelos opositores à construção da capital, que acusavam as enormes cifras despendidas, o aumento da dívida pública e da inflação no país.

Em determinado momento da narrativa, Tia Margarida tem a ideia de levar os sobrinhos para conhecer Brasília em construção. Para isso, vai ao banco retirar suas economias e ouve do gerente que precisaria da assinatura de dois avalistas. Então lhe ocorre a ideia de pedir a ninguém menos que Israel Pinheiro uma dessas assinaturas. Ela vai ao escritório da Novacap no Rio de Janeiro, mas não o encontra. Dias depois recebe uma carta do presidente da estatal, convidando a idosa e seus sobrinhos a viajarem à nova capital em um avião da própria companhia que partiria dez dias depois.

Ao chegar em Brasília, em uma excursão de visitantes que incluiria um jantar com o próprio presidente — o que também podemos entender como um reforço da bastante difundida ideia de um presidente próximo ao povo —, Tia Margarida e seus sobrinhos começam o passeio pelas regiões de fora do perímetro do Plano Piloto, visitando a Cidade Livre e Taguatinga. De pronto, a poeira chama atenção da protagonista, cuja maneira de comentar o assunto, considerando que o livro é praticamente um produto oficial do governo, parece uma mea-culpa ou uma forma de justificar o tão comentado problema do pó impregnante. Apesar de a personagem concordar que “a poeira não estava à altura da grandeza de Brasília”, a reflexão que faz sobre o motivo da presença de tanto pó minimiza bastante o transtorno, diante da magnitude e da importância da obra que se empreendia ali: diz que é resultado do “movimento de terra, abertura de ruas e estradas, inclinação das quadras, porque as ruas não se cruzam no mesmo plano, escavação de valos para redes de canalização,... máquinas por todo lado, veículos e pedestres.”¹⁸⁷ Ao dizer que “as ruas não se cruzam no mesmo plano”, ela ressalta, portanto, a inovação que representaria o sistema viário concebido por Lucio Costa, novidade recorrentemente mobilizada à época para elogiar e ilustrar a modernidade do modelo urbano escolhido pelo concurso da Novacap a ser implantado em Brasília.

Durante visita à Praça dos Três Poderes, Juscelino Kubitschek

chega ao local de helicóptero e passa ele mesmo a guiar a excursão dos excursionistas. Mais tarde, o presidente recebe o grupo em um jantar, no qual responde perguntas de jornalistas e discursa em defesa da construção de Brasília. Um dos tópicos abordados é o tão falado “custo Brasília”. JK argumenta que tal custo seria relativamente baixo diante dos benefícios que a obra geraria ao Brasil. Compara também o custo da construção da cidade ao de outros investimentos em infraestrutura que eram realizados à época no País:

— Dizer que Brasília é uma obra inflacionária é prova de manifesta ignorância ou má fé. Brasília vai custar até muito barato: apenas sete bilhões de cruzeiros, que renderão juros fabulosos no fortalecimento econômico do Brasil, pois importará na mobilização das riquezas que até hoje se encontram abandonadas no coração do país. Brasília marcará a criação de um verdadeiro império dentro das nossas próprias fronteiras. Não fosse Brasília, grandes estradas não seriam rasgadas em todas as direções, atravessando imensas regiões despovoadas e até desconhecidas do civilizado, como está acontecendo atualmente. Despesas muito maiores tem o Governo feito com outras obras que também hão de ajudar o Brasil a crescer como verdadeira potência econômica: 9 bilhões de cruzeiros gastos só este ano no combate ao flagelo da seca no Nordeste; 12 bilhões para construção de Três Marias; 17 bilhões para Furnas; e mais de 17 bilhões com o financiamento do café. Brasília consumirá 7 bilhões, mas não do Tesouro, e sim provenientes da venda de terrenos e cuja arrecadação ainda deixará o formidável saldo de mais de 15 bilhões de cruzeiros.¹⁸⁸

Nada mais institucional que o autor deixar o próprio presidente, ainda que seja sua representação em um personagem da ficção, discursar tão longamente — acima transcrevemos apenas um trecho de sua fala — e ainda despejando tantas cifras e menções a outras ações de seu governo que não parecem ser do universo de interesse de crianças, ainda que a intenção do livro fosse doutrinar os adultos que depois transmitiriam a história para o público infantojuvenil. Dessa maneira, JK tem a oportunidade de defender, como podemos ver, não apenas a transferência da capital, mas seu programa de governo como um todo. O conteúdo do discurso é muito semelhante, podemos até dizer que de igual teor, ao do correligionário e deputado mudancista Castro Costa (PSD-Goiás), replicado do Jornal do Brasil em uma nota da edição de setembro de 1959 da revista *brasília*:

“quando se inquinam as obras do Planalto de responsáveis pelo aumento do custo de vida, é que ninguém se abalança de culpar outras obras, muito mais dispendiosas, atualmente levadas a efeito pelo Governo”. O parlamentar prossegue ainda sua defesa do “custo-Brasília”, argumentando que os opositores da capital não reagem da mesma forma ao enorme montante gasto pela União na construção de “centrais elétricas, de estradas, de açudes”, e que “tudo é pouco no entender dos cripto-adversários da Nova Capital, que se erguem precisamente contra a meta governamental que não onera de forma alguma o Tesouro”¹⁸⁹.

De volta ao Rio, após a viagem a Brasília, Tia Margarida e os sobrinhos finalmente terminam o álbum de figurinha. Em seguida, o livro se encerra com a revelação do desfecho do sonho da idosa: após longa sustentação de defesa por parte de José Bonifácio, Juscelino Kubitschek é absolvido por Tiradentes. Valorizar esses personagens históricos não era uma inovação. De acordo com o historiador Luiz Sérgio Duarte da Silva, “genealogicamente, o nacionalismo desenvolvimentista retoma temas da ortodoxia positivista republicana, recorrendo a referências de um iluminismo periférico (Pombal, inconfidentes, Bonifácio)”. Segundo ele, isso se desdobra ainda no “nacional-primitivismo do modernismo de Cassiano Ricardo e Plínio Salgado”¹⁹⁰, que podemos identificar em *Tia Margarida vai a Brasília* na valorização e exaltação do bandeirismo e da Marcha ao Oeste.

Esses mesmos três personagens históricos — JK, Bonifácio e Tiradentes — aparecem desenhados juntos em uma das últimas páginas da edição *Brasília, coração do Brasil*, da revista em quadrinhos *Epopéia*¹⁹¹, publicada em janeiro de 1959. Fato que demonstra a maneira como a publicação ecoa a vertente historiográfica tão reproduzida pelos protagonistas da fundação da capital. De acordo com o jornalista, pesquisador e especialista em histórias em quadrinhos, Pedro Brandt, a edição especial da revista foi “encomendada a Adolfo Aizen, dono da Editora Brasil-América, a Ebal, pelo próprio Juscelino Kubitschek”. Ainda segundo Brandt, JK “reconhecendo o

189 Revista Brasília, v. 1, n. 33, set. 1959, p. 21. Seção Noticiário.

190 SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. Op. Cit. p. 38

191 EPOPÉIA. Brasília, coração do Brasil. Revista mensal em quadrinhos, número especial, de Miranda da Rocha, Nair e Llampayas, Ramon. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América Limitada, janeiro 1959.

efeito educativo dos gibis lançados por Aizen (...) acreditava que uma revista do tipo seria importante para apresentar a nova capital do país a seu público-alvo, ou seja, crianças em idade escolar”¹⁹².

Em sua primeira página, a revista estampa um aviso: antes da impressão, o conteúdo passou pela revisão de JK, Israel Pinheiro, Niemeyer, Ernesto Silva, alguns engenheiros não citados nominalmente, mas que são representantes de Lucio Costa, além do engenheiro Mauro Viahas de Queiroz, integrante do conselho-diretor da revista *Módulo*, fundada e editada por Niemeyer. Em seguida, a publicação enumera obras consultadas como fonte. Entre elas, algumas de geografia e de história do Brasil, como *A questão da Capital: Marítima ou no Interior*, de Francisco Varnhagen, ou Visconde de Porto Seguro; *Goyaz*, de Visconde de Taunay; e *Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás*, de Zoroastro Artiaga. Relatórios técnicos e científicos como *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil e Planalto Central do Brasil*, de Luiz Cruis, e *A localização da Nova Capital*, do IBGE. Destacamos ainda as obras de caráter historiográfico que tratam especificamente de Brasília, aquelas, como já mencionamos, são comprometidas com JK e seu grupo: *A Nova Capital: por que, para onde e como mudar a Capital Federal*¹⁹³, de Peixoto da Silveira, *Brasil, Capital Brasília*¹⁹⁴, de Osvaldo Orico, *Quando mudam as capitais*¹⁹⁵, de Meira Penna, além de diversos números da oficial revista *brasília* e da revista *Módulo*. Tais fontes de pesquisa, bem como a revisão feita pelas autoridades, além de buscar conferir legitimidade à história em quadrinhos como parte de um conjunto mais amplo de publicações de caráter historiográfico, deixam mais do que claro a filiação da publicação à vertente “oficial” da história de Brasília que veremos apresentada nas páginas seguintes.

A história começa pelas primeiras eras geológicas da Terra e apresenta o território do Distrito Federal como um dos mais antigos do

192 BRANDT, Pedro. Brasília 60 anos: aparições de um imaginário em quadrinhos. Raio Laser, 21 de abril de 2020. Disponível em <<https://www.raiolaser.net/home/braslia-60-anos-aparies-de-um-imaginrio-em-quadrinhos>> Acesso em 28 de março de 2023.

193 SILVEIRA, Peixoto da. A nova capital: Por que, para onde e como mudar a capital federal. Rio de Janeiro: Pongetti, 1959.

194 ORICO, Osvaldo. Brasil, capital Brasília. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1958.

195 PENNA, José Oswaldo Meira. Quando mudam as capitais. Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 2002 [1958].

planeta. Em seguida, aborda as primeiras incursões dos portugueses no local e passa a narrar a “saga” dos bandeirantes e a chegada deles ao Planalto Central. Conta a famosa lenda de que os integrantes da bandeira teriam colocado fogo em uma tigela de álcool e ameaçado a fazer o mesmo com os rios da região, caso os indígenas não informassem onde estava o ouro que eles buscavam. Desse episódio teria surgido o nome Anhanguera, dado pelos silvícolas ao famoso bandeirante, que significa Diabo Velho.

Apartir de então, a publicação passa a tratar das primeiras ideias de interiorização da capital do Brasil, tendo a primeira delas surgido durante a Inconfidência Mineira. Tais iniciativas se sucedem nessa ordem de fatos e de personagens favoráveis à mudança: William Pitt, embaixador de Londres em Portugal; Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, redator do jornal *Correio Braziliense* de Londres, em 1808; Veloso de Oliveira, conselheiro de Dom João, em 1810; José Bonifácio e outros deputados paulistas da corte em Lisboa em 1821; um trabalho de autor desconhecido em 1822; José Bonifácio em 1823, com a sugestão do nome Brasília; Francisco Adolfo de Varnhagen e sua carta ao Instituto Histórico do Rio de Janeiro em 1839; apreciação do Senado do projeto de Lei do senador Holanda Cavalcanti em 1853, com base nas ideias de Varnhagen; nova viagem de Varnhagen para estudo do Planalto Central em 1877; Proclamação da República e a discussão do assunto pela constituinte com aprovação da emenda em 1890 que destinou uma zona do Planalto Central à União com esse fim; missão dada por Floriano Peixoto a Luis Cruls de demarcar a área e a partida de sua comissão em 1892.

Após um registro da segunda visita de Cruls ao Planalto — dessa vez acompanhado do engenheiro civil e botânico Auguste François Marie Glaziou, que constatou condições favoráveis a formação de um lago artificial a partir da construção de uma simples barreira entre duas chapadas — a história passa a abordar o sonho de Dom Bosco e sua profecia sobre a “Grande Civilização, a Terra Prometida, onde jorrará o leite e o mel!” Nesse ponto, podemos notar o que bem observou Vania Moreira¹⁹⁶ sobre a manobra da qual resulta a posição na linha cronológica na qual a profecia é inserida por essa vertente historiográfica. Isto é, nesse caso, logo após a sugestão da

construção do lago por Glaziou em 1894. No entanto, como vimos, as memórias do padre italiano só foram publicadas em 1935, e a profecia só passou a ser associada a Brasília em 1957, após a publicação na revista *brasília*, da Novacap.

Outro aspecto interessante é a ilustração do sonho, em que está representada uma cidade de arquitetura modernista, com a já conhecida, e de grande circulação na época, imagem do projeto de Niemeyer para o Palácio da Alvorada, inaugurado no ano anterior à edição da revista em quadrinhos. Ou seja, não deixa dúvida de que o sonho do padre seria exatamente com Brasília, antevendo até mesmo seu modelo modernista de cidade e sua feição arquitetônica.

A publicação segue com os conhecidos marcos da “história” de Brasília baseada na sucessão de fatos históricos: o lançamento da Pedra Fundamental em Planaltina, em 1922, durante o governo de Epiácio Pessoa; a Constituição de 1934, o envio pelo presidente Dutra da comissão do general Djalma Poli Coelho, que confirma a escolha do local sugerido por Cruls; a comissão de localização da nova capital federal no governo Vargas em 1953, presidida pelo Marechal José Pessoa; e a escolha definitiva do sítio da capital durante o governo Café Filho. O fato seguinte é o hoje tão conhecido comício de JK em que um popular o interpela sobre a mudança da capital e sua resposta de que cumpriria a Constituição, incluindo assim a construção e transferência da capital em seu plano de metas. Laurent Vidal contesta essa versão. Segundo o historiador, durante a campanha, JK e seus conselheiros sabiam que a mudança da capital — já constitucionalmente prevista desde 1991 — “era capaz de canalizar as esperanças difusas da sociedade, de dar ou devolver um sentido à coletividade nacional e, portanto, mais pragmaticamente, aumentar a base eleitoral do candidato”¹⁹⁷. Assim, a história do homem no meio do povo no comício foi, segundo Vidal, “na realidade, minuciosamente preparada”, uma vez que esse homem era, na verdade, um militante do PSD, o partido de JK. Além disso, “a imprensa havia sido avisada de que um anúncio importante seria feito naquele dia.” Por isso, “todos os jornais do dia seguinte repetiam a proposta, e a campanha mudou de tema”¹⁹⁸.

197 VIDAL, Laurent. *As lágrimas do Rio: o último dia de uma capital*: 20 de abril de 1960. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 29.

198 Idem, p. 30.

EBAL
EPOPEIA

EDIÇÃO
ESPECIAL

EPOPEIA

JANEIRO 1959 - Cr\$ 20,00

BRASÍLIA, CORACÃO DO BRASIL



(Página anterior) Figura 15. Capa da revista em quadrinhos Brasília, coração do Brasil.

Dando sequência à linha evolutiva, a narrativa da história em quadrinhos passa a elencar marcos do governo JK para a efetivação da construção de Brasília, começando pela mensagem enviada ao Congresso com o pedido de autorização para iniciar o processo de mudança da capital, assinado em Anápolis em 1956. As páginas seguintes representam o concurso que escolheu o plano urbanístico e seus jurados, a consagração do plano de Lucio Costa e a explicação de seu projeto para Brasília. Em uma ilustração, o urbanista aparece explicando pessoalmente o plano para JK e outros protagonistas, como Israel Pinheiro. A publicação apresenta ainda a “arquitetura e urbanismo funcional”, em que aparecem os principais edifícios projetados por Niemeyer.

Até chegar ao fim, a revista trata, sob idêntica perspectiva, das mesmas pautas que eram frequentes na revista *brasília*, explicando e apresentando, de maneira elogiosa, as características modernistas da cidade, seus institutos, sua rede de saúde e educação, além da Cidade Livre e dos Saps (Serviço de Alimentação da Previdência Social). A assinatura da sanção da lei que marcou a data da inauguração, a primeira missa, em 1957, também são registradas. A publicação se encerra com o já mencionado desenho de JK ao lado de Tiradentes e de José Bonifácio, seguido de um mapa do Brasil com retas irradiadas do centro para as capitais dos estados, representando a posição central de Brasília e a integração do território nacional que a cidade promoveria. A seguir, aparecem ainda fotos reais da construção da capital.

Esperamos ser possível perceber, por essa síntese que apresentamos e pelo que já mencionamos anteriormente na introdução deste trabalho, que a história em quadrinhos nos parece apenas um relato histórico ilustrado, com pouco da linguagem do gênero, isto é, poucos diálogos e pouca ação. A maior parte do texto é apresentada fora dos típicos balões dessa modalidade de narrativa. E mais uma vez podemos dizer que parece pouco atrativa para crianças e adolescentes, o público principal ao qual a obra se destinava. Se houve a intenção de atingir o público adulto, entre a majoritária parcela de 60% de analfabetos da população brasileira, à época, como aventa o historiador Laurent Vidal¹⁹⁹, os desenhos pouco

199 VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

expressivos e representativos, e as enormes massas de textos nos quadros podem ter contribuído enormemente para um bem possível fracasso desse objetivo. De todo modo, a publicação provavelmente foi bem bem-sucedida na busca por ampliar o público de uma história de Brasília contada nos moldes dos cânones historiográficos que já mencionamos.

Também voltada para o público infantil é a peça *Brasília, a caçulinha do Brasil*, escrita pelo dramaturgo, tradutor, escritor, letrista, jornalista, diretor, ator e cantor carioca Paulo Magalhães. Dedicada a Juscelino Kubitschek, como aparece em anúncio de divulgação publicado no Correio da Manhã, foi dirigida pelo próprio autor e encenada no Teatro da Rádio Nacional de Brasília, sendo o espetáculo “irradiado para todo o país. Sob auspícios do S.N.T”, no dia 5 de setembro de 1959, com estreia no Rio de Janeiro prevista para o mês seguinte²⁰⁰. A sigla SNT se refere ao Serviço Nacional de Teatro, órgão que promoveu a encenação e que foi criado em 1937 pelo então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. O mesmo ministério foi encarregado de publicar a peça naquele mesmo ano de 1959. Na publicação, a peça passou ganhando do autor o subtítulo “alegoria infantil”. O volume também é dedicado ao presidente Juscelino Kubitschek, como uma “modesta colaboração para incutir no espírito das crianças brasileiras o alto sentido patriótico de Brasília”. JK, por sua vez, retribuiu com um sucinto bilhete de congratulações escrito de próprio punho, com data de 20 de julho de 1959, após ter recebido o manuscrito da obra em primeira mão: “Paulo, gostei da peça. Meus parabéns.”²⁰¹

Composta em um único ato e nove quadros, a peça possui oito personagens. Com exceção do Presidente do Brasil-Club, que era interpretado pelo próprio autor, todos os outros levam os nomes das maiores capitais do Brasil: Mané-Recife, Chica do Salvador, Zé-Carioca, Maria de São Paulo, Marília de Belo-Horizonte, Jonjoca de Porto-Alegre e Nenê Brasília. Alegoricamente, todos eles fazem parte de um clube, cujo estatuto, representação da Constituição de 1891, prevê que sua capital, isto é, a sede do clube, deveria estar localizada no Planalto Central. Na interpretação da historiadora Georgete Medleg

200 Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1959. 2º Caderno, Cinemas e Teatros, p. 7.

201 MAGALHÃES, Paulo de. Brasília, a caçulinha do Brasil: alegoria infantil. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Teatro, 1959, n.p.

BRASÍLIA, CAÇULINHA DO BRASIL

PAULO MAGALHÃES

Direção Artística do Autor

ESTREIA DIA 5 DE SETEMBRO

Teatro da "RADIO NACIONAL" de Brasília

(700 poltronas de lotação)

DEDICADA AO PRESIDENTE JUSCELINO

O espetáculo será irradiado para todo o país. Sob auspícios do "S. N. T." — Em Outubro estreia no Rio.



Presidente Juscelino e Paulo Magalhães

Figura 16. Divulgação no Jornal Correio da Manhã anuncia que a peça *Brasília, caçulinha do Brasil* seria dedicada ao presidente Juscelino Kubitschek.

Rodrigues, o significado dessa alegoria do clube seria uma irmandade em que todos têm os mesmos direitos, ou seja, as principais capitais brasileiras estariam em pé de igualdade, todas elas colaborando com o presidente, que as comanda esse conjunto que representa o “país como um todo”²⁰².

A peça começa com a posse de Nenê-Brasília como novo integrante do clube, mas antes de começar a cerimônia, há uma chamada de cada um dos membros, que não apenas respondem a presença, como também se apresentam, destacando características das cidades que os batizam ou de seus habitantes. Chica do Salvador, por exemplo, se autodenomina “berço da própria nação” e lembra que já foi capital um dia²⁰³.

O segundo quadro se inicia com o voo dos personagens em um avião com destino a Brasília, durante o qual conversam sobre o “progresso” do Brasil, condição que, segundo eles, não teria sido alcançada por nenhum outro país tropical. Em determinado ponto da conversa, Maria de São Paulo afirma que “Brasília e a Usina de Três Marias consagram a obra de qualquer governante”²⁰⁴, destacando,

202 RODRIGUES, Georgete Medleg. Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília. 1990, 257 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 1990, p. 52.

203 Sobre as três capitais do Brasil e o sentido de capitalidade relacionado a cada uma delas, ver DERNTL, Maria Fernanda. Alegorias de Brasília: narrativas históricas sobre as capitais brasileiras. Paranoá, [S. l.], n. 25, p. 94–106, 2020, p. 103. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n25.2020.07. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/29248>. Acesso em: 26 jan. 2023.

204 Ibid, p. 22.

portanto, a construção da hidrelétrica que estava em curso naquele momento e que havia sido prevista na “Meta 1 - Energia Elétrica”, do desenvolvimentista *Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek*²⁰⁵. A resposta do Presidente do Club vem em seguida, na mesma linha de exaltação:

O dinamismo do Presidente Juscelino Kubitschek merece respeito e apoio. CABRAL foi o Descobridor; PEDRO 1º, o Proclamador; CAXIAS, o Consolidador; CASTRO ALVES, o Cantor dos Escravos; RUI BARBOSA, o Doutrinador; CARLOS GOMES, o Compositor; JOÃO CAETANO, o Ator; OSWALDO CRUZ, o Saneador; MACHADO DE ASSIS, o Escritor; SANTOS DUMONT, o Voador; RONDON, o Catequizador; FRONTIN, o Recontrutor; PEDRO ERNESTO, o Hospitalizador; ROQUETTE PINTO, o Educador; GETULIO VARGAS, o Trabalhador; JUSCELINO, o Semeador. São figuras simbólicas da Pátria que a história fixou nas suas páginas indelévels.²⁰⁶

Vemos que o texto dramático não apenas exalta o dinamismo de JK como já o insere, em vida, no rol de grandes figuras da história brasileira, a maioria deles o nome de maior relevo de seus campos de atuação. Juscelino Kubitschek figura ao lado não apenas de expoentes da política e das artes, como de personagens que “materializam os ideais de progresso da república”²⁰⁷, como é o caso do engenheiro Paulo de Frontin, responsável por importantes obras de abastecimento de água no Rio de Janeiro, além de ter relevante participação na chamada Reforma Pereira Passos, aquela do famoso “bota-abaixo” que derrubou centenas de residências, expulsando moradores de baixa renda do centro da cidade, a fim de construir grandes avenidas aos moldes do Barão Haussmann em Paris; Oswaldo Cruz, médico sanitário que realizou fundamental trabalho de combate a epidemias, também no início do século XX; e Santos Dumont, considerado o “pai da aviação”, um símbolo de modernidade ao qual o traçado urbano de Lucio Costa para Brasília foi prontamente associado. Georgete Medleg Rodrigues lembra ainda que Juscelino Kubitschek também era identificado simbolicamente com o avião, sendo chamado de “JK que avoa”, e que o próprio presidente “diria, anos depois que, ao contrário dos primeiros descobridores, chegara à terra conquistada

205 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958, p. 23.

206 MAGALHÃES, Paulo. Op. Cit. p. 22.

207 VIDAL, Laurent. Op. Cit. p. 275.

[Brasília] não ‘através do oceano, mas pelo ar’.”²⁰⁸

No mesmo patamar, portanto, dessas figuras históricas, que carregam consigo um qualificante (proclamador, saneador, trabalhador), Jk é representado como “o Semeador”. Mas nesse caso, o sentido é oposto ao da metáfora de Sérgio Buarque de Holanda no clássico quarto capítulo de *Raízes do Brasil*, segundo a qual o semeador seria o português que erigia cidades na colônia brasileira sem o devido planejamento. Na peça, o presidente é caracterizado como um semeador do futuro da pátria brasileira e, tal qual os outros personagens históricos aos quais é comparado, suas planejadas ações, vide o Plano de Metas, são baseadas na técnica e na razão científica, fazendo florescer o desenvolvimento e o progresso que farão “surgir a nação mais poderosa do mundo em breve tempo!”²⁰⁹.

Com linguagem bem mais simples e adequada ao público infantil do que a de *Tia Margarida vai a Brasília*, a peça de teatro também não perde a oportunidade de defender de críticas o custo aos cofres públicos que era gerado pela construção da capital. Ainda no avião rumo ao Planalto Central, o Presidente do Club diz que “dentro de dez anos, no máximo, Brasília dará ao Brasil um lucro três vezes maior do que seu custo”²¹⁰. Da mesma forma, são reiteradas as vantagens de uma capital no centro do país para onde convergirão estradas equidistantes das principais capitais do país, irradiando o desenvolvimento que fará “progredir todas as regiões por onde as estradas passam, semeando novas Cidades, novas indústrias, novas fábricas, novos centros de abastecimento, novas plantações, novos empreendimentos progressistas”²¹¹. Em seguida, após citar comentários positivos de políticos estrangeiros e honrar os “realizadores” de Brasília, como Niemeyer, Lucio Costa, Israel Pinheiro e o “mártir” Bernardo Sayão, o personagem afirma que o governo de JK ficará “gravado em letras de ouro na História do Brasil”²¹². De fato, por diversos fatores, como estabilidade política, desenvolvimento econômico e extraordinário florescimento artístico e cultural, uma vertente relevante da historiografia tradicional caracterizou o período de JK no poder como “anos dourados” da história brasileira do século

208 RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. Cit. p. 53.

209 MAGALHÃES, Paulo. Op. Cit. p. 23.

210 Idem.

211 Idem, p. 24.

212 Idem, p. 25.

XX. Ideia que passou a ser questionada por diversos pesquisadores, como mostra a historiadora Viviane Ceballos²¹³.

Mas na peça escrita em 1959, muito antes dessa consagração historiográfica e de sua posterior revisão crítica, um dos personagens atribui ao futuro o veredicto de quem teria razão: “os que lutam para construir ou os que insistem em descrever”²¹⁴. Algo muito semelhante escreveu Jorge Amado ao agradecer a Osvaldo Orico que o havia presenteado com um exemplar do apologético *Brasil, capital Brasília*²¹⁵. Em carta publicada no *Diário Carioca*, em maio de 1960, ao se referir à nova capital, diz que “no futuro os brasileiros de nosso tempo serão julgados pela posição que assumiram ante a empresa hercúlea e magnífica: os que acreditaram e os que não acreditaram nas possibilidades do Brasil”²¹⁶. Essa ideia dos contra e dos a favor de Brasília, aliás, permeia toda a narrativa, e o tempo todo há passagens que buscam ironizar ou deslegitimar aqueles que se opõem à capital. O sexto quadro, *Sambinha de Brasília*, é composto apenas pelo canto de um samba pelo personagem Zé Carioca. Nos versos, JK é caracterizado como “teimoso” e “brioso”, que não se importa com a “gente enfezada” que torce contra a construção da cidade, e deixa a “gente gritando” enquanto toca as obras daquela que será a “ vaidade do Brasil de futuro”²¹⁷.

A rubrica do sétimo quadro descreve um espaço em que estão pintados enormes quadros de retratos, novamente, de grandes figuras históricas brasileiras: Dom Pedro I, Caxias, Princesa Isabel, Santos Dumont, Rondon e Machado de Assis. Todas as pinturas falam e dialogam entre si, discorrendo sobre passagens da história do Brasil, de maneira bastante tradicional. A Independência é representada pelo grito do Ipiranga, tal qual a pintura histórica de Pedro Américo. Caxias, descrito como “consolidador da nacionalidade”, “pacificador”, diz que

213 CEBALLOS, Viviane Gomes de. "E a história se fez cidade...": a construção histórica e historiográfica de Brasília. 2005. 167p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1599007>. Acesso em: 11 fev. 2023.

214 MAGALHÃES, Paulo. Op. Cit. p. 26.

215 ORICO, Osvaldo. *Brasil, capital Brasília*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1958.

216 AMADO, Jorge. *Jorge Amado: Brasília consagrou a obra de JK*. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1960.

217 Idem, p. 32.

“só o amor constrói, só a paz gera o progresso dos povos”²¹⁸. Já a Princesa Isabel é representada como a realizadora do “gesto mais lindo da nossa história: — Acabou com a escravidão!”²¹⁹. O Marechal Rondon, por sua vez, aparece como “irmão de Anchieta e de Manoel de Nóbrega no formoso ideal de trazer os nossos patrícios-índios para a civilização” e chega a dizer que “os índios são tão brasileiros quanto nós!”.²²⁰ Sobre essa questão indígena, Georgete Medleg Rodrigues, em sua dissertação de mestrado defendida em 1990, muito bem aponta que

Toda a estratégia de exterminação dos índios brasileiros resume-se à ação dos “bondosos” Anchieta, Manoel da Nóbrega e Rondon. O genocídio dos índios passa a ser “formoso ideal”, integração dos índios à civilização. Os índios, primeiros habitantes do País, têm o seu lugar invertido nesta história. Mais brasileiros do que qualquer um de nós, se o critério for a relação de antiguidade com a nação, os índios passam a ocupar um lugar secundário: são tão brasileiros quanto nós. Há uma inversão total de perspectiva.²²¹

Tanto essa perspectiva em relação aos indígenas, quanto a forma como é tratada a história da abolição da escravatura, isto é, como ato da também “bondosa” Princesa Isabel, ou mesmo a representação de Duque de Caxias e de outros personagens e eventos históricos que passaram por ampla revisão historiográfica nas décadas subsequentes, são trechos que melhor exemplificam a análise de Laurent Vidal sobre a peça de teatro. Totalmente baseado, e não devidamente creditado, nas conclusões de Georgete Medleg Rodrigues, o historiador aponta que, na narrativa histórica forjada pela obra, “todas as lutas da história, todas as contradições do desenvolvimento nacional estão negadas.”²²² Segundo ele,

O tempo histórico fica então reduzido aos heróis e aos fatos heroicos. De maneira que essa nova história nacional seja apenas a história dos “vencedores”, entre os quais se exclui todos os fatos ou eventos que coloque a unicidade e a continuidade em dúvida. Síntese ideal de um país ideal,

218 Idem, p. 34.

219 Idem.

220 Idem, p. 35.

221 RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. Cit. p. 59.

222 VIDAL, Laurent. Op. Cit. p. 276.

tal é a verdadeira dimensão de Brasília. [...] Ela permite situar Brasília na confluência dos mitos fundadores do Brasil e das aspirações nacionais brasileiras.²²³

Com efeito, a leitura da peça escrita por Paulo Magalhães parece buscar a todo tempo reforçar a ideia de continuidade histórica, sendo Brasília a continuação natural do caminho dessa história gloriosa e sem conflitos. Na peça, as maiores adversidades ou problemas relacionados à construção da capital são as críticas ou protestos de uma “gente enfezada”.

Tão pouco complexo como essa forma de narrar a história do Brasil é a maneira como se encerra o drama. Após o quadro da sala de retratos de figuras históricas, o oitavo quadro é apenas uma brincadeira de dança com as crianças da plateia, até que chega, afinal, o novo e último quadro. Nele, o Presidente do Club anuncia que no dia 21 de abril o Brasil tem uma nova capital, e o elenco canta o Hino à Bandeira. Em seguida, todos gritam “Viva o Brasil!” e cantam a primeira parte do Hino Nacional. Cai o pano.

Brasília caçulinha do Brasil não foi o único texto dramático escrito sob encomenda para celebrar a nova capital e inseri-la gloriosamente na história nacional. O escritor, dramaturgo, professor, jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras e subchefe da Casa Civil do governo JK, Josué Montello foi encarregado de escrever a peça de teatro que encerraria a cerimônia de três dias da inauguração de Brasília. Assim nasceu *A alegoria das três capitais*, cujo roteiro também contou com colaboração do diretor da peça, o português radicado no Brasil, Chianca de Garcia. Essa não é uma obra escrita especificamente para o público-infantil, mas julgamos pertinente sua inclusão nesse momento da nossa análise devido à similaridade com que seu enredo foi construído.

O espetáculo foi encenado no dia 23 de abril de 1960, no mesmo dia em que se disputou o Grande Prêmio Juscelino Kubitschek, a corrida automobilística realizada no Eixo Rodoviário Sul, cujo troféu foi entregue ao vencedor pelo pentacampeão argentino de Fórmula 1 Juan Manuel Fangio. O palco da peça foi a monumental plataforma do palácio do Congresso Nacional onde estão levemente pousadas as cúpulas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O encarregado pela

música foi o maestro Hekel Tavares, autor da já mencionada suíte em homenagem a Brasília, que também escolheu peças de Heitor Villa-Lobos para compor a trilha do espetáculo. De acordo com Juscelino Kubitschek²²⁴, o elenco contou com 1.500 figurantes e até Dragões da Independência tomaram parte na encenação. Em seu volume sobre a construção de Brasília, o procurador do Distrito Federal e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do DF, Lourenço Fernando Tamanini, registra que entre esses figurantes estavam 200 soldados do exército e 100 fuzileiros navais. Ao todo, 30 aviões, 15 caminhões e um ônibus foram necessários para transportar o elenco e todo o material de cena. Entre a parafernália, 16 holofotes de grande alcance e 20 menores cedidos pelo exército. “O som fora todo gravado no Rio, músicas, diálogos, falas, declamações, efeitos sonoros. Equipamento, totalizando 250 alto-falantes, fora distribuído na área fronteira ao Congresso, permitindo que o povo pudesse acompanhar.”²²⁵

Em um programa publicado pelo Serviço Gráfico do IBGE, o autor da peça explica que o texto dramático conta com a citação de obras de outros escritores brasileiros. “Os versos com que a Figura Feminina, logo depois de iniciado o espetáculo, ergue o seu hino de louvor à terra, são de Olavo Bilac”. Assim, o poeta que “celebrou a epopeia das bandeiras, na figura do Caçador de Esmeraldas, está presente, na hora em que se funda uma cidade, na linha do mesmo ânimo pioneiro com que se desbravaram os sertões cantados em seu poema.”²²⁶ Montello menciona ainda que também citou Cassiano Ricardo, “o poeta de Martin Cererê e o sociólogo de Marcha para o Oeste. Dele são os versos com que a figura do Marinheiro anuncia suas núpcias simbólicas na terra nova.”²²⁷ A partir de tais informações, já é possível antever o viés histórico de como a fundação de Brasília é narrada na peça. Isto é, se simbolicamente, nos “discursos oficiais”, a nova capital representava um segundo descobrimento do Brasil e

224 KUBITSCHEK, Juscelino. Por que construí Brasília. Brasília: Senado Federal, 2000 [1975].

225 TAMANINI, Lourenço Fernando. Brasília: memória da construção. Brasília: Royal Court, 1994, p. 314.

226 MONTELLO, Josué. Apresentação da alegoria. In: Folheto de Alegoria das três capitais. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1960, p. 4.

227 Idem.



Figura 17. Encenação da peça *Alegoria das três capitais*, na plataforma do palácio do Congresso Nacional. Fonte. Revista Brasília, vol. 1, n. 41, maio de 1960.

uma segunda independência²²⁸, por que não um segundo momento do bandeirismo, então ainda visto como heroico evento histórico, no qual o território do interior do país estaria sendo efetivamente conquistado?

Vamos então ao roteiro da peça, segundo relato do próprio JK. Resumidamente, o espetáculo começa com a fundação da primeira capital, Salvador, e em seguida apresenta-se a transferência da sede do poder para o Rio de Janeiro. Para a arquiteta e pesquisadora Maria Fernanda Derntl, essa evocação das capitais anteriores é um “modo de dar lastro histórico à construção de Brasília” que “apareceu em escritos diversos dedicados à narrativa da história da capital”²²⁹. Isto é, estratégia na mesma linha apontada por Georgete Medleg Rodrigues e Laurent Vidal, na análise de *Brasília, caçulinha do Brasil*, de colocar Brasília como continuidade natural de uma história simplista e linear do Brasil.

228 RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. Cit.

229 DERNTL, Maria Fernanda. Alegorias de Brasília: narrativas históricas sobre as capitais brasileiras. Paranoá, [S. l.], n. 25, p. 94–106, 2020, p. 103. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n25.2020.07. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/29248>. Acesso em: 26 jan. 2023, p. 96.

Assim, levando a cabo esse encadeamento de fatos históricos, entra em cena Tiradentes, o “primeiro mártir da Independência”. Esse, segundo JK, teria sido um dos momentos altos do espetáculo, uma vez que o ator que representou o “heroico alferes era uma figura impressionante, de dois metros de altura, que se agigantava no palco, quer pela própria estatura, quer pela dignidade do personagem.”²³⁰

Chega então na linha evolutiva o momento da fundação de Brasília e, com ela, o vilão da peça: um “velho que simbolizava a rotina, em rasgos de pessimismo e maledicência”²³¹. Claramente, vemos, mais uma vez, uma tentativa de desqualificar a oposição por parte daqueles que não concordavam com a mudança da capital ou eram contra Brasília, na peça representado pela caricatura de um velho antiquado e ressentido, o que nos remete ao expediente, apontado pela historiadora Georgete Medleg Rodrigues, de deslegitimar a oposição, deslocando-a do campo político para a esfera sentimental²³². Montello explica que buscou em Camões a inspiração para a criação desse personagem, especificamente no Canto IV, de Os Lusíadas. Segundo o autor da peça, trata-se do “Velho do Restelo, que tentou insuflar seu desalento aos marinheiros de Vasco da Gama, à hora da grande viagem de que resultaria o mais belo feito marítimo da raça portuguesa.”²³³ Ou seja, a posteridade provaria que, tal qual na era das Grandes Navegações, quem se opusesse a Brasília estaria se opondo a um grande feito histórico que transformaria radicalmente o futuro da história da nação.

O personagem do velho protagoniza um dos momentos mais apoteóticos do grandioso espetáculo quando, ao manifestar contrariedade à mudança da capital, “oito tratores barulhentos invadiram a cena e, inesperadamente, apareceu no céu um helicóptero que logo pousou em pleno palco. Dele desceu um homem, de porte semelhante ao de Juscelino, simbolizando o Presidente, a acenar à multidão.”²³⁴ Então, o velho é metido dentro do helicóptero por esse “homem animado de um novo espírito, em uma evidente alusão aos

230 KUBITSCHEK, Juscelino. Op. Cit. p. 390.

231 Idem.

232 RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. Cit.

233 MONTELLO, Josué. Op. Cit. p.5.

234 TAMANINI, Lourenço Fernando. Op. Cit. p. 315

acontecimentos políticos da época”²³⁵, sendo retirado de cena sob o aplauso frenético do público de “150 a 200 mil pessoas”²³⁶. Após tal cena que pode parecer até surreal, de tão apoteótica, o “Hino Nacional foi ouvido então, e uma cascata de fogos de artifício encerrou, de maneira emocionante, o mais belo espetáculo ao ar livre que já se realizara no Brasil”²³⁷. E assim foi encerrado também o último rito dos três dias de festejos e cerimônias de inauguração de Brasília, na qual a literatura foi a protagonista em pelo menos dois momentos: na récita do poema *Prece Natalícia a Brasília*, de Guilherme de Almeida, e na encenação dessa peça *A alegoria das três capitais*, de Josué Montello.

A pergunta que nos fazemos ao fim da leitura dessas obras literárias supostamente infantojuvenis é: essa produção seria mesmo para jovens e crianças? Ou seria um subterfúgio para o uso de uma linguagem que buscava ser mais simples para convencer um público mais amplo e de maneira ainda mais didática? Certamente não há resposta única para tais questionamentos, havendo, provavelmente, uma sobreposição de intenções e objetivos com a publicação desses textos. O que podemos afirmar é que elas não simplesmente reproduzem os mesmos recursos discursivos de outras obras literárias e historiográficas de mesma filiação ideológica. Vemos que há a presença de novos elementos, como a linguagem visual das ilustrações no caso da revista em quadrinhos que — embora de forma limitada em relação a seu potencial — adiciona novos sentidos à verborragia da história contada, e a liberdade de articulação de personagens históricos do presente e do passado que convivem em um mesmo tempo narrativo que vemos na peça *Brasília, a caçulinha do Brasil* e no romance *Tia Margarida vai à Brasília*. Com diferentes níveis de êxito no seu poder de persuasão e de alcance da circulação dessas narrativas, o que nos parece certo é que elas tenham contribuído para ampliar e diversificar o público a quem chegavam os discursos mudancistas dos protagonistas políticos da fundação da nova capital.

235 KUBITSCHEK, Juscelino. Op. Cit. p. 390.

236 Idem, p. 389.

237 Idem, p. 390.

“Brasília: A nova capital do Brasil. Alguns contra - muitos a favor, todos beneficiados”

Essa frase estampada em um outdoor da Fundação da Casa Popular — cujas fotografias se tornaram imagens emblemáticas da iconografia da construção de Brasília — resume bem os embates que aparecem em duas novelas, que estão entre primeiras narrativas de maior fôlego sobre a nova capital: *Brasília: Paralelo 15'*, de Angelo Raimundo²³⁸, publicada em 1960, e *Brasília Pioneiros e Candangos*, de Raymundo Brito²³⁹, publicada em 1961. Com enredos triviais, o foco das duas obras é o debate entre os personagens que se posicionam contra e os que defendem a construção de Brasília, lançando mão dos mesmos argumentos dos protagonistas políticos da fundação da capital e da historiografia apologética publicada até então. Evidentemente, no fim das discussões, prevalece a posição do defensor.

Raymundo Brito era um deputado federal do PR (Partido Republicano), legenda que dava sustentação ao governo JK, que se mudou para Brasília quando o parlamento brasileiro foi transferido para a nova capital em abril de 1960. A partir de sua experiência na cidade, escreveu a novela *Brasília Pioneiros e Candangos*, cujos capítulos, tal qual os folhetins do século XIX, foram publicados separadamente no jornal *Correio Braziliense* em 1961, sendo também editados em livro no mesmo ano.

Na apresentação do volume, o autor explicita sua intenção de legar à posteridade uma fonte histórica para futuras pesquisas sobre a nova capital. Expressa também que preferiu a ficção para esse intento porque quis oferecer ao leitor uma “vivência de Brasília”, além do “drama psicológico da adaptação dos pioneiros à nova comunidade, e esboçando o quadro de certos aspectos sugestivos da revolucionária experiência sociológica que aqui se processa”²⁴⁰. No mesmo texto, Brito atribui ao presidente JK o mérito de ter sido um agente transformador

238 RAIMUNDO, Angelo. *Brasília: Paralelo 15'*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

239 BRITO, Raymundo. *Brasília: Pioneiros e candangos*. Brasília: Pongetti, 1961.

240 Idem, p. 8.



Figura 18. Placa recorrentemente fotografada e divulgada em apologia à mudança da capital. Fonte: Revista *brasília*, vol. 1, n. 10, outubro de 1957.

da história do país, ao dizer que “Juscelino mexeu com a História, no dizer pitoresco de Raul Bopp.”²⁴¹ Nessa afirmação, ele se refere ao artigo publicado na edição de novembro de 1957 da revista *brasília*, em que o escritor e poeta Raul Bopp argumenta que JK “mexe” com a história e coloca o Brasil em novas bases, encerrando o ciclo político do litoral. Defende ainda os aspectos geográficos do Planalto Central e, daquele modo tão recorrente entre os mudancistas, aponta a cidade como notável fator de integração nacional. Além disso, acredita ser possível “com o deslocamento do centro administrativo do país para o interior, alcançar soluções estupendas: fazer a metrópole da vida mais barata do mundo.”²⁴² Nessa concepção de história de Bopp, já transformada então pela intervenção de Kubitschek, Raymundo Brito autoidentifica-se como um dos pioneiros da nova capital, título do qual trataremos mais adiante, ou como “as personagens da história que se está elaborando no planalto, o material, humano e vivo, com que se estrutura um novo ciclo da existência brasileira.”²⁴³

Mais uma vez, a julgar por essa apresentação, já podemos antever a perspectiva sob a qual Brasília será representada na novela. Concordamos com o autor, que em outro momento da apresentação

241 Idem.

242 BOPP, Raul. A mudança da capital. Revista *brasília*, vol. 1, n. 11, novembro de 1957, p. 15.

243 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p.9-10.

define o enredo como “singelo”, mas também poderíamos descrevê-lo como insípido ou monótono. Afinal, há pouca ação ao longo do texto narrativo, cujo foco é, de fato, o debate sobre Brasília, realizado pelos personagens defensores e detratores da capital. O principal defensor é Carlos, um arquiteto da Novacap que se mudou para a cidade a fim de desenvolver projetos de edifícios para superquadras. O contraponto é feito por sua esposa, Estela, que passa a maior parte do tempo em casa, entediada, dedicando-se a afazeres domésticos. Ela considera que a distância do Rio, sem a vida social “que Brasília não lhe podia proporcionar, era o ‘seu desterro’, um castigo cruel”.²⁴⁴

Para a personagem, “Brasília é uma cidade ao contrário. Põe às avessas, mesmo aquele mínimo que, por instinto, exigimos para sermos felizes numa comunidade.”²⁴⁵ Essa questão da possibilidade de ser feliz ou não na capital também é um tema recorrente ao longo da narrativa e, assim, volta a ser discutida em outros momentos. Um deles ocorre durante um diálogo entre Carlos, Estela e Queiroz, um amigo do casal. Eles argumentam que a paisagem e a configuração urbana da cidade são fatores que podem contribuir para a felicidade dos moradores, enquanto Estela contra-argumenta que “o traço de Lucio Costa foi tecnicamente perfeito. As construções de Niemeyer, imponentes e originais. Mas, a felicidade humana não é coisa que se imponha de fora para dentro, ao sabor da fria concepção técnica”.²⁴⁶ A personagem rejeita, portanto, uma ideia de “determinismo arquitetônico” que, segundo o arquiteto Carlos Madson, está relacionado a “possíveis implicações entre espaço e sociedade, ou seja, a capacidade da arquitetura, a partir de sua configuração, de determinar comportamentos sociais.”²⁴⁷

No entanto, em outro momento da narrativa, a mesma personagem parece ter opinião diferente sobre a capacidade de o espaço urbano impactar sentimentos ou comportamentos sociais. A felicidade, por exemplo, estaria relacionada à primeira fase de uma neurose teorizada por ela, denominada “nevrose brasiliense”, que acometeria os moradores da cidade. Nesse primeiro momento, o

244 Idem, p. 16.

245 Idem, p. 124.

246 Idem, p. 125.

247 REIS, Carlos Madson. Brasília : espaço, patrimônio e gestão urbana. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2001, p. 6.

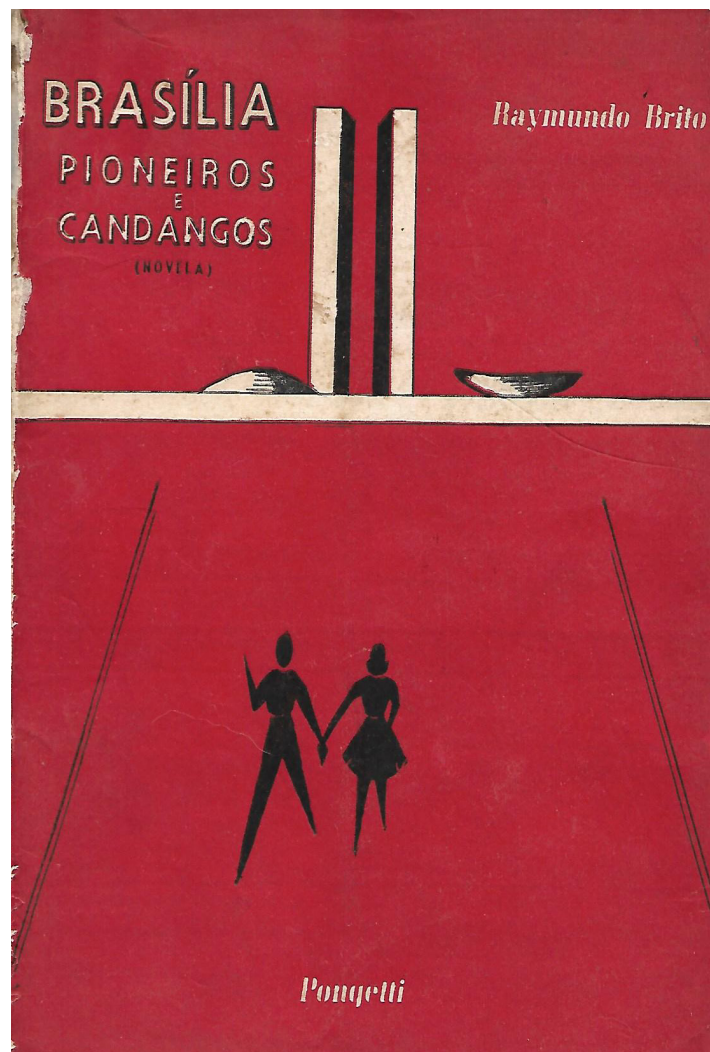


Figura 19. Capa da novela *Brasília Pioneiros e Candangos*, de Raymundo Brito.

“enfermo” passaria por um grande entusiasmo causado pela paisagem, pelo horizonte desimpedido e pelo céu sempre azul. “A arquitetura original dos edifícios públicos. O conforto das estradas. A surpresa dos trevos. A leveza dos ares... tudo, tudo causa uma profunda impressão de felicidade.”²⁴⁸ Já na segunda fase, “os sintomas se modificam por completo”. Ainda de acordo com a personagem, nesse momento o habitante da capital passaria por um período de extremo desânimo. “A insônia, a inércia intelectual, o abatimento, a inapetência, o desgosto por qualquer trabalho, reduzem a criatura eufórica de ontem a um trapo humano, aniquilado pelo tédio.”²⁴⁹ A terceira fase seria caracterizada por ela como um clímax do quadro psiquiátrico e representa a volta à primeira fase dos sintomas. Assim, apareceria “um sentimento

248 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p.120.

249 Idem, p. 121.

novo”: — O doente começa a gostar de Brasília. Aí, então, só resta interná-lo definitivamente no hospício. A doença se tornou incurável.”²⁵⁰ O que chama atenção nesse trecho da novela é que para a personagem, que se difere dos demais por não gostar da nova capital, aqueles que gostam estariam doentes, acometidos por uma espécie de histeria coletiva. Com isso, mais uma vez, vemos a oposição a Brasília representada como se fosse apenas operada no campo sentimental, de modo a distanciá-la, portanto, da esfera racional, como destacou Georgete Medleg²⁵¹.

Já a defesa da cidade, que vemos no livro, é baseada em argumentos racionais ou científicos, e realizada por um técnico, o arquiteto e protagonista Carlos, que quase sempre se embasa no ideário nacional-desenvolvimentista ou naquelas já mencionadas tradicionais e apologéticas obras de caráter historiográfico que hegemonicamente circulavam à época. É o caso de *Quando mudam as capitais*²⁵², de Meira Penna, principal fonte do discurso do personagem. Há até uma enorme citação literal da publicação, em que Brasília é comparada a Washington. A intenção, nesse momento da construção do discurso de Carlos, é mostrar que, no caso da experiência brasileira de transferência da capital, além de uma escolha mais acertada e favorável do sítio, todo o processo foi mais rápido e eficiente. O protagonista reforça que entre todas as “capitais artificiais” do mundo, “nenhuma fora instalada já com as condições de habitabilidade que Brasília ofereceu e construída em tempo mais curto e com tamanhas possibilidades de sucesso e desenvolvimento.” Além de se orgulhar da “obra ciclópica realizada em pouco mais de três anos, num planalto deserto e distante centenas de quilômetros dos grandes centros povoados do País”, o personagem argumenta que “Brasília provara, além do mais, a esplêndida capacidade de realização do povo brasileiro”.²⁵³ Essa prova da capacidade realizadora brasileira de que Brasília seria a maior vitrine era também um dos argumentos mais recorrentes nos

250 Idem.

251 RODRIGUES, Georgete Medleg. Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília. 1990, 257 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 1990.

252 PENNA, José Oswaldo Meira. Quando mudam as capitais. Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 2002 [1958].

253 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p.59.

discursos mudancistas, como mostram autores como Laurent Vidal²⁵⁴ e Luiz Sérgio Duarte da Silva²⁵⁵.

O personagem também se orgulha de ser um “pioneiro”, designação que em Brasília ganha um sentido específico, distinguindo-se dos “candangos” que, em tese, também seriam pioneiros. O próprio título da novela, *Brasília Pioneiros e Candangos*, deixa bastante clara essa distinção. Em um dos capítulos a seguir, trataremos mais especificamente do termo “candango”, das conotações que ele adquiriu ao longo da construção de Brasília e da formação da identidade do brasiliense. Aqui, para a compreensão do que se passa na obra literária em análise, baseado nos apontamentos de James Holston, precisamos saber que no início das obras da nova capital, todos que chegavam ao Planalto, sejam trabalhadores da construção civil, comerciantes, entre outras profissões, eram considerados pioneiros, sendo bastante comum serem identificados com a figura dos bandeirantes. Mas havia exceções: “os operários de construção, do interior, qualificados ou não. Estes últimos eram os candangos.” Sendo assim, enquanto o termo pioneiro ganhava um sentido positivo, candango “era depreciativo, quase insultuoso. Significava alguém sem qualidades, sem cultura, um ignorante sem eira nem beira da classe baixa.”²⁵⁶ É exatamente assim que o candango é representado na novela. Um exemplo é a maneira como são definidos pelo autor, que escreve sobre a chegada de caminhões, a cada hora, “despejando levas de candangos, gente humilde e canhestra vinda de vários recantos do país, na esperança de melhores dias.”²⁵⁷ Além de ignorante — que fica claro pelo modo caricatural como seu modo de falar aparece no texto — o candango é representado como um indivíduo sem consciência política e facilmente manipulável. Mas apesar dessa caracterização, em alguns momentos aparecem denúncias sobre a violência laboral vivida por eles e sobre as terríveis condições de trabalho que encontravam nos canteiros de obras.

254 VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

255 SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

256 HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 209.

257 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p.15.

Raymundo Brito apresenta ainda o conceito de “piotários”²⁵⁸, que se distinguiria dos que eram considerados os verdadeiros pioneiros, ou seja, os funcionários públicos que se mudavam para Brasília devido a transferência da estrutura burocrática do governo para a nova capital. Em um momento da narrativa, Queiroz explica a alcunha: “ele e os outros que chegaram desde os primeiros dias e ficaram firmes, de semana a semana, sem ir ao Rio, dando a solidariedade de sua presença, eram chamados ‘piotários’.” Ainda segundo o personagem, “pioneiros eram os que, indo e vindo, sempre com o pensamento voltado para a Velhacap, mal e mal permaneciam na Cidade.”²⁵⁹ Sem usar esse termo, Holston discorre sobre essa distinção entre os pioneiros e essa figura que o autor denominou piotário. Segundo o antropólogo, em um primeiro momento houve dois tipos de recrutamento de trabalhadores para Brasília: um deles feito pela Novacap e outro feito pelo GTB (Grupo de Trabalho de Brasília). O primeiro ficou responsável por organizar os trabalhadores da construção da infraestrutura da capital, que além dos edifícios e do arruamento, incluía os sistemas elétricos, hospitalares, comunicações, abastecimento de água, entre outros. Para tanto, além dos candangos, isto é, operários de menor ou nenhuma graduação, contratou engenheiros, arquitetos, entre outros profissionais mais graduados. Já o GTB se encarregou de recrutar os funcionários públicos que se mudariam para a nova capital no processo de transferência da burocracia estatal²⁶⁰. Ainda de acordo com Holston, apenas esses últimos teriam direito à cidade que saiu da prancheta de Lucio Costa, uma vez que somente eles teriam direito à moradia legal no Plano Piloto²⁶¹. Por isso, mesmo que em relação aos candangos, tantos os funcionários mais graduados da Novacap quanto os do GTB fossem considerados pioneiros, na novela de Raymundo Brito os primeiros eram os que ficaram conhecidos como “piotários”, já que não tinham os mesmos direitos ou privilégios que os do segundo grupo. “Assim, antes mesmo de sua inauguração, Brasília era uma cidade estratificada, onde a incorporação diferencial

258 Décadas mais tarde, esse termo apareceria no título do romance *Piotários e Pioneiros ou a Epopéia de Marcília*, de Natalino Cavalcante. CAVALCANTE, Natalino. *Piotários e Pioneiros ou a Epopéia de Marcília*. Brasília: Thesaurus, 1999.

259 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p.87.

260 HOLSTON, James. Op. Cit.

261 Idem.

era condição fundamental de sua organização social.” James Holston prossegue sua análise, apontando o resultado que gerou esse tipo de diferenciação, considerando que o GTB concedia o direito à habitação no Plano Piloto mesmo aos funcionários de classes sociais mais baixas do governo federal. O propósito disso era efetivar aquela ideia de superquadra como um local em que não haveria distinção social, com a convivência harmônica e igualitária entre as classes sociais. No entanto, ainda segundo o antropólogo,

a mistura provou-se explosiva, desencadeando conflitos de classe e de status entre os moradores. Por sua vez, esses conflitos levaram ao abandono da estrutura coletiva planejada das superquadras, a alianças entre a classe privilegiada do GTB e de seus equivalentes sociais que originalmente não estavam destinados a morar nos apartamentos do governo, e por fim à marginalização da classe mais baixa dos funcionários públicos da cidade.²⁶²

Assim, podemos interpretar que essas alianças entre as classes privilegiadas a que Holston se refere quer dizer que, ao longo do tempo, os os pioneiros se entenderam com os “piotários”, uma vez que pertenciam a estratos sociais semelhantes, resultando na perda do sentido original do termo “piotário”. Já os funcionários públicos das classes mais baixas a que ele se refere jamais perderam o status de pioneiros, como fica demonstrado, por exemplo, pelas entrevistas que integram o Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

Em meio a essas possibilidades de denominações de primazia, Carlos se considera um pioneiro. Um daqueles que acreditavam estar em uma elevada missão civilizatória, revertendo a secular condição de despovoamento daquela vastidão territorial brasileira, em uma “luta contra o semi-colonialismo” que vigorava na região. Para ele, Brasília seria uma “febre de desenvolvimento, ânsia libertária em que todas as energias nacionais se concentravam, com vista ao supremo ideal de nossa autossuficiência, dava sentido e conteúdo à realidade brasileira.” Mas não se tratava apenas de irradiar o desenvolvimento econômico. Em sua visão, a nova capital significava uma “profunda transformação cultural, na mais ampla significação da palavra, e uma radical mudança de atitude psicológica, que imprimisse novos

rumos ao nosso processo histórico”.²⁶³ Além de mais uma vez notarmos feições deterministas nesse ponto de vista do protagonista, observamos ainda um pensamento que extrapola o ideário nacional desenvolvimentista, focado em aspectos econômicos, e chega ao campo social e cultural, refletindo o que acreditavam alguns intelectuais entusiasmados com a construção de Brasília, sobretudo o crítico de arte Mário Pedrosa, “que melhor articulou a visão utópico-revolucionário-modernista sobre a nova cidade-capital”²⁶⁴, conforme salientou a historiadora Vânia Moreira. Assim, o intelectual e militante concebia a “construção de Brasília como uma intervenção artística, urbana e arquitetônica com vocação para transformar radicalmente a realidade brasileira, seguindo as pegadas do movimento modernista internacional”²⁶⁵. Para Mario Pedrosa, Brasília “trazia, implicitamente, em seu projeto, a promessa de uma ‘organização mais racional para a sociedade’ brasileira”. Totalmente consonante, portanto, à visão do protagonista de *Brasília Pioneiros e Candangos*.

Em sua defesa apaixonada de Brasília a qual se dedica ao longo de todo o livro, Carlos também lança mão de argumentos de ordem físico-geográfica de modo a provar que a escolha do sítio para a construção da nova capital não poderia ter sido mais acertada. Nesse ponto, seu discurso se assemelha a obras como a apologética *Brasil, capital Brasília*²⁶⁶, de Osvaldo Orico, ou mesmo de seções da revista *brasília*, entre diversos outros exemplos de textos organizados em tópicos como agricultura ou qualidade do solo, hidrografia ou abastecimento de água, clima, paisagem ou relevo, entre outros aspectos da geografia física do Planalto, sempre demonstrando o quão todos eles seriam favoráveis à implantação de uma cidade. Preocupação que sempre esteve presente nos planos de interiorização da capital e mereceram atenção de comissões científicas que partiram para o Brasil central desde o fim do século XIX para averiguar as condições das terras da região para receber uma cidade planejada. “As várias comissões de estudo não deixaram, porém, de indicar dificuldades para estabelecer cultivos no Planalto Central.

263 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p.18.

264 MOREIRA, Vânia. Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins. Vitória, Edufes. 1998, p. 112.

265 Idem, p. 111.

266 ORICO, Osvaldo. Brasil, capital Brasília. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1958.

Já no chamado relatório parcial da Comissão Cruls²⁶⁷, salienta Maria Fernanda Derntl.

Uma pequena ressalva em relação à qualidade do solo de Brasília, por sua excessiva acidez, é a única realizada por Carlos, protagonista de *Brasília Pioneiros e Candangos*, admitindo que “não existe no mundo uma área cem por cento própria para a fundação de uma cidade”, mas enfatizando, por outro lado, que haveria o “clima favorável, a facilidade de abastecimento de água e de acesso terrestre e aéreo, a topografia adequada, o solo propício às construções, a vizinhança de terras cultiváveis”²⁶⁸, entre outros fatores favoráveis à agricultura. Acrescenta ainda que “em redor da Cidade é que se impõe a presença de terras aproveitáveis para a lavoura, a fim de assegurar um cinturão verde de hortas e granjas para o abastecimento da população”²⁶⁹. Esse trecho demonstra um autor bem-informado sobre algumas ideias de planejamento regional relacionadas à nova capital, como a criação desse “cinturão verde” pertinente ao cultivo da terra e ao abastecimento de alimentos. Maria Fernanda Derntl mostra que esse plano já havia sido aventado pela comissão científica liderada pelo general Djalma Polli Coelho, entre 1946 e 1948, cujo relatório recomendou criar ali “três ‘coroas’ em torno núcleo urbano principal” de Brasília, e foi retomado pela comissão de marechal José Pessoa de Albuquerque, realizada entre 1954 e 1956. Esta última avançou na ideia e propôs ainda “um ‘plano de colonização dos arredores da capital’ com ‘modelares chácaras e granjas’ conduzidas por ‘bons colonos holandeses, mesclados com os nacionais’.”²⁷⁰ De certa forma, portanto, o autor da novela, ao tocar nesse assunto, oferece um contraponto a críticas correntes à época, por parte de especialistas, a exemplo dos arquitetos David Crease e Bruno Zevi, de que a nova capital não contaria com um plano regional integrado ao território desenhado por Lucio Costa²⁷¹.

267 DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 28, p. 1-32, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e30. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/167116>. Acesso em: 4 abr. 2023, p. 4.

268 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p.111.

269 Idem, p. 112.

270 DERNTL, Maria Fernanda. Op. Cit. p. 5.

271 Ibid.

Desse modo, vemos que a novela de Raymundo Brito, em comparação com as outras de que tratamos até aqui, avança em relação à diversidade temática de seus argumentos escolhidos para fazer a defesa de Brasília. Podemos destacar, nesse sentido, que ele não se atém somente a questões relacionadas à história ou ao ideário nacional desenvolvimentista ao construir o seu discurso mudancista, apelando também, por exemplo, à demonstração das vantajosas condições físicas do sítio escolhido para a construção da capital e do próprio modelo de cidade pelo qual optou o governo JK. Esses aspectos urbanos e arquitetônicos que aparecem na obra serão abordados posteriormente em capítulo específico desta dissertação, no qual poderemos ver também que apesar da benevolência do autor em relação a essas escolhas feitas para a construção da cidade, ele não poupou críticas a alguns aspectos da urbe modernista, sobretudo em relação ao fim da rua tradicional, a chamada rua corredor, e às dificuldades que o pedestre ou usuário de transporte público enfrentavam nos primeiros anos de existência de Brasília.

Tão banal como o enredo de *Pioneiros e Candangos* é o de *Brasília: Paralelo 15'*, de Angelo Raimundo, autor do qual não dispomos de mais informações além de que também escreveu o romance *Correnteza*. Tal qual *Pioneiros e Candangos*, *Brasília: Paralelo 15'* também enfatiza mais a discussão entre os personagens contrários e favoráveis a Brasília do que o desenvolvimento de uma trama consistente. A história se passa entre 1959 e 1960, quando já se discutia a sucessão de Juscelino Kubitschek. Por isso, além de ser contra ou favorável à capital, havia as posições contra ou a favor do presidente e dos principais candidatos: Jânio Quadros, Marechal Teixeira Lott e Ademar de Barros. No entanto, assim como na novela de Raymundo Britto, apesar desses contrapontos que aparecem ao longo da narrativa, Brasília é representada eminentemente de modo apologético e como um fator de transformação positiva de seus habitantes.

Esse é então o contexto do enredo singelo, no qual o protagonista Paulo é um jovem de 23 anos que deixa a cidade do Rio de Janeiro para trabalhar, de maneira entusiasmada, na construção da nova capital. “Brasília parecia-lhe como um novo Eldorado. Era para



Figura 20. Capa da novela *Brasília: paralelo 15'*, de Angelo Raimundo.

lá que ele devia ir.”²⁷² Na cidade, conhece uma jovem por quem se apaixona: Jacira, filha de um bravo, violento, conservador e ignorante comerciante da Cidade Livre. O desenrolar da trama será, portanto, a saga do candango Paulo para superar a resistência do futuro sogro e conseguir se casar com a mulher amada.

Esse enredo, reiteramos, parece apenas servir de pretexto para o debate sobre a pertinência da criação de Brasília e suas vantagens para a economia e para a sociedade brasileira. E antes mesmo de iniciar a leitura da narrativa, já podemos adivinhar para que lado esse debate vai pender ao ver que, como em quase todas as obras que já abordamos até aqui, o autor da novela não deixa de dedicá-la a Juscelino Kubitschek. Além do presidente, a apresentação do livro também homenageia outros protagonistas da fundação da cidade, como Oscar Niemeyer, “o arquiteto genial que honra a cultura de nosso tempo”, Lucio Costa, “o mestre de gênio que idealizou o Plano Piloto”, e Israel Pinheiro, “o enérgico e viril comandante da frente da batalha de Brasília”²⁷³, que, assim como JK, são, para o escritor, “Bandeirantes de Brasília”, ou homens que “construíram na rasa planície do Planalto Goiano, o maior monumento de Civilização e Cultura que ao Homem brasileiro foi dado realizar em qualquer época de sua História.”²⁷⁴ No mesmo texto de abertura, Angelo Raimundo ainda deixa expresso que considera a construção de Brasília “uma nova etapa histórica a ser vivida e lutada, criando as condições e os meios para a formação de um novo ambiente coletivo nacional, cheio de entusiasmo, energia e certeza nos destinos do Brasil.”²⁷⁵ Mas apesar de sabermos sobre o posicionamento do escritor em relação à nova capital, pouquíssimo sabemos sobre quem é ele e sob que circunstâncias o livro foi escrito, não obstante a obra ser citada por pelo menos quatro autores que já mencionamos anteriormente²⁷⁶. Ou seja, não está entre as narrativas

272 RAIMUNDO, Angelo. Brasília:Paralelo 15'. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960, p. 24.

273 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 7.

274 .Idem.

275 Idem.

276 SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: Editora da UFG, 1997; BRITO, Raymundo. Brasília: Pioneiros e candangos. Brasília: Pongetti, 1961; SPIELMANN, Ellen. Paralelas e paradoxos: São Petersburgo - Brasília, Leningrado - São Paulo. In: FREITAG, Barbara (org.). Cidade e Literatura. Revista Tempo Brasileiro n. 132, jan.-mar., 1998. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1998; e MIRANDA, Antônio. Brasília, capital da utopia: visão e revisão. Brasília: Thesaurus, 1985.

mais desconhecidas da época em que foi produzida, ao mesmo tempo que não se encontram registros sobre quem foi Angelo Raimundo, não aparecendo sequer no dicionário de escritores de Brasília, de Napoleão Valadares.²⁷⁷

Se na maior parte do tempo, a debate entre os personagens está relacionado a ser contra ou a favor de Brasília, em outros, como já mencionamos, a polarização está relacionada a ser contra ou favorável a JK, geralmente no contexto de sua sucessão na Presidência da República, tendo em vista a iminência da eleição de 1960. E em alguns casos, obviamente, essas duas situações se sobrepõem. Assim, pensando sobre esse cenário, sem querer tomar aqui a ficção como registro da realidade, parece-nos que a obra reflete bem o clima e os assuntos que tomavam conta do Brasil na época. O que nos faz recordar as indagações de Sandra Pesavento sobre a pertinência da literatura como fonte de uma pesquisa histórica: “O que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido?” O que leva a historiadora a completar que “para além das disposições legais ou de códigos de etiqueta de uma sociedade, é a literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma.”²⁷⁸ Tais apontamentos foram demasiadamente úteis para a análise dessa novela à qual passamos agora.

Em determinado momento da narrativa, Guedes, um dos personagens, que se diz contra Juscelino por ser reticente em relação à nova capital, puxa assunto em um diálogo: “— Admitindo-se, mesmo, a necessidade de Brasília, parece-me que o ritmo das obras é demasiado rápido.”²⁷⁹ Uma afirmação que nos remete a um dado interessante revelado pela já mencionada pesquisa do Ibope, trazida à baila por Vânia Moreira²⁸⁰, realizada nas cinco maiores capitais brasileiras em 1958. Segundo tal levantamento, 26,1% das pessoas consultadas defendiam essa mesma opinião do personagem Guedes de que a capital deveria ser mudada lentamente, ou de

277 VALADARES, Napoleão. Dicionário de escritores de Brasília. Brasília: A. Quicé, 1994.

278 PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 82-83.

279 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 54.

280 MOREIRA, Vânia. Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins. Vitória, Edufes. 1998, p.69.

forma gradual²⁸¹. É importante lembrar, no entanto, que essa parcela da população comungava dessa opinião embora, como destaca a historiadora, essa hipótese já estivesse descartada por JK desde o início das obras em 1957, uma vez que o próprio presidente pretendia inaugurar a cidade²⁸². E ainda de acordo com Vânia Moreira, é interessante notar que esse número deixa claro “um grau de oposição frente à forma que o governo estava encaminhando a política mudancista”.²⁸³ Isso nos leva a crer que o autor — a fim apresentar uma contraposição a argumentos favoráveis à condução de Juscelino Kubitschek da transferência da capital — pode ter captado e levado para a novela um sentimento de parcela significativa sociedade brasileira naquele momento, inclusive maior do que o contingente de quem era favorável à mudança rápida (21%). Mas o que pode ter motivado Angelo Raimundo a apresentar esse contraponto pode ter sido justamente criar uma oportunidade de contra-argumentar, por meio da fala de outros personagens, e defender a posição do governo que desejava mudar rapidamente a capital, legitimando inclusive o chamado ritmo Brasília, que já problematizamos anteriormente. Um indício dessa possível intenção do autor é a resposta do interlocutor de Guedes, o médico Odilon: “— O senhor acredita que se o Juscelino não fizesse Brasília agora, já, alguém iria continuar? Agora um prédio, depois outro, assim, aos poucos? Aquilo ia virar uma ruína. Acabaria ficando por lá tudo abandonado.”²⁸⁴ Nesse ponto, podemos concordar que não deixar que a cidade virasse uma ruína e representasse um enorme desperdício de dinheiro é um bom argumento, mas sabemos havia ainda outros motivos para que Kubitschek quisesse inaugurá-la em 21 de abril, como aponta o historiador Laurent Vidal. Em primeiro lugar, o presidente fazia questão de inaugurar sua obra, afinal, era a meta-síntese de seu plano de governo e sua principal realização. Além disso, como seu mandato terminaria em 31 de janeiro de 1961, inaugurá-la quase um ano antes disso foi uma maneira que ele encontrou para que seu sucessor não pudesse questionar a mudança,

281 Segundo a mesma pesquisa, 21% dos entrevistados responderam que a capital deveria ser mudada rapidamente; 32,5% responderam que a capital não deveria sair do Rio de Janeiro; e 20,4% responderam que não sabiam; Ver MOREIRA, Vânia. Op. Cit., p. 69.

282 MOREIRA, Vânia. Op. Cit.

283 Idem, p. 70.

284 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 54.

uma vez que a transferência dos três poderes já estaria consolidada²⁸⁵. Haveria também motivos no plano simbólico, já que a data escolhida é a mesma em que Tiradentes, herói da Inconfidência Mineira e mártir da Independência, foi enforcado e esquartejado. Sobre isso, Vidal destaca que o durante a discussão do projeto de lei que fixou a data, o deputado Manoel França Campos também buscou associá-la ao descobrimento do Brasil, ou o nascimento da “maior nação latina da terra”, embora a história tenha pacificado que a chegada dos portugueses teria ocorrido no dia 22 de abril de 1500. O historiador lembra ainda que segundo a lenda, “Roma, mãe e matriz da civilização latina” teria sido fundada em 21 de abril de 753 a.C. Desse modo, com a escolha de 21 de abril, a inauguração de Brasília se associaria também à “fundação de Roma, à descoberta do Brasil e ao símbolo da Independência brasileira, significando o nascimento de uma nação latina e independente.”²⁸⁶ Vemos, portanto, que o motivo da data fixada e a pressa em inaugurá-la logo estavam longe de apenas buscar salvar Brasília de um precoce destino de uma cidade em ruínas.

Nas discussões entre os personagens sobre a sucessão presidencial de Juscelino Kubitschek, os candidatos Jânio Quadros e Ademar de Barros são reiteradamente comparados entre si, e embora em alguns momentos algum personagem se mostre simpatizante a um deles, eles são representados negativamente de forma semelhante, até mesmo como “irmãos gêmeos”. E sempre paira sobre eles uma desconfiança e um receio de que, se eleitos, desmontariam o excepcional trabalho realizado por JK. Já Lott, o candidato governista apoiado por Juscelino, é adjetivado pelo “equilíbrio, da sua retidão, da força do seu caráter. O que fala e o que diz, traz a marca do estudo e do conhecimento verdadeiro dos nossos problemas.”²⁸⁷ Uma maneira de representar Lott que se soma a pelo menos três biografias do militar lançadas durante a corrida eleitoral de 1960, “todas compromissadas em traçar o perfil daquele que poderia governar a nação nos próximos

285 VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

286 VIDAL, Laurent. Op. Cit. p. 260.

287 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 82.



Figura 21. A revista Manchete contribuiu para a construção da imagem de homem pacífico e de militar sensível ao publicar foto de general Lott com uma flor na mão durante visita ao sítio escolhido para a construção de Brasília. Fonte: VIDESOTT, Luisa, 2009.

anos”²⁸⁸, ressalta a historiadora Karla Carloni. Uma delas, escrita por Salomão Jorge, destaca que “seus rígidos hábitos e regras refletiam o homem correto, incorruptível, regrado e avesso a desordens na vida pessoal e pública, concluindo-se daí o seu apreço pela legalidade e pela democracia e a aversão a qualquer tipo de revolução”.²⁸⁹ Isto é, enfatiza um apreço pela legalidade, uma vez que o militar ganhou destaque na vida política nacional após ter liderado o contragolpe, ou o chamado Golpe Preventivo do dia 11 de novembro de 1955, que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência, contra a resistência de militares que o identificavam com o varguismo. Isso é ainda reforçado

288 CARLONI, Karla Guilherme. Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas. Tese (doutorado em História Social) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ. 2010, p. 15.

289 Idem, p. 17.

em um diálogo entre Paulo e seu pai. Eles conversam sobre os partidos políticos brasileiros e seus candidatos, e o progenitor fala sobre uma possibilidade de se instalar uma ditadura militar no país:

Mas te garanto que nenhuma dessa gente ficará dentro de dez anos! Ou eles começam mesmo a trabalhar por este Brasil ou o Exército toma conta!

— Ditadura?

— Sei lá. Mas preferia uma ditadura do Lott a um governo de Jânio!

— Não, papai! Prefiro o Jânio presidente à melhor ditadura.

— Pontos de vista! O Jânio faria uma ditadura, mesmo fingindo-se dentro da Constituição e o Lott, ditador, faria uma Democracia! Mas o pessoal se prende muito a aparências... o real não interessa, interessa a embalagem!²⁹⁰

Interessante notar como o autor vai ao extremo na caracterização de Lott como um político ilibado, benevolente e pacífico²⁹¹, a ponto de um dos personagens preferir uma ditadura comandada por ele a um governo de Jânio Quadros, adversário político de Kubitschek. Além disso, chama atenção o vaticínio de uma ditadura militar que de fato assolaria o país menos de três anos depois da publicação do livro, não liderada por Lott, mas envolvendo alguns personagens citados, interrompendo justamente o período democrático de cinco anos de mandato presidencial iniciado com a posse de Jânio.

Fora do contexto da eleição, quando o assunto é eminentemente a pertinência da construção de Brasília e seus desdobramentos benéficos para todo o Brasil, os recorrentes argumentos mudancistas baseados no ideário nacional desenvolvimentista são acionados para convencer o interlocutor e, conseqüentemente, o leitor da novela. Nesses momentos, parece-nos ainda mais clara a intenção da publicação de doutrinar, às vezes de maneira até pouco sutil, o público a quem se destina a obra literária. Certas passagens lembram o tom didático de *Tia Margarida vai a Brasília*, e até alguns artigos da apologética revista *brasília*, com a exposição de números e

290 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 152.

291 A historiadora Karla Carloni mostra que um contraponto a essa representação de Lott surge justamente da literatura, na obra do “udenista roxo” Manuel Bandeira que compõe pelo menos dois poemas a fim de atacar o militar: *Letras para uma Marcha* e *A espada de ouro*. Para saber mais, ver CARLONI, Karla Guilherme. Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas. Tese (doutorado em História Social) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ. 2010, p. 20.

dados estatísticos. Vejamos este trecho em que, durante um diálogo, Guedes, um dos numerosos personagens secundários, pergunta: “— Mas será que nós estamos mesmo precisando de uma nova capital?”, e a resposta, baseada na importância de se resolver a desigualdade demográfica do país, mais se assemelha a uma aula de geografia ou uma palestra ministrada por um pesquisador do IBGE: “— Na faixa do litoral, onde ainda permanecemos, há séculos, a taxa é de 15 habitantes por Km². Já no interior, cai para 0,5. Como o senhor vê, há um desequilíbrio total No Norte e no Centro-Oeste, a taxa é de 0,7.”²⁹² E nesse tom se desenvolve o longo diálogo, ensinando explicar minuciosamente ao leitor que a nova capital também equilibraria desníveis econômicos entre estados, encurtaria distâncias entre eles, além de aumentar a produtividade agrícola de estados como o Mato Grosso, gerando “alimentação em abundância” para o país.

Ao longo da narrativa, diálogos como esse são pretextos para que os personagens discorram sobre as mais diversas vantagens econômicas que Brasília, como vetor do desenvolvimento, ensinaria, trazendo “mais felicidade para milhões e milhões de criaturas humanas, de patrícios nossos! Livra-os desse estágio de subdesenvolvimento”.²⁹³ A nova capital marcaria assim “a terceira etapa de nosso desenvolvimento econômico” que mudaria “o eixo econômico do país e dá um novo sentido à conquista do nosso território e das nossas riquezas.”²⁹⁴ Um dos personagens frisa ainda que Brasília seria “a nova etapa em que a Nação entrava, dispondo-se a conquistar seu próprio território e o controle de sua vida econômica, deixando para trás o triste ciclo de país fornecedor de matérias primas”.²⁹⁵ No campo da cultura, a cidade seria “a afirmação mais grandiosa que o Brasil poderia dar perante o mundo, da força da sua cultura, do gênio de seus filhos”, uma representação de sua “capacidade de criar e dar novos rumos à arquitetura de todo o mundo, e de mostrar que com audácia e virilidade, como o fez Juscelino, um povo pode libertar-se do subdesenvolvimento!”.²⁹⁶ Em síntese, o que o autor parece querer reafirmar com esse conjunto de representações de Brasília é

292 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 55.

293 Idem, p. 74.

294 Idem, p. 82.

295 Idem, p. 143.

296 Idem, p. 83.

que a capital seria a prova maior de que Juscelino e a nova capital mimetizariam a capacidade de realização brasileira. O país estaria apto a apresentar ao mundo uma nova face da nação, finalmente moderna, industrializada e desenvolvida. Como essas discussões pouco impactam o enredo principal da novela — a não ser, como veremos mais adiante, uma força determinista e transformadora que essa cidade de paradigmas modernistas teria capacidade de exercer sobre seus moradores —, não há muitas razões para que esses temas sejam trazidos à baila a não ser para realmente cooptar o leitor para o time dos entusiastas da construção de Brasília. Mas diferentemente da propaganda oficial, como já enfatizamos, a literatura o faz de modo mais sutil e quiçá mais eficiente em relação aos indecisos ou de posição ainda não inabalável, que seriam mais refratários à linguagem e à retórica de um panfleto. Estratégia semelhante de dissimulação aparece inclusive na própria novela, quando um dos personagens se indigna com um programa de humor, que estaria embutindo propaganda política a favor de Jânio Quadros.

— Ninguém tem o direito de, sem se fazer anunciar, invadir a nossa casa. Se eu quero ouvir um programa político, informo-me sobre o horário e ligo. Faço-o porque quero. O que não está direito é que sintonizando uma estação para ver e ouvir determinado programa, me seja impingido um outro, com propaganda política e propaganda que eu repudio porque sou lotista.

— Mas não houve propaganda... — murmurou admirado o Guedes.

— Parece-lhe. Houve. Através do talento desse rapaz, de seu talento de comico, e da simpatia que desperta, mandaram a mensagem política de aliciamento, propaganda pura em busca de votos. Fizeram ainda o ataque a Brasília e ao governo. Não explicou que a nossa crise é uma crise de país subdesenvolvido.²⁹⁷

Será que ao perceber esse aliciamento a que se refere o personagem, a leitura da novela de Angelo Raimundo não poderia causar reação semelhante a um leitor não simpatizante de Juscelino Kubitschek e da construção de Brasília? Para nós parece uma hipótese plausível, uma vez que, embora um pouco mais sutil, em muitos momentos, tanto alguns temas quanto o tom e a linguagem empregados sugerem algo similar à propaganda dissimulada no programa humorístico aludido na

narrativa. Considerando sua publicação em 1960, ano da eleição que escolheu o presidente que sucederia Kubitschek, essa possibilidade faz ainda mais sentido. Afinal, como aponta o poeta, bibliotecário e professor da Universidade de Brasília, Antonio Miranda, referindo-se a *Brasília: paralelo 15'*, JK, ainda no poder, “já dava saudade a seus companheiros. Não havia deixado o governo e já o queriam de volta. Os seus inimigos buscavam formas de eliminá-lo.” Assim, “valia qualquer arma para defendê-lo: até o romance.”²⁹⁸ Ou seja, Miranda parece ter a mesma opinião que a nossa de que a intenção do romance seria defender JK, seu governo e a construção da nova capital.

Outro aspecto que chama atenção na forma apologética com que Brasília é representada na novela de Angelo Raimundo é ênfase em uma convicção de que a cidade seria capaz de transformar radicalmente o comportamento e as relações sociais de seus habitantes, inclusive tornando-os pessoas melhores, mais “civilizados” e mais felizes. Em um momento da narrativa, Paulo diz que “Brasília é uma cidade cheia de força e de energia, trazendo uma nova luz e uma nova forma de vida para todas as pessoas que lá chegam e lá ficam para morar.” O protagonista acredita que “crimes, maldade, compressão, abusos” lá não mais existiriam, uma vez que a nova capital teria sido construída “para acabar justamente com isso, com esse subdesenvolvimento e todas as ideias erradas que acompanham os povos atrasados.” Ele defende ainda que em “Brasília existe um estado de espírito que acaba por destruir todas as ideias erradas, abusões, tabus, preconceitos tolos.”²⁹⁹ Pode parecer que descrever a cidade em tais termos seja um exagero que só seria possível na ficção, mas, em defesa da capital, circulavam textos de caráter semelhante, como podemos encontrar na edição da revista *brasília* de janeiro do mesmo ano em que a novela foi publicada. No artigo *A obra-prima do presidente*, Geraldo Mascarenhas defende que, estando longe dos grandes centros urbanos, “sem os angustiantes problemas de condução, num clima ideal, sem os extremos das canículas do litoral, Brasília será uma cidade de trabalhos, de preocupação sadia.” Em uma espécie de pensamento darwinista — quando defende que “a própria seleção natural que se procederá entre o funcionalismo

298 MIRANDA, Antônio. Brasília, capital da utopia: visão e revisão. Brasília: Thesaurus, 1985, p. 81.

299 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 133.

que para lá se vai deslocar” — o articulista crê até mesmo em uma inédita moralização do serviço público, que se concretizaria após a transferência da estrutura burocrática do Estado para a nova capital, quando a “jornada de oito horas que o serviço público tentou longamente por em prática, sem ter jamais conseguido êxito, será em Brasília uma realidade alcançada com a naturalidade das coisas espontâneas.”³⁰⁰ O que observamos em ambos os discursos é uma esperança, ou a confiança de que, com o advento de Brasília, seria cumprida a promessa da cidade modernista concebida como uma possibilidade de superação do caos e dos problemas urbanos que passaram a existir sobretudo após a revolução industrial.³⁰¹

Essa mesma esperança aparece em outro diálogo, dessa vez entre Paulo e Carlos. Este acredita que Brasília seria uma “entidade nova que aparece em nossa História, com o ambiente que forja, o ambiente moral e cultural, uma nova forma de comportamento social para centenas de milhares de homens” e que a capital lhes daria “uma nova orientação, modo de ver e compreender o mundo. Eu acredito em Brasília e no impacto de sua feição na mente dos homens. Criará tipos humanos.” Vemos aí mais uma vez um pensamento determinista com o qual Paulo concorda e completa que “onde era o descampado e não se ouvia a voz humana, constrói-se uma cidade, uma Capital, discutem-se livros, ideias, política e os destinos do país.”³⁰² Nesse ponto, a visão do protagonista parece ter sido inspirada na própria concepção de Lucio Costa, que registrou em seu *Relatório do Plano Piloto* ter sido a capital justamente “planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual”, e assim seria “capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.”³⁰³ Ideia corroborada por Plínio Salgado que, ao registrar sua vivência de 13 anos na cidade, escreveu em suas memórias: “Os escritores produzem [em Brasília] o dobro do que produziram no Rio ou São Paulo.”³⁰⁴

300 Revista Brasília, v. 1, n. 37, jan 1960, p. 1.

301 MOREIRA, Vânia. Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins. Vitória, Edufes. 1998.

302 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 146.

303 COSTA, Lucio. Brasília, cidade que inventei: Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: Iphan; Secretaria de Cultura do Distrito Federal, 2014, p. 29.

304 SALGADO, Plínio. 13 anos em Brasília. Brasília: Horizonte, 1973, p. 29.

A capacidade que Brasília teria de transformar moral e socialmente seus habitantes é comprovada pelos personagens da ficção e chega a mudar o rumo do enredo e do desfecho da narrativa. Isso acontece porque somente uma nova mentalidade adquirida na nova capital é capaz de convencer o “velho coronel”, Seu Antônio, a permitir o casamento de sua filha com o protagonista Paulo. Assim, o drama “é resolvido de forma magistral sob a força e o raciocínio do novo ambiente, do novo mundo que inspira e comove o velho coronel”³⁰⁵, como destaca Antonio Miranda. O antiquado personagem, descrito como rude e ignorante, percebe que a vida ganhara “um novo relevo, as suas ideias já eram outras e ele sentia que mais humanas e mais civilizadas, sem saber explicar. Parece que Brasília, era ‘mesmo um milagre’. Sentia-se um outro homem.” Seu compadre, o também simples e de pouca instrução, Mathias, confirma sua conclusão: “— Isso, compadre, é influência de Brasília. Desses palácios, dessas casas, dessa gente toda que vem parar aqui.”³⁰⁶ Fala que expressa aquela ideia de determinismo arquitetônico, que será evocado pelo menos ainda mais uma vez, em momento posterior da novela, quando um dos personagens afirma: “Aqui tudo se renova. Ao contato deste dinamismo em criar, trabalhar, progredir. Vem da beleza do Plano Piloto, da beleza estupenda das criações de Niemeyer, do espírito viril, franco e intrépido do Juscelino!”. Ele ainda completa que na capital “tudo é novo e forte, feito para o futuro. Aqui, nasce de novo a nacionalidade!”³⁰⁷ Trecho que nos remete ao apontamento do historiador Luiz Sérgio Duarte da Silva de que “nos países da periferia capitalista a representação modernidade vem sempre marcada por uma visão do futuro, ao mesmo tempo sombriamente ameaçadora e esperançosamente cintilante.” Ele destaca ainda que essa “modernidade é vista como uma onda de futuro que libertará os homens da doença, fome e morte prematura”, ou seja, exatamente como a veem os personagens de *Brasília: paralelo 15*.

A novela termina com o noivado de Paulo e Jacira, que finalmente podem ficar juntos após a transformação da mentalidade de Seu Antônio causada pelo ambiente de Brasília. Nesse momento, há um brinde entre os convidados da festa, mas o que é celebrado

305 MIRANDA, Antônio. Op. Cit. p. 82.

306 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 180.

307 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 222.

não é o amor do casal, mas Juscelino Kubitschek, considerado por eles o responsável pela união:

— E viva o Juscelino e viva JK! Sem ele não havia Brasília nem este casamento! Viva! Vivaram todos, com entusiasmo, saudando o Presidente. E JK, àquela hora, em qualquer parte do Brasil onde estivesse a dirigir e a governar, deve ter sorrido inconscientemente, recebendo aquela mensagem entusiástica e cheia de admiração, de patrícios seus, que muitas as deve ter recebido iguais, no silêncio da noite e em todas as horas do dia:
— Está sorrindo, presidente?
— Sim...³⁰⁸

Como foi celebrado ao longo de toda a novela, JK não poderia ficar de fora do momento culminante da narrativa: um final feliz, tal qual o desfecho que Brasília enfim representaria para o país, que por tanto tempo vivera sob as mazelas do subdesenvolvimento e então poderia encontrar sua redenção. É preciso destacar ainda que a data do casamento escolhida pelos noivos é 22 de abril de 1960, um dia depois da inauguração da capital. Uma data que, como vimos, não foi escolhida ao acaso. E se Brasília — como já destacamos aqui, era vista pela corrente de pensamento à qual é filiada a narrativa de que estamos tratando — como um novo descobrimento do Brasil, nada melhor do que essa data para marcar o começo de uma união amorosa, de modo tão romântico como a própria história e concepção da capital são representadas na novela.

O que podemos depreender ao analisar em conjunto essas duas narrativas de maior fôlego, *Pioneiros e candangos* e *Brasília: paralelo 15'*, é que à medida que se aproximou a inauguração da cidade ou no período imediatamente após o 21 de abril de 1960, apesar de as pesquisas de opinião mostrarem uma progressiva adesão ao projeto mudancista³⁰⁹, ainda havia no ar um clima de polarização em relação à construção da nova capital. “— Isso mesmo. Hoje, Brasília, é um marco divisor. Ou se é a favor ou contra. Não existe meio termo.”³¹⁰

Com a aproximação do fim do governo de Juscelino Kubitschek, talvez pelo receio da ascensão ao poder de um candidato favorável

308 Idem, p. 228.

309 MOREIRA, Vânia. Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins. Vitória, Edufes. 1998.

310 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 55.

ao retorno da capital ao Rio de Janeiro, também se intensificam e se diversificam, na literatura, os argumentos favoráveis a Brasília. Além daquelas costumeiras premissas desenvolvimentistas de ordem econômica, nas duas novelas que acabamos de abordar, ganham maior espaço as transformações sociais e comportamentais que a nova capital seria capaz de desencadear. Mas enquanto *Pioneiros e candangos* parece as representar de modo mais coletivo, tal como as próprias premissas da arquitetura e do urbanismo modernista, *Brasília: paralelo 15'* enfatiza o âmbito da transformação individual, como se a cidade pudesse causar uma espécie de metamorfose em alguns personagens. Vemos, assim, a literatura como uma possibilidade de fabulação do ideário nacional desenvolvimentista, com feições deterministas, buscando exercer um papel por vezes didático, ora de forma dissimulada ora escancarada, e uma tentativa de convencimento do leitor em relação às vantagens de se levar às últimas consequências a meta síntese do plano de governo de JK, isto é, consolidar a construção de Brasília e concluir o processo de transferência da capital.



O olhar do viajante estrangeiro

Era uma noite de clima seco naquele agosto de 1958, na poeirenta Cidade Livre, habitada por milhares de pessoas que ali haviam chegado para a construção da nova capital do Brasil. O cinema local, de propriedade da polonesa Condessa Tarnowska, exibia o filme *E Deus criou a mulher*, estrelado pela grande estrela francesa Brigitte Bardot. O público, majoritariamente masculino, assistia ao filme em silêncio, “pensando sabe-se lá em quê”¹. A atenção de todos estava voltada para a grande tela, quando Brigitte Bardot abriu um botão de sua roupa. De repente, acenderam-se as luzes e um homem interrompeu a exibição. O motivo era que havia chegado o momento de uma cena de nudez.

O homem da projeção, que já vira a cena, é claro, disse: “Por favor, todas as senhoras e senhoritas queiram sair e esperar do lado de fora”. E elas saíram, sem demora, e ficaram do lado de fora na rua poeirenta, uma pequena multidão. As luzes foram apagadas e os homens assistiram à cena de amor que se seguiu. Mais uma vez interrompeu-se o filme, as luzes foram acesas, e as mulheres foram convidadas a entrar para ver o resto do espetáculo “para público misto”.²

Essa cena, presente no relato de viagem da escritora e poeta americana Elizabeth Bishop, revela não apenas o machismo que imperava em Brasília, ainda em construção naquele momento — um ambiente em que a presença feminina ainda era escassa —, como também alguns detalhes da agenda cultural que havia na Cidade Livre, que servia de acampamento para os trabalhadores da nova capital. Registra, ainda, o cotidiano e a vida de pessoas anônimas, que dificilmente aparecem nos textos historiográficos mais tradicionais acerca desse período específico da história de Brasília. À vista disso, neste segundo capítulo, concentraremos nossa atenção no que os textos desse gênero literário — a literatura de viagem — têm a colaborar com nosso estudo sobre a nova capital que se construía no Planalto Central, por meio das representações e das imagens que eles acrescentam à construção do imaginário da cidade.

1 BISHOP, Elizabeth. Uma nova capital, Aldous Huxley e alguns índios [1958]. In: FERREIRA, Armando Olivetti. Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. 2008. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, São Paulo, 2008, p. 366.

2 Idem.

Sabemos que, como parte do amplo esforço de legitimação e de enfrentamento às críticas e à oposição à construção de Brasília, do qual tratamos no capítulo anterior, o governo JK promoveu intensa divulgação nacional e internacional da cidade, buscando ressaltar os paradigmas modernos de seu plano urbanístico e a originalidade de seus edifícios modernistas. Como já mencionamos, a historiadora Georgete Medleg³ aponta que essa força-tarefa propagandística foi realizada em quatro movimentos principais, com o intuito de mobilizar a opinião pública a favor da construção de Brasília. Um deles foi “atrair para o local o maior número de visitantes possível, de preferência figuras ilustres, tanto do país como do estrangeiro.”⁴ Como desdobramento dessa estratégia, jornalistas, artistas, escritores, diplomatas, políticos e intelectuais do Brasil e de diversas partes do mundo estiveram em Brasília a fim de reportar suas impressões sobre a nova capital. Houve também quem visitou a cidade por iniciativa própria, entre eles alguns literatos, atraídos pela curiosidade em testemunhar um empreendimento de tal envergadura, tantas vezes referido como “epopeia” ou “obra ciclópica”. Tais visitas legaram a Brasília relatos que ganharam relevância documental para estudos sobre esse período da cidade ainda em construção, mas já naquele tempo dotada de dinâmica urbana particular e vivenciada como habitat de milhares de pessoas que chegavam de todas as regiões do país.

Desse modo, neste capítulo⁵, nos deteremos nas narrativas literárias de quatro escritores estrangeiros — John Dos Passos, Elizabeth Bishop, Simone de Beauvoir e Bioy Casares — que, na condição de viajantes, passaram por Brasília entre 1958 e 1960. Optamos por analisar a obra de viajantes não brasileiros para verificar

3 RODRIGUES, Georgete Medleg. Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília. 1990, 257 f., il. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 1990.

4 Idem, p. 38.

5 Este capítulo contém trechos de MONTEIRO, Chico; DERNTL, Maria Fernanda. Literatura de viagem: o olhar estrangeiro e as representações de Brasília em construção. In: Paula André. (Org.). Antologia de Ensaios. Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, patrimônio, artes. VIII ? Seminário de investigação, ensino e difusão. 1 ed. Lisboa: ISCTE, 2022, v. VIII, p. 61-73; e da comunicação MONTEIRO, Chico; DERNTL, Maria Fernanda. Palácio da Alvorada: apontamentos literários e sua contribuição para a historiografia do edifício. In: 9º Docomomo Norte e Nordeste, 2022, São Luís. Anais do 9º Docomomo Norte e Nordeste, 2022, 2022.

de que maneira as narrativas desses observadores, que supostamente manteriam um maior distanciamento da polarização política em torno da mudança da capital para Brasília, incorporariam os discursos em circulação e se poderiam atribuir novos sentidos a eles. Chegamos a esses quatro autores porque eles escreveram narrativas de maior fôlego e por terem passado pela capital em períodos concomitantes, o que nos permite uma análise comparada.

Assim, poderemos ver também de que maneira a literatura de viagem se distingue dos textos literários que abordamos no capítulo anterior que, como vimos, ecoaram os discursos dos protagonistas políticos da fundação da cidade. Assim, podemos nos perguntar: além do estilo e das intenções, de que forma as abordagens e as escolhas temáticas diferem entre si ou agregam novas camadas à construção literária que os textos de que já tratamos buscaram empreender? Nas análises, estaremos cientes das particularidades sob as quais esses textos foram escritos e das características peculiares do gênero, a fim de compreender de que modo esse conjunto de narrativas produzidas sob um olhar distinto das que analisamos no primeiro capítulo pode contribuir para o estudo de Brasília, de sua história e de seu espaço urbano.

Praticada desde a antiguidade, tendo um de seus pontos altos o Renascimento e a conquista do continente americano, a literatura de viagem tem sido, ao longo de séculos, uma fecunda fonte para a escrita da história. No Brasil, os registros legados pelos viajantes europeus no século XIX ocupam espaço privilegiado em nossa historiografia, especialmente nas pesquisas que se lançaram ao estudo da cidade oitocentista e dos costumes de seus habitantes. Esse gênero literário colaborou, inclusive, com o estudo da ocupação da região escolhida para receber a nova capital no Planalto Central realizado pelo economista e historiador Paulo Bertran, que publicou *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*⁶.

Como veremos a seguir, a literatura de viagem também se faz presente — embora bem menos explorada como fonte histórica — na transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília. Isso porque

6 BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000 [1994].

tal evento histórico exerceu um fascínio e atraiu viajantes de diversas partes do Brasil e do mundo que, independentemente do motivo que os levou a passar pela cidade, registraram suas impressões sobre o que testemunharam. Como mencionamos, parte deles foi convidada pelo próprio governo brasileiro para visitar a capital, a partir de uma estratégia mais ampla de propaganda e legitimação da cidade, enquanto outros foram atraídos pela própria curiosidade ou vontade de presenciar aquele fato histórico inédito. Tratava-se, enfim, da construção, em enorme escala e curto espaço de tempo, da grande capital concebida sob os preceitos da arquitetura e do urbanismo modernistas, consagrados pelos CIAM (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna), especialmente pela Carta de Atenas, resultante do IV CIAM, de 1933.

Antes de partirmos para a análise desses textos literários, são pertinentes algumas considerações sobre suas características que devem ser levadas em conta para a interpretação das representações que emergem dessas narrativas. Embora os literatos estrangeiros que passaram por Brasília tenham se expressado em distintos gêneros — memórias, diário e relato de viagem — acreditamos que essa produção, tal como ressalta o historiador Amilcar Torrão Filho, integra um gênero mais amplo, definido como literatura de viagem, que conta com estilo, retórica e poética próprias, além de obedecer a determinadas convenções e expectativas⁷. Ele alerta para as especificidades desses textos e suas implicações para as pesquisas historiográficas que os tomam como fontes. Ao analisar a literatura de viagem dos séculos XVIII e XIX, Torrão Filho observa que uma das características usualmente percebidas em relatos dessa natureza é a técnica da bricolagem descritiva, ou seja, a junção ou sobreposição de diversos discursos, entre eles, os de outros viajantes que já se ocuparam dos mesmos temas; e a pretensão de veracidade, que é presumida pelo fato de o autor ser uma testemunha dos acontecimentos. Essa característica é concomitante à desconfiança comum de que o viajante seria um mentiroso, o que revela um limite tênue entre mentira e verdade, realidade e ficção⁸. Ainda conforme Torrão Filho, além do questionamento à objetividade dessas narrativas, outra característica

7 TORRÃO FILHO, Amilcar. A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845). Curitiba: Editora Appris, 2019.

8 Idem.

que deve ser considerada é o olhar estrangeiro dos narradores, tanto em relação a seus referenciais — ou seja, possíveis comparações com seus locais de origem ou mesmo a reelaboração desses lugares — quanto em relação à transitoriedade dessas observações. Essa última questão pode implicar, inclusive, impressões sobre situações esporádicas e, por isso, “esses dados seriam não só insuficientes como problemáticos para se conhecer a sociedade”⁹. Embora estejamos tratando já do século XX, julgamos que tais alertas também são pertinentes para análise dos textos ora selecionados.

Conscientes disso, também precisamos estar atentos para não nos deixar seduzir pelo fascínio que a narrativa dos viajantes pode produzir sobre nós. Conforme o historiador Contatori Romano, podemos encontrar nesses textos “um viés poético que os tornam capazes de provocar o deslumbramento no leitor, não tanto pela novidade das referências imediatas, ou da fabulação construída a partir delas, mas pela força lírica que o olhar sensível e inteligente transmite.”¹⁰

Além disso, segundo Enric Bou, ao lidar com a literatura de viagem como fonte de pesquisa historiográfica, uma das questões mais importantes a ser levantada está relacionada à essência do gênero: o que motiva a viagem? Assim, é fundamental saber as “razões íntimas que conduzem o viajante a se afastar de seu mundo; as particularidades temáticas que imprimem força no início (a justificativa do motivo da viagem) e no seu encerramento (a valoração do que se aprendeu)”¹¹. É dessa forma, portanto, que pretendemos analisar os relatos de viagem que apresentaremos a seguir como fontes historiográficas de nossa pesquisa.

9 Idem, p. 82.

10 ROMANO, Luís Antônio Contatori – Viagens e viajantes: uma literatura de viagens contemporânea. Revista Estação Literária. Londrina, V. 10B, p. 33-48, jan. 2013, p. 43.

11 BOU, Enric. Literatura de viagem. In: COSER, Stelamaris (Org.). Viagens, deslocamentos, espaços (conceitos críticos). Vitória: EDUFES, 2016, p. 196.

O olhar de Elizabeth Bishop

Entre os quatro literatos cujas narrativas analisaremos neste capítulo, são distintos os motivos que os levaram a Brasília em seus primeiros anos de surgimento. Elizabeth Bishop, por exemplo, já morava no Brasil havia seis anos quando viajou a Brasília, em 1958, convidada a acompanhar a visita do já então consagrado e internacionalmente conhecido escritor britânico Aldous Huxley, que por sua vez fora convidado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil¹². Entre outras pessoas, formou-se um grupo também integrado pelo escritor brasileiro Antônio Callado, escalado pelo jornal *Correio da Manhã* para cobrir a viagem, que incluiu ainda uma visita ao Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso. Conhecer os povos originários da região fazia parte do roteiro preparado pelo Itamaraty para Huxley, e, por isso, essa parte da viagem também é evocada no título do texto em que a escritora relata sua passagem pela capital: *Uma nova capital, Aldous Huxley e alguns índios*¹³. Sua intenção era publicá-lo na revista *New Yorker*, mas o resultado final foi recusado pelo periódico americano. A autora não questionou a decisão dos editores e atribuiu a recusa a uma suposta pouca aderência ao perfil editorial da revista e ao comportamento de Aldous Huxley, que, segundo ela, não teria dito nada de interessante durante a viagem¹⁴. O texto, que em alguns momentos se aproxima de um ensaio, permaneceu inédito até 2006, quando foi publicado na prestigiada revista literária americana *Yale Review*¹⁵. Podemos considerar que esse caráter ensaístico do texto é resultado do método que a autora adotou para escrevê-lo, reunindo

12 FERREIRA, Armando Olivetti. Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. 2009. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

13 BISHOP, Elizabeth. Uma nova capital, Aldous Huxley e alguns índios [1958]. In: FERREIRA, Armando Olivetti. Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. 2009. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

14 FERREIRA, Armando Olivetti. Op. Cit.

15 Idem

“citações literárias, conhecimento adquirido em sua longa — mais de seis anos — vivência no país, transcrição de comentários alheios — de estrangeiros e brasileiros, incluindo indígenas — e observações pessoais”¹⁶. A versão consultada para esta pesquisa é a tradução de Armando Olivetti Ferreira¹⁷, que apresenta o texto na íntegra em sua tese de doutorado, realizado no campo dos estudos literários, a respeito da produção da escritora sobre o Brasil. Elizabeth Bishop também escreveu sobre Brasília no livro *Brazil*, editado pela revista americana *Life*, em 1962. No entanto, não analisaremos aqui esse texto, pois além de estar fora do recorte temporal de nossa pesquisa, foi bastante modificado pelos editores que, segundo a própria autora, teriam-no descaracterizado substancialmente, o que o levou a ser uma produção “renegada” por Bishop.¹⁸

Chama atenção a maneira como — em suas descrições, observações e análises a respeito da arquitetura moderna que vê em Brasília — Elizabeth Bishop demonstra certo conhecimento especializado sobre o assunto e expõe com clareza e perspicácia suas ideias e pontos de vista. Além de seu interesse próprio pelo tema, podemos considerar que sua convivência íntima com arquitetos contribuiu para enriquecer seus conhecimentos sobre a arquitetura brasileira. Entre eles, o arquiteto carioca Carlos Leão¹⁹, que foi amigo e sócio de Lucio Costa; sua cônjuge, Lota Macedo, radicada no Rio de Janeiro, que também exerceu forte influência sobre sua visão do Brasil, sobretudo nos aspectos políticos e sociais²⁰; e sua experiência no trabalho que realizou em conjunto com o arquiteto Henrique Mindlin, em 1956, quando ficou a cargo da tradução para o inglês tanto dos textos introdutórios quanto dos comentários técnicos de *Modern Architecture in Brazil*²¹, livro que se tornaria uma obra canônica da historiografia da arquitetura moderna brasileira.

Mas não foi apenas a convivência com arquitetos e seu grande interesse pela arquitetura que mediou o olhar de Bishop e sua percepção de Brasília. Tal qual aponta Amilcar Torrão Filho sobre o impacto de

16 FERREIRA, Armando Olivetti. Op. Cit., p. 27.

17 Idem.

18 FERREIRA, Armando Olivetti. Op. Cit.

19 Idem.

20 PRZYBYCIEN, Regina. Feijão-Preto e diamantes: o Brasil na obra de Elizabeth Bishop. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

21 FERREIRA, Armando Olivetti. Op. cit.

outros relatos de viagem na escrita desse gênero literário²², para a professora e pesquisadora do campo dos estudos literários Regina Przybycien, as leituras de obras de outros viajantes afetaram o modo como Bishop observou e narrou Brasília. Segundo ela, inicialmente a percepção da poeta era semelhante ao de viajantes naturalistas e etnógrafos, como Darwin, Wallace, Bruce, que já haviam escrito sobre o Brasil: “a literatura de viagem desses cientistas mediará a sua percepção do Brasil antes que a experiência vivida e a leitura de outros textos a modificassem.”²³

No entanto, não se deve tomar esses posicionamentos prévios dos autores como fatores estanques que determinarão sempre um mesmo modo de perceber algo que eles testemunharam ou de relatar algum fato relacionado às suas viagens e aos territórios visitados. Guilherme Olivetti Ferreira destaca, por exemplo, que “Lota [Macedo] e seu círculo de amigos, como também Bishop, eram totalmente contrários à construção de Brasília, ou mesmo à interiorização do desenvolvimento do país ao modo como estava sendo empreendida por Juscelino Kubitschek”; no entanto, a partir da vivência que experimentou na nova capital a poeta procurou, segundo Regina Przybycien, “embasar seus comentários apenas no que vai percebendo”²⁴. Isso teria sido mesmo possível?

Przybycien destaca ser “inegável que Bishop viu o Brasil, como de resto toda a América Latina, com o olhar de superioridade de quem pertence a uma cultura dominante”²⁵, como podemos observar, de maneira evidente, em alguns momentos de *Uma nova capital, Aldous Huxley e alguns índios*. É o caso do trecho em que ela comenta que a “nobreza brasileira criada pelos dois imperadores era ferozmente nacionalista e orgulhosa de seu país semicivilizado, e sempre escolheu para seus títulos topônimos indígenas, tais como Itaboraí, Tamandaré ou Itamarati.”²⁶ Ou seja, não apenas atribui ao Brasil do

22 TORRÃO FILHO, Amilcar. Op. Cit.

23 PRZYBYCIEN, Regina. Op. Cit., p. 31.

24 FERREIRA, Armando Olivetti. Op. cit., p. 130.

25 PRZYBYCIEN, Regina. Op. Cit., p. 13.

26 BISHOP, Elizabeth. Uma nova capital, Aldous Huxley e alguns índios [1958]. In: FERREIRA, Armando Olivetti. Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, 2008, p. 348.

século XIX a condição de semicivilizado, como ainda parece querer relacionar os topônimos indígenas a essa suposta inferioridade da nação brasileira oitocentista. Ela ressalta ainda que foi naquele século que começaram as discussões sobre a mudança da capital, a partir de 1820, culminando na constitucionalização da ideia, em 1891. Bishop cita dois principais motivos responsáveis por dar maior robustez ao projeto: a vulnerabilidade a ataques marinhos de uma capital situada no litoral, como era Rio de Janeiro; e a aquela sempre mencionada oportunidade de povoamento das vastas áreas de baixíssima densidade demográfica que havia então no sertão da região central do Brasil²⁷. Nas palavras de Bishop, “a primeira razão desapareceu, é claro, com o surgimento dos aviões, mas a segunda ainda é o principal argumento do grupo favorável a Brasília.”²⁸ Interessante notar que, ao contrário do que vimos nos textos literários abordados até aqui, a autora parece não se posicionar contra ou a favor da nova capital, com o olhar de quem observa a distância o “grupo favorável a Brasília”²⁹.

A escritora novamente parece ter a intenção de demonstrar um certo distanciamento da discussão, se é que isso seria possível, ao registrar que, “dizem os favoráveis a Brasília”, a administração da nova capital seria “muito mais eficiente e imparcial longe das pressões das cidades rivais, Rio e São Paulo”³⁰. Ainda segundo os argumentos dos apologistas que ela transcreve em seu texto, uma capital no Planalto Central representaria uma condição mais favorável à presença dos parlamentares em seus estados natais, pois não seriam “seduzidos pelas atrações do Rio”.³¹ Ela não cita as fontes que lhe permitiram acesso a esse tipo de argumentação, mas, como vimos no capítulo anterior, essas ideias tinham ampla circulação. É o caso do artigo *A obra-prima do presidente*, publicado por Geraldo Mascarenhas na revista *brasília*³². Nele, além de defender Brasília como vetor de mudança social, o autor demonstra a confiança de que a capital afetaria o comportamento dos políticos que no futuro próximo nela habitariam e, da mesma forma, conferiria mais disciplina aos funcionários públicos, que cumpririam

27 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit.

28 Idem, p. 349.

29 Idem.

30 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 349.

31 Idem.

32 Ver, como exemplo, MASCARENHAS, Geraldo. A obra-prima do presidente. In: Revista *brasília*, v. 1, n. 37, jan. 1960, p. 1.

integralmente suas jornadas de trabalho. Embora Bishop não evidencie ter lido tal texto, é bem possível que ideias semelhantes estivessem em circulação naquele período.

Um pouco mais adiante em sua explanação, Bishop parece já estar mais à vontade para expressar sua opinião. Há um ponto em que se posiciona de modo favorável à transferência da capital, quando argumenta estar o Rio de Janeiro “superpovoado, sofrendo com a escassez de água, e seus cortiços estão se multiplicando, à medida que mais e mais migrantes miseráveis chegam das áreas mais pobres”³³ do país. Essa representação de cortiços e favelas como um grande problema do Rio de Janeiro — por serem locais de habitações precárias e populações de baixa renda — aparece de modo similar na apologética *A nova capital: por que, para onde e como mudar a capital federal*³⁴, de Peixoto da Silveira. O autor considera que “a angustiosa carência de habitação” seria um dos problemas mais “clamorosos” do Rio de Janeiro. Ele sugere que a solução não seria a melhoria dessas áreas de moradias, mas direcionar sua população para o sertão do interior do país. Diante do problema, o melhor seria “uma política que vise interiorizar a nossa incipiente civilização de caranguejos do litoral”. Nota-se novamente a evocação do problema do caranguejismo, cujo corretivo seria a “interiorização da Capital da República, criando de forma equânime, condições necessárias à fecundação e ao florescimento de ricas áreas até hoje inexploradas”³⁵. Essa operação, prossegue Peixoto da Silveira, forçaria “melhor distribuição demográfica, descongestionando o litoral e acabando com as favelas”.³⁶ Isto é, Bishop e Silveira partilham de opiniões semelhantes de que transferir a capital para o interior do país seria a solução para o déficit e para a precariedade habitacional do Rio de Janeiro, uma vez que resolveria a intensa migração de cidadãos de classes baixas para a cidade, cessando, assim, o que ela chama de “superpovoamento”. Bishop arremata dizendo que “muitos deles, dizem, serão atraídos por Brasília; e é verdade que

33 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 349.

34 SILVEIRA, Peixoto da. *A nova capital: Por que, para onde e como mudar a capital federal*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1959.

35 Idem, p. 188.

36 SILVEIRA, Peixoto da. Op. Cit. p. 189.

alguns milhares já foram para lá".³⁷ Entretanto, logo em seguida, no que nos parece mais uma vez uma tentativa de se opor à mudança da capital para se mostrar isenta, Bishop questiona a pertinência da construção com argumentos bastante usados por grupos contrários à transferência: "por que construir uma nova capital, perguntam eles, quando já têm uma das capitais mais belas do mundo, completa, com todos os edifícios governamentais — mesmo que ela precise de uma restauração total neste momento?".³⁸

Também nesse contexto de questionar a pertinência ou o modo como se realizava a transferência da capital para o interior do país, Elizabeth Bishop aborda, ainda em 1958, uma questão relacionada à suposta falta de planejamento para a mudança:

Uma vez que a gasolina é o maior item de importação do Brasil, responsável por 24% dos gastos do país em dólares, essa tentativa de construir uma cidade antes de construir uma ferrovia até lá é uma das críticas mais sérias que se fazem à nova capital do presidente Juscelino Kubitschek.³⁹

Esse ponto da crítica a que Bishop parece aludir seria, segundo Maria Fernanda Derntl, um dos mais recorrentes tópicos nas discussões sobre Brasília a partir da década de 1960: a falta de planejamento regional ou "a ausência de planos ou estudos prévios para integrar aquele núcleo original ao contexto em que se inseriu".⁴⁰ No entanto, Derntl questiona essa ideia de ausência completa de planos com esse objetivo e mostra iniciativas realizadas para articular a cidade à sua região, inclusive pensando em sua expansão. "Essa preocupação evidenciou-se em determinações para controlar a ocupação urbana e em planos para dispor de uma infraestrutura de serviços e equipamentos no território".⁴¹ E também podemos pensar que, ao mencionar o problema e relacioná-lo à falta de estradas de ferro para integrar a

37 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 349.

38 Idem, p. 350.

39 Idem, p. 349.

40 DERNTL, Maria Fernanda. O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 26, 2019, p. 27. DOI: 10.22296/2317-1529.2019v21n1p26. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5918>. Acesso em: 27 abr. 2023.

41 Idem.

região, Bishop mais uma vez demonstra analisar a questão com o que Regina Przybycien chamou de “olhar de superioridade”, levando em conta a realidade do seu país, os Estados Unidos, e ignorando a relevância do rodoviarismo no projeto de integração nacional presente no Plano de Metas de JK, em que Brasília e a construção de rodovias, como a Belém-Brasília, são grandes protagonistas.

Posteriormente, Bishop volta a essa questão, ainda que brevemente, e expressa opinião distinta a respeito do que havia escrito sobre uma suposta falta de planejamento, ao mencionar o concurso público de 1956 que escolheu o plano urbanístico de Lucio Costa para a construção de uma cidade de 500 mil habitantes. Ela registra que, no certame, “dúzias de planos foram apresentados, alguns muito bem elaborados e detalhados, focalizando até os subúrbios e os cinturões agrícolas”.⁴² Com efeito, como mostra Maria Fernanda Derntl, “quase metade deles evidenciava ênfase no planejamento regional do DF e previa modos de expansão urbana e de planejamento agrícola para o abastecimento da capital”.⁴³ No entanto, a poetisa enfatiza que a proposta vencedora apresentada por Lucio Costa — “amigo e incentivador de Niemeyer”, a quem primeiro JK havia proposto a elaboração do plano urbanístico da cidade e de quem partiu a sugestão ao presidente para a realização do concurso⁴⁴ — era pouco detalhada. Ela se refere com certo menosprezo ao material enviado pelo urbanista ao júri: “apenas cinco ou seis esboços que pareciam ter sido desenhados às pressas, em pequenas folhas de papel barato”.⁴⁵

Não obstante, ela elogia a opção pela linguagem modernista para a nova capital, atribuindo-o ao bom gosto de JK: “entre todos os chefes de governo, Kubitschek deve ser, sem dúvida, o de gosto mais sofisticado em arquitetura”.⁴⁶ Relata ainda que, entre todas as opiniões que ouvira no Brasil a respeito da escolha estilística para Brasília, as únicas objeções teriam partido do exército, que não aceitaria que “um edifício arejado, transparente ou flutuante possa representar sua visão das coisas” e, por isso, ela conclui com ironia, que “é possível

42 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 352.

43 DERNTL, Maria Fernanda. Op. Cit., p. 30.

44 NIEMEYER, Oscar. Minha experiência em Brasília. Rio de Janeiro: Revan, 2006 [1961].

45 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 352.

46 Idem, p. 354.

que, em segredo, todos os generais sonhem com ameias e pontes levadiças".⁴⁷ O tom de deboche para se referir ao gosto conservador dos militares nos remete à passagem de um dos livros de memórias de Oscar Niemeyer em que ele registra uma conversa que teria tido com o Marechal Lott durante a primeira viagem deles e de JK ao sítio da nova capital. Niemeyer escreve que o ministro da Guerra teria lhe perguntado "Os prédios do exército serão modernos ou clássicos?" E eu [Niemeyer] a responder: 'Numa guerra, o senhor prefere armas modernas ou clássicas?' Ele sorriu com simpatia".⁴⁸

Elizabeth Bishop também se detém na paisagem que observa na nova capital. Mas, ao contrário do que era usual na tradição dos relatos dos viajantes estrangeiros no Brasil, entre os séculos XVII e XX, que se estarreciam com o exuberante patrimônio natural brasileiro, mostrando-se deslumbrados com todos os aspectos da natureza, Bishop se mostra entediada com a paisagem natural do Planalto Central. Ela a descreve como vazia e estéril e se decepciona ainda mais ao comparar o Cerrado com os outros lugares do Brasil que conhecera anteriormente. A escritora registra que "não estava preparada para tanta melancolia e desolação" e completa anotando que "não existem montanhas, nem ao menos morros de verdade, nem rios, ao menos visíveis (...), nenhuma árvore de nenhum tamanho, nenhuma sensação de altura, nem de grandeza".⁴⁹ Interessante observar como essa percepção contrasta com todas as representações da paisagem, da vegetação, da hidrografia e do relevo de Brasília que vimos nas obras literárias do capítulo anterior, nas quais esses aspectos geográficos são sempre exaltados e descritos quase como um éden cerratense. Por outro lado, tais apreciações aproximam-se da visão de viajantes europeus, como Auguste de Saint Hilaire, ao percorrer o Planalto Central e registrar suas impressões sobre o cerrado nas primeiras décadas do século XIX.

Por outro lado, há dois elementos da paisagem, em Brasília, que são elogiados por ela: "céu e espaço", este último interpretado por nós como espaços vazios. Por isso, ao tentar vislumbrar um futuro não muito distante da nova capital, a poetisa lamenta: "quando

47 Idem.

48 NIEMEYER, Oscar. Minha arquitetura. Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 35.

49 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 351.

alguém imagina esses planaltos sem fim cobertos por edifícios governamentais brancos e modernos, monumentos, arranha-céus, lojas e prédios de apartamentos, como deverão ficar, a única beleza natural restante é o céu.”⁵⁰ Ainda que ela pareça mal informada ao prever uma cidade repleta de arranha-céus, é impossível não pensar como a escritora antecipa, nesse comentário, com o seu receio de uma cidade apinhada de edifícios, o apreço por dois elementos que se tornariam recorrentes num certo imaginário acerca do Plano Piloto: o céu e a baixa densidade urbana.

O céu talvez tenha se tornado um dos atributos simbólicos mais celebrados da capital, aparecendo em versos de numerosos poemas e canções sobre a cidade ao longo das décadas seguintes. Tamanha é a veneração que já houve até quem propusesse o tombamento do céu de Brasília. É o caso da proposta seriamente apresentada pelo arquiteto e servidor do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Carlos Fernando de Moura Delphim, que previa a definição de “regras de cores, gabaritos, alturas e volumes de construções para não impedirem a vista”⁵¹ da imensidão azul que tanto enche de alegria os brasilienses, sobretudo os “planopilotenses”.

Quanto às baixas densidades — como mostra a arquiteta e pesquisadora Sylvia Ficher —, elas foram resultado de escolhas já previstas no desenho do plano urbanístico de Lucio Costa, isto é, uma cidade-parque, “organizada em grandes quarteirões que não obedecem ao regime tradicional de parcelamento em lotes, na qual áreas não edificadas predominam sobre áreas edificadas, reforçando a ocupação rala do solo.”⁵² Ou seja, uma característica da cidade modernista concebida na prancheta do urbanista que agradou tanto Elizabeth Bishop naquele momento de sua passagem pela cidade que, posteriormente, também seria cara a um certo grupo de moradores

50 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 351.

51 PROPOSTA de 'tombamento' do céu de Brasília ganha força e adeptos na cidade. Correio Braziliense, Brasília, 23 de abril de 2014. Disponível em: [correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/04/23/interna_cidadesdf.424235/proposta-de-tombamento-do-ceu-de-brasilia-ganha-forca-e-adeptos-na-cidade.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/04/23/interna_cidadesdf.424235/proposta-de-tombamento-do-ceu-de-brasilia-ganha-forca-e-adeptos-na-cidade.shtml). Acesso em: 27 de abril de 2023.

52 FICHER, Sylvia. Das imprevidentes baixas densidades à imprudente verticalização. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 278–298, 2019, p. 282. DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652094. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/jo/index.php/urbana/article/view/8652094>. Acesso em: 28 abr. 2023.

do Plano Piloto de áreas nobres adjacentes que surgiram com a expansão da cidade. Um apreço pelo vazio que parece motivar, até os dias de hoje, resistência e até protestos contra o adensamento e contra a construção de quadras ou novos edifícios, ainda que eles sejam previstos no plano de Lucio Costa ou em projetos urbanísticos posteriores.⁵³ Uma postura de radicalização aparentemente não aprovada pelo próprio urbanista, que consideraria, posteriormente, um equívoco a posição “muito intransigente em preservar tudo como está, como se fosse uma coisa intocável”.⁵⁴ Outros tópicos relacionados à arquitetura e ao urbanismo de Brasília, presentes no texto de Bishop, serão analisados mais detidamente em capítulo posterior deste trabalho.

Do que já tratamos até aqui, o que podemos perceber é uma postura crítica que a autora assume ao representar Brasília em seu relato de viagem, mas sem recair na dicotomia de ser contra ou a favor que vimos anteriormente nos textos literários que abordaram a cidade nesses termos, mas, como sabemos, com a real intenção de privilegiar a posição do grupo favorável.

Como vimos, de acordo com a especialista na obra de Bishop, Regina Przybycien, morando no Brasil por mais de seis anos, a escritora americana já teria tido contato suficiente com a discussão sobre mudança da capital para formar sua opinião pessoal, que seria contra o projeto mudancista. No entanto, em seu texto, não vemos uma postura categórica de refutar ou desqualificar tudo o que os entusiastas de Brasília buscavam enfatizar como qualidades da cidade. Ainda assim, ao final da leitura de seu texto, podemos perceber mais desconfiança do que entusiasmo de sua parte. Também podemos observar que o foco de sua narrativa é o que ela experienciou,

53 MORADORES se manifestam contra quadras 500 do Sudoeste. Correio Braziliense, Brasília, 5 de maio de 2019. Disponível em: [correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/05/05/interna_cidadesdf,753198/manifestacao-contra-quadras-500-do-sudoeste.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/05/05/interna_cidadesdf,753198/manifestacao-contra-quadras-500-do-sudoeste.shtml). Acesso em: 28 de abril de 2023; EM BRASÍLIA, creche e calçadão viram motivo de protesto. Portal do Aprendiz/Uol, Brasília, 31 de janeiro de 2014. Disponível em: portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2014/01/31/em-brasilia-creche-e-calcedao-viram-motivo-de-protesto. Acesso em: 28 de abril de 2023; MORADORES protestam contra construção na 207 Sul. Metrôpoles, Brasília, 22 de abril de 2017. Disponível em: metropoles.com/distrito-federal/moradores-protestam-contra-construcao-na-207-sul. Acesso em: 28 de abril de 2023.

54 COSTA, Lucio. Debates entre os expositores. In: SENADO FEDERAL. I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília. Brasília, Senado Federal, 1974, p. 78.

como testemunha ocular, durante a viagem, ainda que apareçam tangencialmente questões, sobre as quais ela teria lido ou ouvido falar, relacionadas à busca da construção e legitimação histórica da nova capital. Questões relacionadas a esses temas políticos, históricos e econômicos, como veremos, terão maior espaço no relato de viagem de seu conterrâneo, John Dos Passos, ao qual passaremos agora, no item a seguir.

O olhar de John Dos Passos

No mesmo mês em que Elizabeth Bishop viajou a Brasília, seu conterrâneo, o escritor americano de ascendência portuguesa John dos Passos também esteve na cidade em construção, isto é, em agosto de 1958. Antes de partir para a capital, ele chegou a encontrar a poetisa na casa em que ela morava com Lota Macedo, a convite do então deputado federal Carlos Lacerda⁵⁵, um dos principais opositores de JK e crítico à ideia de transferência da capital. “Como o escritor viera a convite do Departamento de Estado, dos Estados Unidos, para escrever uma matéria para a *Reader’s Digest*, Bishop intuiu que suas opiniões seriam favoráveis à nova capital.”⁵⁶ No entanto, como veremos, a despeito do convite oficial, o escritor não se comprometeu a escrever uma apologia a Brasília e tampouco se furta a tecer críticas contundentes à cidade.

O relato que analisamos aqui é resultado dessa viagem, na versão publicada em seu livro *Brasil em Movimento*⁵⁷, em 1963. A obra foi lançada aqui em 1964, com o título *O Brasil Desperta*, e não ganharia outra edição até 2013⁵⁸, quando foi editado pela Benvirá, com título mais condizente com o original em inglês: *Brazil on the move*. “Um precioso e raro testemunho sobre o país, deixado por um escritor de sua importância”, conforme o caracteriza o arquiteto Hugo Segawa. Ele acrescenta que o escritor viajou ao Brasil a fim de “escrever matérias para periódicos norte-americanos em 1948, 1958 e 1962. Em julho e agosto de 1958, aos 62 anos de idade, esteve no país acompanhado pela mulher e a pequena filha (uma visita combinando trabalho e férias).”⁵⁹

55 FERREIRA, Armando Olivetti. Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. 2009. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

56 Idem, p. 112.

57 DOS PASSOS, John. O Brasil em movimento. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013 [1963].

58 VICTOR, Fabio. Livro em que John dos Passos narra viagens ao Brasil ganha nova edição após 50 anos. Folha de São Paulo. São Paulo, 12 de janeiro de 2013. Disponível em: folha.uol.com.br/ilustrada/1213447-livro-em-que-john-dos-passos-narra-viagens-ao-brasil-ganha-nova-edicao-apos-50-anos.shtml. Acesso em 30 de abril de 2023.

59 SEGAWA, Hugo. Brasília: a pátina do futuro. Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. Campinas, v. 10, n. 3 [19], p. 430-474, 2018, p. 449.

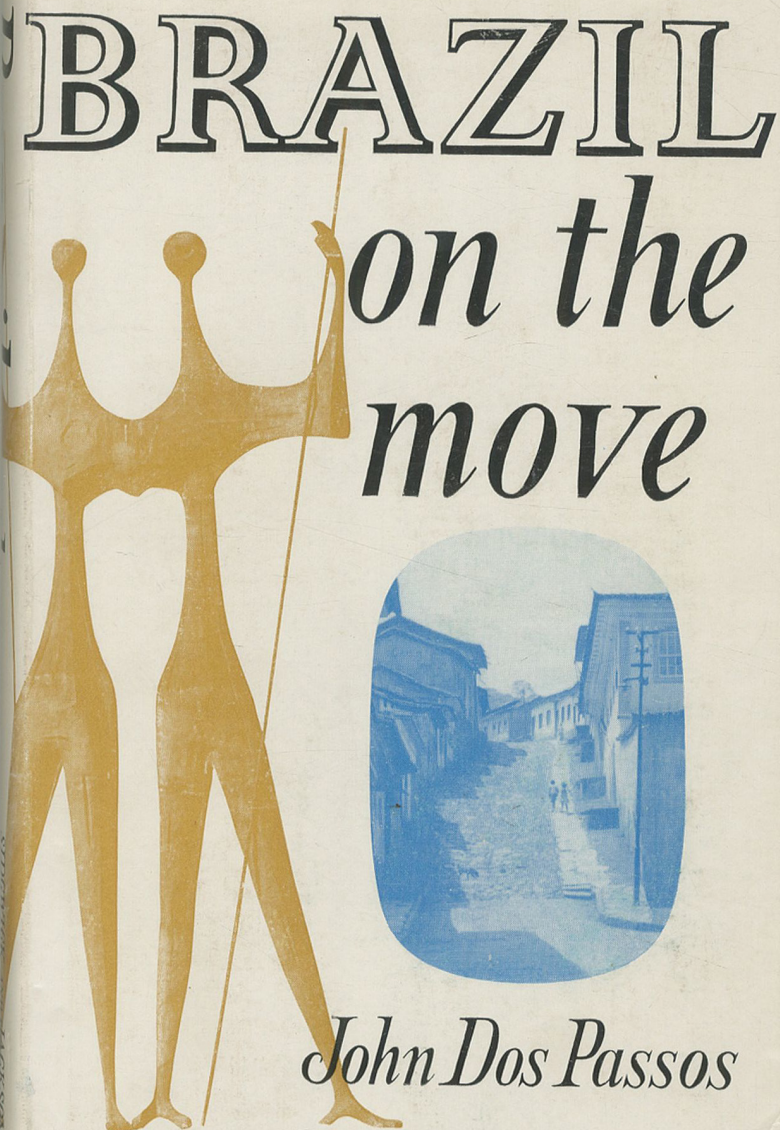


Figura 22. Capa da primeira edição do livro de John dos Passos, de 1963, e capa da edição brasileira de 2013, que usamos como fonte.

O volume conta com dois capítulos dedicados a Brasília. O primeiro deles apresenta o relato da viagem de 1958, com o título *Uma nação em busca de uma capital*. O segundo, intitulado *Brasília revisitada*, contém o relato da passagem do escritor na capital, em 1962. Esta não será o foco de nossa análise, por estar fora do recorte temporal da pesquisa. Porém, pela pertinência das observações que nele aparecem, trataremos de alguns trechos neste item e também no capítulo 4.

Como observa Armando Olivetti Ferreira, há diversos pontos de semelhança entre os relatos de viagem de Bishop e Dos Passos, com a diferença que este lança mão da transcrição de algumas entrevistas com moradores da capital e ainda perfila celebridades, como Bernardo Sayão, Carlos Lacerda e Israel Pinheiro⁶⁰. Para o jornalista Paulo Markun, que escreveu a apresentação da edição de 2013, tais perfis escritos por Dos Passos acabam “reduzindo a estereótipos de segunda mão figuras hoje igualmente históricas e tão

fantásticas”.⁶¹ Para o prefaciador, o que leva o escritor a esse equívoco é a visão conservadora de Dos Passos, então afetada pela dicotomia da polarização que impunha a Guerra Fria. Assim, segundo Markun, Dos Passos não soube, ou não teria conseguido captar de maneira mais fidedigna “personagens igualmente marcantes daquele tempo em que o mundo parecia girar em torno da escolha decisiva — Fidel e seus barbudos de um lado e a sociedade ocidental e cristã de outro.”⁶²

O modo como Dos Passos representa Israel Pinheiro, presidente da Novacap entre 1956 e 1960, é semelhante ao que vimos anteriormente em outros textos literários do capítulo 1: a figura de um homem austero e viril. Dos Passos, por sua vez, acrescenta à sua descrição que Pinheiro seria “um homem esquisito, alto, magro e grisalho, com um semblante rústico e um queixo proeminente sob um bigode cinzento aparado.” No entanto, ameniza essa caracterização dura ao completar que “seus modos ríspidos tendem a ser suavizados pelo jogo de expressões de seu rosto e sua maneira repentina de mostrar os longos dentes num sorriso amarelo para enfatizar uma piada.”⁶³ O primeiro encontro com Pinheiro teria ocorrido no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, à espera de um voo para Brasília. No avião, o escritor relata que o político despeja no seu colo “uma pilha de brilhantes folhetos promocionais: a nova capital do Brasil em quatro idiomas.”⁶⁴ Mas, apesar desse bombardeio de propaganda oficial, o escritor, na maioria dos casos, prefere deixar os argumentos de natureza político-econômica na boca de seus interlocutores, transcrevendo-lhes as falas, a incorporá-los em sua própria narrativa. Ao contar a história da capital, no entanto, Dos Passos parece aderir, sem maiores questionamentos, àquela vertente historiográfica calcada na narrativa linear composta de diversos eventos e personagens históricos cuja origem seria a Inconfidência Mineira. “No final do século XVIII, os precursores da Independência já sonhavam com uma capital federal no interior...”⁶⁵

Já Juscelino Kubitschek é apresentado por John Dos Passos

61 MARKUN, Paulo. Apresentação. *In*: DOS PASSOS, John. O Brasil em movimento. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013 [1963], p. 15.

62 MARKUN, Paulo. Op. Cit., p. 15.

63 DOS PASSOS, John. Op. Cit., p. 97.

64 Idem, p. 99.

65 Idem.

como um “homem moderno, um técnico progressista voltado para o oeste, um médico livre de compromissos políticos. Ganhou em uma eleição limpa. Brasília foi um dos carros-chefes de sua plataforma.”⁶⁶ O escritor o encontra no Palácio das Laranjeiras, então residência oficial da Presidência da República, escolhida por JK ao chegar ao poder, cuja arquitetura eclética do início do século XX é descrita em detalhes por Dos Passos. Sobre a conversa entre os dois, o americano registra que Kubitschek fala sobre Brasília com entusiasmo. A seguir, o escritor lança mão do repertório de argumentos mudancistas baseados no ideário nacional-desenvolvimentista, mas, como mencionamos, estes aparecem por meio da transcrição de falas de quem os profere. Assim, no relato do encontro com JK, o presidente é quem fala, por exemplo, sobre a desigualdade demográfica da costa do País em relação ao interior pouco povoado. Sendo assim, “o Brasil, social e economicamente, era ainda apenas uma longa e estreita faixa ao lado do mar, como o Chile.”⁶⁷ Mas, além de não transcrever acriticamente o discurso oficial ao qual teve acesso, Dos Passos ainda apresenta outros motivos, ou interesses, a despeito da justificativa do presidente, que poderiam subjazer a construção de Brasília:

as pessoas haviam ganhado muito dinheiro com a elevação dos preços das propriedades em Belo Horizonte. O fato de que seu estado ficaria no meio das linhas de comunicação entre Brasília e o mar aumentou o entusiasmo dos líderes mineiros pelo projeto. Kubitschek tornou-se um homem com uma missão. Entraria para a história como o presidente que finalmente realizou o antigo desejo de uma nova capital.⁶⁸

Podemos observar, portanto, que ao mesmo tempo que traz à baila outros fins que justificariam a construção de Brasília, apresentando argumentos fora do espectro do discurso mudancista oficial, Dos Passos corrobora a legitimação da cidade baseada na construção histórica que atribui a JK o heroísmo de ser finalmente o político capaz de tirar do papel a interiorização da nova capital. Ele também reproduz diversas outras críticas que teria ouvido da população ou de grupos políticos contrários à construção de Brasília — alegações que

66 Idem, p. 101.

67 DOS PASSOS, John. Op. Cit., p. 105.

68 Idem, p. 102.

eram correntes à época, muitas delas tratadas no capítulo anterior, que, como vimos, apareciam nas narrativas literárias como ensejo para serem refutadas. Por sua vez, entretanto, o escritor americano não faz questão de rechaçá-las, e ainda apresenta novas críticas. Um exemplo é o comentário sobre essa suposta finalidade da construção da nova capital como modo de favorecer o estado de Minas Gerais, que é reiterada mais adiante: “Seria uma gigantesca especulação imobiliária à custa da economia brasileira. Em sua opinião, a cidade se transformaria em outro grandioso fracasso.”⁶⁹

Contrariamente a essa acusação repetida por Dos Passos, uma cidade sem especulação imobiliária, “ao menos originalmente, e conforme a proposta de Lucio Costa”, tornou-se, ao longo do tempo, um dos diversos mitos “que envolvem Brasília, protegendo-a contra qualquer tipo de crítica que possa resultar no seu questionamento total ou parcial”, como aponta o arquiteto e pesquisador Paulo Bicca.⁷⁰ Por sua vez, Maria Fernanda Derntl mostra que uma das importantes vozes que colaboraram para erigir esse mito foi “um dos principais ideólogos do nacional-desenvolvimentismo defendido pelo governo JK”⁷¹, o jurista, filósofo e um dos fundadores do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), Roland Corbisier. Segundo ele, ao contrário do que ocorrera com as outras cidades brasileiras, Brasília não seria construída “por uma classe”. Não seria “a aristocracia rural, nem a burguesia mercadora, nem o capitalismo urbano”, mas o Estado brasileiro que a construiria. Sendo assim, ele sustentava que “interesses privatistas” não interfeririam em sua construção, permitindo “edificá-la de acordo com o plano pré-estabelecido, obedecendo apenas às exigências do funcionamento da cidade como capital.”⁷²

No entanto, sabemos que o que ocorreu, na prática, não foi bem assim. No âmbito fundiário, como mostra o historiador Matheus Rosa, diversas propostas foram formuladas para evitar a

69 DOS PASSOS, John. Op. Cit., p. 127.

70 BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo. (org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985, p. 102.

71 DERNTL, Maria Fernanda. Brasília: empreendimento imobiliário de fins dos anos 1950. *Antíteses*, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 127–158, 2022. DOI: 10.5433/1984-3356.2021v14n28p127. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/44080>. Acesso em: 1 maio. 2023, p. 129.

72 CORBISIER, Roland. Brasília e o desenvolvimento nacional: textos sobre a nova capital. Rio de Janeiro: ISEB, 1960, p. 61.

especulação imobiliária durante o processo de desapropriação de terras do quadrilátero do Distrito Federal, prevalecendo inicialmente a “desapropriação da totalidade do polígono do novo Distrito Federal — ainda que tal projeto nunca tenha sido concluído.”⁷³ Uma solução que se baseou, conforme Maria Fernanda Derntl, no “pressuposto de atuação do Estado como promotor imobiliário monopolista, responsável por adquirir terras e por garantir sua valorização através do investimento na transformação de seu uso”.⁷⁴ Assim, além de não lograr, efetivamente, evitar a especulação — sendo o próprio Estado, de certo modo, um agente especulador —, tal artifício ainda causou conflitos, resistência da população que já habitava o território do DF e insegurança jurídica sobre as propriedades não desapropriadas.⁷⁵

Paulo Bicca sustenta ainda que, em Brasília, “por suas características singulares”, os interesses imobiliários puderam ser operacionalizados, mas sem repetir exatamente as mesmas experiências das chamadas cidades tradicionais.⁷⁶ Para o arquiteto, “Brasília sempre representou como possibilidade, talvez ímpar, de realização do capital imobiliário e de todos os demais que concorreram para a sua construção (e também das cidades-satélites).” Se por um lado alguns limites foram estabelecidos aos especuladores, como “controle da densidade, controle das áreas a construir, controle dos gabaritos e usos etc.”, por outro, isso seria “insignificante diante de uma ilimitada dimensão deste imenso canteiro que a construção de Brasília exigiu”.⁷⁷

Essa questão é abordada mais uma vez por John Dos Passos quando descreve um cenário de aquecimento e otimismo do mercado imobiliário em 1958: “No escritório de vendas de terra na nova capital, em Anápolis, o corretor disse que, embora seu escritório tivesse sido aberto havia apenas vinte dias, ele já vendera cinquenta lotes. Os terrenos mais caros foram vendidos primeiro”.⁷⁸ E mais: “no escritório

73 ROSA, Matheus de Araújo Martins. Os sentidos da cooperação: embates em torno da desapropriação de terras para a construção de Brasília (1955-1958). 2020. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História)— Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 44.

74 DERNTL, Maria Fernanda. Op. Cit., p. 133.

75 ROSA, Matheus de Araújo Martins. Op. Cit.

76 BICCA, Paulo. Op. Cit.

77 Idem, p. 103.

78 DOS PASSOS, John. Op. Cit., p. 129.

da Novacap, em Brasília, as pessoas encarregadas das vendas pareciam confiantes de que, no final, a venda de terras iria cobrir o custo da construção”,⁷⁹ reproduzindo o discurso oficial de que a nova capital seria um empreendimento autofinanciável. Sobre isso, Maria Fernanda Derntl destaca que Israel Pinheiro realizou uma forte campanha com o objetivo de convencer a opinião pública de que “os custos das obras a serem feitas diretamente pela Companhia — ou seja, a infraestrutura urbana e a construção dos palácios e monumentos — seriam obtidos por meio da venda de lotes na capital”, uma vez que, como já mencionamos, “a ‘gastança’ com verba pública seria, porém, uma das principais críticas expressas em jornais oposicionistas”⁸⁰. O próprio escritor apresenta críticas dessa natureza que teria ouvido durante aquela viagem ao Brasil: “Por que o dinheiro não era gasto em escolas para combater os 70% de analfabetos no Brasil, ou para iniciar novas indústrias ou estabilizar as finanças?, perguntavam eles”.⁸¹ Ao final, a percepção de Dos Passos o leva a crer que, naquele momento, os brasileiros estariam “mergulhando na especulação imobiliária com o entusiasmo dos primeiros habitantes da Flórida”,⁸² em uma formulação retórica muito empregada por escritores viajantes estrangeiros de buscar comparar o panorama observado durante a viagem à realidade de seu local de origem, seja no presente ou no passado, como é o caso desse exemplo dos Estados Unidos apresentado por ele.

Na segunda passagem de John Dos Passos por Brasília, em 1962, podemos notar uma mudança significativa: o escritor se detém muito mais na sua experiência na cidade, isto é, em suas observações, do que nas opiniões que ouve de quem encontra pela capital. Além disso, com a capital mais consolidada, parece já ter arrefecido aquele clima de incerteza, a cogitação se Brasília seria terminada ou não, se a cidade seria um sucesso ou um fracasso, e não mais fazia sentido especular sobre a pertinência da transferência da sede do poder. Parece-nos, portanto, que para o escritor tampouco valeria a pena se engajar na transcrição de críticas ou elogios, de modo a mostrar que haveria uma cisão na opinião pública, ou a polarização que separava

79 Idem, p. 130.

80 DERNTL, Maria Fernanda. Op. Cit., p. 135-136.

81 DOS PASSOS, John. Op. Cit., p. 128.

82 Idem, p. 130.

em duas facções as pessoas favoráveis e as contrárias à nova capital. Após dois anos da inauguração da cidade, parece haver um novo olhar, agora direcionado para aspectos do cotidiano da capital, ainda em construção, podemos dizer, mas já consolidada em muitas das suas dinâmicas urbanas, sendo possível apreender e analisar a experiência proporcionada às pessoas que nela moravam ou que por ela passavam. Por isso, o escritor parece estar mais interessado tanto no dia a dia da cidade, quanto em sua paisagem e nas particularidades de seu espaço urbano, sobretudo na arquitetura, no traçado urbano, no sistema viário e na circulação de pedestres e veículos. Trataremos desses registros no capítulo 4.

Por ora, vejamos que, tal qual Elizabeth Bishop, John Dos Passos, em sua visita a Brasília em 1962, também comentou sobre a exuberância do céu da cidade e a beleza do Lago Paranoá, dessa vez bem maior do que encontrara outrora, em 1958: “O lago aumenta enormemente o efeito da cidade e da paisagem. Ele é azul. Eu temia que se tornasse lamacento. Reflete as nuvens do deserto, os poentes vistosos e o céu brilhante das noites do Planalto”.⁸³ Além disso, mesmo que note o acesso privilegiado a uma elite do Plano Piloto, ele observa que os moradores de Brasília já haviam dele se apropriado, dando vida e movimentando com atividades recreativas o espelho d’água: “Há um clube de iatismo e barcos a vela. Vimos pessoas pescando nele”.⁸⁴ Já em relação às áreas verdes da cidade, o escritor não demonstra o mesmo entusiasmo, registrando um fenômeno que ocorre a cada estação de estiagem na capital: “Brasília tem fome de verde. Nas áreas reservadas para parques e praças vêm-se grandes extensões de grama seca, mudas mortas e arbustos murchos”.⁸⁵ Sem saber que se tratava de um evento sazonal, ele chega a indagar se o problema ocorreria por falta de zeladoria urbana ou mesmo por algum problema no solo.

Outro fato cotidiano dos primeiros anos de vida da capital que ele registra é uma suposta falta recorrente de energia elétrica. Com certo tom de chalaça, ele cogita a possível causa para a oscilação na distribuição:

83 DOS PASSOS, John. Op. Cit., p. 188.

84 Idem.

85 Idem, p. 190.

a luz e a energia quase todas as noites faltavam em torno das sete horas. Alguns diziam que era porque os funcionários do estado de Goiás que controlavam as linhas de alta tensão de Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, da qual vinha a energia, desligavam a chave como uma sugestão de que era melhor a cidade federal se apressar em pagar suas contas. Mesmo no eficiente Hotel Nacional, os hóspedes ficavam presos nos elevadores e ali passavam horas. Os prevenidos evitavam os elevadores nesse momento do dia e tateavam seu caminho com velas pelas escadas inacabadas até o saguão.⁸⁶

E não eram apenas os anônimos moradores da cidade e os hóspedes do luxuoso Hotel Nacional que viviam os transtornos da falta de energia elétrica. O problema também teria constrangido Israel Pinheiro. Durante um jantar para o qual o então ex-presidente da Novacap e ex-prefeito de Brasília teria convidado o escritor americano, de repente fez-se o breu: “Como era uma noite sem Lua, tivemos de encontrar sua casa sob a luz da Via Láctea. Ele deu uma de suas risadas roncantes quando foi nos receber com uma vela.”⁸⁷

Esse problema de falta de luz serve bem para exemplificar a inflexão do eixo narrativo do segundo relato de Dos Passos, comparado aos temas abordados no registro de sua primeira passagem por Brasília. De problemas macroeconômicos e legitimação histórica de Brasília para anedotas sobre a vida e o cotidiano da cidade, que também poderia ser um reflexo das críticas correntes à época, de uma capital inaugurada sem a infraestrutura necessária, na qual seus moradores, sobretudo os mais abastados, do Plano Piloto, viviam um cotidiano de precariedades.

Como narrativa que colabora para a construção de um imaginário em torno de Brasília, podemos perceber em Dos Passos certos contrapontos em relação aos textos literários de que tratamos no primeiro capítulo, uma vez que, apesar de ter tido contato com o discurso mudancista dos protagonistas políticos da fundação da nova capital, o escritor não se compromete com eles, permitindo-se discorrer sobre a cidade agregando outros pontos de vista. Isso aparece tanto em relação às questões históricas quanto aos paradigmas do ideário nacional desenvolvimentista e, sobretudo, em relação à arquitetura e ao urbanismo modernistas.

86 Idem, p. 194-195.

87 Idem, p. 195.

Mas se olharmos, de modo panorâmico, para ambos os registros legados pelo escritor, percebemos que seus relatos de viagem, sobretudo se comparados aos de Elizabeth Bishop, aproximam-se mais de um gênero jornalístico, não apenas pelo objetivo original da sua primeira passagem pela capital, em 1958, como também pela linguagem e pelo tratamento dado às informações que recebe de suas fontes. Isso pode justificar a impressão que nos passa a respeito de uma possível busca por uma postura de maior neutralidade e de uma certa isenção em relação ao que narra, o que também é próprio desse gênero documental e com pretensão à objetividade. No entanto, Dos Passos não abandona de todo as impressões, opiniões e conclusões próprias, lançando mão de uma narrativa que flui ao ritmo característico da literatura de viagem. Desse modo, ainda que essa aparente neutralidade seja o que parece emergir de forma mais clara em um primeiro momento, também podemos facilmente notar que ele guarda uma postura bastante crítica em relação à cidade e não deixa de expressá-la, seja de forma direta, em alguns momentos, seja pela própria seleção das fontes e informações que emprega e apresenta em seu relato. Podemos confirmar que os dois textos que escreve sobre Brasília são, portanto, interessantes documentos sobre a capital ainda em construção na transição da década de 1950 para a década seguinte, ainda que apresente erros e inconsistências de informações, como apontam Hugo Segawa⁸⁸ e Armando Olivetti Ferreira⁸⁹, o que não compromete sua relevância enquanto fonte. Ademais, como qualquer documento histórico, as fontes literárias, como vimos, não devem ser tomadas ao pé da letra, mas como “documentos-monumento”, na definição do historiador Jacques Le Goff. Isto é, devemos ter consciência de que elas não são neutras, mas carregadas de intencionalidade de quem as produziu e em um determinado contexto que deve ser compreendido e levado em conta durante sua análise.⁹⁰

88 SEGAWA, Hugo. Op. Cit.

89 FERREIRA, Armando Olivetti. Op. Cit.

90 FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2020.

O olhar de Simone de Beauvoir

A Praça dos Poderes é uma das coisas mais belas que já vi. Niemeyer deu esta contribuição da cultura do Brasil ao mundo, pela síntese que conseguiu entre a linha funcional moderna e o barroco português. As linhas são admiráveis e ele é, talvez, um dos maiores arquitetos do mundo. Não gostei, entretanto, da maneira como foi tratada a vida do habitante.

Jean-Paul Sartre, A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960

Em uma manhã de setembro de 1960, em Belo Horizonte, a escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir esperava longamente, com certo aborrecimento, a chegada do motorista e do carro enviado por Oscar Niemeyer que a levaria para Brasília, então com apenas cinco meses de inaugurada. A viagem seria feita na companhia de seu companheiro, o também filósofo e escritor Jean-Paul Sartre, de Jorge Amado, de seu irmão e de sua companheira, Zélia Gattai.

No caminho, compreendemos a razão de seus atrasos: a mala do carro estava cheia de relógios e joias, que ele contava vender nas cidades em que íamos parando. Acumulava, explicou a Amado, as funções de motorista e de policial, o que lhe facultava frutuosos contatos com um tipo de trabalho muito importante, no Brasil: os contrabandistas. Confiscava-lhes, ou comprava-lhes a preço baixo suas mercadorias, que os habitantes de Brasília, isolados do mundo, adquiriam a preços caríssimos. Descrevia seus negócios mais ou menos escusos com uma inocência tipicamente brasileira, disse-nos Amado, encantado.⁹¹

Além de deprendermos a dificuldade de abastecimento e os prováveis altos preços de produtos em Brasília, ainda em construção, não podemos ignorar nesse trecho um certo tom pitoresco que Simone de Beauvoir procura imprimir em sua narração da longa espera pelo motorista que Niemeyer havia lhe enviado para conduzi-la a Brasília, sobretudo no que toca ao motivo pelo qual a viagem estaria atrasada. A tal superioridade no olhar do viajante estrangeiro, tipificada por Regina Przybycien⁹² ao se referir aos relatos de viagem de Elizabeth Bishop, pode ser percebida não apenas pela ênfase na falta de pontualidade do motorista e policial brasileiro, como na caracterização do contrabando como atividade “muito importante no Brasil” e socialmente naturalizada, e, do mesmo modo, a corrupção policial. Levando em conta que Jorge Amado contribuiu para naturalizar o fato, atribuindo inocência ao motorista e julgando-a “tipicamente brasileira”, esse é, de maneira geral, apenas um dos fatores que impactam o modo como a escritora vê e narra o que encontrou em Brasília e no Brasil. Podemos incluí-lo entre o conjunto de elementos que a historiadora Thainã Teixeira Cardinalli⁹³ denominou “filtros conceituais”. Assim como os textos de outros viajantes de que já tratamos, os relatos de Beauvoir também “captam as experiências vividas, mas, sobretudo, deixam escapar conceitos, leituras e posicionamentos políticos trazidos pela autora e que lhe permitem entender, visualizar e reproduzir as cenas observadas”.⁹⁴ Como é próprio da literatura de viagem, “ao lado de relatos preocupados em apresentar dados geográficos, econômicos ou históricos, a filósofa acrescenta seus posicionamentos políticos aos fatos observados”, em uma construção discursiva que aglutina “impressões pessoais que entrelaçam-se à leituras críticas acerca dos problemas sociais encontrados na sociedade brasileira”.⁹⁵

Como já mencionamos, o convite para visitar Brasília partiu de Oscar Niemeyer, durante uma visita à casa do arquiteto no Rio de Janeiro. Niemeyer propôs que o casal visitasse a capital e as cidades

92 PRZYBYCIEN, Regina. Feijão-Preto e diamantes: o Brasil na obra de Elizabeth Bishop. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

93 CARDINALLI, Thainã Teixeira. Tramas sensíveis, caminhos guiados: a viagem de Simone de Beauvoir ao Brasil (1960). In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

94 Idem, p. 5.

95 Idem, p. 6.

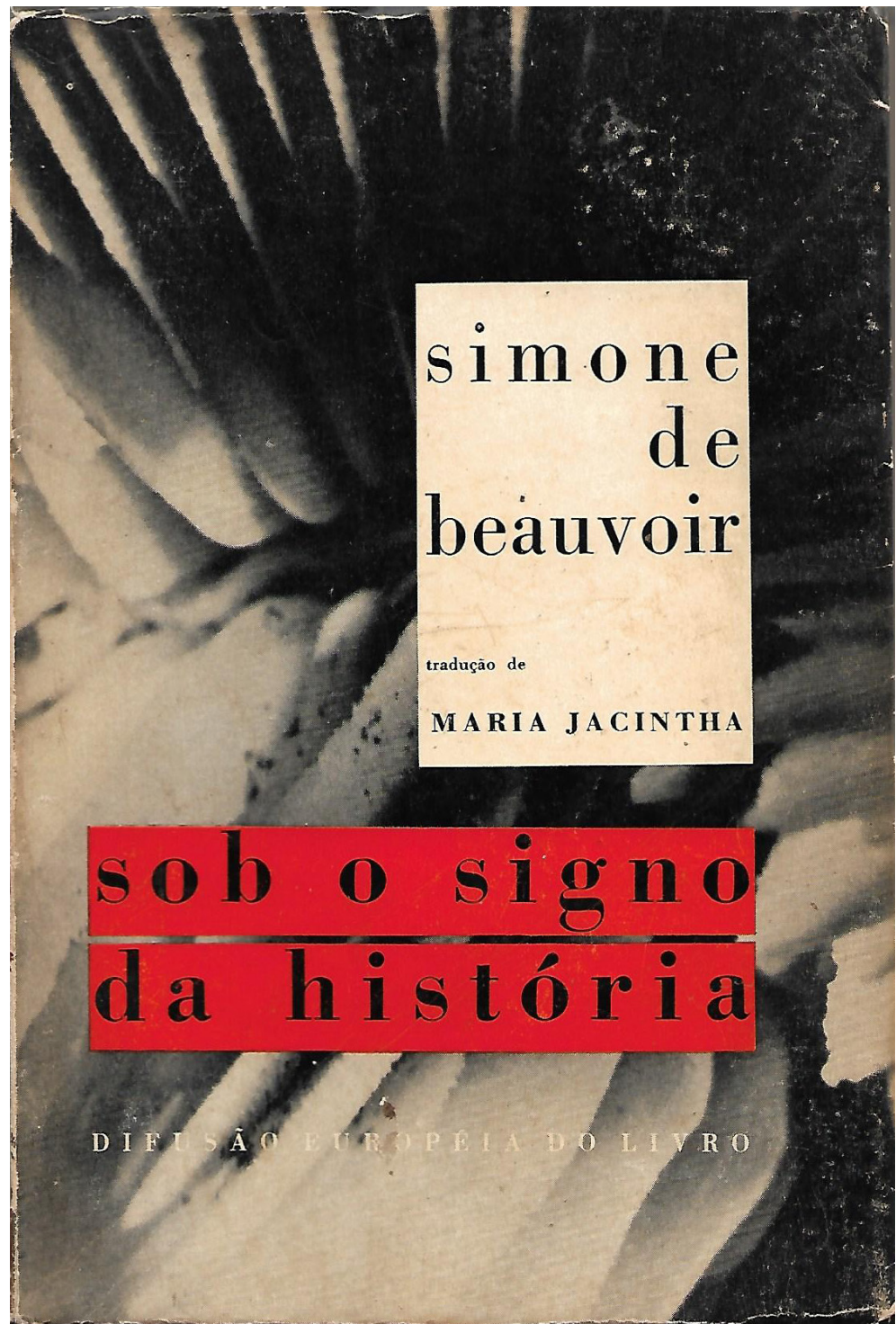


Figura 23. Capa de *Sob o signo da história*, de Simone de Beauvoir.

históricas de Minas Gerais, disponibilizando o carro para conduzir o grupo de viajantes a partir de Belo Horizonte, para onde viajaram de avião. Sartre e Beauvoir estavam no Brasil para uma série de conferências e compromissos políticos em diversas regiões do país, entre eles o I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, no

Recife, no mês de agosto.⁹⁶ Também fazia parte dos objetivos da excursão a divulgação da experiência revolucionária cubana, além da intenção de denunciar as atrocidades da atuação do exército francês na Argélia, bem como de pregar a independência da colônia francesa.⁹⁷ Essa viagem pelo Brasil e pela América Latina é detalhadamente relatada no livro de memórias que Simone de Beauvoir, *Sob o Signo da História*, traduzido e publicado no Brasil em 1965.

Ao mesmo tempo que reproduz alguns tópicos dos discursos mudancistas, como a manipulação histórica para forjar uma ideia de consenso popular em relação à transferência da capital, Simone de Beauvoir se mostra refratária aos paradigmas modernistas de Brasília e cética em relação ao potencial da capital em ser um grande vetor do desenvolvimento e da integração nacional. Nesse sentido, ela diz: “a verdade é que Brasília não ocupa o centro real do país: à beira de imensas extensões inexploradas, é um posto da ‘última fronteira’. Esses matos levarão muito tempo para serem recuperados pela civilização”.⁹⁸ Vemos, portanto, que ela compartilha da visão desenvolvimentista, ao ver, por exemplo, o Cerrado virgem e preservado como um entrave à “civilização”. Além disso, ela não acredita que a nova capital seria o fator de inflexão para mudar essa realidade, de selva não civilizada, que enxerga no sertão do Brasil central e na Amazônia. Desse modo, após enunciar que a região escolhida para a construção de Brasília seria carente em recursos agrícolas e minerais, além de que não teria condições para a industrialização, registra que a nova capital estaria “arriscada a continuar por muito tempo um subúrbio longínquo de S. Paulo e do Rio, tendo por ligação uma única estrada — a que havíamos percorrido — e aviões”.⁹⁹ Essa menção à BR-040, que liga Belo Horizonte a Brasília, como única possível ligação da cidade com outras áreas do país, parece derivar de sua desconfiança de que o planejamento viário previsto no plano de metas de JK seria bem sucedido em seu objetivo. É o que vemos no comentário a seguir:

Kubitschek nos disse que, com sua existência, Brasília era obrigada a criar uma rede rodoviária que unificará o país: através da floresta virgem, já haviam começado

96 BEAUVOIR, Simone de. Op. Cit.

97 CARDINALLI, Thainã Teixeira. Op. Cit

98 BEAUVOIR, Simone de. Op. Cit., p. 283.

99 Idem, p. 283-284.

a pavimentação da estrada que ligará Belém a Brasília. Os adversários acham que os trabalhos já custaram em cruzeiros e vidas humanas um preço que nenhuma vantagem de ordem prática compensará, a não ser facilitar a passagem do contrabando de Belém — carros americanos, perfumes etc. — para S. Paulo e Rio.¹⁰⁰

Como vemos, ela sequer acredita no êxito da rodovia Belém-Brasília, uma das obras mais emblemáticas do governo JK relacionadas à nova capital, que contava com um verniz de feito heroico junto à opinião pública, representação que era ratificada inclusive pela imprensa, que muito colaborou para construção desse mito.¹⁰¹ Mas, em relação a esse tópico, ela prefere aderir às críticas dos “adversários” de Brasília. Beauvoir cita o alto custo das obras e um possível baixo retorno do investimento, mas, como mostra o historiador Rômulo de Paula Andrade, havia também outras críticas, ainda mais qualificadas, já preocupadas com os grandes prejuízos ambientais pelos quais a construção da estrada seria responsável.¹⁰² Essas opiniões são dissonantes em um período cujo pensamento corrente, muito embasado no ideário desenvolvimentista, via a natureza e questões ambientais como um inimigo a ser combatido, uma vez que, como mencionamos, eles representariam sérios obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento.¹⁰³ Por fim, desse trecho de sua narrativa, destacamos que, mais uma, vez Simone de Beauvoir volta à questão do contrabando, insistindo em associá-lo ao cotidiano do nosso país, como uma atividade corriqueira ou típica dos brasileiros.

Tal visão, que podemos chamar de estereotipada, também fica evidente quando a escritora francesa escreve sobre o Nordeste como uma região que não teria “necessidade de mercados de escoamento, porque quase nada produz: arrisca-se, ao contrário, a que seu pobre artesanato — a manufatura de sapatos, por exemplo — seja arruinado

100 Idem, p. 284.

101 ANDRADE, Rômulo de Paula. Conceitos de Progresso e Natureza na Construção da Belém-Brasília. In: 13 Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, 2012, São Paulo. Anais – 13 Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, 2012.

102 ANDRADE, Rômulo de Paula. Op. Cit.

103 DUARTE E SILVA, Sandro. A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do “destino bandeirante” na expansão desenvolvimentista. T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., [S. l.], v. 17, n. 1, p. 85–106, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/28054>. Acesso em: 4 maio. 2023.

pelo afluxo de mercadorias paulistas”. Dessa maneira, “os capitais tragados por Brasília teriam dado para dotar o Nordeste de uma rede local de estradas, para irrigá-lo e para implantar indústrias”.¹⁰⁴ Podemos inferir, a partir desses comentários, que, na construção de sua própria opinião em relação a Brasília, as críticas e as opiniões contrárias que ouviu parecem ter mais peso e importância. Se ela tivesse dado razão a entusiastas da mudança da capital, veria que um virtual desenvolvimento do Nordeste era comumente aventado como um dos grandes benefícios que a obra representaria. Vejamos, por exemplo, o artigo *O papel de Brasília na redenção do Nordeste*, publicado na edição de junho de 1959 da revista *Brasília*, no qual Aristides Toledo afirma, com ampla convicção, que “aos nordestinos principalmente, tocará a maior parcela dos benefícios que advirão dessa obra de caráter verdadeiramente nacional, e por isso mesmo é de se esperar que todos eles se enfileirem em prol de sua concretização”.¹⁰⁵ Três edições depois, em setembro de 1959, o periódico publica um poema, sem título, de Maria de Lourdes Cardoso, que versa: “És, Brasília, uma cidade inda criança, / Mas que em nosso peito puseste / O condão maravilhoso da esperança / Na salvação futura do nordeste”.¹⁰⁶ Isto é, além de representar Brasília como redentora do Nordeste e buscar convencer a população sobre a grandeza da obra que se realizava no Planalto Central, esses textos também parecem ter a intenção de arregimentar operários para a construção da cidade em um momento em que, como mostra o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, crescia o recrutamento de trabalhadores por parte de órgãos federais ou empresas ligadas ao governo.¹⁰⁷

Por sua parte, Simone de Beauvoir descreve um recrutamento e um processo migratório mais dramáticos para os trabalhadores. Ela, que acabara de ler *Seara Vermelha*, de Jorge Amado, compara a terrível saga representada no romance — dos chamados “flagelados da seca”, que partem a pé do Nordeste para o Sudeste em busca de melhores condições de vida, restando pouco sobreviventes — aos candangos que chegam a Brasília com semelhantes objetivos:

104 BEAUVOIR, Simone de. Op. Cit., p. 284.

105 ALBUQUERQUE, Aristides Toledo. O papel de Brasília na redenção do Nordeste. In: Revista Brasília, v. 1, n. 33, set 1959, p. 22.

106 Revista Brasília, v. 1, n. 33, set 1959, p. 22.

107 RIBEIRO, Gustavo Lins. O capital da esperança: esperança dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora UnB, 2008.

“sobrecarregados, conduzidos por motoristas que, geralmente, exageram na cachaça, capotam muitas vezes e os jornais assinalam, discretamente, a morte de uns cinquenta homens”.¹⁰⁸

Além dessa terrível situação de transporte precário dos trabalhadores, a escritora afirma ainda ter ouvido falar sobre a existência de uma forma de recrutamento que se assemelha ao tráfico de operários mencionado por Gustavo Lins Ribeiro¹⁰⁹: “quando um empreiteiro tem necessidade de mão de obra, paga ao motorista uma pequena soma, relativa a cada recruta. No local de trabalho os homens não podem senão aceitar os salários e as condições de vida que lhes impõem”.¹¹⁰ De acordo com o antropólogo, essa era, de fato, uma maneira de aliciamento dos trabalhadores, em um esquema em que “a força de trabalho aparece como uma ‘estranha mercadoria’ passível de ser comprada a preços muito baixos”.¹¹¹ Mas enquanto Simone de Beauvoir ainda menciona salário, Lins Ribeiro descreve uma situação ainda pior. Afirma que a venda dos operários estava submetida a uma “subordinação de tal forma extremada que torna trabalhadores ‘livres’ comparáveis a escravos”.¹¹² O pesquisador também apresenta reportagens de jornais que denunciavam essa situação de trabalho análogo à escravidão. Uma delas, da *Tribuna da Imprensa*, de 5 de fevereiro de 1960 — ou seja, meses antes da passagem de Simone de Beauvoir pela capital —, informa até mesmo o preço que era pago por cada tipo de trabalhador:

o tráfico já se tornou um comércio comum nas cidades vizinhas a Brasília, tais como Luziânia, Cristalina, Posto Fiscal, Alexânia etc. Empreiteiros, fazendeiros ou mesmo famílias, quando querem comprar nordestinos, se dirigem aos caminhões procedentes do Nordeste e fazem a transação. Os preços variam de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 2 mil, de acordo com o estado físico de cada um. Os alfabetizados, coisa rara, custam mais. No ato da venda, o motorista entrega ao comprador os documentos da estranha mercadoria (carteira profissional, certidão de nascimento etc.) e os nordestinos passam a ser escravos de seus empregadores.¹¹³

108 BEAUVOIR, Simone de. Op. Cit., p. 283.

109 RIBEIRO, Gustavo Lins. Op. Cit., p. 93.

110 BEAUVOIR, Simone de. Op. Cit., p. 283.

111 RIBEIRO, Gustavo Lins. Op. Cit., p. 93.

112 Idem.

113 BAIANO vende e troca escravos em Brasília. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1960. Apud RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: esperança dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora UnB, 2008, p. 93.

Gustavo Lins Ribeiro não faz a ressalva de que quem estava dizendo que “nordestinos passam a ser escravos de seus empregadores” era um jornal que sempre fez oposição a Brasília: a *Tribuna de Imprensa*, que pertencia a Carlos Lacerda, um dos maiores adversários da construção da cidade e da transferência da capital, fato que talvez poderia relativizar, em parte, a consistência dessa fonte. No entanto, o antropólogo apresenta outras fontes jornalísticas, como as reportagens *Quadrilha negocia retirantes nordestinos na futura capital*, do Correio da Manhã, e *Candangos*, da seção *Brasil por Dentro*, do semanário *Liga*.¹¹⁴

Nossa pesquisa encontrou também uma denúncia ainda mais antiga, publicada pela escritora Rachel de Queiroz — outra opositora de Brasília, cabe enfatizar —, em sua seção *Última Página*, na revista *Cruzeiro*, em 2 de maio de 1959. Em crônica intitulada *Devolvam a rosa de ouro*, a cronista, romancista, tradutora, jornalista cearense e, posteriormente em 1977, a primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras, escreve:

Não preciso nem contar o caso, é de domínio público, espalhado pelos jornais, pelo rádio, pela televisão. Só não o sabe quem não quer: no Estado de Minas Gerais e em Brasília, campeia às soltas o tráfico de escravos — sertanejos nordestinos apanhados á força ou mediante engodos, durante a crise da seca, transportados em infames paus-de-arara que nada deixam a desejar aos navios negreiros, e vendidos a tanto por cabeça (...) na cidade santa do nosso Mafoma, na Meca das metas: — Brasília.¹¹⁵

Apesar de a denúncia não se restringir a Brasília, vemos como ela enfatiza uma representação negativa da capital que, de modo sarcástico, chama de “Meca das metas”, em alusão ao Programa de Metas, de JK, do qual derivou a denominação da cidade como “meta-síntese”. O objetivo parece ser frisar a suposta existência de trabalho análogo a escravidão na cidade que carregava consigo a promessa de redenção do passado colonial brasileiro, na qual novas relações sociais seriam possíveis a partir de sua concepção de urbe modernista. Mas, como em se tratando de Brasília nessa época, quase sempre há

114 RIBEIRO, Gustavo Lins. Op. Cit., p. 93.

115 QUEIROZ, Rachel de. Devolvam a rosa de ouro. O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1960.

um contraponto, ora na defesa, ora no ataque à cidade, a edição de 13 de junho de 1959 do mesmo periódico, publica uma carta em que o 2º Sgt. Castorino Silva, morador da capital, faz a defesa de sua cidade: “Li, com espanto, o artigo de Rachel de Queiroz ‘Devolvam a rosa de ouro’, em que ela afirma campear às soltas o tráfico de escravos aqui em Brasília. Considero essa inverdade como intriga dos inimigos de Brasília”. E arremata sem muita força argumentativa: “Trabalho aqui há mais de um ano, e ainda não vi essa cena dolorosa”.¹¹⁶ Um típico expediente da retórica dos entusiastas de Brasília, isto é, considerar como “intriga” a crítica feita à cidade. Além disso, ainda inclui em seus argumentos que mora “há mais de um ano” em Brasília, ou seja, um tempo relativamente curto, mas que considera longo o suficiente para afirmar que, mesmo assim, “ainda” não havia presenciado o fato denunciado pela escritora.

Outro ponto que chama a atenção em relação a esse tópico do tráfico de trabalhadores e do trabalho análogo à escravidão é que nem Simone de Beauvoir, nem Gustavo Lins Ribeiro, nem as reportagens que o antropólogo apresenta como fonte, e tampouco Rachel de Queiroz, fazem menção à cor dos trabalhadores que seriam as vítimas desses crimes. Não há qualquer marcador racial dessas pessoas, apenas um generalizante marcador de origem: nordestinos. Sabemos hoje, após o relevante trabalho de pesquisadores negros, como Ana Flávia Magalhães Pinto e Andressa Marques Silva¹¹⁷, Guilherme Lemos¹¹⁸ e Elna Dias Cardoso¹¹⁹ que a maioria dos operários que trabalharam na construção de Brasília eram negros, mas à época em que os textos que analisamos aqui foram escritos — e isso vale para todas as nossas fontes literárias e para a maior parte da bibliografia desta pesquisa — faltava aos autores o letramento racial e

116 OPINIÃO do Leitor. O cruzeiro. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1960.

117 PINTO, Ana Flávia Magalhães e SILVA, Andressa Marques. Narrativas da presença negra no Distrito Federal: histórias vistas desde o nível da vida. *In*: SCHMIDT, Benito Bisso e MALERBA, Jurandir (orgs.). Fazendo História Pública. Vitória: Milfontes, 2021, pp. 17-37.

118 LEMOS, Guilherme Oliveira. No dilacerar do concreto: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 – 1971). 2022. 264 f., il. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

119 CARDOSO, Elna Dias. Nós também fazemos parte desta história”: memória de mulheres negras em Brasília. 2018. 196 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

a compreensão que temos, hoje, que nos levam a perceber o quanto o racismo era o fator responsável por estruturar essa circunstância em que as pessoas negras eram maioria entre os padecedores dessas condições degradantes que enfrentavam os trabalhadores dos canteiros de obras da construção de Brasília.

Essas péssimas condições de trabalho e de vida que a capital reservava a quem a construía voltam a ser abordadas por Simone de Beauvoir em trechos posteriores de sua narrativa:

os operários de Brasília amontoavam-se nas “cidades-satélites”, favelas gigantes, a vinte ou trinta quilômetros de seu trabalho. Observei que os motoristas dos caminhões que os conduziam à cidade tratavam-nos com incrível brutalidade: não diminuam a marcha nas paradas, os candangos deviam saltar com o veículo em movimento e muitas vezes caíam; disseram-me que acontecia ferirem-se, ou mesmo morrerem.¹²⁰

Além de observar que restavam aos operários as distantes e precárias periferias da cidade que trabalhavam para construir, Beauvoir assinala a exploração e a violência laboral a que esses trabalhadores eram submetidos e que muitas vezes lhes custavam a vida, seja durante o transporte para os locais de trabalho, seja nos próprios canteiros de obras, ou mesmo em momentos de descanso nos acampamentos das empreiteiras, situação muito bem abordada por autores como Gustavo Lins Ribeiro¹²¹, Nair Bicalho¹²², Vladimir Carvalho¹²³, Hermes Aquino Teixeira¹²⁴, Sérgio Ferro¹²⁵ e Paulo Bicca¹²⁶.

Não obstante esse cenário de penúria, Simone de Beauvoir também descreve momentos de felicidade vividos pelos trabalhadores na Cidade Livre: “esquecíamos, porém, essa tristeza, vendo, pelas

120 BEAUVOIR, Simone de. Op. Cit., p. 283.

121 RIBEIRO, Gustavo Lins. Op. Cit

122 SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. Construtores de Brasília. Petrópolis, Vozes, 1983.

123 Conterrâneos velhos de guerra. Direção: Vladimir Carvalho. Produção: Vladimir Carvalho. Brasília: Programadora Brasil, 1992. DVD (200 min)

124 TEIXEIRA, Hermes. Aquino. No Tempo da GEB (1956-1960): Trabalho e violência na construção de Brasília. Brasília: Thesaurus, 1996.

125 FERRO, Sérgio. Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

126 BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo. (org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.

ruas, os candangos abraçando-se e rindo. Eles não riam em Brasília. De dia, trabalhavam; à noite, perambulavam, mornamente, através desse mundo que construíam e que não era para eles”.¹²⁷ O que nos remete à observação do historiador Luiz Sérgio Duarte da Silva, de que apesar do isolamento em que viviam, em um ambiente escasso de mulheres, havia espaços de sociabilidade, que ele chama de “táticas subversivas da estratégia disciplinadora” a quais estavam submetidos.¹²⁸ Assim, ele destaca que “a excepcionalidade de Brasília em construção constituiu-se por possibilitar a junção (frágil e passageira) de trabalho e felicidade”.¹²⁹ Além disso, muitos dos trabalhadores “acreditaram estar em construção uma cidade de tipo novo, onde uma vida diferente se constituiria. Mais que isso, experimentaram a rara junção de trabalho e felicidade”.¹³⁰ Afinal, não fossem esses bons momentos e uma real melhora de vida em relação à situação de origem desses trabalhadores, não haveria tantas memórias e depoimentos positivos dessas pessoas — apesar da “idealização da rememoração: o presente que filtra o passado”¹³¹ — registrados em livros, pesquisas e nos arquivos do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Além disso, ainda naquele tempo da construção, os relatos de migrantes que lá já estavam estabelecidos contribuíam para fomentar um afluxo ainda maior de trabalhadores em busca de viver essa mesma experiência de prosperidade. O que é interessante, na narrativa de Simone de Beauvoir, é que ela só nota essa felicidade na Cidade Livre, que, mesmo após a inauguração de Brasília, continuou sendo o *core* da cidade, o lugar aonde todos iam quando precisavam de produtos e serviços. Em carta escrita em inglês, datada de 23 de setembro de 1960, durante sua passagem pela capital, para seu amante, o escritor americano Nelson Algren, a escritora demonstra seu apreço pela cidade que nasceu a partir de um acampamento para os trabalhadores:

A cidade cresceu, cresceu, enquanto a grande cidade de pedra subia, e atualmente abriga 50 mil pessoas,

127 BEAUVOIR, Simone de. Op. Cit., p. 282-283.

128 SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

129 Idem, p. 79.

130 Idem, p. 83.

131 Idem.

um monte de restaurantes, bares, lojas, tudo isso constituído de pequenas casas sujas de madeira; parece uma cidadezinha de *western*, onde os cavalos são substituídos por jipes. O lugar transborda de poeira e de vida; gostei muito de andar por lá e tomar uns tragos em cafés minúsculos. Mas vou deixar Brasília com o maior prazer — esta cidade jamais terá alma, coração, carne ou sangue.¹³²

Além do relato sobre a vida pulsante que essa descrição nos leva a entender que haveria na Cidade Livre e da emblemática imagem rodoviária, sintomática de Brasília — um cenário de *western* americano em que os cavalos são substituídos por jipes —, o que gostaríamos de destacar nesse trecho da carta é a menção a uma cidade que “jamais terá alma”. Ao fazer essa menção à Brasília do Plano Piloto, ela posiciona a Cidade Livre como um contraponto vivo e informal à cidade concebida pelo plano de Lucio Costa, à época comumente criticado como espaço frio e autoritário¹³³, uma acusação que também apareceu em textos literários analisados nesta dissertação. Veremos no capítulo 4 como a personagem Estela, psicóloga e esposa do protagonista da novela *Pioneiros e Candangos*, constrói uma longa teoria para provar que a cidade jamais teria alma, baseada em argumentos que correspondem exatamente às críticas que a escritora francesa dirige aos aspectos modernistas da urbe brasiliense. Veremos também outras interessantes aproximações entre o pensamento da personagem fictícia e o de Beauvoir.

Como pudemos ver até aqui, tal como Dos Passos e Bishop, a crítica a Brasília está bastante presente no relato de Simone de Beauvoir, que a realiza de maneira ainda mais contundente, embora pareça se importar menos em empreender uma pesquisa baseada em fontes mais especializadas como os outros escritores viajantes. Seus julgamentos partem mais de sua visão de mundo, de experiências anteriores e do que ouviu falar durante a própria viagem. Um posicionamento que pode ser resultado de uma apropriação seletiva de ideias em circulação, como a crítica ao modernismo — cada vez mais forte, à época — que poderia ter colaborado para a rejeição

132 BEAUVOIR, Simone de. *Cartas a Nelson Algren: um amor transatlântico: 1947-1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 525.

133 MOHOLY-NAGY, Sibyl. *Brasília: Conceito majestoso ou monumento autocrático?* (1959) *In*: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (Org.). *Brasília: Antologia Crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

por parte dela dos discursos de apologia a Brasília a que certamente também teve acesso durante a viagem. Além disso, se havia ou não no pensamento da escritora uma predisposição a rejeitar o ideário mudancista, sua presença física no território e a experiência de vivenciar, ainda que de modo efêmero, tanto o Plano Piloto quanto as periferias que abrigavam os trabalhadores, podem ter sido decisivas para a formulação de seu parecer crítico em relação a Brasília.

A despeito da falta de rigor na apuração das informações que subsidiaram seu relato — o que, reiteramos, não diminui sua importância como fonte —, Simone de Beauvoir traz à tona tanto tópicos que posteriormente se tornariam correntes no repertório crítico da cidade, quanto temas pouco explorados como o tráfico de trabalhadores e o trabalho análogo à escravidão, a despeito de variadas obras acadêmicas que abordaram as relações laborais da construção da capital. Vemos, portanto, o potencial do texto da escritora francesa de ensejar novas pesquisas e novas abordagens sobre o tema.

O olhar de Bioy Casares

O escritor argentino Bioy Casares estava no Rio de Janeiro, em julho de 1960, para participar de um congresso do PEN Club, uma associação internacional de escritores, quando decidiu comprar uma passagem para Brasília, inaugurada três meses antes. Sua visita à nova capital foi rápida e sem companhia: ele viajou sozinho e regressou no mesmo dia ao Rio. Apesar do pouco tempo que passou na cidade, a experiência mereceu um relato em seu diário de viagem *Unos Días en el Brasil*, publicado pela primeira vez somente em 1991. Em 2010, uma nova edição foi publicada, dessa vez com algumas fotos tiradas pelo autor. Essa foi a edição que consultamos para esta pesquisa, e a tradução dos textos aqui citados é nossa. Em comparação ao relato dos outros viajantes já abordados até aqui, o texto do argentino é consideravelmente mais breve, mas contém representações de igual relevância.

Um dos pontos que mais chamaram a atenção de Casares foram as características de uma cidade ainda em construção, com vazios, longas distâncias e grandes lacunas em seu tecido urbano. A paisagem e a falta de urbanidade que encontra por onde passa também parecem o decepcionar:

O caminho do aeroporto ao hotel é longo; margeia um lago e, à esquerda, as embaixadas que por enquanto são uma sucessão de terrenos baldios com letreiros brancos, cada um com o nome de um país. Quando passamos em frente ao nosso, o chofer grita: “Viva a Argentina!”. Fotografo o desolado letreiro. Brasília fica em um enorme platô; não se veem montanhas à distância; o lugar é o vale de um rio, com um lago; a terra é vermelha; as árvores (não consigo saber como se chamam) são raquíticas e têm, à metade do tronco, uma espécie de ninho de João de Barro, de terra vermelha (uma bola de terra, que rodeia o tronco): “Ali”, explicam-me, “vivem os teiú”, pronuncia-se tiyu, “um bicho que ladra”.¹³⁴

Percebemos por esse trecho que ele parece se entediar com a cidade que tanto despertava interesse no mundo todo, em especial

134 CASARES, Adolfo Bioy. *Unos días en el Brasil* (diário de viaje). Buenos Aires: La Compañía de los Libros, 2010, p. 39-40.

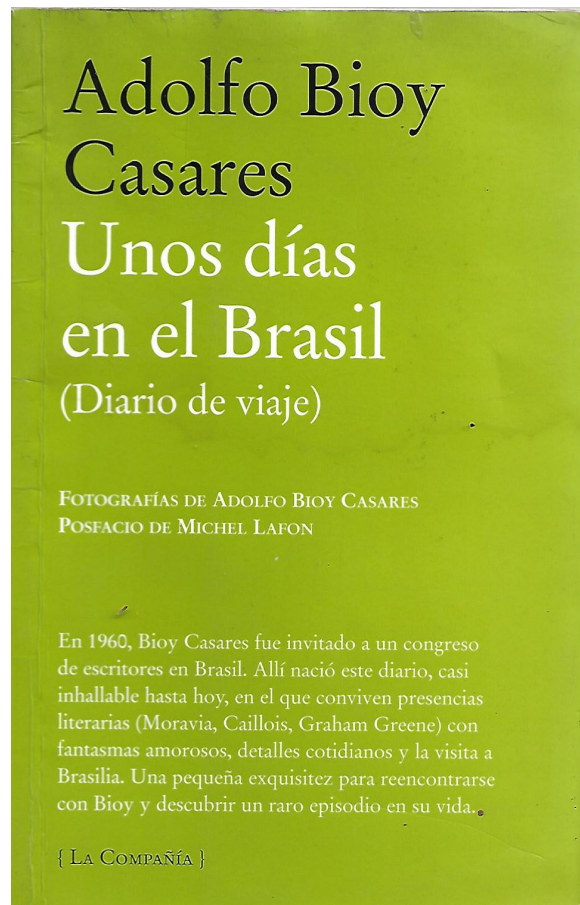


Figura 24. Capa de *Unos días de Brasil*, de Bioy Casares.

pela grande escala da experiência modernista que ali se realizava. Por suas palavras, podemos inferir que ele não seria um entusiasta de uma cidade que fosse a materialização da Carta de Atenas, mas, ainda assim, parece se frustrar ao chegar e, em vez da tão famigerada grande cidade, ver terrenos vazios, “árvores raquíticas” e um relevo sem graça.

Em outro momento, questiona a pertinência da construção da cidade, reproduzindo a visão dos cétricos em relação à construção da nova capital e evocando aquelas recorrentes críticas que se faziam em relação a Brasília: o alto custo financeiro que a cidade representaria, o impacto que causaria à economia e o transtorno para os cariocas que teriam de se mudar para o Planalto Central:

Aquilo tem algo de sonho de arte moderna de um funcionário imaginativo; talvez, de um demagogo imaginativo. Ignora até que ponto a nova capital é necessária e como o consequente desperdício afetará a economia do Brasil; pude confirmar que a gente obrigada a se mudar do Rio a Brasília está ressentida e triste. Dizem que destruir os costumes, alterar a vida cotidiana de tanta gente, é criminoso. Brasília é uma operação de déspota indiferente

aos sentimentos de milhares e milhares de pessoas que formaram sua vida no Rio e deverão interrompê-la, para começar de novo em outra parte, mas também é uma operação demagógica, porque as multidões, por enquanto ainda não afetadas diretamente, estão orgulhosas, exaltadas de patriotismo. Brasília é ambiciosa, futura, pobre em resultados presentes, incômoda.¹³⁵

Parece-nos lógico que, tendo passado a maior parte de sua viagem ao Brasil no Rio de Janeiro, ele tenha ouvido numerosos relatos de lamento em relação à mudança da capital. No entanto, como vimos, ao mesmo tempo em que ecoa as críticas que ouviu ou leu no Brasil a respeito de Brasília, ele reconhece e registra que também haveria um clima de euforia em relação à construção da cidade. Algo que nos remete novamente às pesquisas de opinião comentadas pela historiadora Vânia Moreira¹³⁶ que indicam uma evolução da avaliação positiva de Brasília à medida que se aproximou a data de sua inauguração. No entanto, essa onda de otimismo e aprovação parece não ter contagiado o escritor argentino, que a caracteriza como “ambiciosa”, “pobre em resultados presentes” e “incômoda”. Sem pretender relativizar suas críticas, temos de considerar que sua viagem sem companhia, de poucas horas e em uma época de clima seco em meio a uma empoeirada cidade em construção possa ter contribuído para essa percepção de Bioy Casares. No entanto, apesar de sua pouca empolgação com a experiência de conhecer a capital modernista, foi o escritor argentino quem deixou por escrito um dos poucos registros da presença de indígenas em Brasília, de diversas etnias que migraram para a nova capital durante a construção, e que dariam origem ao Santuário dos Pajés¹³⁷: “Fotografei, não sei com que resultado, casas dignas do pior (ou do melhor, não importa) Le Corbusier e a índios, com orelhas de um palmo, que há três anos viviam como únicos habitantes da região. Volto ao Rio”¹³⁸. São dele também alguns dos poucos registros fotográficos de povos indígenas em Brasília em seus primeiros momentos.

135 CASARES, Adolfo Bioy. Op. Cit. p. 40-41.

136 MOREIRA, Vânia. Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins. Vitória, Edufes. 1998.

137 BRAYNER, Thais Nogueira. É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés – Brasília/DF. 2013. 150 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

138 CASARES, Adolfo Bioy. Op. Cit. p. 41.

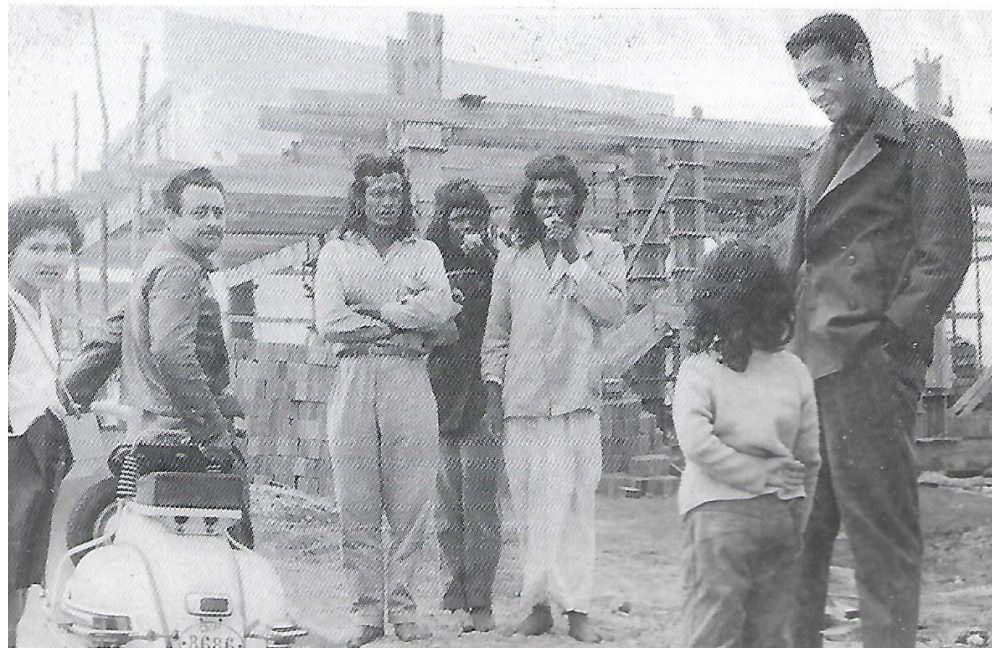


Figura 25. Página dupla da segunda edição de *Unos días de Brasil*, de Bioy Casares, como fotografias do autor. Além de mostrar o vazio e a desolação de umas das principais vias de Brasília, uma das poucas que ao longo do tempo ganharia nome de rua, Rua da Igreja, registra ainda a presença de povos indígenas que viviam na nova capital.

Seja pelo pouco tempo que passou na cidade ou pelo desinteresse em escrever sobre algo que não lhe agradou, Casares escreveu pouco mais de três páginas sobre Brasília em seu diário de viagem. Mas, tal qual aos outros escritores viajantes que abordamos até aqui, faz interessantes críticas à capital e, como veremos no capítulo 4, essas críticas são direcionadas sobretudo à configuração

espacial e à arquitetura moderna da cidade, em especial ao Brasília Palace Hotel, onde ficou hospedado durante sua curta estadia. Uma visão que vai de encontro aos discursos apologéticos que vimos no capítulo anterior e nos ajuda a construir imagens da capital naquele período.

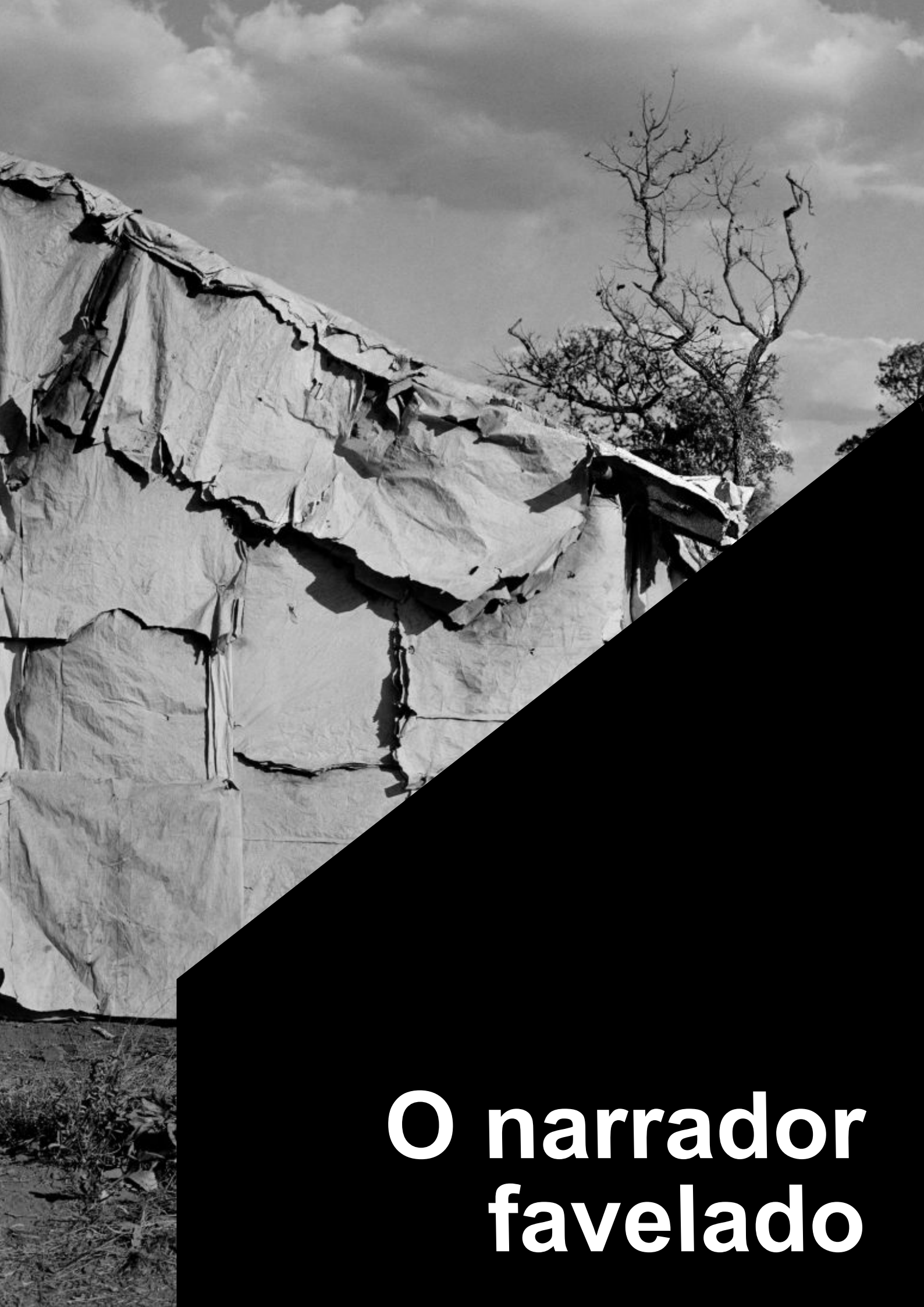
Concordamos com Hugo Segawa que o relato de Casares “não moldou o imaginário inicial de Brasília difundido por toda parte. No entanto, seu conteúdo coincide com as descrições contemporâneas em sua amargura, inquietação e desaprovação”.¹³⁹ Quanto a essas “descrições contemporâneas”, ele pode estar se referindo, por exemplo, ao que registraram outros observadores que passaram por Brasília na mesma época que ele, como as memórias da escritora francesa Simone de Beauvoir, que, como vimos, visitou a cidade dois meses depois. Além disso, ainda que não tenha moldado o imaginário inicial de Brasília, hoje seu relato, como os demais, colabora para a ampliação do imaginário construído pela literatura.

A partir do que os escritores viajantes registraram de suas percepções a respeito de Brasília, podemos perceber que a experiência de vivenciar o território, ser testemunha ocular do que narram em seus textos acrescentam novos elementos a seus relatos, como a possibilidade de opinar sobre a paisagem urbana e natural do Distrito Federal. Ao mesmo tempo, embora essa circunstância tenha favorecido registros importantes sobre os costumes e sobre o cotidiano da cidade que são difíceis de encontrar em outras fontes, não vimos em seus relatos apenas uma descrição objetiva do que eles encontraram durante a viagem. Todos eles se detiveram em grandes questões políticas, econômicas, históricas e sociais relacionadas ao que a nova capital prometia para o futuro da nação brasileira. O que nos indica também o quanto esses tópicos estariam na ordem do dia, tomando conta inclusive dos assuntos cotidianos dos brasilienses e dos brasileiros em geral. Podemos inferir que essas discussões não ocorriam apenas no âmbito da imprensa ou do parlamento, mas pertenciam também às conversas informais dos cidadãos comuns.

Sem o compromisso de endossar as narrativas legitimadoras de Brasília, seus relatos ajudam a desconstruir alguns mitos que

139 SEGAWA, Hugo. Brasília: a pátina do futuro. Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. Campinas, v. 10, n. 3 [19], p. 430-474, 2018, p. 441.

os discursos mudancistas buscaram erigir, como o trabalho justo e heroico dos candangos ou o da cidade sem especulação imobiliária. E o fazem justamente a partir de outros relatos e opiniões de pessoas com quem se depararam ao longo de suas jornadas, tendo-as ora como fontes ora como personagens de uma história de Brasília que pouco foi contada à época, quando vigoravam nos textos de caráter historiográfico a chamada epopeia da construção da nova capital, com seus grandes feitos e grandes personagens históricos.



O narrador favelado

Deus fez o mundo com sua mão criadora; fez Brasília, por um cérebro que excedeu em capacidade; e o mesmo Deus Todo-Poderoso fez a Vila Planalto para os nordestinos purgarem aqui os seus pecados. É o que eu penso ao ir passeando.

*José Marques da Silva,
Diário de Um Candango*

Já havia três anos que José Marques da Silva, então com 23 anos, trabalhava como caixa no Brasília Palace, quando foi chamado pela direção do hotel para ouvir que estava demitido. Ele havia chegado a Brasília de sua cidade natal, Ipameri, no interior de Goiás, para assumir aquele emprego em 1958 e sentiu-se injustiçado, pois durante todo esse tempo nunca havia faltado a um dia sequer de trabalho e tampouco lhe foram apresentados motivos para a sua demissão. Recebeu apenas Cr\$ 60.000,00 de indenização, considerados insuficientes pelo Ministério do Trabalho, que obrigou o hotel a dobrar a quantia. Com o montante na conta bancária, passou a percorrer as cidades satélites em busca de um novo emprego e um novo lugar para morar. Foi a Taguatinga e ao Gama, mas nada encontrou.

Após muitas andanças, ficou sabendo que havia um bar à venda na Vila Planalto, assentamento informal que já conhecia, por ser vizinho ao seu antigo local de trabalho. O dono pediu Cr\$ 220.000,00, mas ele regateou e conseguiu levar, por Cr\$ 195.000,00. Foi então que se tornou dono do Bar e Restaurante São José, começando uma nova fase de sua vida: a de um candango favelado.

Favelado é uma alcunha que o próprio José Marques da Silva atribui a si mesmo no livro que escreveu a partir de sua vivência na Vila Planalto: *Diário de um Candango*¹, em que registra apontamentos do seu cotidiano, do dia 13 de outubro a 31 de dezembro de 1961. Este capítulo se dedica exclusivamente à análise das representações que emergem

1 SILVA, José Marques da. *Diário de um Candango*. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1963.



Figura 26. A capa de *Diário de um Candango* parece buscar representar o contraste entre a cidade monumental e a favela.

desse livro, com atenção às especificidades que a perspectiva de um autor que escreve de dentro de uma favela pode conferir à narração de uma Brasília que, de antemão, parece-nos que se diferencia daquela capital que costumava ser representada na historiografia ou mesmo em outros textos literários da época. Antes de partirmos para a análise do conteúdo do diário em si, contextualizamos a publicação do Diário e sua

recepção crítica, bem como dedicamos breves considerações sobre a construção histórica, linguística, social e racial da figura do candango, passando, em seguida, a uma também breve contextualização do espaço onde se passam os fatos narrados pelo autor.

O volume foi lançado em 1963 pelas Edições O Cruzeiro e, ao que tudo indica, no embalo do sucesso de *O quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, que havia se tornado um grande sucesso de vendas desde o seu lançamento em 1960. Em um momento do diário, o autor chega a relatar um episódio em que, em tom zombeteiro, um frequentador de seu bar o compara com a escritora mineira: “Zombam de mim e do meu diário. Chamam-me de ‘Carolina’. Será que me pareço com ela?”², o que demonstra o sucesso popular do livro de Carolina e que repetir o êxito comercial com um livro de temática semelhante parece ter sido a intenção dos editores de *Diário de um Candango*. Na orelha do livro, jamais reeditado até os dias de hoje, um texto não assinado registra: “Não temos dúvidas em afirmar que esse livro alcançará o grande sucesso que merece e se tornará um dos nossos maiores ‘best-sellers’.”³ Previsão que não se confirmou, uma vez que, como mencionamos, sequer foi lançada outra edição e tampouco há registro de posteriores reimpressões do livro. Além disso, até hoje encontramos pouca informação sobre o autor do livro, muitas vezes — como na própria orelha do volume — erroneamente identificado como um autor nordestino. Equívoco que pode ser explicado pelo fato de pairar sobre o imaginário relacionado aos candangos a falsa ideia de que eles seriam majoritariamente dessa região do Brasil.

Ao longo dos anos, até sua morte em 2008, José Marques da Silva tornou-se importante figura dos anos iniciais da história literária de Brasília, mas, apesar do reconhecimento, acabou sendo cada vez mais conhecido apenas entre especialistas, com diminutos registros em publicações especializadas. Consagração que não atingiu público mais amplo. Entre outros motivos, um dos que possivelmente tenha contribuído em maior grau para esse esmaecimento foi o abandono, por parte do autor, da intenção de levar adiante a carreira de escritor, tendo sua obra restrita a seu primeiro livro que aqui analisaremos.

Sobre José Marques da Silva, o *Dicionário de Escritores de*

2 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 111.

3 EDIÇÕES O CRUZEIRO. In: SILVA, José Marques da. *Diário de um Candango*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1963.

Brasília, de Napoleão Valadares, registra apenas que ele é natural de Ipameri (GO), mudando-se para Brasília em 1958, onde diplomou-se em direito. Acrescenta: “Advogado, assistente administrativo da Terracap. Colab. em periódicos. Premiado em concurso literário. Pert. à Associação Nacional de Escritores.”⁴ Tal premiação em concurso literário, a segunda colocação na categoria Ficção de Brasília, esteve envolvida em uma polêmica causada pelo poeta, ficcionista, teatrólogo, crítico literário Ézio Pires, que acusou em 1965, em artigos publicados no jornal *Correio Braziliense*, o vencedor do primeiro lugar da categoria, o contista Almeida Fischer, de ter inscrito *Diário de um Candango* no prêmio à revelia de José Marques da Silva. A intenção, segundo Pires, seria fazer com que houvesse apenas um concorrente na disputa. O crítico questiona ainda a inadequação do livro de Silva na categoria de ficção, uma vez que seu diário seria certamente uma obra literária, mas do gênero não-ficção, ou “documentário”⁵. Sem muito discorrer sobre o diarista e sua obra única, Ézio Pires faz diversas menções a José Marques da Silva e ao *Diário de um Candango* em artigos que publicou no periódico até meados dos anos 1980 e que posteriormente reuniu no livro *Literatura na criação de Brasília*⁶.

Encontramos ainda algumas menções a José Marques da Silva e a seu diário em *História da literatura Brasiliense*, de Luiz Carlos Guimarães da Costa⁷. Todas elas enfatizam o pioneirismo do escritor na produção literária de Brasília e a importância do caráter documental do seu relato.

Outra importante referência à sua obra é o ensaio publicado na revista *Leitura*, por Samuel Rawet, prestigiado escritor polonês que veio morar no Brasil aos quatro anos de idade, em 1933. Aqui, formou-se em engenharia e mudou-se para Brasília a fim de trabalhar como calculista das obras de Oscar Niemeyer, sendo responsável,

4 VALADARES, Napoleão. Dicionário de escritores de Brasília. Brasília: A. Quicé, 1994, p. 166.

5 PIRES, Ézio. Literatura na criação de Brasília. Brasília: Compukromus Editoração e Assessoria Gráfica, Brasília: 1999, p. 57.

6 PIRES, Ézio. Op. Cit.

7 COSTA, Luiz Carlos Guimarães da. História da literatura brasiliense. Brasília: Thesaurus, 2005.

entre outros edifícios, pelo cálculo estrutural do Congresso Nacional⁸.

Após ter lido o *Diário de um Candango* no mesmo ano em que foi publicado, Rawet reconhece a qualidade da obra e se lança à procura do autor favelado pelas ruas de terra e por entre os barracos da Vila Planalto, buscando-o a partir dos pontos de referência que estão registrados no diário sobre o território da favela. Ele descobre então que muito da paisagem descrita por José Marques da Silva já não existia mais e só o encontra após pedir informações aos habitantes do local. Além de transcrever trechos da obra, consegue registrar, por meio das lentes do fotógrafo creditado na revista como Célio A. de Azevedo, uma das raras imagens de José Marques da Silva, que posa em frente ao Bar e Restaurante São José, que então já não funcionava mais. Samuel Rawet deixa registrado ainda uma interessante descrição do que era a Vila Planalto naquele ano de 1963, explicando o contexto urbano em que o diário foi escrito:

A Vila Planalto, no início, apenas um acampamento de obras, enquanto erguiam monumentos da Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios, é hoje uma cidade enquistada entre o lago e a estrutura do edifício do Tribunal de Contas. Cidade improvisada que se afirma como a triste riqueza humana da pobreza, e com os vínculos determinados pela presença dos homens, mulheres, crianças, animais. É desse agrupamento, talvez transitório, que o autor nos dá testemunho.⁹

Além da explicação de como era a Vila Planalto em que viveu José Marques da Silva, construindo a imagem do território que o escritor candango considera uma favela, chamamos atenção para o caráter provisório do assentamento ressaltado por Rawet. Isso porque tal como o planejado para a Cidade Livre e outros agrupamentos urbanos, a Vila Planalto deveria ser desmontada e seus moradores dispersados ao fim das obras de construção de Brasília, às quais se dedicava a maior parte de seus habitantes.

No mesmo ensaio, Rawet, acertadamente, ao nosso ver,

8 KIRSCHBAUM, Saul. Samuel Rawet: profeta da alteridade. 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2000. doi:10.11606/D.8.2000.tde-02052002-160552. Acesso em: 2023-05-22.

9 RAWET, Samuel. *Diário de um Candango*. Leitura: arte e literatura, política e economia. Rio de Janeiro. Nov / Dez 1963, p. 40.

posiciona o texto de José Marques da Silva fora do espectro do “poema laudatório” e dos “ataques de interesses escusos”. Para ele,

Diário de um Candango é o depoimento fermento da implantação de uma cidade, e que registrou durante quase três meses o seu dia a dia. É um testemunho que afirma, negando. Que descreve um ambiente operário real e generalizado. E que termina com um acento um pouco melancólico.¹⁰

Enfocar apenas a melancolia que haveria na Vila Planalto era justamente do que José Marques da Silva se ressentia ao se deparar com as críticas em jornais da época acerca de seu livro. Isso está registrado, inclusive, nesse ensaio de Samuel Rawet: “Lamenta que só queiram ver em seu Diário um roteiro de misérias e tristezas, de pobreza e humilhação. Acha que não deram importância ao outro lado, ao aspecto belo e alegre que soube vislumbrar naquele aglomerado humano.”¹¹

São justamente textos publicados em periódicos as fontes de pesquisa mais abundantes de registros de seu livro e de sua biografia, ainda assim, escassos diante da relevância literária e documental atribuída a seu diário. Podemos citar, entre diversos outros registros, a reportagem do *Correio Braziliense* de dezembro de 1964¹² que publica dois poemas de sua autoria de um livro vindouro, intitulado *Lira Candanga*, que, ao pesquisamos, nunca chegou a ser publicado. É também na imprensa, como nos já mencionados artigos de Ézio Pires, que vemos uma tentativa de resgatar José Marques da Silva e tratá-lo como um relevante e pioneiro escritor de Brasília. Nesse caso, a palavra “pioneiro” pode ser usada tanto no seu sentido literal, ou seja, despida do significado que essa alcunha ganha ao se referir aos primeiros habitantes da nova capital, quanto desse epíteto tão característico dos precursores moradores da cidade, que, como vimos, ganharam um status que os distingue daqueles denominados candangos. No caso de José Marques da Silva, vemos uma interessante condição ambígua de candango e pioneiro, em que ao ganhar destaque literário, o candango foi alçado à condição de pioneiro.

10 Idem.

11 Idem.

12 CORDEIRO, Tamires. Um candango e sua lira. *Correio Braziliense*. Brasília. 23 de dezembro de 1964.

Quem também buscou valorizar essa condição de pioneiro do escritor foi a jornalista Conceição de Freitas, que dedicou a ele pelo menos duas crônicas publicadas em sua coluna *Crônica da Cidade*, no *Correio Braziliense*, em 2004 e 2008¹³. Em ambos os textos, a cronista busca apresentar ao grande público aquele que ela considera, tal qual outras reportagens de jornal e menções em livros de história da literatura brasiliense, o primeiro escritor de Brasília. Título que não é uma conquista exclusiva de José Marques da Silva, uma vez que, como mostra o historiador José Gomes do Nascimento, um ano antes, em 2003, a jornalista, em outra crônica na mesma coluna, já o havia concedido ao escritor Clemente Luz, denominado por ela de Pero Vaz de Brasília, afirmando “que ele foi o primeiro a escrever sobre a cidade ainda na construção.”¹⁴ Como nesses casos, estabelecer a primazia de fatos e personagens tornou-se um recorrente lugar comum nos escritos historiográficos sobre Brasília, um expediente que remete a “uma concepção tradicional de história e apontam critérios de distinção e valoração com base na noção de precedência.”¹⁵

Além da tentativa de tirá-lo do ostracismo e de revelar o escritor ao grande público de Brasília dos anos 2000, Conceição de Freitas ainda faz um apelo ao final de suas crônicas, lançando as perguntas: “O que foi feito de José Marques da Silva”, no texto de 2004, e “Onde andaré José Marques da Silva”, em 2008, fornecendo-nos mais um indício de que o escritor deveria mesmo estar esquecido pelos leitores brasilienses, além de seu paradeiro ser, possivelmente, desconhecido. O que a jornalista não poderia prever, obviamente, é que ele morreria pouco mais de quatro meses após a última pergunta que fez sobre sua localização. A causa da morte? Um simples ferimento no tornozelo não tratado e infeccionado. Informação que ela mesmo revelaria em uma reportagem sobre o literato, também no *Correio Braziliense*, exatamente

13 FREITAS, Conceição de. Bem longe da utopia. Coluna *Crônica da Cidade*. *Correio Braziliense*. Brasília, 29 de janeiro de 2004; FREITAS, Conceição de. Diário de um triste candango. Coluna *Crônica da Cidade*. *Correio Braziliense*. Brasília, 8 de junho de 2008.

14 NASCIMENTO, José Gomes do. Memórias, representações e cotidiano: Clemente Luz e suas crônicas em/ de Brasília. 2020. 226 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 19.

15 DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 27, n. 1, p. 11–34, 2019, p. 25.

um ano depois de seu desaparecimento, aos 70 anos de idade¹⁶.

Na mesma matéria, além de perfilar o escritor como uma pessoa triste e, tal como nas crônicas publicadas em sua coluna sobre Brasília, focar o lado melancólico de seu Diário, a jornalista revela que os colegas de trabalho do escritor não sabiam que ele havia publicado um livro e até mesmo sua esposa e filha teriam apenas “vagas notícias da existência da obra.”¹⁷ Outro indício de que o escritor e sua obra não teriam resistido à passagem do tempo, deixando de ser conhecidos por um público mais amplo, a despeito de seu relevante valor literário e documental.

Valor documental este que, como vimos, é frisado nas menções ao escritor e ao seu diário em livros de história da literatura brasiliense. A própria editora que publicou Diário de um Candango, vislumbrava, na orelha do volume, que

No panorama da literatura, testemunhos como esse têm ocupado um lugar especial, pelos subsídios que trazem não apenas para a análise da psicologia e das reações de agrupamentos humanos que vivem determinadas situações sociais, políticas ou históricas. “Diário de um Candango”, de José Marques da Silva, ficará decerto como documento imprescindível para todos os que, nos dias de hoje ou no futuro, quiserem conhecer, estudar ou pesquisar a realidade da vida dos já legendários Candangos de Brasília.¹⁸

Se os mesmos editores que escreveram esse texto erraram ao acreditar que o livro seria um “*best-seller*”, acertaram em vaticinar a importância histórica que o volume lançado por eles naquele momento alcançaria ao longo dos anos. A publicação em livro pode, inclusive, ter salvado o documento da destruição e garantido a possibilidade de que ele fosse tomado como fonte de pesquisa sobre a capital em construção ou sobre, nas palavras do texto, sobre os “legendários Candangos de Brasília”.

Essa é uma visão sobre a pertinência do diário pessoal enquanto fonte histórica já consolidada entre os historiadores. É o caso de Maria Teresa Cunha. Para a pesquisadora, os diários

16 FREITAS, Conceição de. Diário de um homem triste. Correio Braziliense. Brasília, 17 de outubro de 2009.

17 Idem

18 EDIÇÕES O CRUZEIRO. In: SILVA, José Marques da. Diário de um Candango. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1963.

contêm “registros de práticas sociais que partilham da constituição de um regime de historicidade, ou seja, expõem as formas de como indivíduos em sociedade tratavam seu dia a dia, naquele momento da escrita.” Acrescenta ainda que eles eternizam “ideias, saberes, valores, acontecimentos e dizeres, além de fantasias, medos e experiências — tudo isso são representações de um outro tempo que dão sentido ao mundo social, criando outras realidades.”¹⁹ Assim, alerta que cabe “ao historiador sempre relativizar suas fontes. Para isso, é importante considerar informações dos/as diaristas como indícios sucessivos do passado que fornecerão pistas para conhecer e interpretar meandros da vida cotidiana”.²⁰

19 CUNHA, Maria Teresa. Territórios abertos para a história. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2020, p. 253..

20 Idem, p. 254.

O candango

Contextualizado o local onde se passa o *Diário de um Candango*, façamos agora uma breve digressão sobre construção da figura do candango, e sobre como a acepção da palavra foi se transmutando até ser apropriada pelos discursos dos protagonistas da fundação de Brasília, sendo usada para caracterizar uma massa homogênea de trabalhadores com os quais, eles, altos funcionários do governo, e o próprio presidente, formariam uma grande família.²¹

Encobrimo as degradantes e exaustivas jornadas de trabalho e as violências laborais a que estavam submetidos esses trabalhadores, podemos afirmar que houve um esforço oficial de positivar tanto a figura do candango quanto a origem do termo, como contraponto ao inicial sentido pejorativo que o termo carregava para se referir aos operários. Assim, como aponta o historiador Guilherme Lemos, “em Brasília, o candango fixado como operário ‘mulato’ na historiografia e no discurso dos idealizadores da cidade teve sua imagem reinventada e (re)visitada para mobilização de uma identidade comum ao moderno brasileiro.”²² Afirmativa que vai ao encontro do que observou James Holston, para quem a figura do candango foi “forjada na retórica da construção nacional.” Segundo o antropólogo, essa caracterização do candango teria sido “promovida tanto como exemplo do efeito que Brasília deveria exercer sobre a vontade nacional, quanto como evidência do surgimento de um novo homem comum, o bandeirante moderno, capaz de concretizar o grande destino do país.”²³ Tal retórica nacional se ampararia naquelas três estratégias de legitimação da cidade que abordamos no primeiro capítulo desta pesquisa: “as da ruptura

21 VIDESOTT, L. Os Candangos. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, [S. l.], n. 7, p. 21-38, 2008. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i7p21-38. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44721>. Acesso em: 5 jun. 2023.

22 LEMOS, Guilherme Oliveira. No dilacerar do concreto: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 – 1971). 2022. 264 f., il. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022, p. 57.

23 HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 210.

histórica na criação de um futuro moderno, da analogia histórica com a reiteração do passado patriótico, e da participação dos anteriormente excluídos na construção de um presente democrático e carismático.”²⁴ Operação que acabou forjando na figura do candango a representação de uma massa homogênea de trabalhadores, ou uma generalização do morador de Brasília, aparentemente não idiossincrática e sem conflitos entre si, sejam eles de natureza econômica, cultural ou racial.

Em discurso escrito para a comemoração do aniversário de Israel Pinheiro, então presidente da Novacap, em janeiro de 1960, Juscelino Kubitschek se refere ao candango como “figura bronzeada” de um “titã anônimo, que é o candango, herói obscuro e formidável da construção de Brasília e para o qual desejo ter neste discurso a palavra calorosa do merecido louvor.”²⁵ Além de ser expressiva de como os protagonistas da fundação de Brasília buscaram heroicizar o candango desprovido de identidade individual, ou “anônimo” nas palavras do presidente, esse discurso de JK exemplifica também o que Guilherme Lemos chama de “operário mulato”, quando Kubitschek fala em “figura bronzeada desse titã anônimo”. Discurso que tergiversa sobre uma realidade hoje apontada por pesquisadores como o próprio Guilherme Lemos²⁶: a maioria dos candangos eram pessoas negras. Mas, como veremos adiante, nos discursos que circularam com a intenção de glorificar esses trabalhadores, parece não haver consciência ou até uma possível tentativa de esconder ou amenizar essa questão racial, representando-os como “mulatos”, nos termos de Lemos, ou de pessoas miscigenadas, resultado de um suposto encontro harmonioso entre as três raças que teriam formado a população brasileira.

O livro *Brasília: Folclore e Turismo*, de Francisco Manoel Brandão, editado em 1957 — que figura entre aqueles enviados ao exterior pela Novacap para divulgar Brasília internacionalmente — faz um inventário de atrações turísticas e manifestações de cultura popular de cidades goianas próximas ao Distrito Federal, mas também dedica um capítulo à origem e à evolução da conotação da palavra

24 Idem.

25 KUBITSCHEK, Juscelino. Brasília, 3 de janeiro de 1960. Discurso proferido nas solenidades comemorativas do aniversário do presidente da Novacap doutor Israel Pinheiro (discurso lido pelo chefe da casa civil, ministro José Sette Câmara Pilho). Brasília: Presidência da República, Coordenação Geral de Documentação e Informação, p. 13.

26 LEMOS, Guilherme. Op. Cit.

‘candango’. Nessa seção, o autor discorre longamente sobre o tema, citando dezenas de filólogos e outros intelectuais, como Sílvio Romero e Coelho Neto, que escreveram sobre os mais variados significados e possíveis etimologias do termo. Entre eles, vemos um certo consenso apenas em relação à procedência africana da palavra. Alinhando-se à vertente que buscava conferir uma conotação positiva ao termo e construir a ideia do candango como herói nacional, Francisco Brandão nega qualquer acepção negativa da palavra e especula sobre o que ouviu de um baiano radicado em Formosa (GO), cidade do entorno do DF, a respeito do significado da palavra, relacionando à miscigenação racial, sendo sinônimo de Cafuçu:

E aí, em grande parte, deve residir verdadeiramente o novo significado da palavras CANDANGO, vinculado esse significado a causas e razões de ordem etnológica e sociológica, eis que deixou de ser um termo depreciativo contra o português para, desatendendo a etimologia em proveito daquelas causas e razões, indicar o homem nacional descendente do índio brasileiro e do índio africano, ou seja, do mameluco e do preto, brasileiro esse que veio a constituir a grande massa proletária, o contingente de irradiação rural nas regiões onde o preto se mesclou com o índio ou com o tapuio descendente de mameluco e branco.²⁷

O autor defende, portanto, que a “grande massa proletária” seria fruto da multiétnicidade brasileira, relacionando a origem da palavra candango ao mito das três raças, em uma tentativa de destituí-la de sentidos negativos.

Em outro momento de seu texto, Brandão atribui a disseminação pejorativa do termo a sindicalistas e ativistas pelos direitos do trabalhador da construção de Brasília, lançando um virulento ataque àqueles que organizavam resistência à violência laboral e à desumanidade dos canteiros de obras da capital. Afirma ainda que “CANDANGO, para eles [sindicalistas], não seria um nome correspondente a PAU-DE-ARARA, a ARIGÓ e sim a ‘ESCRAVO’, a ‘CACHORRO DE PORTA DE AÇOUGUE’. É uma intriga assim

27 BRANDÃO, Francisco Manoel. Brasília: Folclore e Turismo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ouvidor, [1957] 1998, p. 168..

quase parecida com a do marmiteiro.”²⁸ Vemos, portanto, que embora sua intenção seja de atacar os sindicalistas e defender a conotação positiva do termo candango, o autor não considera que alcunhas como pau-de-arara também carregavam sentidos negativos relacionados à origem e à classe dos trabalhadores.

Para provar sua teoria, Brandão reproduz ilustrações de um marceneiro da Novacap e artista popular baiano: Oswaldo Di La Fuente. Uma delas representa o Candango como fruto da união das três raças, das quais seria resultado: brancos, negros e indígenas. Em outra, que retrata os trabalhadores na fila do SAPS (Serviço de

28 Idem, p. 171.



Figura 27. Ilustração do artista popular baiano Oswaldo Di La Fuente, que atribui ao Mito das Três Raças a origem do candango. Fonte: BRANDÃO, 1957, p. 167.



Figura 28. Ilustração de Oswaldo Di La Fuente busca mostrar a diversidade racial dos candangos na fila do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social). Fonte: BRANDÃO, 1957, p. 170.

Alimentação da Previdência Social), é possível notar uma diversidade racial entre os candangos, ainda que possamos perceber uma predominância de pessoas brancas representadas entre eles.

Concluindo sua argumentação, Francisco Manoel Brandão também evoca o bandeirismo para positivar o termo:

Quem quiser a palavra CANDANGO como ofensiva, desprimorosa, tem-na conforme a sua intenção inamistosa. Quem aplicá-la como um título que corresponde ao espírito de luta, à tenacidade do homem obreiro que emigra da sua terra natal em busca da própria sobrevivência, de maiores rendimentos de ganho e trabalho, nenhuma ofensa terá irrogado. CANDANGO, para nós, quer dizer BANDEIRANTE moderno, homem pioneiro de Brasília, assim como PRACINHA, que ontem era diminutivo pouco lisonjeiro, hoje é medalha de honra no peito dos heróis da FEB, sejam eles generais ou praças de pret.²⁹

Fica clara, então, a defesa veemente do sentido positivo do termo e da efígie do candango, em 1957, sendo heroicizado por Brandão. Não é de se estranhar, portanto, que tal apologético volume tenha sido enviado para representações diplomáticas do Brasil em diversos países para divulgar a construção de Brasília, ecoando o discurso endossado pelos protagonistas políticos da fundação da cidade.

29 Idem, p. 173.

A Vila Planalto

Embora, pelo que nos adiantaram os trechos do ensaio de Samuel Rawet, já possamos ter uma parca ideia do que era a Vila Planalto de que José Marques da Silva trata em seu diário, consideramos pertinente uma melhor apresentação do território onde se passam os relatos do autor. Nas páginas iniciais do livro, antes de passar para o diário em si, o próprio escritor faz uma breve introdução sobre o que era a Vila naquele momento. Com artifício retórico também usado por Machado de Assis de dirigir-se diretamente ao leitor, José Marques da Silva define assim o local: “Leitores, é um lugar aonde primeiro chegam os ‘pau-de-arara’, onde eles com seus ‘conterrâneos’ podem se informar e conseguir emprego.”³⁰ Ou seja, se não foi revisado e alterado depois do acerto para publicar o diário, vemos que o autor já escrevia pensando na futura publicação. Também nos chama a atenção a maneira como ele caracteriza os candangos, chamando-os pejorativamente de “paus-de-arara”, o nome dos veículos que os conduziam a Brasília e à Vila Planalto. Dessa postura, podemos aferir também uma possível intenção de generalizar os candangos como migrantes de origem nordestina. A afirmativa da frase que aparece em seguida corrobora ainda mais nossa hipótese: “Se se empregam bem, aos domingos e sábados vão-se rever na Via; e se se desempregam, também nela permanecem servindo de peso a seus colegas, até que um conhecido leve de volta para o Norte ou Nordeste.”³¹

Ainda contextualizando o leitor a respeito de onde se passam os fatos que ele passará a narrar nas páginas seguintes, José Marques da Silva apresenta dois pontos de vista presentes no imaginário construído acerca do então precária e pobre assentamento:

É tudo a Vila Planalto: para uns é uma favela onde só ratos habitam³², entre os quais pode encontrar rato de 1

30 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p.9.

31 Idem.

32 A presença de ratos nos primeiros anos de Brasília aparece em diversos relatos sobre esse período. Na literatura, há menções em diversos textos de ficção e não-ficção. É o caso de SALGADO, Plínio. 13 anos em Brasília. Brasília: Horizonte, 1973, p. 45.; DANTAS, Paulo. O lobo do planalto. Brasília: Ebrasa, 1970, p. 17, 42 e 43.; e PAIVA, Mário Garcia de. Luana. São Paulo: Edição do autor, 1962, p. 75.

quilo, como um que pesei; para outros é o lugar onde se pode ganhar o pão de cada dia sem se importar com as contínuas amolações que advêm de um emprego.³³

Podemos considerar que essa dualidade se faz presente em todo o relato do autor, ainda que as imagens de miséria, sofrimento e conflitos em alguns momentos ofusquem aspectos positivos como os momentos de satisfação dos moradores da Vila, mesmo diante de tantas “contínuas amolações” que precisam enfrentar para sobreviver naquele lugar.

Um lugar que, conforme a pesquisadora Sandra Beatriz Zarur, surgiu a partir de um conjunto de acampamentos de operários de obras na área central de Brasília. Segundo ela, entre as primeiras construtoras a montar estruturas de alojamento no local, estavam a Rabello e a Pacheco Fernandes, que eram responsáveis pela construção do Palácio da Alvorada e do Brasília Palace Hotel. Mesmo após a conclusão dessas obras, outras construtoras continuaram a montar seus acampamentos junto ao agrupamento que se tornaria a Vila, devido sua localização estratégica para a construção de edifícios como o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, os ministérios e o Palácio do Planalto³⁴.

Assim, a ocupação da Vila Planalto, que teve início em 1956, atingiu seu ápice entre 1959 e 1961, quando já se podia observar um número maior de assentamentos espontâneos³⁵. Isto é, chega a seu apogeu justamente no período em que *Diário de um Candango* foi escrito.

O território ocupado começou a diminuir à medida que os prédios eram inaugurados, acarretando uma progressiva desmobilização dos acampamentos. Além disso, “porções significativas de muitos acampamentos e invasões (Vilas Amauri e da Palha) ficaram submersas quando as águas do Lago Paranoá atingiram a cota planejada e contribuíram para reduzir o tamanho original da Vila Planalto”.³⁶

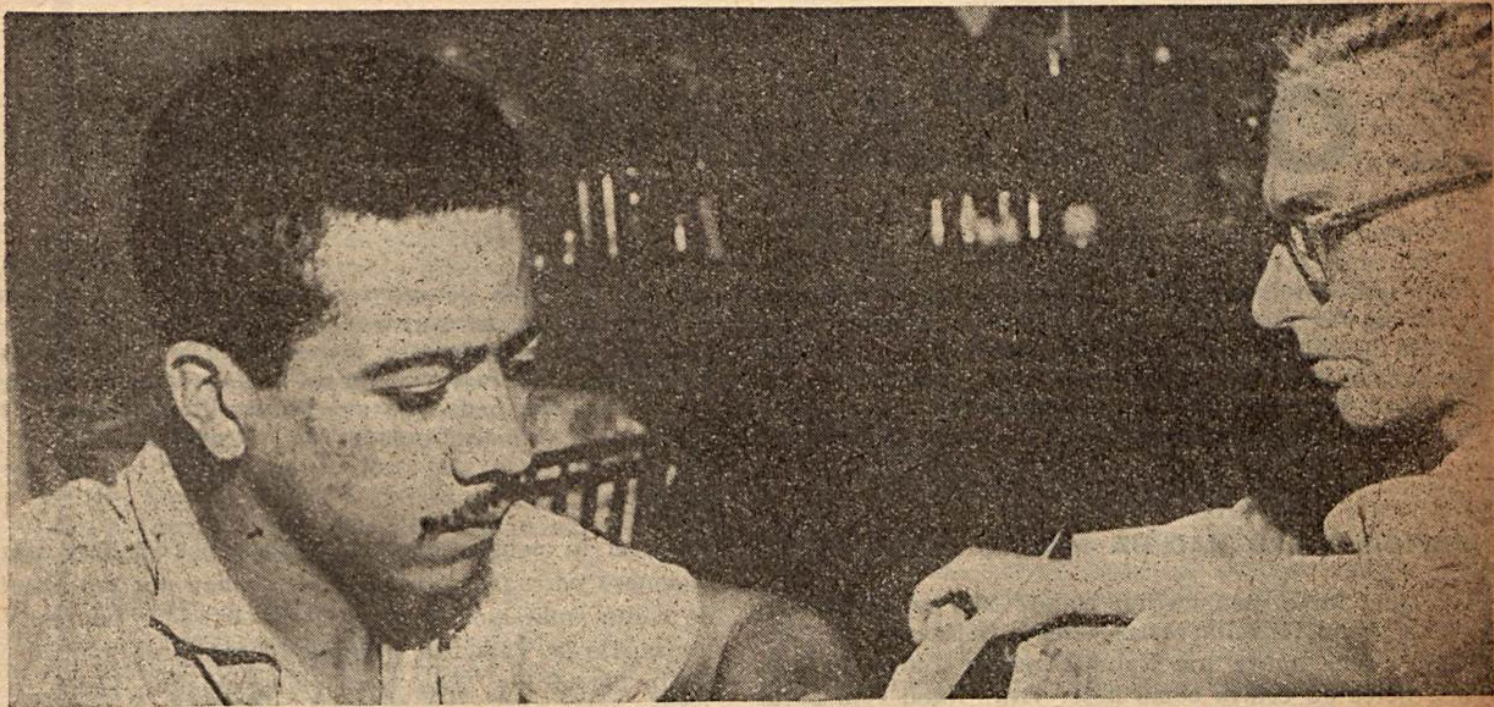
33 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p.9.

34 ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa de C. A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília. 1991. 234 f., il. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano)—Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

35 Idem.

36 Idem, p. 33 e 35.

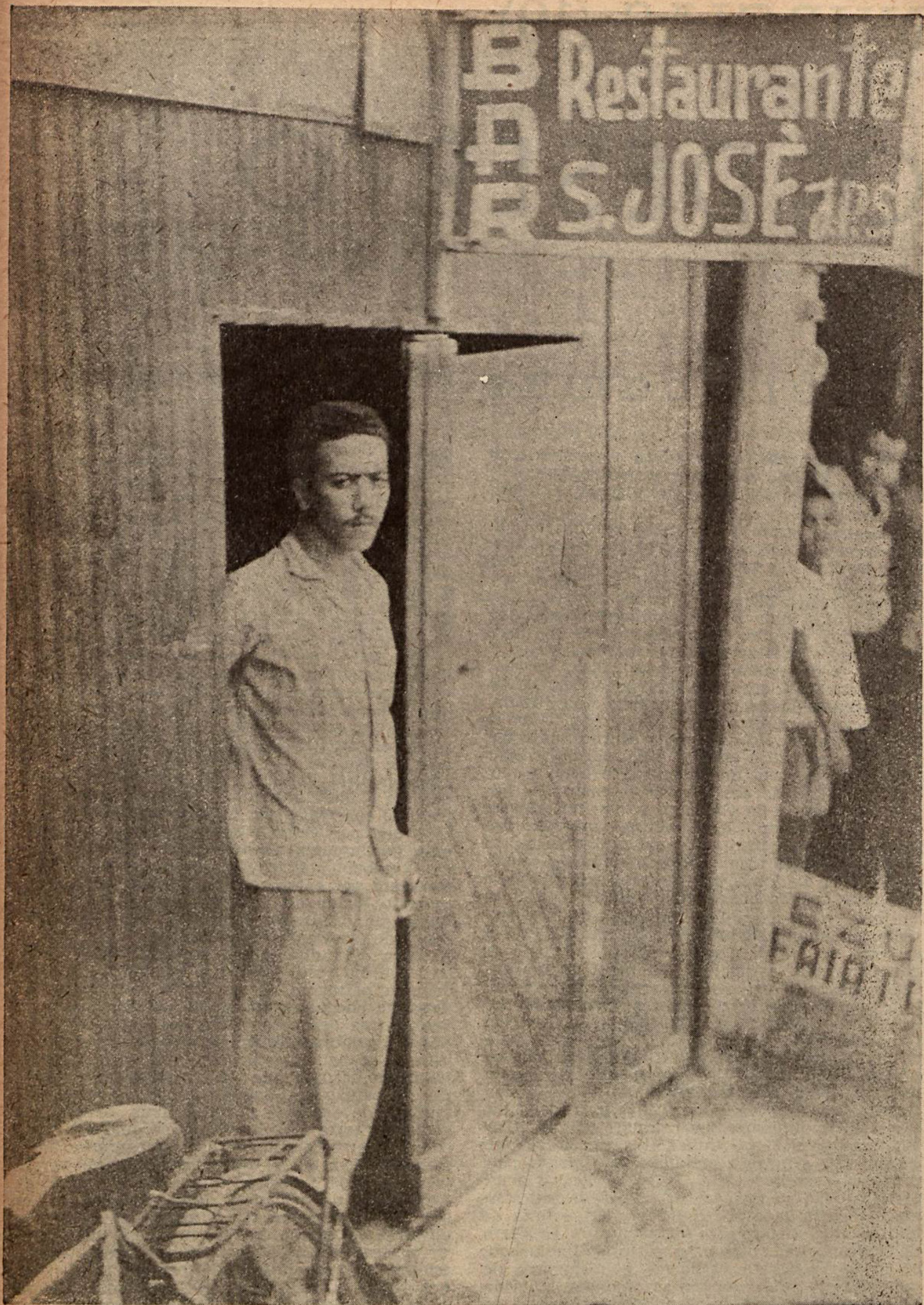
diário de um candango



O AUTOR DE DIÁRIO DE UM CANDANGO — JOSÉ MARQUES DA SILVA — AO LADO DE SAMUEL RAWET



RUA TUPI, VILA PLANALTO. AÍ DECORRE GRANDE PARTE DA AÇÃO DO LIVRO DE JOSÉ MARQUES DA SILVA.



JOSÉ MARQUES DA SILVA À ENTRADA DO BAR E RESTAURANTE SÃO JOSÉ, VILA PLANALTO, EM BRASÍLIA

(página anterior)

Figura 29. Encontro dos escritores José Marques da Silva e Samuel Rawet na Vila Planalto, e uma imagem do espaço urbano da favela na revista *Leitura*. Fonte: *Leitura: arte e literatura, política e economia*. Rio de Janeiro. Nov / Dez 1963.

Figura 30. José Marques da Silva em frente ao seu bar, onde escreve seu diário na Vila Planalto. Fonte: *Leitura: arte e literatura, política e economia*. Rio de Janeiro. Nov / Dez 1963.

E como a princípio eram previstas para serem construções de caráter provisório, as precárias habitações desse tipo de alojamento eram de madeira. Fato que está relacionado ao futuro ainda mais marginalizado dos moradores quando “esses acampamentos foram considerados ilegais em 1960, desencadeando sucessivas medidas para o seu desmantelamento e remoção dos moradores para áreas mais distantes”, como salientam as arquitetas Daniela Barbosa e Maria Fernanda Derntl. No entanto, como elas destacam, “alguns desses espaços resistiram ao desmonte.”³⁷ Foi o caso da Vila Planalto durante e posteriormente à estadia de José Marques da Silva.

37 BARBOSA, Daniela; DERNTL, Maria Fernanda. Embates e questões em torno da preservação de um anterior acampamento de obras em Brasília: O caso da Vila Planalto. *Revista Memória em Rede, Pelotas*, v.14, n.26, p. 144-166, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/RMR.V14I26.21915>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/21915>. Acesso em: 09 fev. 2022, p. 149.

O diário

Logo nas primeiras páginas de seu diário, José Marques da Silva apresenta-se como um candango. Mas não é apenas um candango qualquer, naquela designação de trabalhador migrante de áreas rurais do País que havia chegado ao Planalto Central a fim de trabalhar na construção de Brasília. Além dessas características que reconhece em si, Marques da Silva se autointitula um candango favelado: “Podia estar em minha cidade, ou estar bem empregado aqui, em Brasília; e eis que me transformo num candango, num favelado, correndo o risco de incêndio e arriscando perder tudo o que tenho.”³⁸ Mas vemos, por suas palavras, que parece haver um incômodo de sua parte de estar nessa condição de candango, estado ao qual ele parece pensar ter chegado apenas após ter sido demitido do Brasília Palace Hotel. Antes disso, ele considerava estar “bem empregado”, e por isso não se via nessa situação de candango, como se este fosse apenas o operário da construção civil ou aqueles que viviam na favela, desempregados ou em empregos de menor status.

Também nos chama atenção que, ao mesmo tempo em que ele mesmo se considera um candango, demonstra diversas vezes, ao longo de seu texto, uma distinção que faz de si em relação aos candangos negros ou nordestinos, que às vezes também chama de “nortistas”. Ao narrar um episódio em um bar, transcreve, como algo pitoresco, o diálogo entre um grupo de candangos possivelmente nordestinos: “Vejo um mandando outro beijar o santo; outro pede um leite de camelo. Pergunto-lhes o que vem a ser aquilo. Dizem-me que beijar o santo é beber cachaça; e leite de camelo é cachaça com cinzano.”³⁹ A questão reaparece em registros posteriores: “Conversam, aprecio a palestra de cearenses. Eles trocam o “v” pelo “r”. — Quando tu rái ao Ceará réi, rendê suas raquinha?”⁴⁰ Apesar de afirmar que aprecia, é possível observarmos a ironia que há nesse registro da diferença linguística de seus companheiros. Analisando o

38 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 27.

39 Idem, p. 43

40 Idem, p. 65.

tipo de construção gramatical que emprega em seu diário, como o uso até de mesóclise, podemos supor que ele atribui a si, além de uma superioridade moral, uma superioridade linguística.

O povo aqui ainda não é educado. Tudo atiram no chão, mas graças a Sette Câmara conseguir-se-á mais nobreza e caráter nessa terra que, sob as vistas de D. Bosco, está sendo erguida com as maiores dificuldades, tão comuns na construção duma cidade.⁴¹

Além de um certo menosprezo pelos moradores da Vila Planalto, podemos notar um certo alinhamento à visão e aos discursos políticos correntes à época, não apenas pela citação ao então prefeito de Brasília José Sette Câmara, como pela menção ao mito de Dom Bosco e às dificuldades da construção, ou seja, à retórica da epopeia fundacional da cidade.

Representações racistas dos candangos e episódios de discriminação por parte do autor também aparecem em diversas situações narradas por Marques da Silva em seu diário. É o caso do comentário: “É isso mesmo: negro quando não suja na entrada, suja na saída”⁴², uma frase que circula até os dias de hoje, e definida por Paulo Rogério de Oliveira e Denise Nunes como uma “enunciação aforizante”, um tipo de provérbio que evoca “uma voz de autoridade sentencial generalizante, que não podemos dizer de onde vem, pois é constituída alhures, validada por um hiperenunciador que tem o papel de legitimar e credibilizar tais enunciados.”⁴³ Isso quer dizer que tais provérbios

não deixam de circular e sedimentar sentidos, em nosso caso aqui, sentidos preconceituosos, depreciativos sobre o negro, pois eles fazem parte de um thesaurus coletivo, dito de outro modo, faz parte da comunidade das pessoas que acreditam que o negro é um ser digno de menosprezo nessa sociedade que se julga ser a maioria constituída por pessoas de pele clara.⁴⁴

41 Idem, p. 56

42 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 70.

43 OLIVEIRA, Paulo Rogério de; NUNES, Denise da Silva . Aforização proverbial sobre o negro em diferentes materialidades discursivas: cristalização e circulação de preconceitos e estereótipos. Revista Philologus , v. 60, p. 497-510, 2014, p. 507.

44 Idem.

José Marques da Silva repete, portanto, uma expressão racista, cujo efeito é esse apontado por Oliveira e Cunha, isto é, reforçar o menosprezo da sociedade em relação às pessoas negras. Em outra situação registrada pelo autor, ao narrar um sonho em que teria sido preso, escreve: “O sargento, um preto beijudo, seguia-me com olhos de jararaca.”⁴⁵ Aqui, além do algoz da história ser uma pessoa negra, ele atribui valores negativos às características étnico-raciais negras do sargento, outra típica operação do racismo na sociedade brasileira.

Já o caso de discriminação aparece no relato de uma situação no Bar e Restaurante São José: “Chega um preto, da Pederneiras, pedindo-me que lhe venda fiado até sábado. Digo-lhe que não posso, visto não ser o dono do Bar.”⁴⁶ A atitude discriminatória está caracterizada pela negativa de venda fiado para o homem negro, visto que ele relata em diversos outros momentos vender fiado para numerosos clientes de seu bar, os quais ele não descreve como negros ou atribui qualquer marcador racial. O que nos permite a possibilidade de concluir que o fato de ser uma pessoa negra é o motivo que leva o autor a fingir não ser o dono do bar para negar a venda fiada ao cliente.

Há outros momentos, no entanto, em que o diarista celebra o candango “nortista”, embora com algumas ambivalências em suas representações. Ele elogia, sobretudo, sua coragem e sua virilidade:

É um homem o nortista; ele nasce com o germe da aventura no sangue, e com o demônio de fatalidade em sua vida. Se trabalha, é cortado do serviço; se é cortado, gasta o dinheiro, bebe com os amigos, e volta para suas plagas. Não tem temor. Sabe enfrentar a vida. Isso é que é ser candango. (...) Homem é o cearense, o piauiense, ou de outro Estado qualquer do Norte ou do Nordeste, que sabe enfrentar o destino.⁴⁷

O que nos parece é que para ele, Candango é apenas o homem, e não apenas pela ainda discrepante proporção entre homens e mulheres nos assentamentos de operários naquela época, que mesmo após a inauguração da cidade ainda era um ambiente majoritariamente masculino. Percebemos em seu discurso, ao longo de todo o livro,

45 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 111.

46 Idem, p. 75.

47 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 69.

um tom machista, que o leva a associar apenas homens à figura do candango, nessa sua construção particular da feição de um candango.

José Marques da Silva também enaltece o candango por sua capacidade de resiliência e de — como abordado no capítulo anterior conforme o historiador Luiz Sérgio Duarte da Silva⁴⁸ — conseguir sorrir e ser feliz mesmo em face dos maiores dissabores:

Na desgraça, ele ri; na doença, despreza a tristeza, ao passo que, em Brasília, o funcionário que vive em confortáveis apartamentos, ganhando salário superior aos do resto do Brasil, com suas famosas “dobradinhas”, ajudas de custo etc., não pode ser um candango. Isso não é ser candango, é ser crápula.⁴⁹

Interessante essa comparação com os funcionários públicos que recebiam a privilegiada “dobradinha”, isto é, o salário em dobro como estímulo para aceitarem a mudança para Brasília, além de serem contemplados com um apartamento no plano piloto. O comentário de José Marques da Silva destaca, portanto, que enquanto o candango precisava amargar nos canteiros de obra a “exaustão com horas extras, as ‘viradas’ e as ‘horas-prêmio’, onde trabalho ininterrupto significava salário maior”⁵⁰, os “crápulas”, nas palavras do diarista, contavam com todo o conforto e renda dobrada, desconhecendo o que era viver em uma favela, como a Vila Planalto, na iminência de ter sua casa removida e sua comunidade dispersada.

Além da discrepância entre a vida dos candangos em relação à dos privilegiados funcionários públicos recrutados para Brasília, o autor expressa ainda o contraste urbano entre o território de favela da Vila Planalto e os espaços monumentais da cidade modernista que emergia no Planalto:

Por enquanto, é a Vila a escrófula da mais moderna cidade do mundo. Que contraste! Nobreza e miséria! Desta lama onde vivemos, deste imundo chiqueiro, nós contemplamos nos Ministérios, símbolos da prosperidade e da ordem em nossa Pátria. De um lado, os grandes prédios, a praça monumental que embasbaca qualquer estrangeiro, e de

48 SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

49 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 69.

50 PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In PAVIANI, Aldo [et al.] (Orgs.) Brasília 50 anos – da capital a metrópole. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 235.

outro (a outra face!) a podridão, os homens maltrapilhos, os mendigos nauseabundo.⁵¹

Com efeito, como veremos no próximo capítulo, a despeito de muitas críticas às escolhas modernistas da concepção da capital federal, a Praça dos Três Poderes impressionou os literatos estrangeiros, cujas narrativas já analisamos, mesmo aqueles mais resistentes à arquitetura moderna. Chama atenção também a proximidade do centro cívico monumental — e toda sua simbologia, como aponta Norma Evenson⁵² — da, nas palavras do diarista, “escrófula da mais moderna cidade do mundo”: a Vila Planalto.

Nesse cenário de pobreza e habitações precárias narrado por José Marques da Silva, um problema recorrente são os estragos causados pela chuva, que se alterna com períodos de seca, poeira e extremo calor. Em um dos relatos, ele descreve a situação de sua casa e de sua rua após um temporal:

Cheguei à cozinha e deparei com lindo espetáculo. A torrente levava lenha, garrafas e tudo o que no chão havia. Era uma lagoa a cozinha e o quarto também. (...) Cheguei à sala e vi a rua. Era um rio caudaloso, que levava tudo o que atravancava o seu leito: latas, cachorros, tudo era levado em direção ao lago, que se manchava de lama. (...) Logo depois vimos a desolação: barracos caídos, casas sem teto, gente molhada. Ninguém ficou com a roupa do corpo enxuta.⁵³

Esse cenário de terra arrasada e desolação é reiteradamente narrado por José Marques da Silva, uma vez que o período em que escreveu seu diário, de outubro a fim de dezembro, coincide exatamente com a época de maior incidência de chuvas no Planalto Central. As precárias construções dos barracos da Vila agravam ainda mais a situação e aumentam a tensão provocada pela iminência de cada tempestade:

Já passara por um sono que me satisfizera, pois o candango da Vila não dorme, cochila; assim como não come, pega o boião. Umas pedras resvalaram na cumeeira, era a chuva que se tornava iminente. Súbito, os

51 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 105.

52 EVENSON, Norma. O Simbolismo de Brasília. In: XAVIER, Alberto, KATINSKY, Julio (Org.) Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

53 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 44.

granizos começaram a cair. Não era chuva. Era como um metralhar. O zinco estalava. Os trovões rasgavam o céu e varavam as entranhas da terra. Para quem habitasse apartamentos, era um espetáculo digno de nota; para quem barracos habita era uma tragédia.⁵⁴

Além do registro da terrível tensão com o barulho provocado pela chuva e com a possibilidade de ter o barraco destruído, é interessante a comparação que o escritor faz sobre como seria diferente a experiência de viver a mesma situação fora do contexto da favela, frisando que a forte chuva “para quem habitasse apartamentos, era um espetáculo digno de nota”. O que nos remete imediatamente ao relato de Elizabeth Bishop de uma situação semelhante, pela perspectiva de quem provavelmente habitaria um apartamento, a forma prevalecte de habitação no Plano Piloto: “amigos que estiveram lá na estação chuvosa dizem que é bonito ver as tempestades se aproximando através do planalto, por vários quilômetros.”⁵⁵ Temos, então, a mesma situação narrada sob dois pontos de vista distintos, mas sobretudo, de lugares distintos: dos confortáveis apartamentos modernistas de Brasília e dos miseráveis barracos da favela. Ao escrever sobre a possibilidade de ser “bonito ver as tempestades se aproximando através do planalto”, Bishop confirma o que anotou José Marques da Silva sobre aquilo que para os moradores do plano seria “um espetáculo digno de nota”, e que para ele e seus companheiros da Vila Planalto seria uma angustiante e dolorosa tragédia, uma vez que “o candango não sabe se seu barraco vai ficar de pé depois dum desses temporais.”⁵⁶

Ao fim dessa tempestade do trecho que destacamos acima, o autor relata, com amarga ironia: “poucos barracos ruíram, felizmente. E estão sendo consertados pelos candangos, pelas mesmas mãos que construíram a maravilha do século — Brasília. Cedo ainda o sol nos castiga. É o dilema em que vivemos: calor ou chuva, suor ou

54 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 78.

55 BISHOP, Elizabeth. Uma nova capital, Aldous Huxley e alguns índios [1958]. In: FERREIRA, Armando Olivetti. Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. 2009. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 351.

56 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 78.

lama.”⁵⁷ Uma anotação interessante sobre a solidariedade que havia entre os candangos ao ajudar os companheiros que enfrentavam as mesmas mazelas na Vila Planalto ao mesmo tempo que enfatiza que aquelas mesmas mãos haviam construído a monumental capital, chamada por ele de “maravilha do século”. Sua intenção parece ser justamente apontar esse contraste entre a maravilhosa e moderna “Capital da Esperança”, epíteto eternizado por André Malraux, ainda que, como podemos ver ao longo de toda sua narrativa, inclusive em trechos já mencionados aqui, esse tipo de contradição parece não abalar sua avaliação positiva em relação à grandeza e à importância da construção de Brasília, vista por ele como resultado de “um cérebro que excedeu em capacidade”⁵⁸. Outro ponto relevante desse trecho transcrito acima é a alternância de situações difíceis enfrentadas pelos candangos da Vila Planalto, ora o intenso calor, acentuado pelos telhados de zinco dos barracos, ora a chuva e seu potencial destruidor. Dilema reiterado posteriormente: “Vivemos hoje num círculo de contradições. Dias antes, quase enlouqueço de tanto ver chuva, de tanto ver lama. Molhava-me dentro de casa, molhava-me fora de casa. E agora, quando a chuva se vai, é o tormento do calor que me flagela.”⁵⁹

Outro problema que assolava os moradores da Vila Planalto, registra Marques da Silva, eram os incêndios. “Nessa hora em que passam, três incêndios se juntavam à lista dos ocorridos em Brasília. Brasília é a cidade onde mais se queimam as casas dos seus habitantes.”⁶⁰ De fato, há diversos relatos, tanto na historiografia, quanto nas narrativas literárias, sobre incêndios na Cidade Livre e em outros acampamentos de operários, durante a construção de Brasília. As provisórias instalações de madeira eram, presumivelmente, a principal causa a concorrer para essa situação. O diarista escreve até que os barracos “queimavam somente com o sol”⁶¹. Um momento chama a atenção:

Perto do lago, pertinho da água, o fogo devorador consumia também um barraco. É essa a vida que vivemos,

57 Idem.

58 Idem, p. 116.

59 Idem, p. 113.

60 Idem, p. 117.

61 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 121.

e que Deus nos deixou. Vivemos constantemente cheios de preocupações. Uns, mais engraçados, diziam que o lago estava pegando fogo. Alguns acreditaram e foram ver. Pensei em Anhanguera, o bandeirante que Goiás venera.⁶²

Além de pitoresca a imagem do lago em chamas, como brincam os “mais engraçados”, é interessante a alusão que o autor faz ao mito do Anhanguera, já comentado aqui quando abordamos a história em quadrinhos sobre Brasília, segundo o qual o bandeirante teria ateadado fogo em uma porção de aguardente para ameaçar os indígenas de fazer o mesmo com os rios de Goiás caso eles não revelassem onde haveria ouro na região. Mais um indício do quanto o bandeirismo e esse episódio tão reiterado pela historiografia se faziam presentes no imaginário dos goianos à época.

Não bastassem a pobreza em que viviam, as precárias instalações, as intempéries e incêndios, os candangos da Vila Planalto sofriam ainda com a violência policial exercida pela repressora GEB (Guarda Especial de Brasília), um grupo paramilitar organizado pela Novacap, que causava “mais temor do que respeito.”⁶³ De acordo com Geraldo Irineo Joffily, autor de “Brasília e sua ideologia”, “os praças eram escolhidos entre os candangos de maior porte e alguns ferozes elementos da polícia goiana. De início, aproximadamente 300 homens, que usavam uniforme amarelo, aproveitado das sobras do antigo fardamento da FAB.”⁶⁴ Joffily acrescenta ainda que

Como era de esperar, estes primitivos métodos iriam favorecer toda sorte de abusos de autoridade, prosperando as violências, extorsões, subornos e prevaricações, comprovados no inquérito mandado instaurar pelo Ministério da Justiça, em 1961, que não teve andamento conveniente, porque o escrivão do mesmo foi brutalmente assassinado, no próprio gabinete do Chefe da Polícia, por um dos comissários de polícia implicados.⁶⁵

Vemos pela descrição de Joffily o quão violenta era a atuação da GEB que, segundo o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, chegou

62 Idem, p. 117-118.

63 JOFFILY, Geraldo Irineo. Brasília e sua Ideologia. Brasília: Thesaurus, 1977, p. 52.

64 Idem.

65 Idem, p. 53.

mesmo a implementar uma “atmosfera de terror que se cristalizava sempre sob a ameaça de ‘ir buscar a GEB’, Muitas vezes a simples menção disso era suficiente para dissolver um conflito.”⁶⁶ Não foi o caso, por exemplo, da violenta chacina de trabalhadores, conhecida como Massacre da Pacheco Fernandes Dantas, que foi muito além de uma mera ameaça no domingo de Carnaval de 1959. Uma chacina em que os milicianos da GEB assassinaram dezenas de operários da construtora Pacheco Fernandes, como mostram Nair Bicalho⁶⁷, Gustavo Lins Ribeiro⁶⁸, Joffily⁶⁹, entre diversos outros autores em trabalhos importantes para o registro dessa memória, que passou ao largo da historiografia tradicional, mas recuperada por iniciativa de pesquisadores e da mobilização da sociedade⁷⁰.

José Marques da Silva escreve em seu diário que, na Vila, a GEB era conhecida pelo irônico apelido de D. Justa. “Saímos [de uma festa numa casa da Vila], pois D. Justa chegava com os olhos curiosos. Aqui, na Vila, os candangos apelidaram a polícia de D. Justa; onde ela chega, tudo para de uma vez.”⁷¹ Há ainda outras expressões informais relacionadas à atividade policial. A rádio patrulha é chamada de “sereia”, cujo canto é o barulho da sirene. Já o camburão que leva os candangos presos é chamado de “geladeira”. Vejamos algumas situações em que esses termos aparecem:

Já tendo dormido um pouco, acordo com um barulho de pandeiros e tamborins; parece até terreiro de Umbanda. Escuto um silvo, fecha-se um círculo. A “geladeira” chega, faz-se a fila. Vão dormir nos distritos policiais nada menos

66 RIBEIRO, Gustavo Lins. O capital da esperança: esperança dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora UnB, 2008, p. 58.

67 SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília, p. 10, 2014. Disponível em:

<<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

68 RIBEIRO, Gustavo Lins. Op. Cit.

69 JOFFILY, Geraldo Irenêo. Op. Cit.

70 “Em 2009, a comunidade da Vila Planalto fez uma celebração em homenagem aos operários mortos no acampamento da Pacheco Fernandes Dantas. Colocaram uma lápide no local do antigo acampamento onde ficou escrito para reavivar a memória dos moradores de Brasília: “Em memória dos candangos sacrificados na construção de Brasília – 50 anos do massacre da GEB”. Este ritual espontâneo dos moradores da vila, antigos operários da construção da nova capital é uma prova concreta da presença viva da memória subterrânea que permeia a história da cidade.” SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. Op. Cit. p. 12

71 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 108.

de 100 candangos que estavam a anarquizar o domingo.⁷²

Impressiona nesse relato, que pode ser exagerado da parte do autor, a quantidade de pessoas detidas pela GEB e levadas aos distritos policiais. Situação que aparece novamente em outro registro do diarista, em que a expressão “sereia” é utilizada: “Pelo caminho, ao voltar, num beco apertado, uma sereia apitou. Vinha a radiopatrulha trazendo presos, muitos presos, entre os quais uma menina toda pintada de carvão.”⁷³ Não é possível saber se essa menina a que ele se refere era uma criança ou uma adolescente, mas podemos ver que a GEB não poupava nem as mulheres mais jovens. Era um grupo temido por essas batidas policiais que realizava com frequência, chamadas pelos moradores de “blitz”, detendo os candangos e reprimindo festas, encontros políticos ou mesmo qualquer tipo de reunião de pessoas:

Vejo gente correndo daqui pr’ali; é uma batida, em pleno dia, uma “blitz” a que ninguém escapa. Até o balconista do Bazar Paulista vai cheirar o distrito. Há protestos, o dono diz que vai reclamar pelo “D. C. Brasília” e pelo “Correio Braziliense”. Tal atitude talvez amaine essas feras que se servem da farda para espalhar o terror, a anarquia. Meu Deus, por que não se moraliza essa polícia?⁷⁴

Moralização que jamais ocorreu até o desmantelamento da GEB, que espalhou o terror, para usar as palavras do diarista, enquanto existiu.

E além da violência policial, o autor registra também a violência urbana que havia na Vila. Ele mesmo teria sido vítima de uma tentativa de assalto em seu bar: “Escuto um barulho na cozinha. Pego minha [arma] mauser e deparo-me com um homem que vinha assaltar. Assaltar o que, que tenho eu? Mando-o sair; são 24 horas. Acordo o meu vizinho, Sr. Antônio, e na casa dele passo a noite.”⁷⁵ Mesmo sendo um homem pacato, pelo que relata no livro, vemos que ele tinha uma arma em casa — a mauser é uma fabricante alemã de armas — o que era comum naquele contexto social em que ele vivia.

Apesar de os moradores da Vila Planalto viverem sob a incerteza do futuro de sua permanência naquele lugar, pelo caráter provisório

72 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 109.

73 Idem, p. 132.

74 Idem, p. 103.

75 Idem, p. 98.

do acampamento, e com a possibilidade real de terem de deixar o local para o desmonte das casas, questões fundiárias, transações imobiliárias e conflitos relacionados à posse da terra também são recorrentes no *Diário de um Candango*.

“Saio com o Luizinho à procura dum barraco onde ele possa instalar a família. Encontramos muitos, mas todos por preços exorbitantes.”⁷⁶ Percebemos, assim, que mesmo sem um título que regularizasse a propriedade dos terrenos, a compra e venda de lotes e barracos ocorriam normalmente e ainda com “preços exorbitantes”. Em outro momento ele chega a registrar o valor de um desses imóveis negociados na Vila: “Estava atrás de um barraco para meu amigo Zeferino, demissionário do Hotel, e custei a encontrá-lo. A procura foi enorme. Compramos um perto das ‘Testemunhas de Jeová’, por 30 mil cruzeiros.”⁷⁷

Possivelmente agravado pela insegurança jurídica dessas transações imobiliárias, elas eram causa de conflitos entre os envolvidos no negócio. Em alguns casos, brigas sangrentas, com trágicos desfechos:

Perto de mim João Manoel, um construtor de barracos, queria receber uma quantia numa venda que fizera. Fiquei observando. Eram 17h20. Logo depois ouço nas ruas um barulho ensurdecedor. A gritaria era seguida de choro e pancadas de porrete. O cacete cantava, testas se abriam, e caboclos embolavam-se no chão. Era João Manoel que, num mau momento, varava a barriga de Jair, o rapaz que comprara o barraco. Nunca vi briga tão feia. Jair caiu no chão, seu corpo numa poça de sangue. Dr. Aníbal providenciou que Montenegro, um guarda da G.E.B., o levasse sem demora para o Hospital. Queira Deus que escape, a facada foi muito perigosa.⁷⁸

Uma inusitada situação em que a GEB atua para ajudar os candangos e não os reprimir com violência.

Pelo incômodo com que narra cenas de violência como essa é que podemos depreender que esse era mais um dos motivos pelos quais o autor do diário espera tão veementemente a regularização da Vila Planalto. A vitória dos habitantes da Cidade Livre nesse sentido renova a esperança de que o mesmo ocorra com a Vila: “Em primeiro lugar, minha homenagem toda especial aqueles homens que

76 Idem, p. 107.

77 Idem, p. 77.

78 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 77.

pugnaram tenazmente, foram aos maiores sacrifícios, proferiram os mais combativos discursos pela fixação e urbanização da Cidade Livre.”⁷⁹ Nesse ponto, o autor parece se referir ao Movimento Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante (MPFUNB), organizado para impedir a remoção da Cidade Livre após a inauguração de Brasília. No entanto, mais uma vez, ele prefere privilegiar a institucionalidade e a atuação de políticos com mandatos: “Devia mencionar aqui os nomes consagrados na Cidade Livre, mas, para não me alongar, cito somente os do Senador Lobão da Silveira e do Deputado Breno da Silveira.”⁸⁰ Um desses nomes consagrados que ele poderia mencionar é o de Joaquim Cândido Garcia Neto, mais conhecido como Garcia, um dos líderes do MPFUNB. Breno da Silveira, mencionado por ele, era deputado federal e foi o autor do projeto que resultou na Lei nº 4.020 de 20/12/1961 — ou seja, bem na época em que José Marques da Silva escrevia seu diário — responsável por regularizar a Cidade Livre e fixá-la em seu local de origem: o mesmo onde surgiu às margens da BR-060 como acampamento e ponto de apoio para as obras de Brasília. Isto é, situação bastante semelhante à da Vila Planalto.

No entanto, apesar da vitória da fixação do Núcleo Bandeirante, o diarista parece não ver grandes vantagens da Cidade Livre em relação à Vila: “Em quase nada é a Cidade Livre superior à Vila Planalto: aqui na Vila também há pioneiros favelados como os tem aos milhares a Cidade Livre.”⁸¹ Comentário que revela a percepção que o autor tem da Cidade Livre como uma favela tal qual a Vila Planalto, embora o núcleo original fosse “o core da vida econômica, social e cultural, papel este só superado por Brasília anos após sua inauguração”⁸², segundo afirmação de Nair Bicalho corroborada pelo próprio relato de José Marques da Silva, que registra diversas idas à Cidade Livre para fazer compras para seu bar ou resolver assuntos variados. Aliás, são recorrentes problemas de abastecimento relatados por ele ao longo de seu diário, sobretudo de cerveja e ingredientes para preparar as refeições servidas em seu bar e restaurante.

79 Idem, p. 100.

80 Idem.

81 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 100.

82 BICALHO DE SOUSA, Nair Heloisa. Movimento Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista. In: PAVIANI, Aldo. A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília. Brasília, 2ª Edição, UnB, 2010, p. 205.

Mas como o próprio autor ressalta em declarações a jornais após o lançamento de seu diário, o livro não trata apenas de problemas, nem a Vila seria apenas uma melancólica e desgraçada favela de Brasília. Há momentos em que o autor demonstra o seu apreço pelo lugar, ainda que o descreva por meio de imagens de tons trágicos:

Saio após o almoço, vejo a Vila. Como está esplêndida! A Vila, leitores, eu amo a Vila, com todas essas deficiências que lhe são peculiares; com esses monturos de lixo, onde crianças, homens de amanhã, catam caroços de manga para tirar a poupa. Eu amo a Vila como nunca amei outro lugar.⁸³

Apesar do cenário de precariedade e pobreza descrito pelo diarista, ele ainda afirma ter amor por aquele território, abordado, ao longo de todo seu relato, com sensibilidade e demonstrações de solidariedade com seus pares. Mais uma vez, o autor, nesse trecho destacado, faz uma interlocução direta com o possível leitor do seu diário, o que reforça nossa suposição de que haveria por parte dele uma prévia intenção de publicar o seu diário.

Em abordagem semelhante, José Marques da Silva descreve um acalento que a paisagem natural de Brasília representaria para os moradores da Vila Planalto. Um afago da natureza à dura vida dos candangos que lá habitavam: “Duvido que alguém já notou como é Brasília ao entardecer, principalmente na Vila. Vivemos todas as peripécias comuns aos favelados, mas à tarde Deus nos consola dando-nos um entardecer que em nenhum lugar é como o de Brasília.”⁸⁴ Esses são momentos de seu livro que foram pouco lembrados por quem por ele se interessou em resenhar e do qual o autor guardava certo ressentimento, quando apenas o registro de dores, melancolia e pobreza era valorizado em seu testemunho escrito no diário.

Como podemos ver, entre todos os literatos dos quais já tratamos até aqui, José Marques da Silva é o que menos aborda questões políticas da implantação de Brasília, as expectativas que a cidade gerou e o impacto real e simbólico que ela representaria para o Brasil. Ele tampouco toma a nova capital como mote para discutir questões nacionais, sejam relacionadas à história, à economia ou à política brasileiras. O nome de Juscelino Kubitschek é citado apenas duas vezes. Em uma delas, relacionado um ato político do então ex-presidente na Rodoviária do Plano Piloto:

83 SILVA, José Marques da. Op. Cit., p. 99.

84 Idem, p. 141.

Passa um ônibus, sou convidado a ir à Rodoviária ver o homem que governou o Brasil fazendo 50 anos em 5. Ele voltará em 1965. Dele diria Ibrahim Nobre: “— Foi para o Brasil o filho abençoado. O amigo certo. O melhor irmão! Foi para o Brasil em todas as suas horas o clarim! A Clareira! O Clarão!”. Bem merece quem tudo fez por nossa estremecida terra! O povo o idolatra, os goianos se sentem alegres de tê-lo posto no Senado.⁸⁵

Se havia ônibus para levar moradores da Vila Planalto ao encontro de JK na rodoviária, podemos inferir que mesmo na condição de ex-presidente, o então senador da república ainda guardava a simpatia de parte do eleitorado, sendo capaz de mobilizar pessoas em torno de suas ambições políticas. Também notamos no discurso de José Marques da Silva uma certa esperança com a volta de Kubitschek à liderança do país, e o registro de uma popularidade ainda com vigor entre os brasilienses.

Dessa maneira, ao tratar mais do cotidiano, ainda que específico de um determinado modo de viver, e da Vila Planalto, o *Diário de um Candango* — enquanto fonte para nossa pesquisa sobre Brasília — avança em certas questões que as demais não alcançam da mesma maneira: a multietnicidade e multiculturalidade do candango, a violência policial, a miséria dos assentamentos que se originaram de acampamentos de operários, as dificuldades enfrentadas pela precariedade do espaço urbano e das habitações bastante vulneráveis, sobretudo, às intempéries e ao fogo, além da complexidade das disputas fundiárias lá existentes. Embora outras de nossas fontes literárias também nos forneçam representações de questões relacionadas ao cotidiano, elas ficam basicamente restritas ao Plano Piloto, isto é, à área central de Brasília, e à Cidade Livre, que, geralmente, é vista como um contraponto de vida pulsante e de urbanidade mais acentuada do que se vê na cidade emersa da prancheta de urbanistas modernos. Apesar de relatos sobre a precariedade da infraestrutura, não encontramos outro escritor que a tenha tratado como favela — talvez até pelo apelo que isso pudesse representar após o sucesso do livro de Carolina Maria de Jesus — e as implicações que isso representa, ou outro autor que a tenha vivenciado cotidianamente uma favela brasiliense daquele

tempo, como o fez José Marques da Silva. Um local que, pelo que ele descreve, ao contrário da Cidade Livre, não é aquele a que todos recorrem quando necessitam de comércio, serviços ou diversão. Mas um agrupamento urbano onde não há esse mesmo trânsito ou mistura de classes que percebemos nas representações da Cidade Livre. Um sítio onde é descrita apenas a presença de candangos e de poucos agentes do Estado: os paramilitares da GEB que atuavam mais para oprimi-los do que para assisti-los.

Mas como o próprio autor veio a defender após o lançamento do livro, seu diário também registra um ambiente de luta, solidariedade, festas e muitos momentos de contentamento de seus habitantes. Além disso, o documento deixado por José Marques da Silva colabora para a escrita de uma história de Brasília que não apaga a agência do Candango que, apesar de todos os dissabores que vivenciam, são sujeitos dessa história e não meramente vítimas ou figuras idealizadamente heroizadas, tratadas apenas em seu âmbito coletivo. Uma história em que a maioria dos candangos representados possuem nome, dados de origem e suas individualidades registradas, dentro dos limites que a intenção ou o gênero diário possibilitam. Um olhar que, mesmo muito próximo geograficamente do centro, vê a capital como periferia e a partir da periferia, pois é somente essa a Brasília experimentada por ele e por seus companheiros candangos.

Uma das qualidades mais interessante do registro de José Marques da Silva é justamente esse ponto de vista peculiar, que envolve um ambíguo pertencimento ao grupo de trabalhadores e ao lugar em que habita, mas se distingue dos demais candangos e dirige a eles opiniões preconceituosas. Ao mesmo tempo, incorpora convicções das autoridades políticas e visões de um mundo ao qual não pertence. Por isso, a perspectiva dos fatos, descrições e situações que registra em seu diário nos parece bastante única, uma vez que não é a da total apologia, como fazem os políticos, nem a estrita denúncia da segregação socioespacial como irá fazer a bibliografia crítica emanada de trabalhos acadêmicos. O *Diário de um Candango* apresenta, portanto, uma narrativa complexa e nuançada ao colocar lado a lado o elogio à Brasília, a revolta da situação de vida dos candangos favelados e o preconceito com esses trabalhadores.



Cidade e arquitetura

— Esta cidade é diferente de tudo quanto conhecíamos. Desvirtua juízos e conceitos cristalizados, subconscientemente, em nosso espírito, sobre o aspecto físico e social de uma cidade. Diferente, talvez, não seja uma ideia perfeita. Todas as cidades, nisto ou naquilo, afinal de contas, diferem. Mas, Brasília é uma cidade ao contrário. Põe às avessas, mesmo aquele mínimo que, por instinto, exigimos para sermos felizes numa comunidade.

Raymundo Brito, Brasília Pioneiros e Candangos

O que seria a alma de uma cidade? Uma cidade já surgiria com essa alma ou ela seria criada ao longo do tempo? Que elementos impactariam nesse processo? Perguntas para as quais talvez sequer existam respostas, ou pelo menos respostas únicas e verdadeiras. Para Estela, uma das protagonistas da novela analisada no primeiro capítulo desta dissertação, *Brasília Pioneiros e Candangos*, de Raymundo Brito, “a alma de uma cidade forma-se e resulta de variados aspectos de sua existência física e de pormenores significativos e típicos da vida social cotidiana”. Segundo a personagem, é por meio desses elementos que a cidade “se humaniza, adquirindo uma fisionomia que lhe é própria e que a extrema e singulariza entre as demais.”¹ É uma interessante definição, mas parece não justificar por que, de acordo com essa teoria, Brasília não teria alma, por volta de 1960, tempo em que se passa a narrativa ficcional. Isto é, o mesmo ano em que Simone de Beauvoir também passou pela capital, de onde

¹ BRITO, Raymundo. Brasília: Pioneiros e candangos. Brasília: Pongetti, 1961, p. 127.

escreveu em carta para seu amante americano, Nelson Algren: “vou deixar Brasília com o maior prazer — esta cidade jamais terá alma, coração, carne ou sangue.”²

O que leva essas duas mulheres, uma real e outra fictícia, a convergirem suas opiniões sobre Brasília? Novamente uma questão de difícil resposta diante do desafio de analisar representações literárias em conjunto. Apoiando-nos apenas no que emerge dos textos em análise, podemos afirmar que seria o estranhamento que ambas sentiriam em relação às características modernistas da cidade artificialmente criada, ainda não plenamente construída e habitada, além da paisagem radicalmente distinta das cidades tradicionais, resultado do plano urbanístico concebido sob a égide da Carta de Atenas. Se ainda nos dias de hoje, a arquitetura moderna e os paradigmas urbanísticos de Brasília, tomando de empréstimo o título do artigo de Sylvia Ficher³, são alguns dos aspectos que mais chamam atenção de quem a visita pela primeira vez, podemos conjecturar, portanto, o impacto que tais elementos causaram nos observadores da cidade ainda em construção.

São desses aspectos físicos da capital que trataremos neste capítulo, buscando contextualizar e analisar a maneira como esses literatos viram essas particularidades da nova capital, comparando suas impressões e ampliando a compreensão dos tópicos abordados, por meio do entrecruzamento com outras fontes e com bibliografia especializada. Inicialmente, abordaremos as representações da configuração espacial da cidade, com ênfase nas inovações provenientes do programa modernista. Em seguida, trataremos dos reflexos desse urbanismo na relação da cidade com o automóvel e a maneira como soluções provenientes da técnica rodoviária impactam os habitantes, sobretudo os pedestres. Por fim, analisaremos como a arquitetura moderna é representada nos textos literários, e as novas sensibilidades que o discurso não especializado presente na literatura pode ensejar. As obras literárias analisadas já foram apresentadas em capítulos anteriores, bem como o contexto de suas publicações, e, por isso, dispensaremos uma nova contextualização dessa natureza

2 BEAUVOIR, Simone de. Cartas a Nelson Algren: um amor transatlântico: 1947-1964. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 525.

3 FICHER, Sylvia. Paradigmas urbanísticos de Brasília. Revista da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, nº 65, p. 93-121, 2010.

quando elas forem mencionadas pela primeira vez neste capítulo.

Durante uma extensa explanação de sua teoria de que Brasília não teria alma, a já mencionada personagem Estela aponta a monotonia da paisagem urbana como um dos principais fatores que concorreria para essa condição. Pela sua fala, fica claro que nem a arquitetura e tampouco o urbanismo relacionado às áreas residenciais agradam a personagem:

— (...) Aqui, o espaço era infinito e construíram conjuntos residenciais, em séries uniformes. E tudo é igual, intoleravelmente igual. Quem viu uma superquadra viu as outras. Quem viu um apartamento, viu todos. As casas que existem não foram construídas em ruas, mas, em vilas. Todas as casas iguais. Todas as vilas iguais. Casas pequenas como caixinhas de fósforos e com os fundos para as ruas, dando de frente umas para as outras, como se tivesse havido o intuito de só permitir convivência social dentro do núcleo dessas vilas.⁴

Como vemos, ela reclama da monótona repetição da volumetria, do gabarito, do estilo único dos edifícios residenciais das superquadras e das soluções urbanísticas inusitadas para quem havia vivido toda sua vida em uma cidade tradicional. Isto é, causa-lhe estranhamento, por exemplo, o arranjo espacial do conjunto de casas populares das quadras 700 da Asa Sul. A destinação inicialmente prevista para essa área seria a criação de hortas e floriculturas, no entanto, teve seu uso previsto por Lucio Costa modificado pela Novacap logo após a finalização do concurso que escolheu o plano urbanístico da cidade⁵. Em vez de pomares, no local foram construídos, pela Fundação da Casa Popular, conjuntos com um total de 500 casas para abrigar funcionários do Estado que se mudaram para Brasília a fim de trabalhar na construção da capital. Quando se refere às fachadas das casas voltadas umas para as outras, a crítica da personagem se refere à solução de separar os acessos de serviço e social, este voltado para uma área arborizada prevista apenas para circulação de pedestres, e aquele para um beco entre as casas, ou para uma rua estreita que passou a ser usada para o acesso de veículos.⁶ Ou seja,

4 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p. 128-129.

5 MEIRA, Ricardo Reis. Frente ou fundo?: a inserção da casa unifamiliar na escala residencial do Plano Piloto de Brasília. 2013. ix, 180 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

6 Idem.

uma lógica urbana e residencial bastante distinta do que prevalece em cidades tradicionais como a antiga capital Rio de Janeiro, de onde a personagem se mudou para acompanhar o marido, Carlos, arquiteto empregado nas obras de construção de Brasília.

O tédio que Estela sente em relação à paisagem modernista do Plano Piloto é outro ponto que aproxima seu pensamento ao de Simone de Beauvoir e ao que John Dos Passos registrou sobre o tema. Para o escritor americano,

Embora as longas linhas horizontais dos prédios de apartamento se ajustem melhor ao plano da cidade que a ocasional explosão de arranha-céus ao estilo de Nova York, a monotonia de seus projetos torna-se depressiva. Os próprios apartamentos, vistos de dentro, mostram pouco interesse por parte dos arquitetos pelas necessidades das pessoas que têm de morar neles. (...) Os piores barracos nas favelas adjacentes da Cidade Livre ou de Taguatinga seriam um lugar melhor para se viver.⁷

Consideramos que há um certo exagero na observação de Dos Passos ao afirmar que seria melhor a habitação em barracos nas favelas de Brasília do que nos modernos apartamentos, que, como sabemos, são em geral dotados de espaços amplos e bem iluminados, cujas plantas haviam sido replicadas em dezenas de blocos nas superquadras. Mas a monotonia da repetição dos projetos parecia ser algo que, de fato, causava incômodo aos observadores acostumados com as cidades tradicionais, uma vez que além dele e da personagem Estela, isso também afetou Simone de Beauvoir. Em suas memórias, a escritora francesa se pergunta: “que interesse haveria em perambular entre as quadras e as superquadras de seis a oito [sic] andares, construídos sobre colunas e cujas variações superficiais não atenuam sua elegante monotonia?”⁸, utilizando exatamente a mesma escolha lexical que Dos Passos. Quem poderia respondê-la, apresentando um contraponto a seus argumentos, seria Carlos, marido de Estela, ou seja, também um dos personagens principais de *Pioneiros e Candangos*, que lança mão dos seus conhecimentos de arquiteto, ao lembrar que “nos planos de Brasília estavam previstas zonas residenciais nas duas

7 DOS PASSOS, John. O Brasil em movimento. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013, p. 188.

8 BEAUVOIR, Simone de. Sob o signo da história. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, p. 280.

penínsulas, com um gabarito de dois andares e, além disso, outras áreas para a construção de casas particulares”⁹. Mas naquele ano de 1960 essa parte da cidade, à beira do Lago Paranoá, ainda não era uma realidade. Por isso, Estela não hesita em retrucar:

— (...) Tão cedo não teremos esse direito. Esses poucos lotes só daqui a longos anos poderão ser edificados. Por agora, somos obrigados a ver as mesmas caras e a ter os mesmos contatos todos os dias. Vivemos num arquipélago de quadras, separadas e envolvidas por canais de asfalto. E nem há, mesmo, ruas, mas, estradas, só estradas. Faltam passeios, faltam praças.¹⁰

Dessa fala de Estela, destacamos seu comentário sobre a falta de ruas e uma suposta existência apenas de estradas em Brasília. Uma impressão possivelmente causada pela hierarquização de vias que foi adotada na capital e pelo traçado das vias das superquadras bastante distintas da chamada “rua corredor” típica das cidades tradicionais e que não foi implementada nas áreas residenciais do Plano Piloto. Em outro momento, essa ideia é reiterada pela questionadora personagem: “Aliás, acredito ter havido a intenção deliberada de subverter o conceito clássico de rua: — via pública em que, nós, mulheres, circulamos para sermos vistas pelos homens e os homens para nos verem.”¹¹ Aqui, apesar de a discussão avançar para a importância da rua para a sociabilidade de uma cidade, é necessário ressaltarmos o teor machista desse trecho no qual o autor escreve, a partir de sua visão de mundo masculina, a fala da personagem feminina, acrescentando à sua crítica às ruas de Brasília o fato de sentir falta de ser vista por homens ao circular pelo espaço urbano.

Nesse tópico da ausência da rua e também da praça tradicional, vemos, mais uma vez, uma aproximação entre o pensamento da personagem e a opinião de Simone de Beauvoir. Em suas memórias, antes de se ressentir ao constatar que sua opinião era compartilhada com Carlos Lacerda, para quem Brasília era “Uma maquete em tamanho natural”¹², ou “Uma exposição de arquitetura em tamanho natural”, a escritora francesa anota uma

9 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p. 129.

10 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p. 129.

11 Idem, p. 26.

12 BEAUVOIR, Simone de. Sob o signo da história. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, p. 280.

falta de humanidade que nos salta logo aos olhos. A avenida principal, com 160 metros de largura e 30 quilômetros de extensão, é meio curva, mas tão suavemente, que parece retilínea. Todas as outras ruas lhe são paralelas ou a cortam em ângulo reto, cruzamentos em forma de trevo evitam qualquer perigo de colisão. Só se pode circular de automóvel.¹³

Notamos aí uma crítica à escala de Brasília e à predominância da circulação de automóveis, que se tornaria um dos principais tópicos de críticas e discussões sobre a cidade nas décadas seguintes, fator que, segundo a escritora, seria responsável por grandes distâncias e amplas construções, conferindo frieza e desumanização à capital. Observamos também que embora faça um aceno elogioso aos trevos concebidos por Lucio Costa para evitar o cruzamento de vias, critica o caráter rodoviarista do urbanismo de Brasília, sobre o qual trataremos de forma mais detida mais adiante.

Ainda sobre a questão da circulação em Brasília, Beauvoir antecipa Holston em mais de vinte anos e decreta a inexistência da rua:

Mas a rua, esse lugar de encontro entre moradores e turistas, lojas e residências, veículos e transeuntes — graças a essa mistura caprichosa sempre imprevisível — a rua, tão cativante em Chicago como em Roma, em Londres como em Pequim, na Bahia como no Rio, por vezes deserta e sonhadora, mas cujo silêncio é vivo, a rua, em Brasília, não existe e nem existirá.¹⁴

Quem também se queixa da supressão da rua tradicional, como “esse lugar de encontro” a que se refere Beauvoir, é Estela, de *Pioneiros e Candangos*, em mais uma aproximação do pensamento da personagem ao da escritora francesa. Em carta para sua amiga Glorinha, ela afirma que “a Cidade não tem ruas, mas, somente estradas. E como não temos também praças ou lugares razoáveis de encontros sociais, somos uma cidade em que ninguém encontra ninguém.”¹⁵ Afirmação que nos remete ao que Jane Jacobs aponta em *Morte e vida de grandes cidades*, sobre a “erosão das cidades” ou o resultado do privilégio concedido ao automóvel no espaço

13 Idem.

14 BEAUVOIR, Simone de. Op. cit., p. 280.

15 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p. 26.

urbano. Segundo Jacobs, nesses casos, “as ruas são destruídas e transformadas em espaços imprecisos, sem sentido e vazios para qualquer pessoa a pé”. Além disso, ainda segundo Jacobs, “a feição urbana é desfigurada a ponto de todos os lugares se parecerem com qualquer outro, resultando em Lugar Algum.”¹⁶ Quem também viria abordar essa extinção da tradicional rua corredor mencionada tanto por Beauvoir quanto por Estela, é James Holston¹⁷, no capítulo *A morte da rua*, de *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*¹⁸. Embora não se saiba se ele teria se inspirado nas palavras de Beauvoir, o antropólogo sustenta que a ausência de características da cidade tradicional, como a esquina, competiria para a suposta ausência de sociabilidade nos espaços públicos. Segundo ele, esse problema também estaria relacionado ao isolamento dos edifícios nos terrenos, à grande distância entre eles e ao rígido zoneamento urbano.¹⁹

Tais observações sobre a relação entre a “rua” e a “vida urbana” em Brasília, que se fazem presentes nos textos literários analisados, escritos ainda no período da construção de Brasília, e que ganharam enorme força com a publicação do livro de Holston, hoje são refutados por alguns e até consideradas rasas ou apressadas, muitas vezes desconsiderando-se os diferentes momentos históricos em que tais observações foram feitas. A tese de Holston, especificamente, foi contestada por trabalhos de autores como Frederico de Holanda²⁰ e Adrián Gorelik²¹, mas continua sendo lida como relevante crítica à cidade, ao contrário das narrativas literárias que não circularam da mesma maneira. Por outro lado, como aponta o arquiteto Hugo Segawa, parte dos moradores ainda manifesta opinião semelhante ao que constataram Simone de Beauvoir e Dos Passos, e podemos

16 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1961], p. 378.

17 HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

18 Este capítulo apresenta trechos de MONTEIRO, Chico; DERNTL, Maria Fernanda. *Literatura de viagem: o olhar estrangeiro e as representações de Brasília em construção*. In: Paula André. (Org.). *Antologia de Ensaio*. Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, patrimônio, artes. VIII ? Seminário de investigação, ensino e difusão. 1ed. Lisboa: ISCTE, 2022, v. VIII, p. 61-73.

19 HOLSTON, James. Op. Cit.

20 HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

21 GORELIK, Adrián. *Das Vanguardas a Brasília: Cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

acrescentar nesse rol a personagem Estela, da novela *Pioneiros e Candangos*, uma vez que

Nasceram dessas narrativas muito das reputações que se cristalizaram internacionalmente nas primeiras décadas de sua existência. Decorridos quase sessenta anos da inauguração, Brasília ainda ostenta um imaginário modelado nessas opiniões.²²

Uma permanência que atesta a relevância desses relatos como fonte para estudar Brasília, indicando que importantes tópicos da crítica especializadas sobre Brasília já estavam presentes no imaginário social forjado nos anos inaugurais da nova capital.

²² SEGAWA, Hugo Massaki. Brasília: pátina do futuro. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 10, n. 3, p. 430–474, 2019, p. 467.

Urbanismo rodoviário

Brasília será a única cidade do mundo com tráfego sem cruzamento. Verdadeiro milagre de coragem, patriotismo e heroísmo, tornando realidade o sonho dos inconfidentes.

Moisés Gicovate, *Brasília: uma realização em marcha*

Leocádio Fagundes, um dos personagens secundários da novela *Brasília Pioneiros e Candangos*, de Raymundo Brito, ao narrar seu cotidiano, diz que “os habitantes de Brasília são animais de cabeça, tronco... e rodas.”²³ De forma bastante semelhante, Plínio Salgado registrou em suas memórias que “Brasília é uma cidade do qual se diz que os habitantes devem possuir cabeça, tronco e rodas.”²⁴ Já John dos Passos escreveu em seu relato de viagem que fez à nova capital que “não há como ver a cidade sem ser de carro. Em Brasília, um homem sem carro é um cidadão de segunda classe. Os habitantes mais pobres terão de desenvolver rodas em vez de pés.”²⁵

Observamos aí uma recorrência de representações na literatura que compartilham o mesmo sentido e apropriam-se de imagens muito similares, nas quais homens adquirem características de máquinas, indicando como a mobilidade e o automóvel também estavam vivamente presentes na construção de um imaginário relativo à vida em Brasília em seus primeiros anos de existência. As dificuldades enfrentadas pelo pedestre e a necessidade do carro para vencer as grandes distâncias da cidade moderna, por um lado, e a apologia ao

23 BRITO, Raymundo. *Brasília: Pioneiros e candangos*. Brasília: Pongetti, 1961, p. 137

24 SALGADO, Plínio. *13 anos em Brasília*. Brasília: Horizonte, 1973, p. 119.

25 DOS PASSOS, John. *O Brasil em movimento*. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013, p. 187.

automóvel, por outro, que aparecem nos textos literários que tomamos como fontes da nossa pesquisa, serão, portanto, o foco de nossas análises neste item.

De antemão, inferimos que a reincidência desse tema é um reflexo das soluções rodoviaristas adotadas pelo modelo de cidade escolhido em 1957. Interessante notar que, no relatório de seu plano urbanístico submetido ao certame, tal qual os literatos citados acima, Lucio Costa também lançou mão de uma prosopopeia — ao escrever que “não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família”²⁶ — para justificar suas propostas relacionadas ao carro, sobretudo no que concerne ao traçado viário, à especialização de vias e à separação da circulação de veículos e de pedestres. Características que a arquiteta e pesquisadora Sylvia Ficher aponta com um dos principais paradigmas urbanísticos de Brasília: o rodoviarismo, isto é, “atenção, por vezes desmedida, dada à circulação”, que “peca pelo emprego de soluções eminentemente rodoviárias — portando adequadas a estradas de rodagem — e pelas altas velocidades que possibilita em situações urbanas.”²⁷ Altas velocidades que, em tese, competem para um trânsito mais violento, com aumento de atropelamentos e acidentes automobilísticos. Exatamente os problemas já existentes no Rio de Janeiro, a antiga capital, que, na visão de Elizabeth Bishop, a configuração espacial concebida por Lucio Costa contribuiria para resolver. Em seu relato de viagem, ela lembra que a malha viária do Plano Piloto havia sido traçada para que não houvesse a necessidade de semáforos, graças a eliminação dos cruzamentos por meio de viadutos e passagens subterrâneas. Comparando ao caos que afirmou ter visto no trânsito da antiga capital, ela considerou positiva a proposta de Lucio Costa:

Como a velha capital é famosa pela velocidade terrível de seu trânsito, pelo desrespeito aos semáforos, por motoristas de ônibus loucos e altos índices de acidentes,

26 COSTA, Lucio. Brasília, cidade que inventei: Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: Iphan; Secretaria de Cultura do Distrito Federal, 2014, p. 30.

27 FICHER, Sylvia. Paradigmas urbanísticos de Brasília. Revista da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, nº 65, p. 93-121, 2010, p. 93.

essa inovação é bem-vinda na opinião de todos.²⁸

Podemos perceber nessa observação um certo preconceito de estrangeira, procedente de um país que tradicionalmente se enxergava como mais civilizado que seus vizinhos do Sul, como o Brasil. Além disso, a “opinião de todos” também nos parece uma generalização talvez um pouco leviana por parte da autora.

Ao contrário de sua conterrânea, John Dos Passos, no relato sobre sua primeira passagem por Brasília, não emite juízo de valor ao realizar uma descrição bastante semelhante à de Bishop sobre os trevos em substituição aos cruzamentos:

Não haveria sinais de trânsito na cidade. Toda interseção seria realizada por viadutos ou passagens subterrâneas. Ruas sem obstrução alimentariam o trânsito para o centro de cada quadra, onde um amplo espaço de estacionamento estava previsto no subsolo dos prédios. O trânsito de automóveis ocorreria por trás. A frente de cada prédio de apartamento ou casa particular daria para uma praça ajardinada. Os shopping centers no planejamento dos subúrbios de estilo norte-americano seriam construídos a uma distância que pudesse ser coberta a pé de cada quadra residencial, de modo que as vias para pedestres ficassem separadas dos caminhos dos automóveis.²⁹

No entanto, apesar de não se posicionar em relação ao tema, não deixa de registrar o caráter rodoviarista da concepção urbana de Brasília, ao comentar o privilegiado espaço que seria destinado a estacionamentos, e a intenção de separar a circulação de veículos e de pedestres.

A percepção do escritor sobre a mobilidade em Brasília — sobretudo no que se refere à relação entre pedestres e automóveis — não seria a mesma, na ocasião da sua segunda visita à cidade, em 1962, quando, em seu relato de viagem, ele se posiciona sobre o tema. Uma mudança de opinião, ou uma nova conclusão a que ele

28 BISHOP, Elizabeth. Uma nova capital, Aldous Huxley e alguns índios [1958]. In: FERREIRA, Armando Olivetti. Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. 2009. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 364.

29 DOS PASSOS, John. O Brasil em movimento. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013, p. 117-118.

pode ter chegado após uma difícil caminhada entre o Hotel Nacional e a Rodoviária do Plano Piloto:

Ir a pé do hotel até a estação rodoviária é difícil. Se os caminhos para pedestres estão incluídos nos planos, ainda não foram construídos. Evidentemente, não há semáforos. Você precisa esperar por uma oportunidade e atravessar da melhor maneira possível as largas avenidas. Muitos pedestres, assim nos disseram, já perderam a vida nesse caminho até a estação rodoviária.³⁰

Se ele ouviu relatos de diversas mortes de pedestres, haveria aí um indício de que as soluções de separação de circulação de veículos e pedestres aparentemente não lograram superar a violência no trânsito da antiga capital, mostrando uma visão distinta da de Bishop, ou que o automóvel ainda não havia sido domesticado, em visão também distinta da de Lucio Costa no seu relatório do Plano Piloto.³¹ O perigo que o veículo automotivo representaria para a cidade parece estar tão presente no imaginário sobre a cidade, daquela época, que também aparece em diversas narrativas ficcionais. Em *Brasília: Paralelo 15'*, a mãe do protagonista, Dona Maria, desespera-se ao saber da possibilidade de seu filho transitar pelo que na novela é chamado “trevo-da-morte”:

— Meu Deus, que trevo é esse?

— Ah! é que o pessoal lá gosta de andar em alta velocidade e, nesse lugar, aconteceram uns dois ou três desastres.

— Você não anda de carro nem nesses jipes, não é? Ora, sem dúvida, o Paulo não andava; ela, dona Maria, poderia estar certa, ora essa! Então, ele, Paulo, seria capaz de uma coisa dessas?

— A senhora acha, mamãe?

E o Paulo estava quase mesmo acreditando que não andava nas pistas de Brasília, como os outros, numa correria danada.³²

A alta velocidade propiciada pela tipologia de vias escolhidas no plano urbanístico de Brasília é, nesse caso, o motivo do perigo, e o que leva

30 Idem, p. 186.

31 COSTA, Lucio. Op. Cit.

32 RAIMUNDO, Angelo. Brasília - Paralelo 15'. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960, p. 129.

o personagem a mentir à sua mãe que não estaria exposto a esse risco na cidade. Essa mesma característica da circulação de automóveis na cidade leva ao trágico desfecho da novela *Luana*, de Mário Garcia de Paiva, considerado um dos primeiros da literatura brasiliense³³, finalizado em julho de 1960 e publicado em 1962. A narrativa termina com o atropelamento do filho de uma das protagonistas da trama:

Cruzamos o aterro, contornamos a valeta, alcançamos o passeio de terra batida, deixamos para trás a pista asfaltada, outra faixa, vamos atravessando a avenida central, a larga cinta pavimentada do Eixo Rodoviário. Um estouro, um estampido, um silvo agudo, o carro volteou nos pneus dianteiros, cresceu sobre nós, passou pelo alto, rodopiou no ar. O menino! Onde está o menino, Joãozinho! Procuro, olho em torno, não vejo ninguém, estou só na pista pavimentada! Terror! Corro, lanço-me para a frente, lá está ele, meu menino, Joãozinho! Estendido no chão, o corpo mole e informe, não vê que eu o chamo, não ouve a minha voz, não atende ao meu apelo!³⁴

O menino não sobrevive ao desastre automobilístico e morre no meio do Eixo Rodoviário, isto é, na rodovia que corta ao meio a zona residencial da cidade, possibilitando diversas interpretações a partir da simbologia da morte de uma criança como desfecho de uma novela sobre a capital do país recém-inaugurada. Remete-nos, por exemplo, ao símbolo de futuro da nação a que as crianças passaram a ser associadas a partir do fim do século XIX e começo do século XX³⁵, apontando um possível tenebroso porvir para o que se desenrolaria naquele sítio, com aquelas características tão peculiares, que mobilizava tantas expectativas promissoras para todo um povo esperançoso em relação ao que a “modernidade” poderia lhes proporcionar. O que nos leva mais uma vez àquele apontamento do historiador Luiz Sérgio Duarte da Silva de que “nos países da periferia capitalista, a representação da modernidade vem sempre marcada por uma visão do futuro, ao mesmo

33 COSTA, Luiz Carlos Guimarães da. História da literatura brasiliense. Brasília: Thesaurus, 2005.

34 PAIVA, Mário Garcia de. *Luana*. São Paulo: Edição do autor, 1962, p. 111.

35 HANSEN, Patrícia Santos. Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-12022008-111516. Acesso em: 2023-07-07.

tempo sombriamente ameaçadora e esperançosamente cintilante.”³⁶

Também a alta velocidade dos veículos automotivos e a falta de infraestrutura urbana para atender o pedestre são alguns dos motivos de medo e de queixa de Leocádio Fagundes, o personagem secundário de *Pioneiros e Candangos*:

O Eixo não tinha calçada. Ao asfalto seguia-se logo a área gramada. O leito da estrada, o meio fio, a grama. Doía no coração, ver pisar-se na relva que se estava plantando. Mas, quando os carros passavam, chispando velocíssimos, o jeito era o cidadão pular mesmo a toda pressa, nas amostras de jardim, para não ser atropelado. Por que não fizeram passeios? Onde se vira uma ideia destas? Em que essas cousas, tão necessárias, poderiam prejudicar os planos urbanísticos de Brasília? Estaria a razão, de fato, com o Lucio Costa e uma Cidade, desde que realmente moderna, não deveria ter abrigos, para o povo esperar condução, nem calçadas, por onde se andar, a salvo de acidentes?³⁷

Interessante ver como é um personagem leigo em assuntos relacionados a urbanismo que expressa a reclamação dirigida à configuração espacial da cidade e que questiona o plano urbanístico de Lucio Costa, indagando se tais escolhas implementadas na capital fariam mesmo sentido e se seriam, de fato, modernas.

A hostilidade do trânsito e o perigo a que o pedestre estaria exposto que aparecem na literatura viriam ser um relevante tópico da crítica à Brasília, reiterado continuamente até tempos recentes.³⁸ Essa suposta preeminência do automóvel em relação ao pedestre é mencionada, por exemplo, por James Holston. Também no capítulo *A morte da rua*, de *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*, o autor afirma que

em outras cidades brasileiras, o pedestre anda até a esquina de qualquer rua, espera o farol, e com alguma segurança se aventura até o outro lado. Em Brasília, onde o balão ou o trevo substituem a esquina - não havendo, portanto, cruzamentos que distribuem os direitos de

36 SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora da UFG, 1997, p. 60.

37 BRITO, Raymundo. *Brasília: Pioneiros e candangos*. Brasília: Pongetti, 1961, p. 136-137.

38 Vide GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2015 [2010].

passagem entre o pedestre e o carro -, o perigo é nitidamente maior. O balanço de forças que daí resulta tende simplesmente a eliminar o pedestre: quem pode, usa o automóvel.³⁹

Se os “que podem” usam o automóvel, o que fazem aqueles que não podem? Um problema que também é representado na literatura, novamente na novela *Pioneiros e Candangos*, de Raymundo Brito. O mesmo personagem, Leocádio Fagundes que reclama do perigo que os veículos automotores representariam ao pedestre também se queixa da dificuldade daqueles que dependeriam exclusivamente do transporte público encontrariam na capital:

Candangos esperavam, pacientemente, o ônibus, expostos ao frio cortante da tarde de inverno. Isto não era nada. E nos dias de chuva? E quando o sol, ardente, incidia naqueles descampados? Não fizeram abrigos para os pedestres. Por que? Sim, por que não construíram abrigos contra o sol e a chuva? Noventa por cento dos habitantes da Cidade dependiam dos veículos coletivos. Nem todos podiam possuir automóveis. Ele, por exemplo. Era obrigado a chegar à hora rigorosamente certa no ponto onde passava o ônibus do Ministério, na W2.⁴⁰

Se nesse ficcional texto literário vemos que a crítica às dificuldades enfrentadas pelos usuários do sistema público de transporte rodoviário de passageiros é feita por um daqueles que “não podiam possuir automóveis”, é também sob o ponto de vista de um habitante de Brasília na mesma situação que se desenvolve *A frota pioneira*, de Clemente Luz. “Ainda hoje, quem não tem veículo, mesmo que seja uma bicicleta, é um prisioneiro de Brasília. Muitas vezes, pensei em adquirir um cavalo para o meu transporte”⁴¹, o autor registra em sua crônica. Além de construir essa irônica imagem de um modo de locomoção tão arcaico em uma cidade concebida como um emblema do modernismo, o escritor ainda traça ao longo do texto uma indireta crítica à configuração urbana de Brasília e a seu caráter rodoviarista que imporia dificuldades a quem não possuísse um automóvel próprio.

39 HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.109.

40 BRITO, Raymundo. Op. Cit., p. 134-135.

41 LUZ, Clemente. Invenção da Cidade. Brasília: Ebrasa, 1968, p. 115.

Em tom de troça e de deboche, o autor narra, como uma saga, os grandes esforços e as terríveis dificuldades, como falhas mecânicas, enfrentadas por seus conhecidos que precisavam recorrer à compra de veículos velhos e em péssimas condições de uso para remediar a falta que o automóvel fazia a quem morava na cidade. Ao fim, depois de relatar uma série de casos pitorescos, Clemente Luz finalmente conclui: “E assim, amigos, a turma veio lutando para substituir os pés pelas rodas, duas ou quatro, de um veículo qualquer, que vencesse mais rapidamente as distâncias e libertasse os prisioneiros das contingências impostas pela cidade.”⁴² O que nos leva novamente à prosopopeia com a qual iniciamos este assunto, isto é, a imagem de habitantes da nova capital com rodas no lugar das pernas ou dos pés.

Mas embora faça críticas à mobilidade urbana dependente do automóvel nessa crônica em específico, em outros textos Clemente Luz aborda em tom celebrativo o aspecto rodoviarista do programa de governo de Juscelino Kubitschek ao tratar de uma de suas ações político-ritualísticas, a fim de legitimar a nova capital: as chamadas Caravanas da Integração. Tema de duas crônicas compiladas no livro *A Invenção da cidade — O caminho das Caravanas e A posse* —, a ação consistiu na organização de caravanas que partiram de todas as regiões do país, com “veículos de fabricação nacional, cedidos pelas próprias fábricas”, que trafegaram em janeiro de 1960 por “estradas e caminhos recém-abertos, ainda cheirando a terra virgem e folhas verdes, para o encontro das metas: às 9 horas da manhã, do dia 31, na Esplanada dos Ministérios, ou, mais precisamente, aos pés das colunas da Catedral”.⁴³ Além de representar, nesse tom de lirismo, o feito da gestão JK de abrir os caminhos responsáveis pela integração nacional, tendo Brasília, como ponto focal e principal vetor dessa integração, vemos que Clemente Luz acaba por revelar também a afinidade do programa governamental com a indústria automobilística, ao frisar que todos os veículos que participaram do ato eram de “fabricação nacional, cedidos pelas próprias fábricas”.

Esse aspecto é reiterado em trecho posterior da crônica, no qual o escritor articula o rodoviarismo, o nacional desenvolvimentismo do programa de governo de JK (Plano de Metas), e a profecia de Dom Bosco, mito de origem de Brasília que, como vimos no capítulo 1,

42 Idem, p. 117.

43 LUZ, Clemente. *A invenção da cidade*. Brasília: Ebrasa, 1968, p. 211.

também foi mobilizado nos discursos do grupo político de JK em seu esforço de legitimação da nova capital.

Pelos caminhos da terra que conduzem a Brasília, marcham veículos de fabricação nacional, consumindo gasolina nacional, para o encontro das metas, no ponto exato do mapa do mundo, onde a visão do Profeta viu que nascia a Cidade, "... entre os paralelos quinze e vinte, no lugar onde formava um lago..."⁴⁴

Ao articular esses fatores em busca de corroborar os discursos mudancistas que apontavam o advento de Brasília como metáfora do programa do governo JK para o desenvolvimento econômico do Brasil, enfatizando um certo papel de destaque que indústria automobilística assumiria nesse processo, o texto literário de Clemente Luz nos remete ao apontamento do arquiteto e professor Fernando Luiz Lara sobre intersecções do nascimento da nova capital e da indústria automobilística no Brasil. No artigo *Arquitetura moderna brasileira e o automóvel*⁴⁵, ele assinala que a Comissão Cruls embarcou em uma missão ao Planalto Central no fim do século XIX com o objetivo de encontrar o local perfeito para a nova capital federal. Desde então, lembra Fernando Luiz Lara, a área delimitada por Luís Cruls, em 1892, passou a ser reconhecida em todos os mapas oficiais do Brasil Central. No entanto, foi apenas durante a campanha de 1955 que Kubitschek trouxe novamente a discussão à tona. Assim que assumiu a presidência, ele agiu rapidamente para iniciar a construção da cidade.⁴⁶ Em 1956, foi lançado o concurso para escolher o plano urbanístico da capital e três meses antes, o presidente Kubitschek havia assinado o decreto que criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística no Brasil⁴⁷. Desse modo, mostra o arquiteto, "Brasília e a indústria automobilística tem raízes — mesmo que tênues — no século 19, mas foram efetivamente criadas, quase que simultaneamente, por Kubitschek em 1956."⁴⁸

44 Idem.

45 LARA, Fernando Luiz. *Arquitetura moderna brasileira e o automóvel*. In: *Excepcionalidade do modernismo brasileiro*. São Paulo: Romano Guerra; Austin: America, 2018.

46 LARA, Fernando Luiz. Op. Cit.

47 Idem.

48 Idem, p. 218.

Pelo o que Clemente Luz narra em *A posse*, podemos aferir que o entusiasmo de JK em relação ao automóvel é tão grande que, no ponto de encontro das caravanas, o presidente embarca em uma romiseta, um pequeno carro, com o qual adentra a inacabada estrutura da catedral de Brasília ainda em estado inicial de construção: “O ‘Bolha d’água’— este o apelido que o povo deu ao minúsculo e extravagante veículo — rolou sobre o asfalto da Esplanada dos Ministérios e estacionou no lugar que lhe estava destinado, perto do Altar recém-montado.”⁴⁹ Interessante essa imagem do carro no ambiente sagrado, no altar, ocupando simbolicamente o seu lugar “santificado” na vida da cidade prestes a ser inaugurada. Emblemática também é a cena de um pranto coletivo que teria acometido inclusive o presidente. “Mas nada havia de trágico ou de vergonhoso no pranto coletivo. Havia, isto sim, esperança e fé, no pranto livre e franco de cada um dos milhares de homens que ali estavam, ao lado de seu Comandante, tomando posse da terra.”⁵⁰ Trecho que exemplifica, de modo claro, a abordagem colonialista das duas crônicas sobre as caravanas, que são representadas como “nova bandeira montada sobre rodas”⁵¹.



Figura 31. Juscelino Kubitschek em uma romiseta na Caravana da Integração Nacional, em janeiro de 1960. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

49 LUZ, Clemente. *A invenção da cidade*. Brasília: Ebrasa, 1968, p. 219.

50 *Idem*, p. 220.

51 *Idem*, p. 212.

Ao ler esses textos literários escritos ainda durante a construção de Brasília, vemos o reflexo no imaginário, erigido já naquela época, do surgimento de uma capital desenhada sob a égide da técnica rodoviária, respondendo “ao anseio declarado de Kubitschek de construir uma ‘cidade para o automóvel’”⁵², como observaram posteriormente especialistas como os já citados Sylvia Ficher, Fernando Luiz Lara, James Holston, Jane Jacobs, entre outros como Peter Hall⁵³. Enquanto o plano modernista era propagandeado oficialmente pelo governo como uma promessa de superação de velhos problemas nunca resolvidos pela cidade tradicional, como um sistema de transportes que “se realizará com extraordinária rapidez”⁵⁴, ou mesmo uma nova maneira de medir as distâncias da cidade, que poderiam ser calculadas “por minutos, e não por quilômetros”, graças à “concepção eminentemente prática do Plano Lucio Costa”⁵⁵, o que vemos na percepção dos literatos é uma cidade hostil ao pedestre e um elevado medo de atropelamento. Afinal, ainda hoje, ao contrário do que argumentou Lucio Costa em seu plano urbanístico, “a domesticação do automóvel é um sonho distante, apenas esboçada na intensa campanha jornalística de conscientização da população no sentido de criar hábitos de cordialidade nas relações entre cidadãos motorizados e cidadãos pedestres.”⁵⁶

Em vez de uma cidade onde “ninguém poderá dizer que mora longe”, pois “o maior percurso, através das pistas amplas e desembaraçadas, se resolverá numa questão de poucos minutos”⁵⁷, como propagavam os discursos mudancistas, vemos, nos registros legados pela literatura, a queixa das enormes dificuldades de se deslocar em uma cidade sem que suas pernas precisem se transformar em rodas, em um tecido urbano espreado, justamente devido ao planejamento rodoviário, onde a maioria da população mora em cidades satélites que — “segregadas por distâncias de dez a 50 quilômetros — iriam ficar isoladas das benesses da capital”.⁵⁸

No entanto, também é preciso lembrar que, nos textos literários,

52 FICHER, Sylvia. Algumas Brasília. In: XAVIER, Alberto, KATINSKY, Julio (Org.). Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 364.

53 HALL, Peter. Cidades do amanhã. São Paulo: Perspectiva, 1988.

54 Revista Brasília, v.1, n. 10, p. 15, out. 1957, p. 6.

55 Idem.

56 FICHER, Sylvia. Op. Cit., p. 367.

57 Revista Brasília, v.1, n. 10, p. 15, out. 1957, p. 6.

58 FICHER, Sylvia. Op. Cit., p. 364.

o modo como o assunto é abordado não se trata de uma análise que se pretende objetiva, como nos textos acadêmicos, mas um imaginário mais livre no qual a máquina, o automóvel, inspira temor e fascínio. Algo semelhante ao que podemos ver também nos filmes de Jacques Tati e em *Metrópolis*, de Fritz Lang.

Arquitetura moderna

— (...) Enfrenta-se, neste conjunto do Congresso, o emocionante choque do imprevisto contra o lógico. É a esplendorosa vitória da Imaginação. Uma imaginação libérrima e audaz, como diria Castro Alves. É um estilo sem injunções de cânones, que arrasta as prudências acadêmicas a um ridículo irremediável. Talvez não seja, por isto mesmo, propriamente, um estilo, mas, uma pura e simples imaginação que se realiza, irreverente, na demasiada revolucionária do desenho. É um jogo. Um lindo e impressionante jogo plástico.

Glorinha, personagem de Pioneiros e Candangos, de Raymundo Brito

Como mencionamos na abertura deste capítulo, a arquitetura modernista é um dos aspectos mais recorrentemente abordados nos textos literários que analisamos como fontes desta pesquisa. Nas abordagens dos autores, predominam duas posturas dos narradores: a exaltação da genialidade de Oscar Niemeyer, representado como excepcional mente criadora nunca vista na história da arquitetura mundial; e críticas aos mesmos projetos do arquiteto chefe do Departamento de Arquitetura da Novacap, e responsável pela concepção dos principais edifícios da capital.

Durante toda a novela *Brasília: paralelo 15'*, de Angelo Raimundo, há apenas representações apologéticas da arquitetura de Brasília. Um tipo de exaltação consonante à retórica propagada pelos protagonistas da fundação da capital, tal qual os discursos de que tratamos, sobretudo, no capítulo 1 desta dissertação. É o que vemos nesta fala de Paulo, o protagonista da trama:

— Assim, como? Você pensa que aquilo é brincadeira? É de um arrojo e de uma audácia verdadeiramente geniais! Você já viu o que Niemeyer está construindo lá? É estupendo! É a afirmação mais grandiosa que o Brasil poderia dar perante o mundo, da força da sua cultura, do gênio de seus filhos, da sua capacidade de criar e dar novos rumos à arquitetura de todo o mundo, e de mostrar que com audácia e virilidade, como o fez Juscelino, um povo pode libertar-se do subdesenvolvimento!⁵⁹

Como podemos observar, o personagem vê a arquitetura moderna, tal qual a construção de Brasília, como um símbolo da capacidade criadora brasileira e oportunidade de posicionar o país em condições de igualdade com as nações da civilização ocidental. Uma visão próxima à do crítico de arte Mario Pedrosa, como destaca Vania Losada Moreira⁶⁰, um dos maiores entusiastas dessa potencialidade da capital como “síntese das artes”, promessa de uma nova era da arquitetura, das artes, da cultura e da sociedade brasileira, rumo a superação do passado arcaico e do subdesenvolvimento. A historiadora ainda enfatiza que tal vertente da arquitetura possuía ainda “um sentido político, pois era um importante veículo de conscientização da população sobre seu direito ao bem-estar, no contexto do mundo contemporâneo e capitalista”. Dessa forma, “Brasília, mesmo sendo uma cidade que só encontraria plena cidadania no futuro, cumpriria, naquele momento, o papel pedagógico da arquitetura moderna.”⁶¹

Mesmo em construção, a catedral metropolitana, projetada por Niemeyer para compor o Eixo Monumental de Brasília, também impressionou os personagens das novelas que tomamos como fonte. A personagem Glorinha, de *Pioneiros e Candangos*, confirma, com

59 RAIMUNDO, Angelo. *Brasília: Paralelo 15'*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960, p. 83.

60 MOREIRA, Vânia. *Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins*. Vitória, Edufes. 1998.

61 Idem, p. 104.

sua percepção sobre o edifício, o efeito buscado pelo arquiteto de extasiar o visitante com a experiência de chegar na nave iluminada:

— Os pobres mortais, curvados ao peso dos seus pecados, atravessam, penosamente, o túnel escuro e sombrio, símbolo desta atribulada vida terrena, até que conseguem alcançar a Graça Divina, no santuário inundado de luz, salvos pela Fé que conduzira os seus passos tateantes.⁶²

Como podemos perceber, a sublime sensação é ainda intensificada pelo sentido devocional que a personagem adiciona à sua narração. A descrição dessa experiência se tornaria, ao longo dos anos, um item bastante recorrente em análises arquitetônicas da catedral de Niemeyer feitas por especialistas ou mesmo em relatos de leigos sobre a igreja. É o caso da análise do arquiteto Frederico de Holanda, que além de enfatizar o jogo de luz e de sombra no acesso da nave, destaca ainda a ilusão de ótica causada pela escala do edifício: quando o visitante entra no templo, surpreende-se com a dimensão do espaço, bem maior do que se imagina ao vê-lo por fora.⁶³ Uma descrição de caráter etéreo também aparece em *Brasília: Paralelo 15'*, na voz do narrador, mas em referência a uma reflexão que Paulo faz sobre a catedral:

A majestade votiva da futura Catedral deixava-o longo tempo silencioso. Era uma peça diferente, de um sentido espiritual que traía a riqueza poética de Niemeyer. As colunas, os montantes da Catedral em forma circular, dirigindo o seu desenvolvimento em ascensão ao alto, tinham, na composição de seu ritmo, todo o sentido místico da oferenda, do impulso para o infinito, ultrapassando a passagem terrena da condição humana.⁶⁴

Vemos como nesse excerto a narrativa literária incorpora certos elementos de uma linguagem mais comum aos textos especializados, mas sem se distanciar da realidade de quem está pensando daquela maneira, isto é, Paulo, um sensível operário das obras de Brasília e um grande entusiasta da construção da cidade. Como vimos em trecho anteriormente analisado, é nessa novela que a figura de Niemeyer é

62 BRITO, Raymundo. Op. Cit. p. 106.

63 HOLANDA, Frederico Rosa Borges de. Oscar Niemeyer: De vidro e concreto. Brasília: FRBH Edições, 2011.

64 RAIMUNDO, Angelo. Op. Cit. p. 106.

mais celebrada, e a arquitetura modernista representada como parte de um processo de redenção que a nova capital significaria para o país.

Um dos edifícios que mais receberam atenção dos literatos analisados pela nossa pesquisa foi o Brasília Palace Hotel, projetado por Oscar Niemeyer. O prédio também foi um dos primeiros edifícios permanentes inaugurados na cidade, e local que recebia visitantes importantes. Mas, apesar de iniciado o funcionamento da hospedaria, o edifício ainda não estava totalmente concluído, segundo a descrição de John Dos Passos. Em seu relato de viagem, o escritor menciona o conforto encontrado em seu quarto “arejado”, que é perturbado, porém, pelo som de martelos usados na construção de um anexo e na execução de um jardim entre a piscina e o restaurante. Além da obra em andamento, alguns aspectos da arquitetura do hotel também o incomodaram:

A estranha mania de Niemeyer de entradas subterrâneas impôs ao hotel um saguão desnecessariamente inconveniente. Ficamos surpresos em encontrar em um discípulo do funcionalismo de Le Corbusier tão pouca atenção às funções necessárias a um prédio. Em caso de incêndio, perguntávamo-nos, como sairíamos dali?⁶⁵

Vemos que esse comentário vaticinou, inclusive, o incêndio ocorrido em 1978, quando o hotel estava com todos os 135 quartos ocupados. Apesar das características arquitetônicas ressaltadas pelo literato, todos os ocupantes conseguiram sair do local e não houve vítimas a não ser o próprio prédio, que se tornou uma ruína e assim permaneceu por 28 anos até ser restaurado e reinaugurado em 2006.

Elizabeth Bishop também dedica especial atenção à arquitetura do hotel. Um dos pontos que mereceram considerações da autora foram a ventilação e o conforto térmico no edifício. Ela descreve que o projeto previu aberturas de ar no alto dos vestibulos, mas a solução não teria funcionado como o esperado. O resultado teria sido um calor intenso que lhe teria causado até um mal-estar. Fato que não pode ser meramente atribuído à falta de ambientação dela ao clima brasileiro, uma vez que ela já morava no Brasil havia seis anos. Bishop relata que mesmo durante a noite, quando “atravessava o corredor até o

65 DOS PASSOS, John. O Brasil em movimento. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013, p. 116.

meu quarto, lá no final”, teria ficado “tonta por causa do calor”, antes de chegar à porta de fórmica branca do quarto. Além disso, prossegue Bishop, “o teto do banheiro tem furos que o ligam, também, a essa mesma coluna de ar, com o triste resultado de que é possível ouvir, com todos os detalhes, o homem do quarto ao lado tomando banho.”⁶⁶ Além do calor que a teria deixado aturdida, a poetisa também manifestou seu descontentamento com os espaços destinados aos funcionários, que contrastariam com o luxo da arquitetura da edificação reservada aos hóspedes.

Depois da piscina existe uma cerca de madeira, circundando um conjunto de cabanas também de madeira. Camareiras, porteiros e cozinheiros com seus chapéus brancos circundam a piscina azul e desaparecem nesses alojamentos miseráveis que ficam defronte ao restaurante.⁶⁷

Podemos observar, então, que apesar do pleno funcionamento do hotel na ocasião de sua estadia, Bishop relata que ainda não haviam sido construídos aposentos dignos e permanentes para os empregados, aos quais eram ofertados “alojamentos miseráveis”.

Sobre o Brasília Palace, Simone de Beauvoir concordou com Bishop em pelo menos dois pontos: a beleza do edifício e o calor que se sentiria dentro dele. Ela acrescenta ainda a isso o isolamento do hotel e a dificuldade de acesso ao comércio e serviços básicos: “bonito, mas sufoca-se dentro dele; e que exílio! Mesmo de carro, comprar um vidro de tinta, ou um batom, transforma-se em uma expedição penosa, graças ao calor e à poeira.”⁶⁸ Impressão muito semelhante à registrada por Bioy Casares, que esteve no local poucos dias antes:

É curioso também que em um hotel no deserto não haja nada à venda, a não ser postais e souvenirs. Para comprar qualquer coisa, é preciso ir à Cidade Livre, ou Núcleo Bandeirante, cidade de quarenta mil pessoas que vivem em casas de madeira, situado a trinta e um quilômetros do hotel.⁶⁹

66 BISHOP, Elizabeth. Uma nova capital, Aldous Huxley e alguns índios [1958]. In: FERREIRA, Armando Olivetti - Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. 2009. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 355.

67 Idem, p. 356.

68 BEAUVOIR, Simone de. Sob o signo da história. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, p. 281.

69 CASARES, Adolfo Bioy. Unos días en el Brasil (diário de viagem). Buenos Aires: La Compañía de los Libros, 2010, p. 40.

Mais adiante em seu diário de viagem, o argentino volta ao assunto e diz que “para comprar uma escova de dentes, o hóspede do hotel recorrerá sessenta quilômetros, ida e volta, ao Núcleo Bandeirante”, enfatizando novamente a falta de urbanidade percebida por ele em sua experiência na nova capital em 1960.

Acerca do Palácio da Alvorada, Simone de Beauvoir elogia a capela que compõe o conjunto arquitetônico e faz uma observação bem-humorada da escultura de Alfredo Ceschiatti instalada na entrada:

Muito longe, no mínimo a dez quilômetros, ergue-se o Palácio da Alvorada, onde reside o Presidente, e flanqueado por uma capela em espiral, perfeita. Reflete-se em um lago, onde duas ninfas de bronze ocupam-se em se pentear: dizem que elas representam as duas filhas de Kubitschek, arrancando os cabelos, porque relegadas a Brasília.⁷⁰

Ao insinuar que viver em Brasília seria uma penúria para quem do Rio de Janeiro fosse morar na nova capital no contexto de um comentário sobre o Palácio da Alvorada, Simone de Beauvoir destoa do modo apologético com que a edificação costuma ser representado nas narrativas literárias aqui analisadas.

Durante a construção de Brasília e mesmo em seus primeiros momentos após a inauguração, o Palácio da Alvorada foi o edifício que mais despertou o interesse de cronistas, escritores, jornalistas, arquitetos, artistas, e do público em geral. Isto é, chamou atenção tanto de especialistas em arquitetura e urbanismo quanto de pessoas não especializadas, entre brasileiros e estrangeiros. Diversas crônicas, críticas e reportagens de jornal versaram sobre o estilo, a originalidade, as qualidades e defeitos dessa edificação, que também se destacou entre os demais palácios brasilienses por ser a primeira a ser inaugurada, ainda em 1958⁷¹. Entre os autores de textos literários

70 BEAUVOIR, Simone de. Op. Cit., p. 281.

71 Este capítulo contém trechos da comunicação apresentada no 9º Seminário Docomomo Norte/Nordeste: MONTEIRO, Chico; DERNTL, Maria Fernanda. Palácio da Alvorada: apontamentos literários e sua contribuição para a historiografia do edifício. In: Anais do 9º Seminário Docomomo Norte/Nordeste [e-book]: arquitetura, paisagem, cultura. Ecos da Modernidade. Anais...São Luís(MA) UNDB, 2022. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/9docomomonne/533623-PALACIO-DA-ALVORADA--APONTAMENTOS-LITERARIOS-E-SUA-CONTRIBUICAO-PARA-A-HISTORIOGRAFIA-DO-EDIFICIO>>. Acesso em: 29/06/2023.

analisados nesta pesquisa, os que mais se detiveram na análise do prédio foram Elizabeth Bishop e John dos Passos.

Embora, como vimos, ambos escritores não tenham poupado críticas a Brasília, o Palácio da Alvorada — ou palácio presidencial, como às vezes referido — de modo geral é tratado de forma positiva tanto por Bishop quanto por Dos Passos, sem excluir algumas ressalvas em suas avaliações. Há diversos pontos de aproximação nos julgamentos de ambos tanto de conteúdo, quanto de linguagem. Isto é, há desde coincidências e recorrências na escolha lexical e outras semelhanças linguísticas na descrição ou avaliação de mesmos elementos que chamaram atenção de ambos. Bishop, por exemplo, define o edifício como “uma obra-prima de leveza e graça”⁷², enquanto Dos Passos também o considera uma obra maior, de grande inspiração, elegendo a leveza como uma das características particulares que o fariam de beleza extraordinária:

Descobrimos que o palácio presidencial era um prédio singularmente belo feito de vidro e concreto branco, uma construção comprida e baixa para se ajustar às longas linhas das montanhas no horizonte, flutuando com tanta leveza como um bando de cisnes a refletir-se nos amplos lagos de água clara que flanqueavam a entrada.⁷³

Assim como nesta poética descrição de Dos Passos, a leveza é um atributo enfaticamente mencionado na minuciosa análise que o historiador Yves Bruand faz do palácio, no clássico *Arquitetura Contemporânea no Brasil*⁷⁴. Bruand associa tal predicado ao artifício que o projeto dedicou à entrada do edifício, a fim de conferir a monumentalidade que o programa exigia. Menciona ainda a interrupção da colunata e as soluções de engenharia que possibilitaram o aumento do vão sem a perda da esbelteza dos pilares e da arquitrave:

É uma solução paradoxal em termos funcionais, mas também uma descoberta plástica que contribui ativamente

72 BISHOP, Elizabeth. Uma nova capital, Aldous Huxley e alguns índios [1958]. In: FERREIRA, Armando Olivetti - Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. 2009. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 359.

73 DOS PASSOS, John. O Brasil em movimento. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013, p. 116.

74 BRUAND, Yves. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1981.

para aumentar a impressão de extraordinária leveza do edifício, objetivo procurado por Niemeyer, que de agora em diante estava decidido a dar prioridade às pesquisas expressivas.⁷⁵

A leveza referida por Bruand, nesse caso, está relacionada a uma solução de cálculo encontrada pelo engenheiro, e também poeta, Joaquim Cardoso. Como destaca o arquiteto e professor Eduardo Rossetti, tal recurso de engenharia contribuiu para que Niemeyer forjasse no edifício “uma coluna inovadora para representar a renovação arquitetônica almejada para toda uma cidade ainda por vir”⁷⁶. A colunata, aliás, é certamente o que mais impressiona a todos que escreveram sobre o palácio, sejam eles escritores, arquitetos, historiadores ou outros observadores não especializados.

Por esse motivo, é natural que a sequência de pilares tenha inspirado diversas metáforas e termos poéticos. No apologético romance voltado ao público infanto-juvenil *Tia Margarida vai a Brasília*, a personagem principal se encanta com a beleza do palácio e demonstra sua sensibilidade ao apreciar justamente as colunas e a leveza da edificação projetada por Niemeyer. A personagem achou “bonito que o prédio pairasse àquela alturinha, sem se prender à terra, sem se desgarrar do céu, enquanto as ancorazinhas de Niemeyer não conseguiam se desprender do chão, nem queriam mais se encontrar com o céu.”⁷⁷

Em *Brasília: paralelo 15'*, o protagonista Paulo também fala do edifício com entusiasmo: “É uma beleza. De uma serenidade, de uma delicadeza, de uma nobreza admiráveis. Parece um grande pássaro branco e real, ‘suavemente posto e pousado’, como diz um sujeito que tem aqui, doido por arquitetura.”⁷⁸ Interessante como o personagem incorpora a seu discurso a linguagem comum aos especialistas ou críticos de arquitetura, caracterizado por ele como “um sujeito doido por arquitetura”.

Juscelino Kubitschek, em seu livro de memórias, *Por que*

75 Idem, p. 188.

76 ROSSETTI, Eduardo. *Arquiteturas de Brasília*. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2012, p. 66-67.

77 MARTINS, Jayme. *Tia Margarida vai a Brasília: História para alguém contar às crianças*. Rio de Janeiro: Edições Buriti, 1959, p. 155.

78 RAIMUNDO, Angelo. *Brasília: Paralelo 15'*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960, p. 89.

construí Brasília, também se dedica ao tema, escrevendo uma das mais líricas e originais descrições metafóricas dos pilares. Tal como o personagem da novela de Angelo Raimundo, ele não lança mão de imagens de formas geométricas ou objetos inorgânicos, mas os compara com a própria vegetação do Cerrado no qual o palácio foi construído. Para o presidente, as colunas “pareciam caules das mesmas árvores que se viam nas imediações, as quais já deixavam a terra inclinada, num capricho de sinuosidade que a secura do ar impõe à vegetação do Planalto.”⁷⁹ Como outros que escreveram sobre o tema, ele também se refere ao espelho d’água da entrada do edifício como um lago: “Aquelas colunas, surgindo quase à flor da água do lago, que as refletia, davam uma impressão de germinação das mesmas sementes que haviam dado origem ao Cerrado.”⁸⁰ JK, ou seu possível *ghost writer*, prossegue sua poética análise, demonstrando aptidão para uma sensível crítica arquitetônica do palácio:

O artista, porém, estiliza a forma que a natureza lhe oferece como inspiração. Poda os excessos. Suaviza os contornos. Comunica harmonia e equilíbrio onde há desordem. E, assim, transforma o barroco, criado como uma defesa contra a intempérie, na diafaneidade de um estilo linear, tendo como objetivo um êxtase visual. Dentro dessa lógica de raciocínio, é que fora concebido o Palácio da Alvorada.⁸¹

Ao evocar o barroco e uma suposta evolução à arquitetura moderna, podemos identificar nesse comentário de Kubitschek um recorrente argumento de legitimação do modernismo brasileiro ao buscar relacionar o estilo arquitetônico de Niemeyer ao barroco do período colonial do Brasil⁸². A intenção, evidentemente, é enfatizar a ideia de uma brasilidade, isto é, uma identidade nacional, inerente à obra do arquiteto.

Tal como ocorreu com JK, a sequência de colunas fascinou até o *blasé* Aldous Huxley, como o literato é descrito por Bishop e por Antônio Callado. A poetisa americana registra que ele fez questão de

79 KUBITSCHEK, Juscelino. Por que construí Brasília. Brasília: Senado Federal, 2000 [1975], p. 184.

80 Idem.

81 Idem.

82 CHUVA, Márcia. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], n. 55, p. 89-107, 2012.

descer do patamar da varanda para ver os pilares de baixo⁸³. Mas é Callado quem dá mais detalhes, em crônica publicada no *Correio da Manhã* a respeito da reação apaixonada do autor de Admirável Mundo Novo:

Que ele gostou do Palácio da Alvorada gostou. Quando encontrou brevemente Oscar Niemeyer na véspera da partida, cumprimentou-o dizendo: “Vous avez fait la quelque chose d’extraordinaire, mon vieux”. Mas não foi só isto. Huxley se deteve a examinar, na visita ao Palácio, com o maior interesse, as estranhas e novíssimas colunas que já constituem o emblema de Brasília: o arquiteto arrumou pontas de estrelas numa superfície plana, para que elas agentassem a outra superfície plana do teto, o que fazem dando a impressão de esforço nenhum. Só vi Huxley dedicar o mesmo apaixonado interesse a alguma coisa durante a viagem quando, à beira do riacho Tuatuari, meteu-se numa verdadeira nuvem de pequenas borboletas brancas e escarlates que se dessedentavam em pequenas poças d’águas à beira da corrente.⁸⁴

Interessante observar nesse relato de Callado, além do registro da impressão de Huxley, a maneira original como ele próprio se refere à inventiva geometria das colunas. Após também comentar sobre a leveza estrutural que elas conferem ao prédio, usa um termo singular para descrever seu desenho: ponta de estrela. Já John Dos Passos, no mesmo tom poético, prefere lançar mão da imagem de pipa – objeto leve e geométrico que flutua ao vento – para aludir à monumental colonata: “as amplas janelas do palácio presidencial de Niemeyer brilham no sol da tarde (...) Suas estranhas colunas brilham como uma série de pipas brancas dispostas de cabeça para baixo”⁸⁵. A pipa é o mesmo objeto escolhido para a alusão metafórica de Bishop ao definir as colunas. Ela destaca ainda a referência clássica na concepção da colonata por Niemeyer, a fim de causar um imediato impacto visual. A escritora chega a se referir a um “triumfo arquitetônico” e invenção de uma nova ordem:

Se alguém imaginar uma sequência de grandes pipas brancas equilibradas de cabeça para baixo, depois agarradas por mãos gigantes e apertadas nos quatro

83 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit.

84 CALLADO, Antônio. Um sábio entre bugres. *Correio da Manhã*, 21-08-1958.

85 DOS PASSOS, John. Op. Cit., p. 115.

lados até que seu desenho se atenua de maneira elegante, terá conseguido visualizar essas colunas. Elas são cobertas com placas de um mármore cristalino brasileiro, e suas bases, ou seja, as pontas das pipas que estão de cabeça para baixo, teoricamente se estreitam até zero; na realidade, a parte que está no nível do chão tem apenas 10 centímetros de largura.⁸⁶

Se o mármore branco, como vemos acima, agradou a Bishop e a outros integrantes de seu grupo de viagem, o mesmo não aconteceu ao historiador da cidade e da arquitetura Leonardo Benevolo. Em *História da Arquitetura Moderna*, de 1961, o italiano critica Niemeyer por se afastar, em suas obras em Brasília, de fundamentos funcionalistas, ao lançar mão de soluções formais simples, muitas vezes sem relação com a estrutura que os sustenta, “por exemplo, nos elementos que circundam o Palácio Presidencial, são obtidos por meio de um revestimento de placas de mármore previamente lavrados e parecem uma nítida decoração sobreposta ao organismo, sem dúvida deplorável”⁸⁷. Já Bruand, relacionando mais uma vez as escolhas de Niemeyer às particularidades do programa em questão, minimiza a crítica sobre as intenções decorativas do arquiteto. Bruand as classifica como críticas dos “italianos”, ao mencionar também o posicionamento semelhante do arquiteto e crítico Bruno Zevi, mas rechaça ainda mais incisivamente a opinião da historiadora francesa e professora de arquitetura e urbanismo Françoise Choay sobre a escolha do revestimento:

O arquiteto teve um cuidado especial com a escolha dos materiais, não deixando nada ao acaso: optou decididamente pelos revestimentos de luxo, porque achava que esses convinham ao estilo de um palácio e ao caráter de sua arquitetura leve e refinada. Quando Françoise Choay insinua que Niemeyer recorreu ao revestimento de mármore em vez de deixar o concreto aparente por não ter tido tempo de executar o trabalho cuidadoso exigido por essa técnica, ela é vítima de um erro de óptica que consiste em julgar as realizações brasileiras através do prisma das realizações de Le Corbusier.⁸⁸

Ver as realizações brasileiras sob o prisma de Le Corbusier está longe do que fazem Sylvia Ficher e Marlene Acayaba, em *Arquitetura*

86 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 359.

87 BENEVOLO Leonardo. História Da Arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1960].

88 BRUAND, Yves. Op. Cit., p. 188.

Moderna Brasileira, ao tratarem da colunata do Palácio da Alvorada — que é designada por elas como arcada. Em breve comentário sobre o edifício no livro, hoje também clássico, *Arquitetura Moderna Brasileira*, ressaltam a força do desenho do pilar “cuja forma tornou-se símbolo da cidade”⁸⁹. Interessante notar que, já em 1958, Bishop observa o mesmo fenômeno, que extrapolaria inclusive os limites nacionais, sendo a “nova ordem” copiada mundo afora, nos mais variados contextos e programas arquitetônicos, desde a arquitetura vernacular a projetos levados a cabo pelo Estado de nações estrangeiras. Sobre reprodutibilidade da silhueta inovadora da coluna, a escritora americana diz que elas “aparecem a toda hora em jornais e revistas, assim como nas bandeirinhas de seda, no papel de carta do hotel e nas sacolas pretas de zíper, em imitação de couro, que os hóspedes receberam como brinde.”⁹⁰ Sobre as razões desse caráter emblemático da obra, além da força do desenho de Niemeyer, podemos considerar ainda o comentário de Eduardo Rossetti. Para o arquiteto, contribuiu para essa rápida cristalização enquanto símbolo da cidade o fato de o palácio “ter se tornado a primeira grande obra da nova capital durante sua construção” e uma “prova cabal que atestava a audácia do projeto modernizador em curso.”⁹¹

Se há um certo consenso quanto ao reconhecimento do Palácio da Alvorada como “tour de force” ou “obra-prima”, considerando seus atributos externos, o mesmo não ocorre em relação a seus interiores, e até Bruand, um dos historiadores mais entusiastas do palácio, faz contundentes ressalvas à decoração dos espaços internos do edifício. Em um dos poucos momentos em que aponta aspectos negativos do prédio, destaca a presença de “uma mobília medíocre e sem um verdadeiro encanto, apesar das boas intenções de sua organizadora, Ana Maria Niemeyer Attademo, filha do arquiteto.”⁹² Elizabeth Bishop reage de forma muito semelhante ao observar o que havia por dentro do prédio. Sua decepção é ainda maior do que a de Bruand, que considera boas as soluções internas “propriamente arquitetônicas”, a despeito do mobiliário. A ela, nem isso agradou, como também não

89 ACAYABA, Marlene; FICHER, Sylvia. *Arquitetura Moderna Brasileira*. São Paulo: Projeto, 1982, p. 43.

90 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 359.

91 ROSSETTI, Eduardo. Op. Cit., p. 66.

92 BRUAND, Yves. Op. Cit., p. 189.

agradaram o contraste luxuoso e os tons marcantes dos materiais, como espelhos e douramento. A escritora relata:

Assim que entrei no Palácio, sinto dizer, o efeito de frescor e graça tênue desapareceu. A decoração foi feita por Niemeyer e sua filha; as cores são quase sempre berrantes e a mobília parece escassa e mal arranjada – mas é claro que vai sofrer muitos acréscimos e substituições. Caminhamos sobre carpetes vermelhos e quentes, extra espessos (“Nylon foam?” – “Espuma de Nylon?” – alguém perguntou à secretária que nos estava guiando), que repousam entre paredes de espelhos e placas de ouro resplandecente. Uma rampa sem corrimão, com carpete vermelho (soubemos que o secretário Dulles quase caiu aí) sobe à direita, até o Salão Nobre. Aqui existem um piano de cauda, alguns grupos de sofás e cadeiras estofadas, de couro e metal, algumas das quais, num primeiro olhar, lembraram a cadeira Barcelona, de Mies van der Rohe, mas que, descobrimos, ao sentar, são uma cópia menor e não muito confortável.⁹³

Enquanto parece haver um certo preciosismo ou mesmo exagero da escritora ao dizer que haveria falsificações de cadeiras Barcelona, há ainda um certo tom de sarcasmo no tratamento dado por ela a esse suposto incidente com o então secretário de Estado Norte americano Foster Dulles, que visitara o palácio poucos dias antes do grupo. Comentário que também parece embutir uma crítica ao caráter pouco funcional do edifício. Em outro momento de seu texto, Bishop narra um episódio similar ao da quase queda de Dulles, mas com Aldous Huxley no Brasília Palace Hotel, que também é registrado na crônica de Callado para o *Correio da Manhã*. O cenário descrito pela poetisa é o de uma rampa curva que dava acesso ao restaurante localizado um nível abaixo. Ali, a ausência de um guarda-corpo, comum na arquitetura modernista brasileira da época, teria sido responsável pelo transtorno, ou quase acidente, que aborreceu o escritor inglês:

A única ocasião em que vi Aldous Huxley nitidamente irritado durante nossa viagem foi quando, assim que chegou no dia seguinte, ele veio descendo da sala de estar, contra a luz, e quase caiu da rampa. Ele mostrou nítidos sinais de irritação, ao seu estilo, e comentou que o corrimão vem sendo usado há milhares de anos e que parecia “triste abandonar uma invenção tão útil.”⁹⁴

93 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 360.

94 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 356.

Se Huxley reclamou da ausência do guarda-corpo no Brasília Palace Hotel, por outro lado, ele foi o único do grupo de Bishop que não se queixou da falta de ar-condicionado no Palácio da Alvorada. De acordo com a escritora, enquanto todos se mostraram incomodados, ele não teria manifestado desconforto em relação à sensação causada pelo excesso de luz e de calor no interior do edifício, que teria sido sentida pelos demais. É importante lembrar que a visita ocorreu no clima quente e seco de agosto do Planalto Central, que ainda não contava com o Lago Paranoá, em sua plenitude, para amenizar a baixa umidade do ar:

As paredes internas são recobertas por grandes painéis quadrados de jacarandá vivamente estampados, a madeira mais bela do Brasil. Na parte superior e sombreada das paredes, o efeito é muito bonito, quase como casca de tartaruga, mas a parte inferior, castigada pelo sol, também parece ressequida e sem brilho. Transpirando e por vezes deixando cair uma gota de suor nas cadeiras mais próximas, perguntamos num tom seco à nossa guia sobre ar-condicionado, mas ela respondeu que não era necessário.⁹⁵

Gilberto Freyre também divergiria dessa guia e concordaria com Bishop sobre o problema de desconforto térmico do edifício. Além disso, no artigo *Brasília - prós e contras*, ele também enfatiza a beleza e a leveza do palácio, porém ressalva:

Tão leve que dá a impressão de estar flutuando em ar tropical, embora sublimemente indiferente ao solo tropical, à vegetação tropical e até mesmo ao clima tropical. Sua falta de funcionalidade para os trópicos é evidente: não só absorve demasiado calor durante o dia – isto poderia ser superado por meio de dispositivos técnicos – como se torna extremamente desconfortável por causa da excessiva invasão de luz.⁹⁶

O passar do tempo mostrou que tais “dispositivos técnicos”, mais especificamente equipamentos de refrigeração de ar, seriam considerados de fato necessários, dando razão às críticas de Elizabeth Bishop e de Gilberto Freyre. Posteriormente, como registrou

95 Idem, p. 361.

96 FREYRE, Gilberto. Brasília – prós e contras. In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (Org.). Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 50.

Eduardo Rossetti, tais problemas precisaram ser resolvidos — não sem impactos estéticos — por meio da instalação de brises-soleils azuis na fachada oeste do palácio, que sofre maior insolação. Também houve o acréscimo de um “guarda-corpo opaco no passadiço que liga o palácio à capela, que deu espessura a uma laje que antes era apenas uma tênue superfície”⁹⁷.



(página anterior) Figura 32. Juscelino Kubitschek recebeu o casal Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir no Palácio da Alvorada. Pela imagem é possível notar o minimalismo ou austeridade do interior do edifício moderno. Fonte: Coleção EH - Agência Nacional / Arquivo Nacional.

Já a Dos Passos, quando se dedica a discorrer sobre o interior do palácio, o que lhe incomoda é o excesso de transparência. Também podemos notar um certo tom de ironia nas entrelinhas quando ele se compadece com um suposto problema de privacidade que enfrentaria o presidente Juscelino Kubitschek: “As divisões internas também eram de vidro. Perguntamo-nos onde, com aquelas paredes de vidro, o pobre presidente poderia encontrar um lugar para trocar de roupa ou um canto para escrever uma carta.”⁹⁸ Um contraponto a essa observação do escritor pode ser encontrado na edição de novembro daquele mesmo ano da revista *brasília*, publicação oficial da Novacap, que, por coincidência, parece responder diretamente à crítica do escritor americano. Na seção *Arquitetura e Urbanismo*, em um número dedicada ao Palácio da Alvorada, o periódico publica a opinião do arquiteto italiano Luigi Piccinato sobre a mesma questão:

Observando de fora eu me perguntava preocupado, como poderia um palácio presidencial tão aberto dar possibilidade à vida privada? E a resposta me foi dada no interior, onde, por uma inteligentíssima solução de um conforto vertical e horizontal, se conseguiu isolar, sem transição brusca, os aposentos propriamente ditos. Muitos especialistas irão discordar de vários pontos, mas não importa.⁹⁹

Mas nem todos os especialistas discordaram tanto como Piccinato imaginou. Eduardo Rossetti, ao contrário, compartilha, em parte, da opinião do arquiteto italiano e também elogia a fluidez da separação das salas e salões, valorizando, desse modo, atributos espaciais em detrimento da crítica ao conforto ambiental. Para Rossetti, o uso “da transparência nos palácios de Brasília”, por Oscar Niemeyer, “materializa a metáfora da democracia num contexto político modernizante e numa dinâmica cultural emancipadora.”¹⁰⁰

98 DOS PASSOS, John. Op. Cit., p. 116.

99 PICCINATO, Luigi. Opiniões Internacionais. In: Revista Brasília, v.1, n. 23, nov. 1958, p. 9.

100 ROSSETTI, Eduardo. Op. Cit., p. 69.

Menos positiva, com certa indiferença ou decepção, é a forma com que Bishop discorre sobre a ala residencial do edifício. Tal ponto de seu texto nos parece do maior interesse, uma vez que se trata de um aspecto menos comentado, do qual também circulam informações mais escassas, e um número mais reduzido de imagens. Bishop expressa seu descontentamento em relação ao quarto que visitou, o qual descreve como “parecido com qualquer quarto de hóspedes”.¹⁰¹ Já o banheiro lhe causa melhor impressão e é descrito por ela como um espaço de fato digno de um palácio. Em seguida passa a descrever a varanda que se abre para os fundos do edifício:

O banheiro anexo era magnífico, com metais cromados e espesso mármore cinza, e tinha uma banheira quadrada de bordas inclinadas das pontas para o meio, como uma cama de casal. Sob as janelas do quarto de dormir que se abrem para a piscina, passa uma galeria sombreada, recoberta com placas polidas de um rico mármore verde, um belo material, mas que não combina com a estrutura leve do prédio e com os painéis delicadíssimos logo ali, do lado de dentro.¹⁰²



Figura 33. Quarto presidencial do Palácio da Alvorada também decepcionou a escritora Elizabeth Bishop. Fonte: Revista Brasília, vol. 1, n. 23, novembro de 1958.

101 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 361.

102 Idem.

Mais uma vez podemos notar, pelo trecho destacado, a sensibilidade da autora e sua perspicácia em analisar, com autoridade, os aspectos estéticos e formais do edifício, aproximando tanto o conteúdo quanto a linguagem de seu texto à escrita de críticos especializados em arquitetura. Podemos afirmar que se seu texto tivesse sido publicado na seção literária da revista *New Yorker*, naquele ano de 1958, tal qual sua intenção original, teria sido uma das obras analíticas pioneiras da historiografia e da crítica ao Palácio da Alvorada.

Outro momento em que Bishop demonstra sensibilidade é ao voltar a comentar a discrepância entre as instalações monumentais do edifício destinado à moradia do presidente do Brasil e o local reservado aos empregados do palácio. Além de notar que “em dois anos, milhares de operários tenham construído casas ou barracos de madeira para eles próprios, enquanto os dois primeiros edifícios a se completarem serão chamados de ‘Palácios’”¹⁰³, ela chama atenção para a diferença dos espaços dos candangos e dos políticos no Palácio da Alvorada:

À direita ficam os aposentos dos empregados, uma asa longa e mergulhada no solo, coberta por uma laje e com uma fileira de janelas estreitas logo acima do chão, conectada ao Palácio por uma passagem subterrânea. Esta parece ser uma solução inadequada, para não dizer deprimente, para o problema de onde alojar os quarenta e tantos funcionários do Palácio. A caixa de cristal não é para eles, mas existe espaço suficiente em qualquer direção e parece haver o dinheiro necessário para ao menos deixá-los viver sobre o solo, como seus patrões.¹⁰⁴

Em seguida, a poetisa faz uma analogia do local com as senzalas destinadas às pessoas negras escravizadas no Brasil:

Nos velhos tempos, os escravos viviam nos porões úmidos das casas cariocas; ainda hoje, os quartos e banheiros de empregados nos modernos e luxuosos apartamentos de Copacabana chocam a sensibilidade dos estrangeiros – mas em Brasília, às vezes chamada de “a cidade mais moderna do mundo”, Niemeyer, justamente ele, não deveria ter achado necessário alojá-los no subsolo.¹⁰⁵

103 BISHOP, Elizabeth. Op. Cit., p. 354.

104 Idem, p. 362.

105 Idem.

Apesar de deixar de registrar a cor desses funcionários, Bishop relaciona à escravidão as condições precárias do local que os alojava e a um dos aspectos que o regime escravista legou à arquitetura da casa brasileira moderna: o quarto de empregada, símbolo das relações de trabalho doméstico no Brasil que, até os dias de hoje, é realizado predominantemente por mulheres negras¹⁰⁶. Tais críticas à arquitetura modernista só se tornariam correntes décadas depois e em termos nem sempre tão claros de associação do quarto de empregada a um resquício da escravidão. Não é o caso do antropólogo James Holston, que associa diretamente os dois fatores. Para ele,

essa área de serviço faz apelo ao mais atávico dos valores da classe média: a cozinha do apartamento continua a ser a cozinha da casa-grande, um lugar afastado do espaço de vida do patrão; é o lugar dos empregados, raramente o da dona da casa: a empregada continua a ser uma escrava cuja presença é malvista nas áreas da família; e seu pequeno quarto com a porta abrindo para o tanque de lavar roupa no corredor de serviço ainda é a senzala.¹⁰⁷

Mais recentemente, não apenas o trabalho doméstico tem sido objeto de diversos trabalhos acadêmicos, sob uma perspectiva antirracista, em campos como a história, o direito, a sociologia, entre outros, como o próprio quarto de empregada tem merecido atenção de pesquisas e reportagens jornalísticas.¹⁰⁸

Além do Palácio da Alvorada, a Praça dos Três Poderes, por sua importância política, simbólica, urbanística e arquitetônica, é outro ponto de Brasília bastante citado pelos escritores em suas narrativas. Quase sempre, o espaço monumental é representado de maneira positiva, sendo um ponto de convergência entre os literatos que, de modo geral, elogiam enfaticamente o conjunto formado pela praça em si e pelos três palácios que a compõem, além do Museu da Cidade.

106 NOGUEIRA, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos. Mucama Permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 47–58, 2017. DOI: 10.9771/cgd.v3i4.22482. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22482>. Acesso em: 14 jul. 2023.

107 HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 188.

108 Ver VIANA, Máira Boratto Xavier; TREVISAN, Ricardo. O 'quartinho de empregada' e seu lugar na morada brasileira. In: IV Enanparq, 2016, Porto Alegre. *Anais do IV Enanparq*. Porto Alegre: PROPARG/UFGRS, 2016. p. S07-05. e COELHO, Tiago. A dependência. *Revista Piauí*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 191, agosto de 2022.

É o caso de Simone de Beauvoir que, como vimos, adota uma postura bastante crítica em relação à cidade em seus mais diversos aspectos, mas escreve que no local,

todos os monumentos construídos por Niemeyer são belos: o Palácio do Governo, o Supremo Tribunal, os dois arranha-céus onde funcionam as repartições, as semiesferas invertidas que abrigam a Câmara dos Deputados e o Senado (...). Niemeyer fez-nos observar que os quebra-sol, tão importantes nos edifícios brasileiros modernos, representam o mesmo papel que outrora representavam as volutas da arte barroca: defendem da luz, evitando a linha reta.¹⁰⁹

Comentário no qual podemos identificar um alinhamento, ainda que possivelmente não intencional, da opinião da escritora à retórica dos protagonistas políticos da fundação de Brasília e aos expoentes do modernismo brasileiro, sobretudo os arquitetos cariocas da geração de Niemeyer, ao lançar mão da recorrente relação entre o barroco e a arquitetura moderna.

Ainda em sua apreciação da praça cívica, Beauvoir parece se incomodar com o personalismo exacerbado nas narrativas e elementos visuais que forjam um excessivo protagonismo do presidente ao buscar escrever ali, por meio deles, a história da capital:

Na Praça dos Três Poderes há um museu, de Niemeyer, consagrado à história da cidade. Dir-se-ia uma escultura abstrata; simples, inesperado e muito belo; infelizmente, de uma das paredes, surge, em tamanho maior que o natural e verde, a cabeça de Juscelino; embaixo estão gravados os mais rasgados elogios, inspirados por ele.¹¹⁰

Semelhante incômodo sentiu o crítico de arte Mario Pedrosa, para quem a adição da escultura teria prejudicado a integridade do edifício:

A audácia da forma central projetada em balanço, inteiriça e severa na sua austera monumentalidade sem adornos, fazia admirável contraste com a leveza dos palácios em roda, todos de vidro. O cabeção, barbaramente encaixado a martelo, comprometeu a unidade plástica do monumento.¹¹¹

109 BEAUVOIR, Simone de. Sob o signo da história. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, p. 281.

110 Idem, p. 282.

111 PEDROSA, Mario. Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981, p. 400.

Além de questões estéticas, o “cabeção” de JK representa para Pedrosa um defeito político do presidente que demonstraria, assim, não conter seus anseios de imortalidade.

Apesar de suas qualidades dinâmicas e realizadoras, não parece Kubitschek dotado da densidade moral ou espiritual para aguardar com serena paciência a voz da posteridade. Com tal atitude, sua figura apenas empequenece em face da própria tarefa histórica que empreendeu com tanto entusiasmo.¹¹²

Já John Dos Passos, ao tratar da Praça dos Três Poderes em seu relato, declara que o Palácio do Planalto e o do Supremo Tribunal são as melhores obras de Niemeyer. No entanto, o prédio do Congresso Nacional o desagrada demasiadamente, a ponto de considerá-lo um “notável fracasso”. Afirma que “seu interior é apertado e mal planejado para seu propósito. O exterior é de uma feiura frívola difícil de explicar num projetista com tanto talento para efeitos esculturais.”¹¹³ “Efeitos esculturais”, nesse contexto, é expressão empregada em tom elogioso ao arquiteto, mas, segundo o relato do próprio escritor, essa mesma característica seria usada pelos moradores iniciais de Brasília para criticar a obra de Niemeyer:

Os prédios de Niemeyer não eram práticos, disse um deles. Seu trabalho era magnífico, disse outro. Os ânimos se exaltaram com a discussão. “Niemeyer só está interessado na aparência externa de seus prédios”, disse dona Leonora [gerente de uma loja de materiais de construção], numa voz ressonante. “Ele continua jogando nos ombros de seus engenheiros e empreiteiros a solução de problemas insolúveis... Ele não é um arquiteto de jeito nenhum. É um escultor, um escultor que trabalha com materiais de construção.”¹¹⁴

Opinião semelhante expressa Bruno Zevi que — ao criticar o trabalho de Niemeyer em Brasília, por um suposto afastamento dos princípios funcionalistas — cita os projetos do Supremo Tribunal, Palácio do Planalto e da Catedral para sustentar que “a engenharia, em vez de

112 PEDROSA, Mario. Op. Cit., p. 400.

113 DOS PASSOS, John. O Brasil em movimento. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013, p. 187.

114 Idem, p. 121-122.

corresponder, é escrava dos caprichos escultóricos”¹¹⁵ do arquiteto. Já na novela *Brasília: paralelo 15'*, é positiva a associação das obras da Praça dos Três a esculturas ou a estátuas, mais precisamente. Em determinado momento, o narrador afirma que Paulo “admirava o Palácio do Planalto, o Palácio do Supremo Tribunal Federal, a beleza singular da Praça dos Três Poderes, como um grupo estatuário, como se fosse uma só peça, na figuração imensa do Planalto Central” e completa que o protagonista considerava o conjunto um “verdadeiro escrínio para joia tão bela e tão alta de nossa Cultura.”¹¹⁶ Ao olharmos para esse conjunto de apontamentos, o que podemos perceber, portanto, é uma variedade de representações sobre o mesmo tema, partindo tanto da literatura quanto de especialistas. Ao mesmo tempo em que a obra de Niemeyer é admirada por seu caráter escultórico, tem defeitos apontados quando julgada do ponto de vista da funcionalidade. Vendo-os lado a lado, esses argumentos enriquecem a construção de sentidos e amplia nosso entendimento em relação às múltiplas dimensões que enseja a produção do arquiteto em Brasília.

Entretanto, a arquitetura de Niemeyer não é a única a ser representada nas nossas fontes literárias. No relato de sua segunda passagem por Brasília em 1962, John Dos Passos usa o termo “arquitetura pós-Niemeyer” ao discorrer sobre os edifícios da Universidade de Brasília (UnB) então recém-inaugurada, mas ainda em obras:

Já aparecem sinais de uma arquitetura pós-Niemeyer. Na Universidade de Brasília, que só foi inaugurada oito meses atrás, está havendo aulas em meio às marteladas dos carpinteiros e à poeira da construção. Os estudantes, em seu caminho para as aulas, pulam por cima dos candangos que estão assentando os pisos. O único prédio quase concluído, chamado Os Dois Candangos em homenagem a dois pedreiros que morreram durante sua construção, apresenta uma série de corredores bem-proporcionados com paredes brancas, alguns iluminados de cima e alguns da lateral, que se abre para pátios ajardinados com espécimes da vegetação nativa do planalto. Tudo está em escala humana. Um belo equilíbrio – importante sob esse céu brilhante – parece ter sido descoberto entre luz de menos e luz de mais nas salas de aula.¹¹⁷

115 ZEVI, Bruno. Seis perguntas sobre a nova capital sul-americana. In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (Org.). Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 71

116 RAIMUNDO, Angelo. Brasília - Paralelo 15'. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960, p. 105.

117 DOS PASSOS, John. Op. Cit., p. 189.

Além de elogiar, demonstrando autoridade no assunto, em sua apreciação, a arquitetura e o paisagismo do Auditório Dois Candangos, projetado projeto por Alcides da Rocha Miranda, com colaboração de Luís Humberto Pereira, José Manuel Lopes da Silva e Alex Peirano Chacon¹¹⁸, Dos Passos não deixa de registrar o motivo trágico que motivou a escolha do nome do edifício. Uma homenagem a Expedito Xavier Gomes e Gildemar Marques, dois homens negros que, como salienta o historiador Guilherme Lemos, foram “soterrados duplamente na vida e na história. Dado que a homenagem da ‘tragédia’ não carrega seus nomes, ela antes os reifica como Dois Candangos.”¹¹⁹ Em sua tese de doutorado, além de denunciar o “apagamento das identidades desses indivíduos”, o pesquisador busca mitigar essa lacuna historiográfica, contando um pouco da história de vida desses trabalhadores e de suas famílias após suas mortes.

Nos mesmos comentários sobre o auditório da UnB, Dos Passos elogia ainda o conforto luminoso da edificação, atributo para o qual ele também chama atenção, mais adiante, ao elogiar o casario à beira do Lago Paranoá. Sobre tais habitações, ele afirma ser possível “ver alguma insinuação do estilo de Brasília, adequado à luz, ao clima e às necessidades dos seres humanos que vão habitar a cidade.”¹²⁰

Ao analisarmos os textos literários aqui selecionados que discorrem sobre a arquitetura modernista dos edifícios de Brasília, notamos como, em muitos momentos, eles se aproximam, tematicamente e no tipo de abordagem, da historiografia e da crítica, embora muitas vezes apresentem escolhas lexicais inovadoras e figuras de linguagem que nos levam a construir novas imagens mentais e pensar a poética arquitetônica do projeto em novas perspectivas. Quando os cotejamos com os textos dos especialistas, percebemos como os empréstimos retóricos e linguísticos ocorrem por ambas as partes, ora são os historiadores que se aproximam de linguagem mais lírica, ora são os literatos que

118 MACEDO, Danilo Matoso; SILVA, Elcio Gomes (orgs.). Brasília: roteiro de arquitetura, caderno de notas. Rio de Janeiro: Docomomo Brasil, 2020.

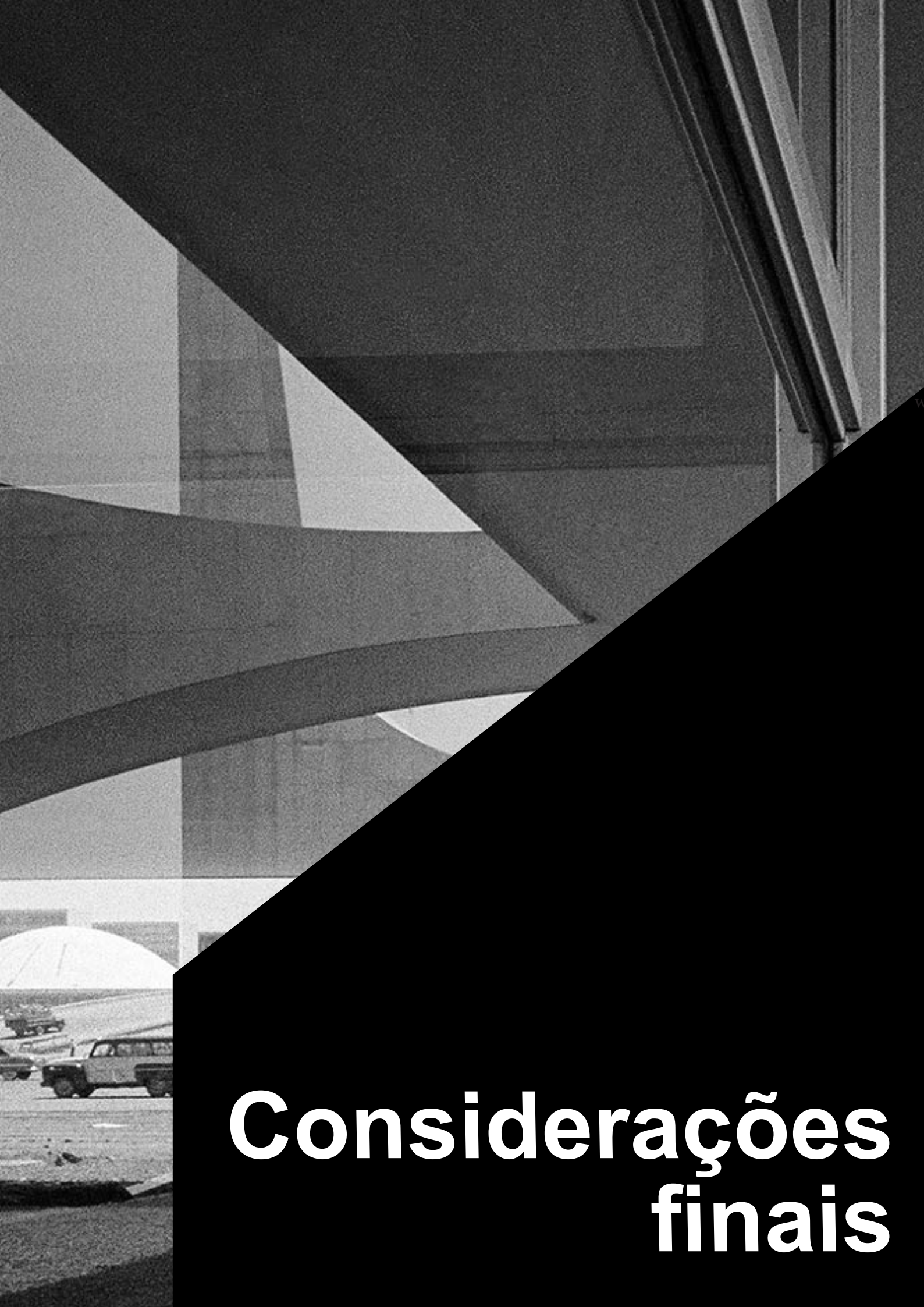
119 LEMOS, Guilherme Oliveira. No dilacerar do concreto: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 – 1971). 2022. 264 f., il. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022, p. 58.

120 DOS PASSOS, John. Op. Cit., p. 190.

demonstram autoridade analítica típica dos especialistas, revelando-nos uma certa ambiguidade de fronteiras entre gêneros textuais.

Quanto aos aspectos urbanísticos de Brasília, embora também possamos notar aproximações com a crítica feita posteriormente à capital, elas estão mais relacionadas ao conteúdo do que à linguagem, demonstrando uma maneira ainda mais particular que a literatura encontra para abordar esses temas, na maioria das vezes sob o ponto de vista específico de um personagem, ou mesmo um narrador em primeira pessoa, seja ele real ou fictício, que experimenta a situação narrada, no cotidiano da cidade. Tal como ocorre com a arquitetura, essas representações contemplam distintas perspectivas, ora celebrando, ora refutando as soluções modernistas adotadas, com as quais, na maioria das vezes, quem sobre elas discorre não está acostumado. Muitas das críticas nesse contexto engendradas também foram reiteradas ao longo das décadas seguintes, enquanto outras perderam o sentido, o que nos recorda a importância de, ao analisá-las, não deixarmos de considerar o momento que a cidade vivia quando elas foram escritas. Se há permanências ou não nos dias de hoje, ou quanto elas foram relevantes nos anos seguintes, também não enfraquecem, portanto, a força ou a contundência dessas observações no contexto literário em que elas foram registradas, guardando sua pertinência para o estudo da cidade da forma como ela existia naquele período.

Ao fim desse procedimento de relacionar esses textos, aumenta nossa percepção da importância da busca de variadas fontes no empenho de uma pesquisa sobre a história da cidade. Se plantas, maquetes, croquis e outras formas de representação são fundamentais no estudo da arquitetura e das relações urbanas e espaciais da cidade, discursos, narrativas escritas ou orais e representações produzidas por discursos não especializadas que daqueles que vivenciam esses espaços também são de grande valor documental e, como vimos, podem revelar sensibilidades que nem sempre as fontes materiais são capazes de fornecer.



Considerações finais

Ao fim de nossa trajetória, vimos emergir uma capital que se constrói não apenas de edifícios de concreto, espaços abertos e inventivos monumentos, mas também de imagens, visões oníricas, desejos e lamentos. Retomamos então nossa questão original: de que modo representações expressas na literatura podem contribuir para nosso entendimento sobre a história da cidade? Que Brasília emerge dessa construção literária?

Ao longo de quatro capítulos, tomamos como fontes desta pesquisa textos literários dos mais diversos gêneros (poesia, novela, crônica, relato de viagem, diário, memórias, etc.), produzidos durante a construção de Brasília e em seus momentos inaugurais (1956-1961) nos quais encontramos representações que, como vimos, encontram lastros, sobretudo, em determinadas vertentes da história e em diversificados discursos que circulavam à época. Isto é, de múltiplas origens e perspectivas, oficiais e não oficiais, críticos ou apologéticos, contra ou pró-governo JK, especializados e não especializados.

Ressaltamos que, por meio da literatura, também no âmbito do imaginário, tivemos privilegiado acesso ao cotidiano da cidade e às particularidades dos diversos modos de viver na capital nesse período analisado — algo que pouco se vê em discursos especializados sobre a arquitetura e o urbanismo da nascente capital. Foi possível observar como os seus moradores — ou mesmo pessoas que experimentaram a cidade em um contexto mais efêmero, na condição de viajantes — vivenciaram os aspectos urbanos e sociais que a nova capital engendrava. Nesse aspecto, voltamos nossa atenção mais detidamente à maneira como os cidadãos de Brasília reagiram ao modo de habitar, trabalhar, circular e recrear-se¹ (nas poucas horas livres) na cidade construída sob os modernistas paradigmas da Carta de Atenas.

Cada um dos três primeiros capítulos desta dissertação reuniu fontes agrupadas, sobretudo, segundo a perspectiva sob as quais elas foram escritas. O primeiro deles reuniu obras literárias que, apesar de incorporarem linguagem e sentidos próprios, ecoaram discursos propagados por protagonistas políticos da fundação da cidade, corroborando argumentos e narrativas que faziam parte de uma estratégia de legitimar e blindar de críticas a construção de Brasília e a transferência da sede do poder para o Planalto Central.

1 LE CORBUSIER. Carta de Atenas. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1993.

Tais textos mobilizaram um modo de contar a história da capital que se tornaria hegemônico em uma historiografia que hoje é chamada de “tradicional”. Sua principal característica é buscar as chamadas “raízes históricas” de Brasília, que consistem em remotos eventos e personagens históricos que desde o século XVIII registram a possibilidade de interiorização da capital. Vimos que esses elementos podem ser encontrados nos textos literários que agrupamos nessa vertente, embora eles inovem na maneira de apresentá-los, ora apelando para outros sentidos e emoções, ora encapsulando-os com novos termos e figuras de linguagem. Nesse contexto, também encontramos tópicos que corroboram o esforço de representar Juscelino Kubitschek como herói de um grande evento histórico que seria a construção de Brasília, comparado apenas com outros de tamanha envergadura, como o Descobrimento, a Independência, a Proclamação da República, etc.

Tal qual os apologéticos discursos políticos, essas narrativas literárias buscaram acentuar o que chamam “epopeia da construção”, representando o sítio escolhido para a construção da capital como um grande e inóspito deserto, pois “para que o milagre seja mais milagroso, é necessário descrever a região como desértica e hoje transformada em território verdejante”². Vimos também que na maioria dessas obras literárias, o trabalho dos operários nessa grande “epopeia” da construção aparece representado de maneira idealizada, como se houvesse uma grande e homogênea massa de trabalhadores satisfeitos em trabalhar exaustivamente pelo bem de um Brasil que estaria por vir, em um andamento acelerado que ficou conhecido como “Ritmo de Brasília”.

Um dos elementos mais mobilizados pelos textos literários da nossa primeira vertente de fontes analisada foi o ideário desenvolvimentista, que estruturou o programa de governo de Juscelino Kubitschek. A hipótese de que a construção de Brasília seria um grande vetor de desenvolvimento econômico — além de grande propulsora da integração nacional e um fator que representaria a superação do passado arcaico e subdesenvolvido do Brasil — perpassa os mais diversos textos literários que analisamos, sendo recorrentemente verbalizado por narradores, personagens e eu-líricos. Em alguns

² FICHER, Sylvia. Algumas Brasília. In: XAVIER, Alberto, KATINSKY, Julio (Org.). Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

casos, sobretudo em obras cuja publicação está relacionada a órgãos oficiais do governo — como a novela *Tia Margarida vai a Brasília*³, a peça *Brasília, a caçulinha do Brasil*⁴, a história e quadrinhos *Brasília, coração do Brasil*⁵, e os poemas publicados na revista *brasília* —, a reiteração desses discursos na literatura nos parece ser uma clara e intencional doutrinação dos leitores, como forma de ampliar o alcance dessas ideias desenvolvimentistas e atingir, como menos resistência, ou de maneira mais didática, públicos de variadas faixas-etárias, e não apenas o infanto-juvenil. Nos demais casos, pelo que sabemos sobre os autores e pelo contexto da publicação das obras, parece-nos que os textos mais incorporaram e naturalizaram os discursos mudancistas que circulavam à época do que buscaram, deliberadamente, contribuir efetivamente com a legitimação da nova capital. Ainda assim, colaboraram para consolidar esse imaginário de prosperidade e inovação que a construção de Brasília representaria ao país, que caminharia para um futuro ainda mais glorioso do que os eventos históricos aos quais buscavam associar a cidade, em uma maneira particular de historicizá-la. Também a despeito das intenções, todas as narrativas operaram de maneira sutil, e talvez por isso mesmo com potencial de grande eficiência, no convencimento de um público afeito à literatura, mas que poderia ser resistente a discursos expressamente panfletários ou propagandísticos, a respeito da importância de Brasília para uma nova fase do Brasil, que ela seria responsável por desencadear. Soma-se a isso a natural capacidade de a literatura apelar para outros sentidos, subjetividades e emoções que aumentam sua potencialidade de comoção e persuasão.

Um desses eventos históricos celebrados pelos entusiastas de Brasília que mais aparece nas obras literárias analisadas é o bandeirismo. A construção da nova capital representou um dos momentos em que os bandeirantes foram mais valorizados historicamente⁶, e, como vimos, suas figuras serviram de referência

3 MARTINS, Jayme. *Tia Margarida vai a Brasília: História para alguém contar às crianças*. Rio de Janeiro: Edições Buriti, 1959.

4 MAGALHÃES, Paulo de. *Brasília, a caçulinha do Brasil: alegoria infantil*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Teatro, 1959.

5 EPOPÉIA. *Brasília, coração do Brasil*. Revista mensal em quadrinhos, número especial, de Miranda da Rocha, Nair e Llampayas, Ramon. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América Limitada, janeiro 1959.

6 SOUZA, Ricardo Luiz de. *A mitologia bandeirante: construção e sentidos*. *História Social*, [S. l.], n. 13, p. 151–171, 2023.

para a representação, também na literatura, de protagonistas da fundação de Brasília como heróis, principalmente Juscelino Kubitschek e Bernardo Sayão. Tal qual os personagens históricos dos séculos XVII e XVIII, os bandeirantes modernos, como eram recorrentemente representados na literatura, compartilhavam com os originais características comumente relacionadas à masculinidade, ou seja, viris, corpulentos, destemidos e aventureiros. Da mesma forma como ocorria na historiografia predominante na época, os textos literários não fazem críticas ao genocídio e ao apresamento de indígenas, fatores que se destacariam na revisão histórica pela qual o bandeirismo passaria a partir da década de 1960. No poema declamado na cerimônia de fundação da cidade, *Prece Natalícia a Brasília*⁷, de Guilherme Almeida, alguns desses aspectos relacionados à violência bandeirante são até exaltados, em uma construção narrativa que busca posicionar Brasília entre os grandes eventos históricos, pacificando o Brasil com seu passado colonial, criando um mito de origem para a cidade que, ao mesmo tempo, também reitera outros mitos relacionados à sociedade brasileira, como o mito das três raças e o mito da democracia racial. Metáforas que relacionam a construção de Brasília com uma verdadeira conquista e efetiva posse do território do sertão brasileiro mostram-nos que o bandeirismo não é o único traço de colonialidade que encontramos nas nossas fontes literárias. Acrescenta-se a isso o símbolo da cruz — marco do ato de posse nos tempos coloniais, destacado no poético texto escrito por Lucio Costa no relatório de seu plano urbanístico —, diversas vezes reiterado em textos literários, como o próprio poema de Guilherme Almeida e a Sinfonia da Alvorada, de Vinicius de Moraes.

Os textos literários analisados também representaram, em especial no contexto do próprio território brasiliense, a polarização dos brasileiros entre os que eram a favor (mudancistas) e os que eram contra (fiquistas) a mudança da capital para Brasília. Vimos que essa disputa de opiniões opôs, inclusive, dois grandes autores brasileiros, Drummond e Nelson Rodrigues, que publicaram crônicas de teor divergente acerca do advento da nova capital. Notamos que, até pelo caráter do gênero no qual se expressaram, ambos incorporaram tópicos que estavam na ordem do dia, sobretudo na imprensa e

⁷ ALMEIDA, Guilherme de. Prece Natalícia a Brasília. In: Revista Brasília, v. 1, n. 41, maio 1960.

no parlamento, seja reiterando ou os refutando, para defender seus pontos de vista. No entanto, como observamos também, nos textos dos dois autores, não há apenas uma mobilização dos temas correntes exatamente como eram debatidos na opinião pública, mas com novos sentidos e uma abordagem particular, ora poética, ora cômica, que levam a novos olhares sobre os assuntos, com ênfases e nuances que resultam em representações inovadoras. O mesmo ocorreu com outros autores que transpuseram para as páginas das publicações as discussões populares a respeito da pertinência da construção de Brasília. Entretanto há que se destacar que nesses casos, como o contraditório foi escrito pelo mesmo autor, isto é, com o debate restrito ao âmbito de uma mesma obra, esse confronto não parece tão saboroso, uma vez que no fim o lado favorável a Brasília, o mocinho da história, sempre termina como vencedor da batalha. No caso da apoteótica peça *Alegoria das três capitais*, escrita por Josué Montello e encenada no terceiro dia de cerimônias de inauguração da capital, o vilão que se opõe à transferência da capital é aniquilado da trama e chega a ser retirado de cena por um helicóptero, levando a um final triunfante, tendo como corolário a execução do Hino Nacional ornamentada com uma esplendorosa cascata de fogos de artifício.

Em uma segunda vertente de fontes, agrupamos os textos do gênero literatura de viagem legados por escritores estrangeiros que passaram por Brasília entre 1958 e 1960. Conscientes das especificidades do gênero, pudemos observar novas perspectivas sobre o espaço urbano de Brasília e sobre o cotidiano da cidade em construção, ao mesmo tempo em que também pudemos verificar a relação ora de crítica, ora de aderência aos discursos legitimadores da nova capital. Nesse sentido, um dos aspectos mais claros é o não alinhamento eminente ou automático a tal ideário mudancista. Além disso, ainda que façam críticas incisivas aos aspectos que resultam dos paradigmas modernistas da cidade ou duvidem da promessa de desenvolvimento e de resolução de velhos problemas brasileiros como propagavam os discursos apologéticos, as posições assumidas pelos viajantes não operam, como vimos no primeiro capítulo, naquela chave da dicotomia que separava os brasileiros em dois grupos opostos: contrários e favoráveis a Brasília.

Vimos ainda que as opiniões desses escritores viajantes estão baseadas em informações provenientes não apenas dos discursos emanados de autoridades do governo e de pessoas em seus

entornos, mas que os relatos de amigos e de pessoas desconhecidas que encontravam durante a viagem também colaboraram para a construção de seus julgamentos da cidade em construção. Alguns coletaram essas contribuições de modo mais rigoroso e os registrou de forma aparentemente mais direta, como John Dos Passos⁸, que transcreveu algumas entrevistas realizadas durante o seu percurso pela capital. Outros o fizeram de maneira mais livre e sem muito compromisso com a autenticidade de suas fontes de informações, como foi o caso de Simone de Beauvoir⁹. Distintas situações que são decorrentes também da natureza e da finalidade do texto de cada um: enquanto o relato de viagem do literato americano foi escrito a fim de ser publicado como uma reportagem, o da escritora francesa foi publicado em seu livro de memórias. Modos diferentes de tratar as informações e a maneiras distintas de registrá-las que não prejudicam nossa análise, afinal nunca foi nossa intenção checar a veracidade das representações, ou se elas encontram lastro na realidade. Nosso propósito, reiteramos, foi verificar a maneira como colaboraram para a construção de um imaginário social de Brasília e como isso contribuiu para estudar a capital no período pesquisado.

A terceira vertente de nossas fontes foi o *Diário de um Candango*¹⁰, de José Marques da Silva, um complexo e nuançado registro escrito sob a perspectiva de quem habitava não a monumental e modernista Brasília que havia surgido da prancheta de Lucio Costa, mas um assentamento com infraestrutura precária e condições adversas de habitabilidade: a Vila Planalto. No entanto, a narrativa não nos revelou representações de seus moradores, isto é, os candangos, como vítimas da construção de Brasília e da segregação socioespacial que ela representou, mas a agência histórica desses personagens tão relevantes para a concretização do projeto de mudança da capital. O diarista não os caracteriza apenas como uma coletividade de trabalhadores anônimos que compõem uma massa homogênea, tal qual a historiografia tradicional hegemonicamente os tratou, sempre vistos de perspectiva distanciada. Ao contrário, observamos que José Marques da Silva registrou seus nomes, suas

8 DOS PASSOS, John. O Brasil em movimento. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013 [1963].

9 BEAUVOIR, Simone de. Sob o signo da história. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

10 SILVA, José Marques da. Diário de um Candango. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1963.

histórias e subjetividades. Concomitantemente, também não são representados de maneira heroica como fizeram os protagonistas da fundação de Brasília e parte da historiografia. Embora o autor os elogie, a seu modo, também os critica, debocha e até posicionamentos racistas em relação aos candangos negros e xenofobia em relação aos nordestinos. Indica, portanto, a grande diversidade que havia entre os candangos e que tais marcadores de raça e origem podiam gerar, inclusive, conflitos entre eles. Ao contrário do que a história tradicional os representou, isto é, como uma grande família harmoniosa de alegres e abnegados operários sempre agradecidos à grande obra que transformara suas vidas.

O autor reconhece na Vila Planalto uma favela com diversas mazelas e violências, principalmente oriunda do Estado ou resultante da ausência dele, mas também registra momentos de felicidade de seus habitantes e de satisfação de viver naquele local. Se por um lado, eles sofrem com as intempéries, por outro contam com uma rede de solidariedade que os ajudam a reconstruir os estragos de suas casas. Ao mesmo tempo em que se queixa do abandono do Estado e de que a Vila Planalto seria um chiqueiro, ou uma doença da próspera, modernista e monumental Brasília, registra também a beleza e o prazer de se observar o céu e o Lago Paranoá de dentro da mesma vila. Além disso, apesar de reconhecer que vive em um lugar de inferior qualidade urbana em relação ao centro da cidade, não se ressentido em relação à Brasília do plano piloto, e ainda a descreve com afeição, considerando-a o resultado de gênios da raça brasileira. Pela maneira como a representa, portanto, vemos uma capital complexa e multifacetada, diferente do “oásis verdejante” descrito por tantos textos da historiografia tradicional, e igualmente distinta do terrível sítio de segregação, exploração e penúria que restou aos operários de suas obras, como é descrita, por outro lado, em textos acadêmicos que, muito bem, por sinal, enfocam de maneira crítica, e distanciada, o trabalhador e o trabalho em Brasília nessa mesma época.

José Marques da Silva também demonstra afinidade com os discursos apologéticos e com as figuras dos protagonistas de sua fundação, sobretudo Juscelino Kubitschek. Ainda que não aborde tão recorrentemente questões políticas, econômicas e históricas — tantas vezes aludidas para criticar e, principalmente, para defender Brasília —, quando o faz, mostra-se entusiasmado com a capital e com o ideário que a originou. O que torna seu relato ainda mais nuançado, pois ao mesmo tempo que denuncia, sem ser panfletário, e do ponto de vista de quem vive

na pele uma consequência desastrosa da construção da cidade — isto é, a segregação e formação de espaços precários para abrigar quem migrou para nela trabalhar — também ecoa os otimistas discursos em relação à grande potencialidade que cidade representaria para o futuro do país. Além disso, apesar de muitos momentos de melancolia e de xingamentos direcionados à Vila Planalto, o autor ainda mantém a esperança de que aquele assentamento um dia poderia ser melhor e conquistar sua regularização fundiária, como havia ocorrido com a Cidade Livre naquele mesmo ano em que ele escreveu seu relato. Talvez mantivesse também a esperança de melhorar a sua própria vida, ao um dia se tornar um escritor bem-sucedido como Carolina Maria de Jesus, pelo que podemos depreender do contexto da edição de seu diário em livro.

O nosso último capítulo contou com uma organização diferente. Seus tópicos foram organizados por temas e não por autores, como havíamos feito nos anteriores. Privilegiamos as representações acerca do espaço urbano de Brasília, que, por sua vez, merece atenção privilegiada em todos os textos literários analisados. Tomamos como mote inicial de nossa análise das representações acerca da configuração espacial e do urbanismo de Brasília a interessante aproximação entre o pensamento de uma personagem da ficção, Estela, de *Pioneiros e Candangos*¹¹, e o de Simone de Beauvoir, registrado em seu livro de memórias¹². Entretanto, independentemente de se posicionarem contra ou favor do que viveram na cidade, percebemos que, de alguma maneira, elas, tal qual outros personagens que se manifestam sobre o tema, demonstram um certo sentimento de surpresa ou estranhamento ao experienciar novos padrões urbanos que inexistiam em suas vidas pregressas, tendo cidades tradicionais como referência. Aprovando ou não, ficam registradas suas reações ao conviver com um novo modelo de malha viária, de tecido urbano, de habitação, de relação com os vizinhos, de locomoção, etc. Nesse aspecto, chamou-nos a atenção a antecipação de alguns tópicos que se tornariam consagrados pela crítica nas décadas posteriores: a suposta morte da rua em Brasília, uma tese que foi bastante debatida

11 BRITO, Raymundo. Brasília: Pioneiros e candangos. Brasília: Pongetti, 1961.

12 BEAUVOIR, Simone de. Sob o signo da história. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

após ser também defendida por James Holston¹³. Apesar de combatida por autores igualmente relevantes, ainda permanece em discussões a respeito do espaço urbano da capital e no imaginário de parte de quem a vivencia, o que demonstra a permanência desse tópico já abordado na literatura nos anos iniciais de Brasília.

Também identificamos o papel do automóvel na dinâmica urbana da cidade, o urbanismo rodoviarista e suas consequências como temas de forte presença no imaginário construído pelas nossas fontes literárias. Nesse tópico, novamente a literatura antecipa a crítica especializada ao fazer emergir diversas representações nas quais o automóvel, que deveria ser símbolo de uma cidade com mobilidade otimizada, torna-se símbolo da morte da rua para o pedestre e do medo da morte do próprio pedestre. O perigo, ou o assombro que a máquina de quatro rodas representa para quem transita a pé nas vias, com feição de rodovias, que naquela cidade substituíram a rua corredor, privilegiado local de encontro de habitantes das cidades tradicionais. Assim, o automóvel torna-se uma máquina que parece inspirar mais medo do que fascínio e esperança de uma circulação confortável e necessária para vencer as longas distâncias do projeto urbanístico da capital.

Vimos que enquanto Lucio Costa buscou humanizar o carro no relatório de sua proposta modernista para a cidade, na literatura, o que ocorre com recorrência é o contrário: a necessidade de os habitantes de Brasília se tornarem semi-máquinas, trocando suas pernas e pés por rodas, parecendo essa ser a única maneira de acessar o espaço espraiado da cidade urbanisticamente concebida sob a égide da técnica rodoviária.

Mas se pudemos notar que essa foi a forma predominante da representação do automóvel e do rodoviarismo nos textos literários, ela não foi a única. Vimos também autores e personagens que celebram esses mesmos elementos, exaltando a cidade sem cruzamentos e a pujança desenvolvimentista da indústria automobilística, mostrando-nos que a pluralidade de olhares e abordagens sempre se faz presente, e lembrando-nos da força dos discursos que buscavam legitimar a construção da nova capital que também lançavam mão desses aspectos da cidade como argumentos.

Em relação à arquitetura de Brasília, vimos que as obras de Oscar

13 HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Niemeyer exerceram tal fascínio à época da construção da cidade, que também foram abordadas em grande parte dos textos literários analisados. O arquiteto é celebrado como grande gênio brasileiro, alçado a herói nacional, sendo representado ao lado de figuras históricas como Tiradentes e José Bonifácio. Mas, como nos parece óbvio, sobretudo porque já havia grande circulação, àquela época, de críticas à arquitetura modernista, não existe uma unanimidade em torno da exaltação de Niemeyer e de sua obra. Assim, pudemos perceber críticas em especial a seus projetos para habitações na nova capital. A arquitetura residencial da cidade, seus padrões de gabarito, volumetria e implantação no terreno das superquadras inspiraram em alguns observadores tédio e são o principal alvo das críticas tanto na ficção quanto nos relatos não ficcionais. Apesar disso, com intuito de revelar mais uma contradição da “Capital da Esperança”, a comparação desses edifícios com as precárias habitações, quase sempre de madeira, destinadas aos operários da construção também foi realizada com certa recorrência em nossas fontes.

Ainda foi possível observar que os textos literários também anteciparam tópicos que se tornariam recorrentes na historiografia e na crítica dos edifícios modernistas da nova capital, mas em termos próprios, trazendo sensibilidades e pormenores muitas vezes não captados pela bibliografia especializada. No caso dos escritores viajantes, eles tiveram acesso aos prédios e puderam visitar inclusive seus interiores, que muitos especialistas não tiveram oportunidade de fazer à época, precisando recorrer a plantas, maquetes e fotografias para tecer suas considerações. Assim, conseguiram escrever não somente acerca de seus atributos plásticos, mas discorrem também acerca de características como o conforto térmico e luminoso. Algo que somente a experiência de vivenciar o projeto pode proporcionar plenamente.

Ao cotejar as narrativas literárias com a bibliografia especializada, também pudemos notar que, na abordagem da arquitetura de Brasília, os empréstimos linguísticos e retóricos ocorrem de ambas as partes. Os literatos lançam mão de belas figuras de linguagem para expressar o que a experiência arquitetônica na capital provoca nos personagens ou nos narradores não-ficcionais, criando imagens que nos sugerem novas percepções e possibilidades dos projetos, tanto no âmbito estético quanto no funcional. Em outros momentos, os autores empregam termos e linguagem que os aproximam dos especialistas, demonstrando propriedade para abordar o assunto

que ganhou mais relevância entre os brasileiros, e até entre os estrangeiros, após o início das obras da cidade e da divulgação dos primeiros croquis e maquetes dos inventivos edifícios projetados por Niemeyer para a capital. Vimos ainda que os críticos e historiadores, em alguns momentos, também incorrem em uma linguagem que se aproxima da literatura, revelando uma diluição de fronteiras entre esses gêneros de texto. Juntos, eles ampliam a nossa compreensão de como a arquitetura de Brasília foi recebida naquele período e como algumas dessas percepções permaneceram ao longo do tempo. Isto é, vemos uma contribuição da literatura para moldar esse imaginário que, em parte, ainda permanece corrente até os dias de hoje.

Vimos que o impacto e a força expressiva de Brasília estão não apenas em sua paisagem construída, já tão analisada e estudada, mas no universo de representações literárias que a nova capital inspirou. Esse universo permite, por um lado, conhecer melhor o cotidiano e as vivências de grupos sociais muito distintos que lá estiveram; e por outro lado, fala-nos de um imaginário muito mais livre e fluido, que não se reduz a enquadramentos disciplinares ou à análise da “cidade modernista”. Ao mostrar que tópicos e questões depois reiterados pela crítica especializada — e, reiteramos, ainda correntes — já estavam em circulação em textos literários, o conjunto de escritos aqui analisados leva-nos a pensar também no modo como construímos nossas análises sobre cidades e justificamos nossos pontos de vistas e referenciais de estudo.

Ao fim da análise dessa quantidade tão numerosa de fontes, podemos dizer que deixamos um imenso campo ainda a ser explorado, com grande potencial para ensejar novas pesquisas com as mais variadas possibilidades de abordagem. É importante dizer novamente que nunca tivemos a pretensão de exaurir as fontes literárias do período analisado (1956-1961) e que ao longo da redação desta dissertação, muitas obras ainda chegaram até nossas mãos, indicando que, com efeito, há muito a ser estudado, articulando cidade e literatura, com tantos outros métodos, objetivos e possibilidades de estudar a cidade com as múltiplas implicações que isso pode representar. Mais do que analisar cidades, a literatura convida-nos a imaginá-las, sonhá-las e a percorrer seus espaços com mais liberdade.



Referências bibliográficas

ABUD, Katia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante**. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

ACAYABA, Marlene; FICHER, Sylvia. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Projeto, 1982.

ALBANO, Anna Luísa Portela de Deus. **Entre a cidade de Concreto e a cidade narrada: o imaginário de Brasília na poesia de Nicolas Behr**. 2018. 232 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ALBUQUERQUE, Aristides Toledo. **O papel de Brasília na redenção do Nordeste**. In: Revista brasília, v. 1, n. 33, set 1959, p. 22.

ALMANDOZ, Arturo. **Notas sobre historia cultural urbana: una perspectiva latinoamericana**. Perspectivas urbanas/Urban Perspectives, Barcelona, ETSAV, v. 1, n.1, p. 29-39, 2002.

ALMEIDA, Guilherme de. **Prece Natalícia a Brasília**. In: Revista brasília, v. 1, n. 41, maio 1960.

ALMINO, João. **As Cinco Estações de Amor**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Cidade Livre**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **Samba-enredo**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. **O mito de Brasília e a literatura**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 21, n. 59, p. 299-308, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10224>. Acesso em: 26 abr. 2022.

AMADO, Jorge. **Jorge Amado: Brasília consagrou obra de JK**. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1960.

ANDRADE, Oswald de. **Serafim Ponte Grande**. São Paulo: Editora Globo, 1990 [1933].

ANDRADE, Rômulo de Paula . **Conceitos de Progresso e Natureza na Construção da Belém-Brasília**. In: 13 Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, 2012, São Paulo. Anais - 13 Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, 2012.

ARAUJO, Raphael Ferreira de. **Catetinho: patrimônio esquecido de Brasília**. 2009. 102 f. Monografia (Especialização em Formação de Professores e Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ARINOS, Afonso. **Buriti Perdido**. In: Pelo Sertão. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

ASSIS, Machado de. **A Semana**. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1894. In: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO. Coleção Brasília Vol. 1. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1960, p. 81.

_____. **A Semana I**. São Paulo: Globo, 1997

BARBOSA, Daniela; DERNTL, Maria Fernanda. **Embates e questões em torno da preservação de um anterior acampamento de obras em Brasília: O caso da Vila Planalto**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.14, n.26, p. 144-166, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/RMR.V14I26.21915>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/21915>. Acesso em: 09 fev. 2022.

BARRETO, Lima. **Numa e a Ninfa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 [1915].

_____. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1911].

BARROS, José D'Assunção de. **A imaginação da cidade na história e nas ciências sociais: da leitura institucional às abordagens complexas**. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 4, n. 1,

p. 213–240, 2012.

BARROSO, Eloísa Pereira. **Brasília: as controvérsias da utopia modernista na cidade das palavras**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BARROSO, Maria Helenice. **Os cordelistas no D.F.: dedilhando a viola, contando a história**. Brasília: 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília.

_____. **O cordel: a literatura migrante na nova capital**. In: COSTA, Cleria Botelho da; BARROSO, Eloísa Pereira (orgs). Brasília: diferentes olhares sobre a cidade. Brasília: Editora UnB, 2015.

BEAL, Sophia. **A arte de andar nas ruas de Brasília**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, [S. l.], n. 45, p. 65–83, 2015. DOI: 10.1590/2316-4018454. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10006>. Acesso em: 26 abr. 2022.

_____. **Brasil em construção: as obras públicas na literatura do século XX**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **Sob o signo da história**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

_____. **Cartas a Nelson Algren: um amor transatlântico: 1947-1964**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BENEVOLO Leonardo. **História Da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1960].

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Verano, 2000 [1994].

BIBE-LUYTEN, Sônia M. **O que é história em quadrinhos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BICCA, Paulo. **Brasília: mitos e realidades**. In: PAVIANI, Aldo. (org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.

BICALHO DE SOUSA, Nair Heloisa. **Movimento Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista**. In: PAVIANI, Aldo. A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília. Brasília, 2ª Edição, UnB, 2010.

BISHOP, Elizabeth. **Uma nova capital, Aldous Huxley e alguns índios [1958]**. In: FERREIRA, Armando Olivetti. Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. 2009. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BOPP, Raul. **A mudança da capital**. Revista Brasília, vol. 1, n. 11, novembro de 1957.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. rth |, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 94–109, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1972.

BOU, Enric. **Literatura de Viagem**. In: COSER, Stelamaris (Org.). Viagens, deslocamentos, espaços (conceitos críticos). Vitória: EDUFES, 2016, p. 196.

BRANDÃO, Francisco Manoel. **Brasília: Folclore e Turismo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ouvidor, [1957] 1998.

_____. **Brasília e o buritizeiro**. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1958.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Não verás país nenhum**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

BRASIL. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Antecedentes históricos**. Coleção Brasília. Rio de Janeiro, v. 1, 1960.

BRASIL. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Bernardo Sayão: Bandeirante Moderno**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1959.

BRAYNER, Thais Nogueira. **É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés – Brasília/DF**. 2013. 150 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Literatura e cidade**. In: CARDOSO, Selma Passos; PINHEIRO, Eloísa Petti; CORRÊA, Elyane Lins (orgs.). *Arte e cidade. Imagens, discursos e representações*. Salvador: Editora UFBA, 2ed. 2015.

BRITO, Raymundo. **Brasília: Pioneiros e candangos**. Brasília: Pongetti, 1961.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CABRAL, Sérgio. **Antônio Carlos Jobim: Uma Biografia**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1997.

CALLADO, Antônio. **Um sábio entre bugres**. *Correio da Manhã*, 21-08-1958.

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. **A revista Brasília na construção da Nova Capital: Brasília (1957-1962)**. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, [S. l.], n. 11, p. 43-57, 2010. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i11p43-57. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44791>. Acesso em: 26 fev. 2023.

CARDINALLI, Thainã Teixeira. **Tramas sensíveis, caminhos guiados: a viagem de Simone de Beauvoir ao Brasil (1960)**. In:

XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

CARDOSO, Elna Dias. **Nós também fazemos parte desta história”: memória de mulheres negras em Brasília.** 2018. 196 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas** . Tese (doutorado em História Social) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ. 2010.

CASARES, Adolfo Bioy. **Unos días en el Brasil (diario de viaje).** Buenos Aires: La Compañía de los Libros, 2010.

CASTRO, Ana Claudia Veiga De . **Figurações da cidade: um olhar para a literatura como fonte da história urbana.** Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material , v. 24, p. 99-120, 2016.

CASTRO, Ruy. O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAVALCANTE, Natalino. **Piotários e Pioneiros ou a Epopéia de Marcília.** Brasília: Thesaurus, 1999.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. **“E a história se fez cidade... “: a construção histórica e historiográfica de Brasília.** 2005. 167p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1599007>. Acesso em: 11 fev. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Tradução de Ephram Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** In: Estudos Avançados, Rio de Janeiro, n.11(5), 1991.

_____. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHINEN, Nobu; VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. **Literatura em quadrinhos no Brasil: uma área em expansão.** In: RAMOS, Paulo; VERGUEIRO, Waldomiro; FIGUEIRA, Diego (orgs). Quadrinhos e literatura: diálogos possíveis. São Paulo: Criativo, 2014.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado.** Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 4, n.7, jul.-dez.2003, p. 313-333.

_____. **O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], n. 55, p. 89-107, 2012.

COELHO, Tiago. **A dependência.** Revista Piauí, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 191, agosto de 2022.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CORBISIER, Roland. **Brasília e o desenvolvimento nacional: textos sobre a nova capital.** Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

CORDEIRO, Tamires. **Um candango e sua lira.** Correio Braziliense. Brasília. 23 de dezembro de 1964.

COSTA, Lucio. **O urbanista defende a sua cidade (1967).** In: COSTA, Lucio. Registro de uma vivência. São Paulo: SESC, Editora 34, 2018 [1995].

_____. **Brasília, cidade que inventei: Relatório do Plano Piloto de Brasília.** Brasília: Iphan; Secretaria de Cultura do Distrito Federal, 2014.

_____. **Debates entre os expositores.** In: SENADO FEDERAL. I

Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília. Brasília, Senado Federal, 1974

COSTA, Luiz Carlos Guimarães da. **História da literatura brasiliense**. Brasília: Thesaurus, 2005.

COSTA, Wagner Cabral da. **“Eu vou pra Maracangalha, eu vou...”: JK e a Distopia Brasília na música popular e nas charges da revista Careta (1956-1960)**. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 303-332, Abr. 2013.

CUNHA, Maria Teresa. **Territórios abertos para a história**. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2020.

DANTAS, Donatilla. **Candango**. Rio de Janeiro, Minerva, 1959.

DANTAS, Paulo. **O lobo do planalto**. Brasília: Ebrasa, 1970.

DERNTL, Maria Fernanda. **Alegorias de Brasília: narrativas históricas sobre as capitais brasileiras**. *Paranoá*, [S. l.], n. 25, p. 94–106, 2020, p. 103. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n25.2020.07. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/29248>. Acesso em: 26 jan. 2023.

_____. **Vertentes da historiografia e da crítica de Brasília**. *ARQUITEXTOS (SÃO PAULO)*, v. n. 249.06, p. s.p., 2021. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.249/8010>> Acessado em 11/04/2022.

_____. **Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960**. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 28, p. 1-32, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e30. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/167116>. Acesso em: 4 abr. 2023.

_____. **O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60**. *Revista Brasileira de*

Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 26, 2019. DOI: 10.22296/2317-1529.2019v21n1p26. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5918>. Acesso em: 27 abr. 2023.

_____. **Brasília: empreendimento imobiliário de fins dos anos 1950**. Antíteses, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 127–158, 2022. DOI: 10.5433/1984-3356.2021v14n28p127. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/44080>. Acesso em: 1 maio. 2023.

_____. **Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília**. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 27, n. 1, p. 11–34, 2019, p. 25.

DÍAZ, Marta Llorente. **Arte, literatura y ciudad: la palabra literaria frente al espacio habitado**. In: CARDOSO, Selma Passos; PINHEIRO, Eloísa Petti; CORRÊA, Elyane Lins (orgs.). Arte e cidade. Imagens, discursos e representações. Salvador: Editora UFBA, 2ed. 2015.

DICKENS, Charles. **Tempos difíceis**. São Paulo: Clube do livro, 1969 [1854].

DOMINGUES, Petrônio José. **O mito da democracia racial e a mestiçagem em São Paulo no pós-abolição (1889-1930)**. Tempos Históricos, [S. l.], v. 5, p. p. 275–292, 2013. DOI: 10.36449/rth.v5i0.8019.

DOS PASSOS, John. **O Brasil em movimento**. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2013 [1963].

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. **À espera**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 24 de março de 1957. Seção Imagens Cariocas.

_____. **Canção do Fico**. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1960.

_____. **Simbólico**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1960.

_____. **Versiprosa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. **Lucio Costa e o papel mágico**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de março de 1982.

_____. **Corpo**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

DUARTE E SILVA, Sandro. **A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do “destino bandeirante” na expansão desenvolvimentista**. T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., [S. I.], v. 17, n. 1, p. 85–106, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/28054>. Acesso em: 4 maio. 2023.

DUTRA, Martha; TAVARES, Hekel. **Brasília: suíte de marchas para orquestra sinfônica**. Rio de Janeiro: 1959. LP (18 min).

EM BRASÍLIA, creche e calçada viram motivo de protesto. Portal do Aprendiz/Uol, Brasília, 31 de janeiro de 2014. Disponível em <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2014/01/31/em-brasilia-creche-e-calçada-viram-motivo-de-protesto/>> Acesso em 28 de abril de 2023.

EPOPÉIA. **Brasília, coração do Brasil**. Revista mensal em quadrinhos, número especial, de Miranda da Rocha, Nair e Llampayas, Ramon. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América Limitada, janeiro 1959.

EVENSON, Norma. **O Simbolismo de Brasília**. In: XAVIER, Alberto, KATINSKY, Julio (Org.) Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

FERNANDES, Luiz Gustavo Sobral; MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. **Interpretando a historiografia da Arquitetura Moderna Brasileira: Brasília e monografias entre 1959 e 1973**. Revista Docomomo, v. 3, n. 4, 2018.

FERREIRA, Armando Olivetti. **Recortes na paisagem: uma leitura**

de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop. 2009. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERREIRA, Antônio Celso. **Literatura: a fonte fecunda.** In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2020.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FICHER, Sylvia. **Algumas Brasília's.** In: XAVIER, Alberto, KATINSKY, Julio (Org.). Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

_____. **Das imprevidentes baixas densidades à imprudente verticalização.** URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 278–298, 2019. DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652094. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8652094>. Acesso em: 28 abr. 2023.

_____. **Paradigmas urbanísticos de Brasília.** Revista da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, nº 65, p. 93-121, 2010.

FRAJNDLICH, Rafael Augusto Urano de Carvalho; BENOIT, Alexandre. **Guerra e Paz. Os debates sobre a construção do centro cívico em Brasília.** Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), [S. l.], v. 19, p. 1-20, 2021.

FRANCISCO, Severino e VIEIRA, José Carlos. **O Candango Nelson Rodrigues.** Correio Braziliense, Brasília, 23 de agosto de 2012. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/selecao_vestibular/2012/08/23/Selecao_Interna,318714/o-candango-nelson-rodrigues.shtml>. Acesso em 1º fev. 2023.

FREITAG, Barbara. **O mito da megalópole na literatura brasileira.**

In: FREITAG, Barbara (org.). Cidade e Literatura. Revista Tempo Brasileiro n. 132, jan.-mar., 1998. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1998.

FREITAS, Conceição de. **Bem longe da utopia**. Coluna Crônica da Cidade. Correio Braziliense. Brasília, 29 de janeiro de 2004.

_____. **Diário de um triste candango**. Coluna Crônica da Cidade. Correio Braziliense. Brasília, 8 de junho de 2008.

_____. Diário de um homem triste. Correio Braziliense. Brasília, 17 de outubro de 2009.

FREYRE, Gilberto. **Brasília – prós e contras**. In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (Org.). Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

FURIATI, Gilda Maria Queiroz. **Brasília na poesia de Nicolas Behr: idealização, utopia e crítica**. 2007. 95 f. Dissertação (Mestrado em Literatura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015 [2010].

GICOVATE, Moisés. **Brasília: uma realização em marcha**. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

GORELIK, Adrián. **Das Vanguardas a Brasília: Cultura urbana e arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GUIMARÃES ROSA, João. As margens da Alegria. In: Primeiras Estórias. 38ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988 [1962].

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. **O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade**. In: Bresciani, Maria Stella (Org.). Palavras da cidade. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-12022008-111516. Acesso em: 2023-07-07.

HEKEL TAVARES - BRASÍLIA.. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1959. Seção Esquina Sonora.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

_____. **Oscar Niemeyer: De vidro e concreto**. Brasília: FRBH Edições, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras 2014 [1936].

HOLFORD, Willian. **Brasília: A new capital city for Brazil**. *Architectural Review*. 1957. 122: 394-402. Apud HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HORTA, Anderson Braga. **Sob o signo da poesia: literatura em Brasília**. Brasília: Thesaurus, 2003.

JACINTO, Andréa Borghi. **Margens Escritas: versões da capital antes de Brasília**. Brasília: 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Brasília (UnB), 2003.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo:

Martins Fontes, 2000 [1961].

JACQUES, Paola Berenstein; LOPES, Dilton. **A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento**. In: Encontro de História da Arte, 12., 2017, Campinas. Atas... Campinas: UNICAMP, 2018. p. 469-495.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. **Brasília e sua Ideologia**. Brasília: Thesaurus, 1977.

KATINSKY, Júlio. **Brasília em três tempos: a arquitetura de Oscar Niemeyer na Capital**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

KERN, Iara. **De Aknaton a JK: das Pirâmides a Brasília** (tese de doutorado). Brasília: 1984.

KIRSCHBAUM, Saul. **Samuel Rawet: profeta da alteridade**. 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2000. doi:10.11606/D.8.2000.tde-02052002-160552. Acesso em: 2023-05-22.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000 [1975].

LARA, Fernando Luiz. **Arquitetura moderna brasileira e o automóvel**. In: Excepcionalidade do modernismo brasileiro. São Paulo: Romano Guerra; Austin: America, 2018.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1993.

LEMOS, Guilherme Oliveira. **No dilacerar do concreto: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 – 1971)**. 2022. 264 f., il. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

LEONE, Metzner. **Superquadra 308: apontamentos de um candango**. Rio de Janeiro: Record, 1960.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998 [1977].

_____. **Brasília**. In: Para não esquecer. São Paulo: Círculo do Livro, 1980, p. 80-107.

LOBATO, Monteiro. **Urupês, Outros Contos e Coisas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

LUZ, Clemente. **Invenção da Cidade**. Brasília: Ebrasa, 1968.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1982

MACEDO, Danilo Matoso; SILVA, Elcio Gomes (orgs.). **Brasília: roteiro de arquitetura, caderno de notas**. Rio de Janeiro: Docomomo Brasil, 2020.

MAGALHÃES, Paulo de. **Brasília, a caçulinha do Brasil: alegoria infantil**. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Teatro, 1959.

MAKOWIECKY, Sandra. **Representação: a palavra, a ideia, a coisa**. Caderno de Pesquisa Interdisciplinar Em Ciências Humanas, Florianópolis, v. 57, p. 1-30, 2003.

MALRAUX, André. **Brasília, Capital da Esperança**. In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (Org.). Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012

MARTINS, Jayme. **Tia Margarida vai a Brasília: História para alguém contar às crianças**. Rio de Janeiro: Edições Buriti, 1959.

MARTINS, Simone Spíndola. **A valorização do patrimônio de 'pedra-e-cal' em Brasília e o possível reflexo no incremento do turismo**. 2015. 138 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MASCARENHAS, Geraldo. **A obra-prima do presidente**. In: Revista Brasília, v. 1, n. 37, jan 1960, p. 1.

MEDEIROS, Alan Rafael de. **Não só de Bossa vive um Presidente: a relação entre Dilermando Reis e Juscelino Kubitschek**. IV Seminário de Pesquisa em Artes da FAP, Curitiba, 2009.

MEIRA, Ricardo Reis. **Frente ou fundo?: a inserção da casa unifamiliar na escala residencial do Plano Piloto de Brasília**. 2013. ix, 180 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)–Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MEIRELES, José Dilermando (org.) **Apologia de Brasília**. Luziânia: Prefeitura Municipal, 1960.

_____. **Deste Planalto Central... o histórico e o pitoresco**. Luziânia: Jorluz Editora, 1978.

MENDES, Manuel. **Meu testemunho de Brasília**. 2 ed. Brasília: Thesaurus, 1997.

MIRANDA, Antônio. **Brasília, capital da utopia: visão e revisão**. Brasília: Thesaurus, 1985.

MOHOLY-NAGY, Sibyl. **Brasília: Conceito majestoso ou monumento autocrático?** (1959) In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (Org.). Brasília: Antologia Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

MONTEIRO, Chico; DERNTL, Maria Fernanda. **Palácio da Alvorada: apontamentos literários e sua contribuição para a historiografia do edifício**. In: Anais do 9º Seminário Docomomo Norte/Nordeste [e-book]: arquitetura, paisagem, cultura. Ecos da Modernidade. Anais...São Luís(MA) UNDB, 2022. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/9docomomonne/533623-PALACIO-DA-ALVORADA--APONTAMENTOS-LITERARIOS-E-SUA-CONTRIBUICAO-PARA-A-HISTORIOGRAFIA-DO-EDIFICIO>>. Acesso em: 29/06/2023.

_____. **Literatura de viagem: o olhar estrangeiro e as representações de Brasília em construção.** In: Paula André. (Org.). Antologia de Ensaios. Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes. VIII ? Seminário de investigação, ensino e difusão.. 1ed.Lisboa: ISCTE, 2022, v. VIII, p. 61-73.

_____. **Palácio da Alvorada: apontamentos literários e sua contribuição para a historiografia do edifício.** In: 9º Docomomo Norte e Nordeste, 2022, São Luís. Anais do 9º Docomomo Norte e Nordeste, 2022, 2022.

MONTELLO, Josué. **Apresentação da alegoria.**In: Folheto de Alegoria das três capitais. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1960.

MORADORES protestam contra construção na 207 Sul.

Metrópoles, Brasília, 22 de abril de 2017. Disponível em <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/moradores-protestam-contr-construcao-na-207-sul>> Acesso em 28 de abril de 2023.

MORADORES se manifestam contra quadras 500 do

Sudoeste. Correio Braziliense, Brasília, 5 de maio de 2019.

Disponível em < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/05/05/interna_cidadesdf,753198/manifestacao-contr-quadras-500-do-sudoeste.shtml> Acesso em 28 de abril de 2023.

MORAES, Vinícius de. **Brasília: o nascimento de uma cidade ou como se faz um poema sinfônico** (1961). In: Samba falado: crônicas musicais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008.

MORAES, Vinicius de; JOBIM, Antonio Carlos. **Brasília Sinfonia da Alvorada.** Rio de Janeiro: CBS Especial, 1983. 1 LP (34 min).

MOREIRA, Vânia. **Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins.** Vitória, Edufes. 1998.

MUMFORD, Lewis. **A cultura das cidades.** São Paulo: Itatiaia, 1961 [1938].

_____. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1961].

NASCIMENTO, José Gomes do. **Memórias, representações e cotidiano: Clemente Luz e suas crônicas em/ de Brasília.** 2020. 226 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

NIEMEYER, Oscar. **Minha arquitetura.** Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. **Minha experiência em Brasília.** Rio de Janeiro: Revan, 2006 [1961].

NOGUEIRA, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos. **Mucama Permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil.** Cadernos de Gênero e Diversidade, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 47–58, 2017. DOI: 10.9771/cgd.v3i4.22482. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22482>. Acesso em: 14 jul. 2023.

OLIVEIRA, Paulo Rogério de; NUNES, Denise da Silva . **Aforização proverbial sobre o negro em diferentes materialidades discursivas: cristalização e circulação de preconceitos e estereótipos.** Revista Philologus , v. 60, p. 497-510, 2014.

OLIVEIRA, Wesley da Silva. **Educação popular: uma experiência em pesquisa-ação existencial no Quilombo Mesquita - Cidade Ocidental/GO.** 2015. xvi, 145 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ORICO, Osvaldo. **Brasil, capital Brasília.** Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1958.

PAIVA, Mário Garcia de. **Luana.** São Paulo: Edição do autor, 1962.

PANIAGO, Paulo. **Literatura: no compasso das letras.** Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2012.

PAVIANI, Aldo. **A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial**. In PAVIANI, Aldo [et al.] (Orgs.) Brasília 50 anos – da capital a metrópole. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2010.

PENNA, José Oswaldo Meira. **Quando mudam as capitais**. Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 2002 [1958].

PEDROSA, Mario. **Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília**. São. Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

PEIXOTO, Elane Ribeiro; ALBANO, Anna Luísa. **Representações de Brasília em poemas de Nicolas Behr (1977-1980): uma perspectiva metodológica a partir de Hans Robert Jauss**. OCULUM ENSAIOS, v. 19, p. 1-19, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Em busca de outra história: imaginando o imaginário**. Representações: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol.15, nº 29, 1995a.

_____. **Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995b, p. 279-290.

_____. **História & literatura: uma velha-nova história**. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). História & Literatura: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006.

_____. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, jun. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

PICCINATO, Luigi. **Opiniões Internacionais**. In: Revista Brasília, v.1, n. 23, nov. 1958.

PINTO, Ana Flávia Magalhães e SILVA, Andressa Marques. **Narrativas da presença negra no Distrito Federal: histórias vistas desde o nível da vida.** In: SCHMIDT, Benito Bisso e MALERBA, Jurandir (orgs.). Fazendo História Pública. Vitória: Milfontes, 2021, pp. 17-37.

PIRES, Ézio. **Literatura na criação de Brasília.** Brasília: Compukromus Editoração e Assessoria Gráfica, Brasília: 1999.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

PROPOSTA de ‘tombamento’ do céu de Brasília ganha força e adeptos na cidade. Correio Braziliense, Brasília, 23 de abril de 2014. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/04/23/interna_cidadesdf,424235/proposta-de-tombamento-do-ceu-de-brasilia-ganha-forca-e-adeptos-na-cidade.shtml> Acesso em 27 de abril de 2023.

PRZYBYCIEN, Regina. **Feijão-Preto e diamantes: o Brasil na obra de Elizabeth Bishop.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

QUADROS, Eduardo. **Ananguera: Mito Fundador de Goiás.** Revista Temporis[ação], v. 9, n. 1, p. 177-189, 9 mar. 2017.

QUEIROZ, Igor Gonçalves. **Tia Margarida vai a Brasília: história para alguém contar às crianças.** In: II Seminário Internacional Espaços Narrados, 2019, São Paulo-SP. II Seminário Internacional Espaços Narrados: as línguas na construção dos territórios ibero-americanos.. São Paulo: FAU/USP, 2019. p. 216-238.

QUEIROZ, Rachel de. **Devolvam a rosa de ouro.** O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1960.

RAIMUNDO, Angelo. **Brasília: Paralelo 15’.** Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

RAWET, Samuel. **Diário de um Candango.** Leitura: arte e literatura, 337

política e economia. Rio de Janeiro. Nov / Dez 1963.

REIS, Carlos Madson. **Brasília : espaço, patrimônio e gestão urbana**. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: esperança dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora UnB, 2008.

RICARDO, Cassiano. **Toada para se ir a Brasília** [1960]. In: OLIVEIRA, Joanyr de. Brasília na poesia brasileira. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982

RODRIGUES, Georgete Medleg. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**. 1990, 257 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 1990.

RODRIGUES, Nelson. **A derrota dos cretinos**. Última Hora, Rio de Janeiro, 22 de abril de 1960.

_____. **Meia-noite em Brasília**. Última Hora, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1960. A vida como ela é.

_____. **O fazedor de Brasil**. Última Hora, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1960. A vida como ela é.

_____. **Civismo**. Última Hora, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1960. A vida como ela é.

_____. **Covardia**. In: A vida como ela é... Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. **“O falso defunto”**. In: A cabra vadia: novas confissões. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

ROMANO, Luís Antônio Contatori. **Viagens e Viajantes: uma literatura de viagens contemporânea**. Revista Estação Literária.

Londrina, Volume 10B, p. 33-48, jan. 2013.

ROSA, Matheus de Araújo Martins. **Os sentidos da cooperação: embates em torno da desapropriação de terras para a construção de Brasília (1955-1958)**. 2020. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ROSÁRIO, Nilcileia da Silva. **Entre a literatura e a arte: o mito de fundação de Roma no olhar de Virgílio e Bernini**. In: ATAS do IV Encontro de História da Arte - A Arte e a História da Arte entre a Produção e a Reflexão. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2008/ROSARIO,%20Nilcileia%20da%20Silva%20-%20IVEHA.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ROSSETTI, Eduardo. **Arquiteturas de Brasília**. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ensaio sobre a origem das línguas**. In: Os Pensadores, v. 24. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SALGADO, Plínio. **13 anos em Brasília**. Brasília: Horizonte, 1973.

SANTOS, Gyne Gessyka Pereira; SALES, Sandra Regina. **A Mulher Negra Brasileira, Miscigenação e o Estupro Colonial: O mito da democracia racial e o reforço de estereótipos racistas e sexistas**. Caderno Espaço Feminino, [S. l.], v. 31, n. 1, 2018. DOI: 10.14393/CEF-v31n1-2018-3. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/41554>. Acesso em: 25 set. 2022.

SCHWARCZ, Lilia; ANGELI, Arnaldo. **Cai o Império! República Vou Ver!** São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHWARCZ, Lilia; SPACCA, João. **D. João Carioca: A corte portuguesa chega ao Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEGAWA, Hugo. **Brasília: a pátina do futuro**. Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade.

Campinas, v. 10, n. 3 [19], p. 430-474, 2018.

SILVA, Elcio Gomes da. **Os palácios originais de Brasília**. 2012. 597 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. Brasília, Linha Gráfica Editorial, 1999.

SILVA, José Marques da. **Diário de um Candango**. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1963.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **A construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

SILVEIRA, Peixoto da. **A nova capital: Por que, para onde e como mudar a capital federal**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1959.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. **Construtores de Brasília**. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. **O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília**, p. 10, 2014. Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **A mitologia bandeirante: construção e sentidos**. História Social, [S. l.], n. 13, p. 151–171, 2023.

SPIELMANN, Ellen. **Paralelas e paradoxos: São Petersburgo - Brasília, Leningrado - São Paulo**. In: FREITAG, Barbara (org.). Cidade e Literatura. Revista Tempo Brasileiro n. 132, jan.-mar., 1998. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1998.

STRELETCKI, Ana Carolina Canuto. **Brasília: espaço, patrimônio e narrativas nas obras de João Almino**. 2021. 284 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

TAMANINI, Lourenço Fernando. **Brasília: memória da construção**. Brasília: Royal Court, 1994.

TAVARES, Paulo. **Des-Habitat**. São Paulo: N-1 edições, 2021.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. **No Tempo da GEB (1956-1960): trabalho e violência na construção de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 1996.

TOFFANO, Jaci e FRANCISS, Dib. **Neusa França: um hino de amor a Brasília**. Brasília: Thesaurus, 2011.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. **A resistência à colonialidade: definições e fronteiras**. Rev. Psicol. UNESP, Assis, v. 16, n. 1, p. 18-26, jun. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442017000100002&lng=pt&nr m=iso>. acessos em 20 mar. 2023.

TORRÃO FILHO, Amilcar. **A Arquitetura da Alteridade: A cidade Luso-Brasileira na Literatura de Viagem (1783-1845)**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

VALADARES, Napoleão. **Dicionário de escritores de Brasília**. Brasília: A. Quicé, 1994.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A questão da capital: marítima ou no interior?**. Brasília: Thesaurus, 1978.

VASCONCELOS, Adirson. **A mudança da capital**. Brasília, do autor, 1978.

VIANA, Maíra Boratto Xavier; TREVISAN, Ricardo. **O 'quartinho de empregada' e seu lugar na morada brasileira**. In: IV Enanparq, 2016, Porto Alegre. Anais do IV Enanparq. Porto Alegre: PROPAP/ UFRGS, 2016. p. S07-05.

VICTOR, Fabio. **Livro em que John dos Passos narra viagens ao Brasil ganha nova edição após 50 anos**. Folha de São Paulo. São

Paulo, 12 de janeiro de 2013. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1213447-livro-em-que-john-dos-passos-narra-viagens-ao-brasil-ganha-nova-edicao-apos-50-anos.shtml>> Acesso em 30 de abril de 2023.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

_____. **As lágrimas do Rio: o último dia de uma capital: 20 de abril de 1960**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

VIDESOTT, Luisa. **Os Candangos**. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), [S. l.], n. 7, p. 21-38, 2008. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i7p21-38. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44721>. Acesso em: 5 jun. 2023.

_____. **Narrativas da Construção de Brasília: mídias, fotografias, projetos e história**. São Carlos: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.

VIEIRA, José Geraldo. **Paralelo 16: Brasília**. São Paulo: Martins, 1966.

WAQUIM, Carmina. **Brasília, terra do leite e do mel: 1963-1964**. Brasília: Itiquira, s.d.

WHITE, Hayden. **O texto histórico como artefato literário**. In: Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (Org.). **Brasília: Antologia Crítica**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa de C. **A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília**. 1991. 234 f., il. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano)—Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

ZEVI, Bruno. **Seis perguntas sobre a nova capital sul-americana.**
In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (Org.). Brasília: Antologia
Crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

